

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E NATURAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA
MESTRADO EM HISTÓRIA SOCIAL DAS RELAÇÕES POLÍTICAS**

UEBER JOSE DE OLIVEIRA

**DESEMPENHO POLÍTICO-ELEITORAL
DO PARTIDO DOS TRABALHADORES, NO ESPÍRITO SANTO,
NAS ELEIÇÕES DE 1982 A 2002**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História do Centro de Ciências Humanas e Naturais da Universidade Federal do Espírito Santo (UFES), como requisito parcial para obtenção do Grau de Mestre em História. Área de concentração: História Social das Relações Políticas.

Orientador: Prof. Dr. Valter Pires Pereira.

**VITÓRIA
2008**

Dados Internacionais de Catalogação-na-publicação (CIP)
(Biblioteca Central da Universidade Federal do Espírito Santo, ES, Brasil)

O48d Oliveira, Ueber José de, 1981-
Desempenho político-eleitoral do Partido dos Trabalhadores, no
Espírito Santo, nas eleições de 1982 a 2002 / Ueber José de Oliveira. –
2008.

326 f. : il.

Orientador: Valter Pires Pereira.

Dissertação (mestrado) – Universidade Federal do Espírito Santo,
Centro de Ciências Humanas e Naturais.

1. Partido dos Trabalhadores (Brasil). 2. Partidos políticos. 3.
Eleições. 4. Campanha eleitoral. 5. Espírito Santo (Estado) – Política e
governo. I. Pereira, Valter Pires. II. Universidade Federal do Espírito
Santo. Centro de Ciências Humanas e Naturais. III. Título.

CDU: 93/99

UEBER JOSE DE OLIVEIRA

**DESEMPENHO POLÍTICO-ELEITORAL
DO PARTIDO DOS TRABALHADORES, NO ESPÍRITO SANTO,
NAS ELEIÇÕES DE 1982 A 2002**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História do Centro de Ciências Humanas e Naturais da Universidade Federal do Espírito Santo (UFES), como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em História. Área de concentração: História Social das Relações Políticas.

Aprovado em _____, _____, de 2008.

COMISSÃO EXAMINADORA

Prof^o Dr. Valter Pires Pereira
Universidade Federal do Espírito Santo
Orientador

Prof^o Dr Aloísio Krohling
Faculdade de Direito de Vitória

Prof^a. Dr^a. Nara Saletto
Universidade Federal do Espírito Santo

Prof^o Dr. Sebastião Pimentel Franco
Universidade Federal do Espírito Santo

A minha mãe, Florita Plaster, por tudo que fez por mim.

A meu irmão, Ueliton Oliveira, pelo incentivo e pela valorização do conhecimento.

A minha esposa e namorada, Elisangela dos Santos, que se acostumou a viver comigo pela metade durante a confecção desta pesquisa.

A meu pai, José Maria de Oliveira, e a minha irmã, Franciely de Oliveira, que também merecem menção carinhosa.

AGRADECIMENTOS

Seria impossível, em poucas linhas, agradecer a todos aqueles que contribuíram, direta ou indiretamente, para a realização deste trabalho. Agradeço primeiramente ao orientador Prof. Dr. Valter Pires Pereira, mestre paciente que, desde a graduação, me forneceu orientações que foram preciosas para a minha formação e decisivas para produzir esta pesquisa.

Devo agradecer também a meu irmão, Ueliton José de Oliveira, que foi um dos grandes responsáveis por me inserir na vida acadêmica. Aos meus pais, Florita Plaster e José Maria de Oliveira, que me prepararam para a vida, e à minha esposa, Elisangela dos Santos, pela força e compreensão.

Ao amigo, quase irmão, Professor Ednilson Silva Felipe, pela leitura da versão original e pelas valiosas dicas.

Aos membros da banca examinadora, Prof. Dr. Sebastião Pimentel Franco e Prof^a. Dr^a. Nara Saletto, pelos esclarecimentos e pelas ricas sugestões já na qualificação, e ao Prof. Dr. Aloísio Krohling, que atendeu prontamente ao meu convite.

Aos professores que ministraram as disciplinas no mestrado, Gilvan Ventura, Adriana Pereira Campos, Maria Beatriz Nader, Maria da Penha Smarzaró Siqueira, Antônio Carlos Amador Gil e Fabio Muruci, pelas ricas sugestões.

Aos colegas da turma de mestrado em História – UFES, pelo companheirismo e pela troca de idéias. Dentre eles, nomearia Ronaldo Luiz Cassundé, por ser grande conhecedor da política capixaba, Fabiano Mazzini, pela indicação de algumas bibliografias, e Auxília Guizolfi, pelos debates acerca do PT.

Às amigas Enaile Flauzina, pelos cafés e bate-papos que ocorriam nos intervalos de pesquisa no Arquivo Público, a Eleonora Ceotto e Osório Coimbra pela amizade e pelas incontáveis ajudas nos momentos de dificuldade na época da graduação.

Ao Partido dos Trabalhadores, na pessoa de Terezinha Aprígio, pelo acesso às fontes e pela atenção dispensada a este pesquisador.

E, por fim, devo também mencionar aqueles que deixaram suas rotinas e atenciosamente me receberam para a realização das entrevistas: Vitor Buaiz, Rogério Medeiros, Brice Bragato e Perly Cipriano.

Aqueles que foram citados tiveram uma participação fundamental nos acertos desse trabalho, porém os erros, os equívocos e as lacunas do mesmo são de minha inteira responsabilidade.

[...] Pode-se dizer que escrever a história de um partido significa exatamente escrever a história geral de um país, de um ponto de vista monográfico, destacando um seu aspecto característico.

Antônio Gramsci

RESUMO

A pesquisa trata do desempenho político-eleitoral do Partido dos Trabalhadores em comparação com agremiações congêneres, no Espírito Santo, nas eleições ocorridas entre 1982 e 2002. Parte da hipótese de que o PT, em sua origem e nos seus primeiros dez anos de existência, tinha como principal característica a organização de classe, em detrimento da concorrência eleitoral. Esse período é marcado pela ascensão e apogeu do PMDB como principal força partidária. Nos anos seguintes, especialmente a partir do I Congresso Nacional realizado em 1991, o PT deslocou-se paulatinamente para o âmbito eleitoral, abandonando a sua linha de atuação original e tornando-se um partido muito semelhante aos demais. Nesse momento, ocorreu o ofuscamento de um partido dominante (PMDB), em circunstâncias de fragmentação partidária e ideológica no modelo de representações políticas. Esta dissertação coaduna-se com a idéia de que a principal causa de tal movimento do PT rumo ao centro do espectro político foi a pressão que a institucionalidade democrática vigente exerceu sobre o Partido, impondo-lhe determinadas características sem as quais dificilmente obteria bons resultados nas urnas. Essas mudanças, entretanto, geraram muitos conflitos internos na agremiação, e a levaram a um enfraquecimento nos processos eleitorais posteriores a 1997.

Palavras-chave: Política, Partidos Políticos, Partido dos Trabalhadores, Eleições, Campanhas Eleitorais, Espírito Santo.

ABSTRACT

The research refers to the electoral-political performance of the Workers Party (PT) in comparison with similar associations, in Espírito Santo, in the elections occurred between 1982 and 2002. Part of the hypothesis of what PT, in its origin and in its first ten years of existence, took the organization of class as a principal characteristic, to the detriment of the electoral competition. This period is marked by the rise and apogee of PMDB as principal supporting strength. In the next years, specially after the I National Congress carried out in 1991, PT moved gradually to the electoral extent, leaving its line of original acting and becoming a very similar party as the others. In that moment, there took place the obfuscation of a dominant party (PMDB), in circumstances of supporting and ideological fragmentation in the model of political representations. This dissertation agrees with the idea that the principal cause of such a movement of PT bound for the centre of the political specter was the pressure that the current democratic institution practised on the Party, imposing on it determined characteristics that without them the party would obtain good results in the urns. These changes, meantime, produced many internal conflicts in the association, and took it to a weakening in the electoral subsequent processes to 1997.

Key words: Government and Politics, Political Parties, Workers Party, Elections, Electoral campaigns, Espírito Santo (State).

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Desempenho eleitoral de ARENA e MDB na Assembléia Legislativa em n°. de cadeiras conquistadas (1966/1978), no ES	70
Gráfico 2 - Evolução dos candidatos ao governo, segundo pesquisas de opinião – 1º turno – eleições de 1990	113
Gráfico 3 - Evolução dos candidatos ao governo, segundo pesquisas de opinião – 1º turno – eleições de 1990	114
Gráfico 4 - Trajetória dos principais partidos em eleições municipais no Brasil (1982/2004)	191
Gráfico 5 - Trajetória dos principais partidos em eleições municipais no Espírito Santo(1982/2004)	192

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Relação entre População e N° de eleitores do Espírito Santo 1982-1991.....	66
Tabela 2 - Representação na Câmara dos Deputados – ARENA E MDB (1966-1978)	69
Tabela 3 - Representação Partidária no Senado Federal – ARENA E MDB (1966-1978)	69
Tabela 4 - Representação Partidária na Assembléia Legislativa – ARENA e MDB (1966-1978)	69
Tabela 5 - Resultados da eleição para Governador do Estado do Espírito Santo – 1982	87
Tabela 6 - Número de Prefeitos eleitos em 1982 no Brasil, por partido	88
Tabela 7 - Número de Prefeitos eleitos no ES, por partido – 1982	89
Tabela 8 - Resultados da eleição para Governador do Estado do Espírito Santo – 1986	102
Tabela 9 - Número de Prefeitos eleitos no ES, por partido – 1988	106
Tabela 10 - Resultado das eleições para governador – 1990 – 1° Turno	115
Tabela 11 - Resultado das eleições para governador – 1990 – 2° Turno	115
Tabela 12 - Número de Prefeitos eleitos no ES, por partido – 1992	118
Tabela 13 - Principais Tendências do Partido dos Trabalhadores e seus principais representantes no Espírito Santo, em meados da década de 1990	133
Tabela 14 - Votação dos candidatos a Presidente no ES e no Brasil – 1994	139
Tabela 15 - Resultados da eleição para Governador do Estado do Espírito Santo – 1994 – 1° Turno	161
Tabela 16 - Resultado das eleições para governador – 1994 – 2° Turno	166
Tabela 17 - Distribuição dos votos dos candidatos ao governo do Estado entre Grande Vitória e Interior – 1° Turno -1994	167
Tabela 18 - Distribuição dos votos dos candidatos ao governo do Estado entre Grande Vitória e Interior – 2° Turno – 1994	167
Tabela 19 - Partidos e representação na Assembléia Legislativa em 1995	168
Tabela 20 - Coligações e representação na Assembléia Legislativa em 1995	169
Tabela 21 - Número de Prefeitos eleitos no ES, por partido – 1996	173
Tabela 22 - Resultados da eleição para Governador do Estado do Espírito Santo – 1998 ...	179
Tabela 23 - Número de Prefeitos eleitos no ES, por partido – 2000	180
Tabela 24 - Resultados da eleição para Governador do Estado do Espírito Santo – 2002 ...	185
Tabela 25 - Número de Prefeitos eleitos no ES, por partido – 2004	190

LISTA DE SIGLAS

ADERES - Agencia de Desenvolvimento em Rede do Espírito Santo
ADUFES - Associação dos Docentes da Universidade Federal do Espírito Santo
ALN - Aliança Libertadora Nacional
AMES - Associação Médica do Espírito Santo
ARENA - Aliança Renovadora Nacional
BNDES - Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
CEB'S - Comunidades Eclesiais de Base
CESAN - Companhia Espírito Santense de Saneamento
DOI-CODI - Departamento de Operações e Informações – Centro de Operações e Defesa Interna
FUNDAP - Fundo de Desenvolvimento de Atividades Portuárias
IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IBOPE - Instituto Brasileiro de Opinião Pública e Estatística
IJSN - Instituto Jones dos Santos Neves
LOPP - Lei Orgânica dos Partidos Políticos
MCR - Movimento Comunista Revolucionário
MDB - Movimento Democrático Brasileiro
MEP - Movimento de Emancipação do Proletariado
PAN - Partido dos Aposentados da Nação
PC do B - Partido Comunista do Brasil
PCB - Partido Comunista Brasileiro
PCO - Partido da Causa Operária
PDS - Partido Democrático Social
PDT - Partido Democrático Trabalhista
PFL - Partido da Frente Liberal
PHS - Partido Humanista da Solidariedade
PIB - Produto Interno Bruto
PL - Partido Liberal
PMDB - Partido do Movimento Democrático Brasileiro
PMN - Partido da Mobilização Nacional
PP - Partido Popular
PPB/PP - Partido Progressista

PPS - Partido Popular Socialista
PRONA - Partido da Reedificação da Ordem Nacional
PRP - Partido Republicano Progressista
PRTB - Partido Renovador Trabalhista Brasileiro
PSB - Partido Socialista Brasileiro
PSC - Partido Social Cristão
PSD - Partido Social Democrático
PSDB - Partido da Social Democracia Brasileira
PSDC - Partido Social Democrata Cristão
PSL - Partido Social Liberal
PSTU - Partido Socialista dos Trabalhadores Unidos
PT - Partido dos Trabalhadores
PT do B - Partido Trabalhista Brasileiro
PTB - Partido Trabalhista Brasileiro
PTC - Partido Trabalhista Cristão
PTN - Partido Trabalhista Nacional
PV - Partido Verde
TRE-ES - Tribunal Regional Eleitoral do Espírito Santo
TSE – Tribunal Superior Eleitoral
UDN – União Democrática Nacional
UFES – Universidade Federal do Espírito Santo

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	16
CAPÍTULO I	28
1. REFERENCIAL TEÓRICO – O FENÔMENO PARTIDÁRIO: ALGUMAS TIPOLOGIAS	28
1.1. <i>Reforma ou Revolução?</i>	31
1.2. <i>A institucionalidade democrática vigente e o PT</i>	34
1.3. <i>O voto no Brasil: aspectos das mudanças de comportamento eleitoral</i>	47
1.4. <i>A conformação de um campo político e o eleitor na “idade média”</i>	53
CAPÍTULO II	63
2. A FORMAÇÃO DO SISTEMA PARTIDÁRIO NO ESPÍRITO SANTO E A CONJUNTURA POLÍTICO-ELEITORAL DE 1982-1992: A HEGEMONIA DO PMDB E O PT CONTRA A ORDEM	63
2.1. <i>Aspectos sociais, econômicos e políticos do Espírito Santo</i>	64
2.2. <i>A abertura política: novos partidos no processo eleitoral (1982)</i>	70
2.3. <i>O partido dos trabalhadores: da fundação à primeira experiência nas urnas</i>	77
2.4. <i>Campanha das “Diretas já” e os processos eleitorais de 1985 a 1988: o acúmulo de forças</i>	90
2.5. <i>Eleições de 1989/1992: a inserção do Espírito Santo na “idade média” e a fragmentação partidária</i>	106
2.6. <i>Uma Breve Conclusão</i>	119
CAPÍTULO III	121
3. A CONJUNTURA POLÍTICO-ELEITORAL DE 1994 A 2002, NO ESPÍRITO SANTO: A FRAGMENTAÇÃO PARTIDÁRIA E O PT DENTRO DA ORDEM	121
3.1. <i>A ideologia neoliberal: aspectos históricos e mudanças institucionais</i>	122
3.2. <i>O neoliberalismo, o PT e a Transição Inconclusa</i>	126
3.3. <i>O apogeu e a queda: a vitória nas urnas, os conflitos internos e o enfraquecimento (1994-1997)</i>	130
3.3.1. <i>O PT e as eleições de 1994 no Espírito Santo</i>	140
3.3.2. <i>O cenário de representação da política e o fenômeno Cabo Camata</i>	149

3.3.3. <i>O candidato Vitor Buaiz no processo eleitoral de 1994</i>	156
3.3.4. <i>O segundo turno</i>	162
3.3.5. <i>Os anos 1995-1997 - Conflitos entre PT e Governo Vitor Buaiz</i>	168
3.4. <i>Eleições 1998/2002 e o PT: da fragilidade ao revigoremento</i>	177
3.4.1. <i>Paulo Hartung e o pleito de 2002</i>	184
CONSIDERAÇÕES FINAIS	186
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS E FONTES	195
APÊNDICES	218

INTRODUÇÃO

A presente dissertação tem como objeto-problema o estudo do desempenho político-eleitoral do Partido dos Trabalhadores em comparação com outras organizações congêneres, no Estado do Espírito Santo, nas eleições ocorridas entre 1982 e 2002. O foco são as eleições estaduais majoritárias, realizadas segundo legislações eleitorais vigentes em cada pleito e em circunstâncias conjunturais próprias. Parte-se da idéia de que, por um lado, os processos de escolha dos candidatos podem alterar o desfecho de uma eleição e, por outro, as campanhas dialogam com o eleitorado, tendo o objetivo de persuadi-lo a, simultaneamente, escolher determinado candidato e rejeitar os concorrentes-adversários. Nesse sentido, a explicação de um resultado eleitoral passa, necessariamente, pela análise do debate que as campanhas travam entre si.

Em virtude das limitações desse trabalho, os pleitos voltados para preenchimento de vagas legislativas, nos níveis estadual e federal, bem como as eleições municipais ocorridas no período, serão observados sem grandes aprofundamentos.

A hipótese fundamental é a de que o PT, em sua origem e nos seus primeiros dez anos de existência, tinha como principal característica a organização de classe, em detrimento da concorrência eleitoral, e renunciou uma requalificação da política, pois se apresentou como possibilidade efetiva e inovadora no cenário político brasileiro. Nos anos seguintes, especialmente a partir do I Congresso realizado em 1991, o PT deslocou-se paulatinamente para o âmbito eleitoral, abandonando a sua linha de atuação original e passando a adotar como eixo a centralidade da esfera eleitoral, tornando-se um partido muito semelhante aos demais. O exercício do mandato presidencial, a partir do ano de 2002, entendido como o objetivo maior do PT na década de 1990, inaugurou uma terceira fase na história do partido, igualmente tensa e conflituosa, constituindo-se assim, um processo em aberto, motivo pelo qual não será analisada. Acerca desse período serão feitas apenas algumas considerações, porém, sem profundidade.

Outra hipótese aqui concebida é a de que o processo de adequação dos partidos aos parâmetros democráticos vigentes, que os tornou extremamente parecidos, independentemente de se posicionados à esquerda ou a direita do espectro político, ocorreu por diversos fatores, dentre os quais podemos elencar: as características do arcabouço

institucional brasileiro, em que a ênfase é dada ao candidato e não a aspectos doutrinários ou político-partidários; os elementos culturais que norteiam nossa política em longa data, como o oligarquismo, o patrimonialismo, o tradicionalismo, o clientelismo, que corroboram a prevalência do indivíduo; a questão da grande intervenção do Estado na conformação de quase todos os nossos sistemas partidários. Esses três principais fatores conduzem a atenção para o indivíduo, fato que redundará em eleições amplamente baseadas em recursos propagandísticos ou midiáticos, dentro daquilo que chamamos de *Idade Mídia*¹.

O objeto deste estudo, o Partido dos Trabalhadores, tem sido tema de pesquisa de diversos historiadores, sociólogos e cientistas políticos – que produziram uma literatura relativamente variada a respeito da temática em nível nacional –, tornando-se a agremiação partidária brasileira mais estudada.

Segundo a proposição do cientista político Paulo Roberto Figueira Leal (2005), a produção bibliográfica acerca do PT pode ser dividida em quatro grandes fases: os primeiros estudos, clássicos, produzidos nos anos 1980, sobre a formação do Partido dos Trabalhadores, apontaram o ineditismo da experiência petista no que diz respeito às tradicionais formações partidárias brasileiras; a segunda fase de estudos acerca do PT tratou de problematizar as primeiras administrações petistas; na terceira, tivemos os trabalhos que analisam as mudanças internas do partido diante da sua inserção institucional; e, mais recentemente, verificam-se os trabalhos críticos sobre o PT.

Dentre as primeiras publicações, merecem destaque os trabalhos de Raquel Meneguello (1989) e Margareth Keck (1991), que partilharam da visão de que o PT representava algo novo na política brasileira, pois se tratava de um partido, o único na história política do Brasil, nascido de “baixo para cima”, constituído com forte apoio de segmentos populares.

As autoras consideraram-no a única agremiação verdadeiramente de massa, pois foi composta pelos setores menos favorecidos da sociedade brasileira, pelo movimento sindical, pelas comunidades eclesiais de base, por intelectuais, por setores progressistas da Igreja, por ex-

¹ Expressão cunhada por RUBIM, Antônio Canelas. **Eleições Presidenciais em 2002**: ensaios sobre mídia, cultura e política. São Paulo: Hacker, 2004. Segundo o autor, na realidade contemporânea, há uma dependência recíproca entre mídia e política. Nesse sentido, a mídia passa a ocupar um espaço muito importante na sociedade, transferindo para a política as lógicas de funcionamento que incidem na produção midiática, levando ao processo de espetacularização da política.

militantes da luta armada, além de outros diversos movimentos sociais organizados, que viam no PT o meio de alcançar o poder e a possibilidade de implementar mudanças qualitativas na sociedade brasileira, além de meio para buscar a ampliação dos direitos democráticos, num período de grave deterioração da economia e grande perda da credibilidade e governabilidade, no final dos anos 70 e início dos 80.

Os primeiros trabalhos tiveram, portanto, esse tom, como se pode constatar em alguns dos livros organizados por Emir Sader (1986, 1993) e Moacir Gadotti & Otaviano Pereira (1989), que também causaram impacto considerável nos anos 1980. Este último, por exemplo, trata de enfocar os desafios de um partido de esquerda, com vocações revolucionárias, disputando a arena eleitoral. Num país em que a esquerda esteve, na maior parte de sua história, na clandestinidade, a opção petista por agir politicamente, também, pela via eleitoral foi tema de diversos estudos. Mais: o PT surgiu em meio aos movimentos contra a ditadura militar e pela redemocratização do Brasil. Não obstante, desde o início demonstrou grande repúdio pelos vícios da democracia instaurada, considerada pelo partido como um mero arranjo, e dessa forma defendia a ampliação da participação da população nas decisões dos rumos que o país deveria tomar. Por outro lado, criticava veementemente a esquerda tradicional, que era acusada pelos petistas de obreirista e sectária. “O PT, portanto, recoloca a questão democrática e a questão operária” (OLIVEIRA, 1986, p. 11).

A partir da década de 1990, o Partido dos Trabalhadores, cuja primeira experiência de governo se deu já em 1982 com a eleição de Gilson Menezes para a Prefeitura de Diadema (SP), começou a acumular vitórias e ampliar a sua experiência administrativa. Foi nesse contexto de sucessos eleitorais que se verificou a segunda onda de estudos sobre o partido. Dessa vez, os trabalhos tenderam a problematizar e refletir acerca das primeiras gestões petistas.

Júlio Assis Simões (1992), em estudo sobre a administração em Diadema, já aponta conflitos que iriam marcar várias outras administrações petistas. Até o sucesso administrativo em Porto Alegre, a partir de 1988, a maioria dos trabalhos fazia alusão à incapacidade do PT em colocar seu projeto de governo popular em prática, como no caso de Diadema.

Contudo, com administrações petistas bem sucedidas no Rio Grande do Sul, surgiram estudos como o de Tarso Genro & Ubiratan de Souza (1997), em que são feitas reflexões acerca de

realizações como a do orçamento participativo. O sucesso em Porto Alegre, marco do crescimento petista, foi, na avaliação de Leal (2005), o elemento estimulador da tendência de estudos sobre o PT, pois essas administrações sinalizavam para o fato de que o Partido dos Trabalhadores passava a ser efetivamente uma alternativa real de poder. A partir das reflexões sobre essa gestão, Genro & Souza (1997) defendem a tese de que seria necessário reinventar o Estado democrático de direito.

[...] É fundamental repensar os princípios democráticos que regem a nossa sociedade, buscar um conceito de democracia no qual a conquista do governo, por meio do voto popular, não esgote a participação da sociedade, mas, ao contrário, permita iniciar um outro processo, gerando dois focos de poder democrático: um originário no voto; outro, originário de instituições diretas de participação (GENRO & SOUZA, 1997, p. 19).

A eleição e o governo de Luiza Erundina, em São Paulo, a maior cidade do Brasil, nos anos de 1989-1992, levaram também à produção de muitos estudos. O mais importante deles foi provavelmente o de Cláudio Couto (1995), que discutiu, basicamente, a difícil combinação entre convicções e pragmatismo no exercício do poder e as conflituosas relações entre governo e partido. Sobre esse mesmo governo, foram produzidos alguns outros trabalhos, dentre eles a dissertação de Joaquim Leonel de Rezende Alvim (1991), em cuja visão pessimista a respeito da administração petista de Erundina, tratou do insucesso que foi a tentativa de ampliar o envolvimento da população na administração pública. Na visão do autor, esse envolvimento é algo que se conquista somente através de um processo de aprendizado, de organização e incorporação do conflito como forma de gestão, não bastando, portanto, somente a presença do PT no governo.

É no bojo das reflexões sobre as primeiras administrações petistas que surge a terceira categoria de estudos sobre o PT: aqueles que enfocam os dilemas e mudanças internas como conseqüências de uma inserção institucional. Emir Sader, um dos primeiros a identificar o ineditismo da proposta petista, iniciou uma rediscussão dos rumos tomados pelo partido a partir dos anos 1990 (LEAL, 2005).

Um importante trabalho de pesquisa, que traça a trajetória e a mudança do discurso do Partido dos Trabalhadores, é o de Paulo Roberto de Almeida (2003), intitulado *A política internacional do Partido dos Trabalhadores: da fundação à diplomacia do Governo Lula*. Nele, o autor analisa as posições de política externa assumidas pelo Partido dos Trabalhadores

e pelo então candidato à presidência da República, Luiz Inácio Lula da Silva, desde a fundação do partido, no início dos anos 1980, passando pelas eleições de 1989, até o pleito vitorioso de 2002. Destacam-se os temas básicos do programa partidário e sua evolução gradual em direção a uma postura mais próxima da forma tradicional de atuação da diplomacia profissional, caracterizada pelo multilateralismo, gradualismo e pacifismo e pela observância a aspectos jurídicos. Além disso, Almeida examina as principais questões da agenda diplomática brasileira – especialmente as econômicas e comerciais –, as negociações e a discussão dos limites e possibilidades de inovação nesse terreno, concluindo pela preservação das grandes linhas de continuidade na política externa brasileira dos últimos governos.

A respeito dessas mudanças internas sofridas pelo PT, não se pode esquecer do trabalho produzido por Clovis Bueno de Azevedo (1995), no qual o autor busca entender por que o partido, a despeito das novidades que trouxe, possui limitações essenciais no que concerne à associação da democracia com o socialismo, que é, segundo Bueno, a base do discurso do partido. O autor também analisa o PT internamente, com suas várias tendências. Segundo ele, “[...] há uma convivência contraditória do leninismo com a social-democracia, tanto entre os grupos constituintes, quanto entre os agrupamentos internos [...]” (AZEVEDO, 1995, p. 04). Nessa mesma direção, vale a pena citar ainda autores como Cláudio Gurgel (1989), Ingrid Sarti (1998), Olavo Henrique Pudenci Furtado (1996), Benedito Tadeu César (1995), além de vários outros, que analisam diferentes aspectos das mudanças ocorridas no Partido dos Trabalhadores.

A quarta e última categoria de estudos acerca do PT é constituída por aqueles que têm a preocupação de apontar a degeneração do projeto petista. Esse tipo de estudo tornou-se mais comum a partir do momento em que o PT passou a ocupar mais as esferas de poder. Dentre essa gama de trabalhos, destaca-se o de Cyro Garcia (2000), o qual concluiu que, a partir do início da década de 1990, o PT já havia se alterado em vários aspectos e tinha diversos problemas a resolver: indefinição do seu projeto socialista, mudanças na sua política de alianças, trazendo desconforto junto a algumas tendências (neste mesmo período a Convergência Socialista rompeu com o partido, fundando o PSTU), abandono da luta antiimperialista (a tese da suspensão da dívida externa estava, aos poucos, sendo colocada de lado), além de outras questões que se abatiam sobre o PT.

Outra categoria de estudos sobre o partido, que se pode enquadrar em qualquer uma das expostas acima, é aquela que o aborda nos estados. Uma vasta literatura regional floresceu em todo o país, debatendo a especificidade da história e das características das seções estaduais do PT. O livro de Pere Petit (1996), que descreve a trajetória do PT no estado do Pará, é um exemplo.

Um importante estudo regional sobre o PT é aquele que aparece na dissertação de mestrado de Ângela Peralva Baumgratz Marques (2005), em que é analisado o desempenho político-eleitoral do Partido dos Trabalhadores, em Minas Gerais, entre 1989 e 2002, enfocando o legislativo mineiro. Partindo da premissa de que a fragmentação do mundo soviético repercutiu na conformação dos partidos, a autora defende que o PT, para garantir melhores desempenhos eleitorais, partiu para uma proposta de centro no espectro político, conhecida como *socialismo democrático*, abandonando o discurso revolucionário e aderindo a uma via reformista.

Apesar de ter havido essa vasta produção de estudos nacionais e regionais pelo país a respeito do Partido dos Trabalhadores, o mesmo não se deu a respeito da trajetória do PT no Espírito Santo, pois essa temática só tem sido objeto de preocupação acadêmica recentemente, mostrando-se uma lacuna ainda não totalmente resolvida.

São pouquíssimos os estudos a respeito do Partido dos Trabalhadores no Espírito Santo. Os que existem limitam-se a algumas monografias, a exemplo do trabalho realizado pela ex-aluna de graduação em História pela UFES, Carolina Julia Pinto (2001), que se dedicou em estudar o PT no município de Viana, em trabalho intitulado: *Partido dos trabalhadores 20 anos: a institucionalização da rebeldia. Trajetória no Espírito Santo. Formação do PT na cidade de Viana*, e outra pesquisa de iniciação científica realizada em 2002, sobre o PT no Município de Serra, por Marlon Cezar do Nascimento. Podem ser citados ainda alguns artigos, organizados por grupos de pesquisa da UFES, e algumas dissertações, como a de Canício Scherer (2005), que estudou os conflitos entre o PT e o governador Vitor Buaiz entre os anos de 1995 a 1998, além de uma pesquisa de Letícia Viana Costa (2006), que, em sua dissertação, estudou as políticas educacionais da gestão petista na prefeitura de Vitória, no quadriênio 1988/1992, bem como o trabalho de pesquisa por Douglas Cristian Ferrari de Melo (2007), que estudou o PT na Câmara de Vereadores de Vila Velha e a sua atuação na área de educação. Todas três

são dissertações estimuladas pela recente implantação do Mestrado em História Social das Relações Políticas, na UFES.

Esta dissertação trata justamente de um estudo regional acerca do Partido dos Trabalhadores. O estudo focado em uma região é modalidade muito importante, pois:

[...] não se pode ignorar o peso do regionalismo na evolução política de um país como o Brasil dada a natureza limitada do controle do governo central sobre o poder local durante um longo período de formação do Estado Nacional [...]. Governos locais gozavam de autonomia administrativa e comercial, perdendo-a gradualmente para centros nacionais de poder (SILVA, 1990; 48).

Com esse raciocínio, não se pode concluir que a história nacional é o somatório das histórias regionais, mas estas indicam as variáveis que são relevantes para a compreensão do sistema global de relações, que é o Estado Nacional. Salienta-se, ainda, que as “histórias regionais podem indicar o grau de estabilidade e de continuidade deste sistema” (SILVA, 1990, p. 49).

Além disso, é importante observar que as especificidades dos estados e também dos municípios quase nunca são incorporadas a um tratamento analítico mais elaborado. Na maioria dos estudos, são abordados somente seus aspectos antiprogressistas ou, na melhor das hipóteses, são vistos como unidades coadjuvantes do eixo Rio - São Paulo. Este trabalho inclina-se, portanto, a caracterizar tal tipo de análise como insuficiente, uma vez que não são considerados os processos políticos e eleitorais reais e específicos dessas regiões.

Este estudo também pretende dar conta de refletir acerca da participação do Partido dos Trabalhadores em processos eleitorais e das mudanças sofridas pela agremiação no Espírito Santo a partir de sua inserção institucional.

Ainda em relação ao nosso objeto de estudo, é importante ressaltar que representa um grande desafio estudá-lo por se tratar da análise de um momento muito recente de nossa história, de uma realidade que pode ser enquadrada naquilo que se convencionou chamar de *História do Tempo Presente*, escola fundada por François Bédarida em meados da década de 1970 e que trazia como principal inovação a união e a interação entre o presente e o passado, em meio a uma crise de paradigmas das ciências sociais, momento do “retorno vigoroso da história e da memória” (BÉDARIDA, 2005, p. 219). Surgida no bojo das profundas transformações no campo do estudo da história no século XX, essa modalidade ainda não adquiriu total

legitimidade entre os historiadores, sendo alvo de muitas críticas, especialmente daqueles que defendem a necessidade do afastamento temporal do objeto como forma de se evitarem as distorções ocasionadas pelas subjetividades. Outra crítica muito comum é decorrente da aproximação quase inevitável entre *História do Tempo Presente* e a utilização dos métodos e técnicas da história oral, que esse trabalho também utiliza. Diante do desafio e das críticas que a produção de uma pesquisa desta natureza pode acarretar, este trabalho busca uma consonância com alguns autores que advogam a necessidade de estudar o tempo presente, tais como os Professores Marieta de Moraes Ferreira (2002), Francisco Carlos Teixeira, Janaina Amado, dentre outros, que se tornaram alguns dos principais expoentes da *História do Tempo Presente* no Brasil.

Para o presente estudo, foram utilizados, como instrumental teórico, alguns dos principais autores de várias áreas das ciências humanas que problematizaram acerca da questão partidária e também sobre eleições, tais como: Maurice Duverger (1970), Daniel Louis-Seiler (2000), Scott Mainwring (2001), Antônio Gramsci (1984), dentre outros.

Quanto às fontes primárias consideradas, podem ser de natureza quantitativa, como os dados estatísticos disponibilizados pelo IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), pelo IJSN (Instituto Jones dos Santos Neves), pelo TRE-ES (Tribunal Regional Eleitoral do Espírito Santo) e pelo TSE (Tribunal Superior Eleitoral). Também serão utilizadas fontes de caráter qualitativo, como as resoluções dos Encontros e Congressos do Partido dos Trabalhadores, além de outros documentos oficiais do partido. Quanto à escolha destes últimos documentos, resulta da observação de Serge Berstein (apud MARTINEZ, 2007, p. 244), que advoga a idéia de que “em partidos de origem exterior ao Parlamento, reside na base militante representada nos congressos a fonte essencial do poder partidário”. Consideramos que esse seja o caso do PT.

Por se tratar de um estudo acerca de um partido em processos eleitorais, serão exploradas de modo especial as fontes jornalísticas, uma vez que a imprensa é parte fundamental em pleitos, sobretudo no atual momento histórico marcado pelo extraordinário avanço dos meios de comunicação. Diante do grau de parcialidade das mesmas, ter-se-á o cuidado de cotejá-las seletivamente face às circunstâncias de relevância política, não sendo elas, portanto, elencadas de forma aleatória. Seguindo-se adequadamente a metodologia da pesquisa, procurou-se, isto sim, selecionar as épocas mais importantes de um pleito, principalmente aquelas em que são

feitas as articulações e definidos os candidatos, além daqueles dias que antecedem ao dia da eleição, momento de muita agitação de todas as partes.

Após a seleção das fontes, elas foram separadas de acordo com a natureza. Os resultados eleitorais estão sendo submetidos ao método estatístico descritivo e foram organizados em planilhas e gráficos que permitem observar os dados eleitorais, tanto do Partido dos Trabalhadores quanto de agremiações congêneres.

As fontes qualitativas situam-se no campo do discurso e, por isso, devem ser submetidas a análises pertinentes aos estudos semânticos. Nesse sentido, a ferramenta de análise que utilizaremos vê a linguagem como "interação, como uma [...] relação necessária entre homem e realidade social" (ORLANDI, 1988, p.17), assumindo dessa forma, um papel de trabalho, ação social e, essencialmente, uma relação dialética entre a materialidade do mundo e o sistema de significação usado para organizá-lo.

Assim, foi elencado também como referência metodológica a *Análise de Conteúdo*, tendo como suporte Laurence Bardin (2006). A opção pela análise de conteúdo ocorreu, porque esta compreende um “conjunto de instrumentos metodológicos cada vez mais sutis e em constante aperfeiçoamento que se aplicam em discursos extremamente diversificados” (BARDIN, 2006; 07). A nossa pesquisa visa a compreender a trajetória de um partido em disputas eleitorais, momentos naturalmente caracterizados por embates discursivos entre diferentes grupos políticos.

Enquanto esforço de interpretação, a análise de conteúdo oscila entre dois pólos, o do rigor da objetividade e o da fecundidade da subjetividade. Nesse sentido, as análises aqui realizadas não reivindicam somente uma leitura objetiva do real, visto de um ângulo que pretenda ser externo e neutro quanto às disputas em jogo. Entende-se que isso seria uma pretensão inalcançável. Pelo contrário, corrobora-se aqui a idéia de Vianna (2006, p. 07) o qual argumenta que, se não for levado em conta o elemento vontade do analista, seus interesses, e suas paixões, os dados imediatos não passam de um amontoado caótico ou, na melhor das hipóteses, uma cronologia dos sucessos e fracassos de diferentes atores. Segundo Bardin (2006, p. 34),

[...] o analista é como um arqueólogo. Trabalha com vestígios: os documentos que pode descobrir ou suscitar. Mas os vestígios não são as manifestações de estados, de dados e de fenômenos. Há qualquer coisa para descobrir por e graças a eles. Tal como a etnografia necessita da etnologia para interpretar as suas descrições minuciosas, o analista tira partido do tratamento das mensagens que manipula para inferir (deduzir de maneira lógica) conhecimentos sobre o emissor da mensagem ou sobre o seu meio.

Outra motivação quanto à escolha desse método é o fato de a análise de conteúdo compreender um conjunto de técnicas de análise das comunicações (BARDIN, 2006), pois na presente pesquisa se faz amplo uso de fontes jornalísticas. As técnicas da análise de conteúdo decifram qualquer comunicação, isto é, qualquer transporte de significações de um emissor para um receptor controlado ou não por este, pois visa a obter “por procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens, indicadores (quantitativos ou não) que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção (variáveis inferidas) destas mensagens” (BARDIN, 2006; 37).

Bardin (2006) fornece-nos alguns exemplos a respeito da aplicação do método: deve-se tentar descobrir estados de tensão em diferentes momentos através das palavras de um grande homem histórico, ou ainda pôr em evidência as avaliações (opiniões, julgamentos, tomadas de posição, conscientes ou não) e as associações subjacentes de um indivíduo, a partir de seus enunciados. No nosso caso mais especificamente: a idéia é tentar enxergar o cenário de articulações políticas com base nas informações veiculadas pela imprensa, sobretudo a escrita. Também se anseia por captar as condições de produção dos textos oficiais do Partido dos Trabalhadores e de seus principais quadros, assim como as intenções que supostamente estiverem por detrás dos mesmos. O que se procura fazer é uma correspondência entre as estruturas semânticas ou lingüísticas e as estruturas psicológicas e sociológicas (por exemplo: condutas, ideologias ou atitudes) dos enunciados.

A presente pesquisa se justifica por diversos fatores: o primeiro refere-se à sua originalidade. Trata-se de um tema ainda pouco pesquisado, limitando-se a algumas monografias, artigos e dissertações, que são, em sua maioria, estudos de caso e, dessa forma, não apresentaram uma visão ampliada da trajetória do Partido dos Trabalhadores, em processos eleitorais, no Espírito Santo, desde o início da recente onda de redemocratização.

Além disso, o estudo do tema se justifica também pelo interesse próprio, enquanto estudante de história política e social. É fundamental entender o lugar que o Partido dos Trabalhadores

ocupa na sociedade capixaba, sendo um partido de esquerda, com uma base social forte, e uma das principais agremiações partidárias da atualidade. Esse entendimento pode auxiliar na compreensão da própria dinâmica do sistema político-eleitoral brasileiro, pois o PT é parte integrante dele, principalmente porque representa um paradoxo no que tange a partido político no Brasil, uma vez que é o único que surge genuinamente popular, das bases, servindo, inclusive, de referência para entender a diferenciação em relação às formações partidárias tradicionais, e que em vários sentidos, com o tempo, sofreu mudanças, tornando-se um partido muito parecido com os demais.

O tema interessa de modo especial, pois significa uma oportunidade singular de contribuir para a elucidação da trajetória do Partido dos Trabalhadores na região, sendo ele um dos poucos partidos cuja fundação foi feita por trabalhadores, além de outros segmentos subalternos da sociedade, contrapondo-se aos tradicionais partidos de quadros. O estudo deve contribuir para reconhecer politicamente os seus principais organizadores, suas vinculações com movimentos sociais e demais participações na sociedade; a sua relação com movimentos sociais organizados, a composição de alianças com outros agrupamentos congêneres. Entender, portanto, a maneira pela qual o PT dialoga com a sociedade capixaba num período importante da história brasileira, de construção da democracia. Ao focar a participação de partidos ou grupos políticos na arena eleitoral e governamental, este trabalho contribui para o conhecimento de uma das faces do complexo sistema democrático do Espírito Santo – e também brasileiro –, com suas nuances, suas variáveis, seus conflitos, suas contradições, seus clientelismos e, ainda, para o conhecimento de como o PT, um partido de esquerda, ao assumir governos e mandatos se comporta e se relaciona com a sociedade.

A escolha do presente objeto, bem como a delimitação deste recorte cronológico se deve ao fato de ser este um período extremamente importante da recente história política do Brasil e do Espírito Santo, pois é nessa época que se verifica o restabelecimento da democracia, após mais de 20 anos de um regime ditatorial e opressor. Período importante também quando se tem em mente a mobilização social. Diversos segmentos da sociedade brasileira se uniram para fazer frente ao mal maior – o Regime Militar – e é a partir dessa conjuntura que o PT, um partido de massas na sua composição e de esquerda, aparece como uma força política de

expressão e chega inclusive ao poder na Prefeitura de Vitória em 1988 e no governo do Estado em 1994².

Partindo dessas considerações, a presente dissertação está dividida em três capítulos, além desta introdução. A primeira parte do trabalho é mais conceitual. Nela são apresentadas as referências teóricas que balizam o estudo. O capítulo reflete, em linhas gerais, acerca do conceito de partido político e de sistemas partidários, sempre com o olhar voltado para o Partido dos Trabalhadores, além de fazer uma reflexão sobre o *voto* no Brasil Republicano, com a preocupação de observar o tipo de eleitor com o qual se deparou o PT no curso de sua história e quais as melhores formas de conquistá-lo. Nessa discussão, foi inevitável aludirmos minimamente acerca da influência da mídia.

No capítulo II, analisa-se, em primeiro lugar, a formação do sistema partidário no Espírito Santo no período pós-ditadura, e em seguida, faz-se uma leitura do desempenho político-eleitoral do PT nos pleitos estaduais ocorridos entre os anos de 1982 e 1992, momento de dominância do PMDB.

No terceiro e último capítulo, serão analisadas as eleições do período 1994/2002, em que se dá o ofuscamento de um partido dominante (PMDB) em circunstâncias de fragmentação partidária e ideológica no modelo de representações políticas. Serão também analisados alguns aspectos do Governo Vitor Buaiz, bem como os conflitos entre ele e o PT, pois se considera que este é um momento fulcral da história do partido no Espírito Santo. Por fim, serão tecidos alguns apontamentos em termos de comentários finais, seguidos das referências e apêndices.

² O Espírito Santo, ao lado do Distrito Federal, foram as duas primeiras unidades da federação em que o PT obteve vitória para governo.

CAPÍTULO I

1 REFERENCIAL TEÓRICO – O FENÔMENO PARTIDÁRIO: ALGUMAS TIPOLOGIAS

Não existe uma ciência das instituições, no sentido epistemológico tradicional, capaz de antecipar com segurança absoluta o funcionamento e os efeitos, a médio e longo prazo, de um sistema eleitoral específico, de um sistema particular de governo, de uma estrutura – unitária ou federativa – de estado ou de organização – unicameral ou bicameral – do Poder Legislativo, sobre o sistema político em particular e sobre o conjunto da sociedade.

José Guasti Tavares

Ao propormos o estudo do Partido dos Trabalhadores, é preciso que apontemos alguns conceitos, sem os quais a análise pode assumir um caráter abstrato a ponto de perder seu fundamento. Isso porque o termo *partido político* engloba muitas definições, tratando-se de um tema estudado exaustivamente em todo o mundo, mas sobre o qual, mesmo havendo tanta dedicação, não há ainda o estatuto de indiscutibilidade. Até hoje, cientistas políticos, sociólogos e historiadores não se entendem quanto a defini-lo. Usando as palavras de Seiler (2000, p.09), quanto às definições, “tratar dos partidos políticos significa, para o pesquisador, encalhar numa praia onde ele será obrigado a tomar uma posição, a escolher o seu campo”.

É importante salientar que as principais referências teóricas que serão utilizadas neste trabalho foram retiradas das ciências irmãs da história, sobretudo da ciência política e da sociologia política. No entanto, o objeto central que irá nortear esta pesquisa é de caráter genuinamente histórico, qual seja: a análise da trajetória do PT no Estado do Espírito Santo. Buscar-se-á compreender as relações entre o partido e a sociedade, bem como entre ele e agremiações congêneres, atentando para a historicidade dessa dinâmica, ou seja, para as mudanças que se processaram no decorrer do período proposto.

Muito embora a maioria dos conceitos elaborados ao longo do tempo acerca dos partidos tenha sido criada a partir de tipologias formadas à luz dos sistemas norte-americano e europeu – fato que causa, em muitos momentos, um desconforto para analisar sistemas partidários mais recentes como o do Brasil –, serão utilizados elementos de maior flexibilidade para alcançar o objetivo da pesquisa: estabelecer um instrumental teórico que dê conta de iluminar o objeto de estudo, no caso a trajetória do Partido dos Trabalhadores em processos eleitorais. Antes, porém, será feita uma rápida revisão bibliográfica acerca da questão partidária, para

depois apontar a combinação de perspectivas e conceitos que consideramos mais pertinentes para a análise do presente objeto.

Seiler (2000) salienta que, quer seja no vocabulário das ciências sociais ou na linguagem corrente, o emprego da palavra partido revela um uso muito antigo. Etimologicamente³, o termo *partido* deriva de uma acepção primeira do verbo *partir*, que, em francês antigo, significa *fazer partes, dividir*. Partido designará, primeiramente, um grupo armado, mais precisamente uma tropa irregular de militares agindo à margem do grosso das forças armadas ou em ruptura com elas; uma espécie de *corpo independente*, como, por exemplo, um partido de soldados veteranos (SEILER, 2000, p. 11).

O termo partido veio, posteriormente, a denominar as diferentes facções que dividiam as repúblicas antigas e, para Afonso Arinos de Melo Franco (1976), era usado para designar grupos sociais que se opunham a Atenas. Essa qualificação também era dada aos clãs que se agrupavam em torno de um *condottiere* na Itália da renascença. Assim também ocorria com os clubes, os comitês e Assembléias, que se digladiavam na França pré-revolucionária, aos quais também se dava o nome de partidos. Apesar de essas instituições apontarem como objetivo a participação política, não são sinônimos daquilo que, na contemporaneidade, se denomina partidos (DURVEGER, 1970).

Existe, entre os estudiosos do assunto, uma discórdia muito grande sobre a origem dos partidos políticos na acepção atual. Contudo, não é foco deste estudo a imersão nesse debate. Para este trabalho, o fenômeno partidário será aquele apontado por Duverger (1970), para o qual os partidos, na forma atual, datam do século XIX e o seu desenvolvimento parece estar associado à democracia, isto é, à extensão do sufrágio universal e das prerrogativas parlamentares, e o conceito de Seiler (2000, p. 07), que é ainda mais taxativo quando afirma que: “[...] o fenômeno partidário se mostra indissociável da democracia ocidental [...], constitui a condição *sine qua non* do funcionamento do regime representativo”.

Não será necessário resgatar os pioneiros no estudo a respeito da questão partidária, como Hume, Burke, Benjamin Constant, Bryce, dentre outros. A idéia é apontar alguns nomes que auxiliem a análise do objeto. Um dos primeiros estudiosos a lançar o olhar sobre os partidos

³ Uma ampla análise etimológica do termo *partido* se encontra em SARTORI, Giovanni. **Partidos e sistemas partidários**. Rio de Janeiro: Zahar; Ed. Universidade de Brasília, 1982.

na acepção contemporânea foi Robert Michels (1982), que escreveu seu livro pouco antes da Primeira Grande Guerra (1914-1918). Esse autor estabeleceu uma verdadeira *lei de ferro* quando se trata do fenômeno partidário. Na sua interpretação, os partidos políticos, nascidos da instauração da democracia e concebidos como instrumentos privilegiados de seu desenvolvimento, transformam-se, inexoravelmente, até mesmo os mais democráticos, em organizações oligárquicas. Embora o autor seja enfático e decisivo em suas conclusões, essa não é uma posição unânime entre os estudiosos do tema, uma vez que observam que os partidos políticos guardam, minimamente, diferenças importantes em sua composição⁴. Não restam dúvidas, entretanto, que Seiler (2000) tem razão ao afirmar que a lei de “ferro da oligarquia” ainda pode ser aplicada a muitos partidos contemporâneos.

A tese que marcou época foi, sem dúvida, a de Maurice Duverger (1970) sobre os partidos de massa em substituição aos partidos de quadros. Segundo Duverger, os típicos partidos do século XIX seriam de quadros. Ou seja, agremiações que surgem quase sempre dentro do parlamento e que reúnem lideranças políticas para alcançar determinados objetivos imediatos e específicos. Diante das restrições do sufrágio, não há, ainda, a necessidade dos partidos se dirigirem à população em geral. Bons exemplos de partidos de quadro seriam o Liberal e o Conservador, vigentes no período imperial brasileiro (1822-1889).

Entretanto, por ocasião do surgimento de outras formas de organização da atividade social, no âmbito do movimento socialista na virada do século XIX para o XX, e da ampliação do sufrágio, surgiu aquilo que Duverger (1970) chama de partido de massa. Esse segundo tipo de partido é aquele que baseia sua força não só nas eleições, mas também no grande número de filiados. Diferentemente dos partidos de quadros, nos quais a unidade é garantida por uma convergência sempre instável das opiniões e atitudes, a coesão dos partidos de massa baseia-se num profundo trabalho de construção ideológica, que abrange os líderes e os militantes de base. Segundo essa interpretação, os partidos de massa teriam imposto, aos partidos burgueses, a necessidade de modificarem sua forma de organização sob a pena de sofrerem fracassos eleitorais sistemáticos.

Reverendo a tese de Duverger, Kirchheimer (apud DOMINGUES, 1998, p. 139) sugeriu que, embora correto no que diz respeito à importância do surgimento dos partidos de massa entre a

⁴ Esta reflexão de Michels será alvo de muitas críticas, sobretudo, de Antônio Gramsci na obra **Maquiavel, a Política e o Estado Moderno**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1984.

esquerda europeia no final do século XIX, Duverger teria exagerado ao supor como inevitável essa forma de organização. Para Kirchheimer, os partidos burgueses não se transformaram em partidos de massa, mas apenas copiaram certos aspectos desse tipo de organização, dirigindo sua atenção ao conjunto da população e não a bases sociais específicas. Os partidos burgueses mantiveram, portanto, uma ampla independência dos seus filiados.

Diante das transformações verificadas na organização dos partidos, A. Dows (1957), seguindo a concepção de democracia formulada por Schumpeter (1984), sugeriu que os partidos são essencialmente grupos de pessoas voltados para a conquista do poder por meio eleitoral. Com esse anseio, os partidos organizam-se e agem para maximizar a obtenção de votos nas eleições. Nessa perspectiva, a vitória decorre da capacidade que uma agremiação tem de formular programas, estabelecer compromissos e adequar seu discurso, de modo a atrair os eleitores no mercado eleitoral.

Essa concepção sugere que o partido, com o objetivo de conquistar a maioria, voltaria seu olhar para o eleitor médio. Isso levaria as agremiações partidárias concorrentes a amenizarem o discurso, a adotarem uma linha político-ideológica moderada, tornando-as pouco diferentes entre si. Esse modelo de partido foi denominado por Kirchheimer de *Catch-all*⁵, e, segundo ele se tornaria uma tendência dominante, tanto nos EUA, quanto nos países europeus do pós-guerra.

Essa similaridade entre as agremiações partidárias, em função da busca da maximização de votos, levou a um relativo declínio dos partidos e a uma baixa participação do eleitorado. E esse vácuo deixado pela ausência de agremiações partidárias fortes foi ocupado pela figura do candidato. Quando a opinião pública tende a neutralidade no que respeita aos partidos, é o candidato que polariza o debate (LEAL, 2005).

1.1. Reforma ou Revolução?

Quando o assunto é o Partido dos Trabalhadores, não se pode deixar de lado a ambigüidade verificada nas entranhas do próprio movimento esquerdista internacional desde os seus

⁵ Termo consagrado por Otto Kirscheimer para designar um partido que busca conquistar um maior número possível de votos, atraindo os eleitores situados nas mais diversas posições do espectro político, mediante um discurso genérico, que evita retórica de classe.

primórdios. Isso diz respeito às polêmicas em torno do debate sobre que caminho a esquerda no mundo deveria trilhar, o da reforma ou o da revolução. Essa análise é importante, porque o PT é parte integrante de tal debate como um partido que, embora se intitulando diferente dos tradicionais partidos de esquerda, sempre refletiu, no seu interior, essas controvérsias, conforme sugere Clovis Bueno de Azevedo (1995). Além disso, é um partido de esquerda que se vinculou, durante boa parte de sua existência, às massas.

Esse debate, reforma *versus* revolução, permitiu que as análises oscilassem entre duas visões polares: de um lado, uma interpretação determinista, que reduz a política a processos e estruturas socioeconômicas e, de outro, uma visão voluntarista, que supõe que o campo de escolhas é quase ilimitado (PRZEWORSKI, 1989).

O chamado socialismo utópico, defendido pelos primeiros socialistas (Fourier, Sant Simon, Robert Owen, etc.) “tinha o objetivo de construir uma sociedade, dentro da sociedade o falanstério” (PRZEWORSKI, 1989, p. 19), uma sociedade alternativa. Esses pensadores elaboraram soluções que não chegaram a constituir doutrina e sim modelos idealizados, por isso chamados de utópicos.

Com o desenvolvimento das instituições políticas, da burocracia, das forças armadas, do Parlamento popularmente eleito, depois da ampliação paulatina, mas constante, do sufrágio universal, não mais foi possível manter essa postura de distanciamento e independência da realidade. Colocava-se a questão da necessidade da conquista do poder político. Tanto é assim que, em Marx, já existe a sugestão de se formar um partido, quando afirma que toda luta de classes é uma luta política e a organização dos proletários em classe é, conseqüentemente, a sua organização em um partido (MARX & ENGELS, 1999).

De imediato, a grande questão se coloca: o partido deveria ou não fazer uso das instituições já existentes para alcançar o poder? O voto seria uma arma já pronta para a classe trabalhadora? Tão imediata quanto a indagação, foi a resposta dos anarquistas. Para eles, a idéia de participação eleitoral modificaria o socialismo, transformando-o “de uma nova teoria da sociedade e de mundo em um reles programa, de um reles partido meramente parlamentarista” (PRZEWORSKI, 1989, p. 20).

Os socialistas foram mais cautelosos na sua resposta: se comprometeram a não fazer alianças, mas usariam as eleições para fins propagandistas. Outros segmentos da esquerda defendiam a idéia de que qualquer partido que pretendesse mobilizar os trabalhadores deveria tirar proveito dessa oportunidade.

Essa polêmica esteve presente no decorrer de toda a história do movimento socialista, com alguns pontos altos. Um dos mais marcantes foi aquele travado entre, de um lado, Eduard Bernstein e Kautzky, defensores do revisionismo, e de outro, Rosa Luxemburgo, que advogava a idéia da manutenção do internacionalismo operário e a revolução como meio de alcançar o poder e fomentar transformações na sociedade.

Diante dessa controvérsia, a questão que se colocava era a seguinte, nas palavras de Adam Przeworski (1989, p. 26):

[...] O envolvimento na política eleitoral pode resultar no socialismo ou deve reforçar a ordem social existente, isto é, a capitalista? [...] É possível o movimento socialista encontrar uma passagem entre os dois recifes descortinados por Rosa de Luxemburgo? (PRZEWORSKI, 1989, p. 26)

Apesar de toda a ambivalência, os socialistas ingressaram na política burguesa para ganhar eleições e buscar, dentro da institucionalidade vigente, as reformas que levassem ao socialismo. No geral, buscou-se fazer uso das oportunidades oferecidas pela democracia que, mesmo sendo limitada na ótica de muitos movimentos, era a mais viável aos trabalhadores para fazer frente ao capital e ao poder que dele emana.

Esse posicionamento político dará origem à social-democracia. Na visão dos revisionistas (Bernstein e Kautzky), a decadência do modo de produção capitalista tornava-se cada vez mais improvável, principalmente pela sua capacidade extraordinária de adaptação às adversidades. Decorre desse posicionamento, que a ação política da social-democracia para a implantação do socialismo não se daria como consequência de uma crise social e política, mas por meio da extensão progressiva do controle social e aplicação paulatina da cooperação (LUXEMBURGO, 1999).

Eduard Bernstein via no socialismo simplesmente a “democracia levada à sua conclusão lógica. A democracia para os social-democratas tornou-se simultaneamente o meio e o fim”

(PRZEWORSKI, 1989, p. 29). É importante frisar que aqueles que conduziram o movimento de esquerda para as disputas eleitorais acreditavam que as classes dominantes podiam ser vencidas dentro do seu próprio jogo. Existia, inclusive, um otimismo, por parte de muitos teóricos, acerca de vitórias em eleições, pois o proletariado era maioria numérica, aos poucos se libertava das restrições eleitorais, mas ainda estava submetido à hegemonia burguesa e isso impossibilitava a sua vitória nas urnas. Surgia, então, a necessidade de formar alianças: “a combinação da condição de minoria com o governo da maioria constitui a condição histórica sob a qual devem agir os partidos socialistas” (PRZEWORSKI, 1989, p. 39). Essa condição objetiva impôs aos partidos socialistas de um modo geral, inclusive ao PT (que se intitulava como tal), uma escolha: ter um partido homogêneo no que diz respeito à questão classista, mas condenado à perpétua derrota eleitoral, ou um partido que luta pelo êxito nas eleições à custa da diluição de seu caráter de classe. “[...] A decisão de participar de eleições alterou, desse modo, a própria lógica do problema da transformação revolucionária [...]” (PRZEWORSKI, 1989, p. 47).

Os partidos socialistas, a partir de então, passaram a buscar apoio fora da classe operária na perspectiva de aglutinar votos nas eleições e, desde então, oscilam entre buscar aliados para a obtenção de vitórias e a tentativa de manter, minimamente, as suas bases no movimento operário. A análise feita por Robert Michels acerca do Partido Trabalhista inglês é exemplar: “seus apelos não mais se dirigem aos operários manuais, mas a todos os produtores e a toda a população que trabalha, sendo seus termos aplicáveis a todas as classes e camadas da sociedade” (MICHELS, apud PRZEWORSKI, 1989, p. 40).

Não se pode concluir, com essa análise, que tal fenômeno ocorre e ocorrerá inevitavelmente com todos os partidos socialistas. Não se trata, portanto, de um determinismo pretensioso. Mas se tornaram lugares comuns, na maioria da bibliografia, análises acerca dos deslocamentos em direção ao centro de partidos dessa natureza, mediante de suas inserções institucionais.

1.2. A institucionalidade democrática brasileira e o PT

Se a organização partidária é um dos principais requisitos para o desenvolvimento de um regime representativo, fato que torna o estudo dos partidos muito difuso, no caso brasileiro, entretanto, é possível identificar um mal-estar em relação aos partidos políticos

(LAMOUNIER; 1989). Avoluma-se a cada dia, no Brasil, um sentimento negativo com relação aos políticos, ao Congresso e, por consequência direta, aos partidos, sentimento que se estampa diariamente na imprensa escrita e nos meios de comunicação de massa. Muito desse desprestígio se deve, em parte, a comportamentos individuais pouco virtuosos de alguns parlamentares.

Rodrigo Patto Sá Motta (1999) vai além dessa afirmação e sugere que essa frustração com os partidos tem uma raiz objetiva e outra subjetiva, ou cultural: de um lado, a evidência incontornável de uma excessiva intermitência e fragilidade nos sistemas partidários que se sucederam na história; de outro, o desencontro quase sempre amargo, às vezes chocante, entre as expectativas que se formam e o desempenho efetivo desses sistemas, ou das principais organizações que os integram.

Consideramos que Motta (1999) está correto na sua afirmação. As razões do subdesenvolvimento partidário no Brasil devem ser buscadas, em primeiro lugar, nas freqüentes rupturas da ordem constitucional e na vigência de longos períodos de autoritarismo. Tanto é assim que, na história do Brasil independente, observam-se nada menos que seis configurações partidárias, praticamente sem elementos de continuidade na passagem de uma para outra (MOTA, 1999; CHACON, 1981).

O atual quadro de partidos estruturou-se no âmbito da reforma partidária de 1979. Ele se inseriu num contexto denominado por Samuel Huntington (1994) como sendo de terceira onda. O autor aponta que a primeira onda de democratização mundial ocorreu entre os anos de 1920-1926 e a segunda nos anos posteriores à Segunda Guerra Mundial até o ano de 1974, momento da queda do regime de Salazar em Portugal com a Revolução dos Cravos⁶. Em seguida, a democracia sofreu um retrocesso com o crescimento do comunismo e a queda das frágeis democracias na América Latina. Após 1974, por fim, surgiu a terceira onda: nas duas décadas finais do século XX, ocorreu simultaneamente o surgimento de dezenas de

⁶ Trata-se do golpe de estado ocorrido no dia 25 de Abril de 1974 que derrubou, num só dia, o regime político que vigorava em Portugal desde 1926, sem grande resistência das forças leais ao governo, que cederam perante a revolta das Forças Armadas. Esse levantamento é conhecido por Dia D, 25 de Abril ou Revolução dos Cravos. O levantamento foi conduzido pelos oficiais intermédios da hierarquia militar, na sua maior parte capitães que tinham participado na Guerra Colonial. Considera-se, em termos gerais, que essa revolução trouxe a liberdade ao povo português (denominando-se "Dia da Liberdade" o feriado instituído em Portugal para comemorar a revolução).

democracias, com a queda do bloco soviético e com o declínio dos regimes militares na América Latina.

O sistema partidário brasileiro enquadra-se, como apontou Huntington (1994), numa democracia de terceira onda, e é marcado pela fragilidade e por uma baixa institucionalidade⁷. Um outro aspecto importante do sistema brasileiro de partidos é um problema verificado nas democracias de terceira onda em geral: a questão da intervenção do Estado e das elites no processo de constituição dos sistemas partidários (SARTORI, 1992; MAINWARING, 2001). Cinco dos seis sistemas verificados no Brasil foram forjados pelo Estado, sendo a única exceção o atual sistema de partidos (MAINWARING, 2001). Os sistemas de Terceira Onda são particularmente sujeitos à ação modeladora das elites, uma vez que não possuem uma longa e contínua trajetória democrática, abrindo espaço, nos períodos autoritários, para que determinados líderes possam extinguir antigos sistemas de partidos e criar outros. São menos institucionalizados e, por isso, mais susceptíveis à ação dos líderes políticos. Mainwaring (2001, p. 70) salienta que “se um sistema de partidos está profundamente enraizado na sociedade, os líderes encontram mais dificuldades para modificá-lo substancialmente”. No caso das democracias de terceira onda, é comum terem passado por vários processos de rupturas democráticas que levam necessariamente a fases de transição, momentos especialmente favoráveis à transformação pelo alto dos sistemas partidários.

Os partidos brasileiros sempre foram marcados por um altíssimo grau de permeabilidade, elitismo e personalismo, e o PT, pelo menos inicialmente, rompeu com essa tendência, pois se constituiu com uma base formada pelos excluídos do jogo político. Segundo estudo de Meneguello (1989), o partido surgiu como o único, na história brasileira, enquadrado naquilo que Duverger (1970) denominou de partidos de massas.

Diante das peculiaridades verificadas no Partido dos Trabalhadores na sua formação social, bem como na sua maneira de conceber o poder e a tomada do mesmo, não podemos deixar de

⁷ Segundo Scott Mainwaring (2001), existem quatro dimensões de institucionalização dos sistemas partidários: a primeira consiste em que os sistemas mais institucionalizados são estáveis e seus padrões de competição interpartidária têm regularidade; em segundo lugar, nos sistemas mais institucionalizados, os partidos têm fortes raízes na sociedade. Os vínculos entre os partidos e os cidadãos são estáveis; a terceira dimensão de um sistema institucionalizado consiste em que os atores políticos conferem legitimidade aos partidos; por fim, em um sistema bem institucionalizado, as organizações partidárias fazem diferença. Os partidos não estão subordinados aos interesses de uns poucos líderes ambiciosos, adquirem independência e importância por virtude própria.

mencionar referenciais teóricos elaborados pelo pensador italiano Antônio Gramsci acerca do partido político, bem como do papel que ele deve exercer na sociedade.

A menção a Gramsci deve-se ao fato de que o PT, pelo menos durante os seus dez anos de existência, recusava veementemente o socialismo real aos moldes soviéticos. Também não se colocava como social-democrata, além de fazer duras críticas ao modelo de democracia verificado no Brasil. Sendo assim, o PT empenhava-se em formular o que os membros do partido chamavam de socialismo-democrático, conceito muito recorrente nos seus documentos oficiais, colocado sempre de maneira obscura. A esse respeito, pode-se citar a seguinte colocação do partido nas suas resoluções do Primeiro Encontro Nacional, realizado em 1981:

[...] Não basta alguém dizer que quer o socialismo. A grande pergunta é: qual socialismo? Estamos obrigados a rezar pela cartilha do primeiro teórico socialista que nos bate a porta? Estamos obrigados a seguir este ou aquele modelo, adotado neste ou naquele país? (...) Sabemos que caminhamos para o socialismo, para o tipo de socialismo que nos convém. Sabemos que não nos convém, nem está em nosso horizonte, adotar a idéia do socialismo para buscar medidas paliativas aos males sociais causados pelo capitalismo ou para gerenciar a crise em que este sistema econômico se encontra [...]⁸.

Além disso, nos textos oficiais, nas resoluções dos Encontros e Congressos, se utilizam muitas categorias teóricas que recorrem às idéias gramscianas. Uma delas é a importância que o PT, assim como Gramsci, atribuía aos organismos de base para a construção de uma sociedade capitalista (COUTINHO, 1989). É constante nos documentos oficiais do partido a referência aos chamados núcleos de base que, apesar de aparentemente não terem emplacado como desejado, eram muito valorizados e mencionados pelo partido.

A referência a Antônio Gramsci ocorre, acima de tudo, porque o pensador sardo buscou na esfera política, ou seja, na relação entre governantes e governados, entre aqueles que dirigem e os que são dirigidos, a gênese da sua ampla elaboração teórica. Todo o pensamento de Gramsci está voltado a responder questões/problemas da sua própria prática política. E, nessa ampla construção intelectual, elemento chave é a sua visão ampliada de partido político.

⁸ PARTIDO DOS TRABALHADORES. **Resoluções de Encontros e Congressos 1979-1998**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 1998. p. 114.

No texto *Maquiavel, a política e o Estado Moderno*, Gramsci (1984), ao mesmo tempo em que mantém uma interlocução com Maquiavel, diverge do mesmo, apontando que o seu *moderno príncipe* não pode ser um indivíduo, mas o partido político:

[...] o *moderno príncipe* não pode ser uma pessoa real, um indivíduo concreto [sic] só pode ser um organismo [...], um elemento complexo da sociedade no qual já tenha se iniciado a concretização de uma vontade coletiva reconhecida e fundamentada parcialmente na ação [...]. Este organismo já é determinado pelo reconhecimento histórico: o partido político – a primeira célula na qual se aglomeram germes da vontade coletiva tendem a se tornar universais e totais [sic] (GRAMSCI, 1984, p. 06).

Para Gramsci, todas as classes subalternas desenvolvem ações políticas, que são espontâneas. Essas ações são carentes, portanto, de consciência. Na visão gramsciana, cabe ao partido político fornecer a direção consciente, conceder pressupostos político-intelectuais que superem essa espontaneidade corporativa e heterogênea dos movimentos classistas e os convertam em algo “homogêneo, universalizante, que seja capaz de uma ação eficaz e duradoura” (COUTINHO, 1989, p. 105).

Para Gramsci, portanto, o partido é o centro da rede social, organismo de mediação e síntese, de hegemonia, de dominação e que luta para formar a vontade coletiva. A esse respeito, Gruppi (1980, p. 83) esclarece:

[...] as classes subalternas têm uma filosofia real, que é a sua ação, do seu comportamento. E ela têm também uma filosofia declarada, que vive na consciência, a qual está em contradição com a filosofia real. É preciso juntar esses dois elementos através de um processo de educação crítica, pelo qual a filosofia real de cada um, sua política, se torne também a filosofia consciente. (GRUPPI, 1980, p. 83)

Por meio da união entre consciência e ação, que são estritamente ligadas, é que se conquista a hegemonia, mesmo antes de se conquistar o poder. Segundo Gramsci (1984), aliás, a conquista da hegemonia é fundamental para se formar o que ele chama de um novo “bloco histórico” a fim de, depois, conquistar-se o poder, ultrapassando a ordem anterior. Portanto, o partido tem uma função pedagógica, “pois é o grande reformador intelectual e moral, o que supera uma velha concepção e constrói outra nova” (GRUPPI, 1980, p. 80).

A partir da idéia de hegemonia e contra-hegemonia em Gramsci, é importante que se chame a atenção para outro conceito ao qual o autor também faz muitas referências: a questão da ideologia, que alcançou um outro patamar, uma vez que Gramsci amplia o conceito, dando a ele um sentido positivo, como Lênin o fez. O conceito de ideologia em Gramsci ultrapassa sua localização na superestrutura, ao lado do Estado, e avança sobre a infra-estrutura. Dessa forma, a ideologia, como própria superestrutura, não é um mero reflexo da infra-estrutura econômica.

Essa menção acerca da ideologia é importante, porque nos documentos do PT é comum a apresentação de suas propostas políticas como as mais vantajosas, em detrimento de tudo aquilo que existia na política brasileira, ou seja, o partido colocava-se como aquele verdadeiramente democrático e defensor da ética e da moral política. As demais agremiações existentes no Brasil eram colocadas como imorais e demagógicas. Essa demonstração de vantagens de uma proposta sobre outra marca o caráter ideológico de seu discurso, no nível mais simples.

A partir do conceito de ideologia, dois outros conceitos citados acima são importantíssimos na teoria gramsciana: bloco histórico e hegemonia. Ambos os conceitos são complementares. O bloco histórico é representado pelo conjunto de forças que dominam o poder no Estado num determinado momento histórico. Seu caráter de historicidade aponta a possibilidade da sua não perpetuação, daí a necessidade de o bloco histórico procurar constantemente os meios adequados para a manutenção do poder. Para o funcionamento do bloco histórico, a hegemonia é um elemento estratégico, pois é o que garante a permanência do *status* de classe dominante diante do grupo dominado.

Essa reflexão leva a aludir à maneira ampliada pela qual Gramsci concebe o Estado, que, segundo ele, é *locus* de duas esferas distintas, mas que não se descolam, formadoras de um par dialético composto pela sociedade civil, por onde perpassam as relações de hegemonia, e pela sociedade política, de onde emanam as práticas coercitivas. Na primeira, situam-se as organizações sociais, tais como: partidos, sindicatos, igrejas, escolas, meios de comunicação, etc. Já a sociedade política, abarca o governo, a burocracia, as forças armadas, o sistema judiciário, dentre outros.

Nesse Estado ampliado, não há espaço para a revolução. O desenvolvimento do capitalismo foi responsável por pluralizar a sociedade, gerando uma complexidade na estrutura social que, por sua vez, buscou maior representação através das organizações sociais:

[...] A técnica política moderna mudou completamente depois de 1848, depois da expansão do parlamentarismo, do regime associativo sindical e partidário, da formação de amplas burocracias estatais e 'privadas' (político-privadas, partidárias e sindicais) e das transformações que se verificaram na política num sentido mais largo, isto é, não só do serviço estatal, destinado à repressão da delinqüência, mas do conjunto das forças organizadas pelo estado e pelos particulares para tutelar o domínio público e econômico das classes dirigentes [...] (GRAMSCI, 1984; 65).

Nesse sentido, Gramsci lança mão daquilo que ele chama de guerra de posição, que seria o processo de luta pelo estabelecimento da hegemonia, no qual um determinado grupo deve se tornar dirigente, conquistando espaços políticos, tomando a direção político-ideológica, antes de conquistar o poder governamental. “Constitui a etapa fundamental em sociedades onde o Estado se ampliou, deslocando a luta de classes para o âmbito da sociedade civil” (MARQUES, 2005, p. 119).

Gramsci compreende, portanto, essas duas esferas da sociedade dentro de uma nova realidade da luta de classes. Aponta para a concepção tática e estratégica do que poderíamos conceber como confronto, que se estabeleceria no nível da correlação de forças entre as classes dominante e dominada, principalmente quanto aos partidos que as representassem. Assim, a fortaleza da hegemonia burguesa seria atacada paulatina e constantemente através da longa batalha na esfera da sociedade civil, com o objetivo de conquistar posições e espaços e ir solidificando uma direção político-ideológica que estabelecesse um consenso entre setores majoritários da população, como condição para o acesso ao poder do Estado (COUTINHO, 1989).

A atuação do Partido dos Trabalhadores nos seus aproximadamente dez primeiros anos de existência esteve voltada para aquilo que os petistas chamavam de acúmulo de forças, ou seja, utilizar de todos os meios disponíveis, inclusive as eleições, para conscientizar a classe trabalhadora da sua condição subalterna para se construir uma nova forma de sociabilidade:

“Era preciso preparar o campo e construir uma outra hegemonia”⁹. A partir dos anos 1990, observa-se que, nas resoluções dos seus Encontros e Congressos, se fortalece no PT a concepção de que, para transformar a sociedade, era necessário legitimar e institucionalizar a democracia brasileira. Isso fica claro na análise de alguns pontos das resoluções do 1º Congresso do partido, realizado entre 27 de novembro e 1º de dezembro de 1991:

[...] Desde a sua origem, o PT vem buscando construir, prática e teoricamente, uma alternativa tanto ao chamado socialismo real quanto à social-democracia, [...] nosso partido vem reafirmando sua concepção de que o socialismo não nascerá de um decreto, nem do PT nem de ninguém. [...] Para o PT, socialismo é sinônimo de radicalização da democracia. Isso quer dizer que a concepção de socialismo do PT é substancialmente distinta de tudo que, enquanto concepção, vimos concretizado em todos os países do chamado socialismo real. [...] Afinal, democracia para nós é simultaneamente meio e fim. Dizer isso implica recusar todo e qualquer tipo de ditadura, inclusive a ditadura do proletariado, que não pode ser outra coisa senão ditadura do partido único sobre a sociedade, inclusive sobre os próprios trabalhadores [...]¹⁰.

Observa-se claramente um abandono sistemático da ideologia de classes trabalhadoras em favor do atendimento dos interesses nacionais. Nota-se também que o Estado deixou de ser visto como um instrumento de dominação social, passando a ser concebido como alavanca para a transformação social.

Em parte, essa mudança se configurou por ocasião da queda do bloco soviético e da conseqüente crise que se abateu sobre a esquerda mundial a partir de então. Mas Maria Dalva Kinzo (1993) e Mainwaring (2001) salientam que a questão da estrutura institucional é um condicionante fundamental à formação e desenvolvimento dos partidos políticos, e que, no caso do Brasil, tem sido um elemento que contribui sobremaneira para a volatilidade das organizações partidárias.

Segundo Silva (2004, p. 38), “instituições, no sentido mais amplo, têm sido entendidas como procedimentos formais e informais, normas, rotinas, e convenções inseridas na estrutura organizacional da política ou da economia política”. Nesse sentido, o sistema político não

⁹ PARTIDO DOS TRABALHADORES. **Resoluções de Encontros e Congressos 1979-1998**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 1998. p. 482-483.

¹⁰ PARTIDO DOS TRABALHADORES. **Resoluções de Encontros e Congressos 1979-1998**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 1998. p. 489-490.

poderia deixar de ser influenciado pelo desenho institucional e pelo contexto socioeconômico do qual é parte integrante.

A hipótese de que as bases de poder podem ser transformadas pelas mudanças verificadas nas instituições encontra-se presente no arcabouço analítico neoinstitucionalista. Entretanto, sabemos que o novo institucionalismo não compreende um corpo de pensamento hermeticamente fechado. Sob este rótulo, encontram-se diversas formas de se conceber a origem, desenvolvimento e funcionamento das instituições políticas e sociais. Para o presente trabalho, basta o argumento mais geral do neoinstitucionalismo, o qual afirma que, resguardadas certas condições, o comportamento dos atores políticos é adaptável às mudanças e às disposições das regras e normas de determinado contexto. Essa síntese tem sido muito aceita nos meios acadêmicos (Silva, 2004). Nas palavras de Putman (apud SILVA, 2004, p. 34-35),

[...] O novo institucionalismo sustenta que a política é estruturada pelas instituições. James March e Johan Olsen assim resumem essa teoria sobre o papel das instituições: a organização da vida política é importante, e as instituições influenciam o fluxo da história. As decisões tomadas no âmbito das instituições políticas modificam a distribuição de interesses, recursos e preceitos políticos, na medida em que criam novos atores e identidades, incutem nos atores a noção de êxito e fracasso, formulam regras de conduta apropriada e conferem a certos indivíduos, e não a outros, a autoridade e outros tipos de recursos. As instituições influenciam a maneira pela qual indivíduos e grupos se tornam atuantes dentro e fora das instituições estabelecidas, o grau de confiança entre cidadãos e líderes, as aspirações comuns da comunidade, o idioma, os critérios e os preceitos partilhados pela comunidade, e o significado de conceitos como democracia, justiça, liberdade e igualdade [...].

Ainda na visão de Silva (2004), a análise institucional nos permite examinar as relações entre os atores políticos tanto como objetos quanto como sujeitos da história. As instituições que estão no centro das análises institucionais – desde os sistemas partidários aos interesses econômicos (estrutura) – podem configurar e restringir as estratégias políticas de modo importante. Mas elas próprias são também resultados – intencionais ou não – de cálculos deliberados, conflitos e escolhas políticas. Ao centrar-se nas características intermediárias da vida política, o novo institucionalismo vincula os homens – construtores da história – às circunstâncias sob as quais eles são capazes de agir.

O raciocínio acima nos ajuda a lançar luz sobre o nosso objeto da seguinte forma: apesar de o PT representar um paradoxo no que tange a partido político no Brasil, tanto no aspecto ideológico, quanto no que diz respeito à sua composição social, ele não deixa de estar inserido, como apontou Kinzo (1993) dentro de estrutura institucional que interfere em seu formato. Certamente, um dos fenômenos mais sintomáticos do sistema político-eleitoral brasileiro é a sobrevalorização do candidato, em detrimento do partido político. Segundo Leal (2005), essa questão, que já levou alguns autores a aventar a possibilidade de morte das estruturas partidárias, deixou de ser um fenômeno exclusivo do sistema eleitoral norte-americano para se transformar em manifestação de alcance praticamente global. No Brasil, os últimos anos forneceram numerosas demonstrações da centralidade dessa discussão, vide a eleição de Collor e todos os desdobramentos de sua vitória.

Segundo sugere ainda Mainwaring (2001, p. 36), quando analisa os sistemas democráticos de terceira onda, “as instituições criam incentivos para o comportamento dos atores”. Ou seja, as instituições estruturam as regras do jogo e criam parâmetros dentro dos quais os atores fixam seus comportamentos.

Não é intenção deste estudo fazer uma análise detalhada do arcabouço institucional brasileiro nem tampouco das mudanças que sofreu ao longo do tempo. Deseja-se apenas chamar a atenção para certos mecanismos que afetam diretamente a dinâmica político-partidária. Isso porque o desempenho eleitoral dos partidos e a modalidade de sua atuação, bem como o seu perfil, dependem em grande medida das regulamentações atinentes ao processo eleitoral (KINZO, 1993). O primeiro aspecto a ser abordado é a questão da ênfase dada à pessoa do candidato em detrimento das agremiações políticas.

Essa anomalia foi evidenciada em 1989, quando a cristação se dava em torno de dois nomes: Collor e Lula, respectivamente do PRN e do PT, ao passo que os dois grandes partidos eram PMDB e PFL. Aquela eleição explicitou, além de tudo, a importância do marketing político numa disputa eleitoral majoritária (CARREIRÃO, 2002a), algo que trabalharemos mais adiante.

Vários elementos contribuem para a personalização do voto no Brasil, principal característica do que Leal (2005) chamou de “nova ambiência eleitoral”. Um deles é o que o cientista político Sérgio Abranches (1988) cunhou de “presidencialismo de coalizão”, para se referir ao

sistema republicano brasileiro recente. Nele, o Presidente tem grande peso de decisão, porém não conta com um partido amplamente majoritário no Congresso e precisa de uma coalizão de forças partidárias para obter sustentação parlamentar. Isso acaba tornando o Parlamento muito ligado à figura do Presidente.

Além disso, como se sabe, a eleição presidencial realiza-se atualmente pelo sistema de dois turnos, que tem como fundamento assegurar maioria absoluta ao vencedor. Esse mesmo sistema é aplicado aos Estados e nos municípios com mais de 200 mil eleitores. Como em geral ocorre em eleições majoritárias, esse preceito leva a uma forte individualização e personalização da disputa política. A maioria do apoio dado a um dos candidatos, sobretudo no segundo turno, quando são somente dois os concorrentes, leva a um desequilíbrio de forças entre os poderes legislativo e executivo, contribuindo para que, mais uma vez, este acabe por prevalecer sobre aquele.

Por outro lado, a inexistência de legislação estável para a formação de alianças é outro aspecto que contribui sobremaneira para a fragilidade do sistema partidário brasileiro. É comum, no Brasil, duas agremiações partidárias, diametralmente opostas em nível nacional, se unirem no estado ou no município, como foi o caso da aliança firmada entre PT e PFL no município de Fundão, ou a coalizão PSDB-PT no município de Viana, ambas em 2004, nas eleições para prefeito. Esse problema confunde o eleitor, que passa a perceber os partidos como idênticos, desprovidos de programas e ideologias, direcionando os olhares para a figura do candidato. Isso é reflexo da busca de votos para além do seu eleitorado base.

Outro problema é o voto proporcional de lista aberta. Por um lado, esse modelo estimula, por excelência, as alianças, pois dificilmente um partido recebe a maioria das cadeiras (NICOLAU, 2004). Por outro, o sistema propicia uma disputa entre elementos do mesmo partido ou coligação, pois somente os primeiros da lista são eleitos, fato que leva os candidatos, nas campanhas, a darem destaque às suas realizações individuais, negligenciando o partido.

Pode-se apresentar ainda outro fator que contribui para a fragilidade do sistema brasileiro: a infidelidade partidária. O troca-troca de partidos demonstra um alto grau de pragmatismo da nossa classe política, que passa a ser vista sem identidade e/ou projeto. Além disso, é quase regra, no Brasil, os políticos se abrigarem no partido que está no poder, fortalecendo ainda

mais a imagem dos chefes do Executivo. Esse problema tornou-se tão grave no Brasil, que levou o Tribunal Superior Eleitoral (TSE) a aprovar, no dia 27 de março de 2007, por seis votos a um, a medida segundo a qual o mandato pertence ao partido ou à coligação e não ao candidato eleito¹¹.

Nesta pesquisa, cuidado foi tomado em termos de inserir o PT dentro dessa engenhosa e complexa estrutura partidária, com suas teias de alianças, com seus arranjos, com seus vícios, seu clientelismo, pois firma-se a convicção que essa estrutura moldou o partido, e a sua trajetória é reflexo dessa modelação. Essa análise é fundamental, pois um dos grandes problemas enfrentados pelos partidos de massa é a sua inserção institucional e a sua transformação em partido do tipo *catch-all*.

Na análise da mudança sofrida pelo Partido dos Trabalhadores, a obra de Pierre Bourdieu é também uma referência pelo fato de abarcar, numa só reflexão, muitos dos aspectos expostos acima. Segundo Pierre Bourdieu (1989, p. 165),

[...] A fronteira entre o que é politicamente dizível e indizível, pensável ou impensável para uma classe de profanos determina-se na relação entre os interesses que exprimem esta [sic] e, por este modo, política, lhe assegura. Uma intenção [...] encarna-se numa situação, em costumes e em instituições humanas. Se a técnica do jogo do xadrez não existisse, eu não poderia ter a intenção de jogar o xadrez [...]. A intenção política só se constitui na relação com um estado do jogo político, e mais precisamente, no universo das técnicas de ação e de expressão que ele oferece em dado momento.

O Partido dos Trabalhadores surgiu no bojo das manifestações que objetivavam redemocratizar o Brasil após os *anos de chumbo*¹², uma das fases mais obscuras da história do Brasil. Surgiu a partir dos setores menos favorecidos da sociedade brasileira, pelo movimento sindical, pelas comunidades eclesiais de base, por setores progressistas da Igreja, por ex-militantes da luta armada, intelectuais, dentre outros. Esses segmentos viam no PT o meio de alcançar o poder e a possibilidade de implementar mudanças qualitativas na sociedade brasileira, além da busca pela ampliação dos direitos democráticos, num período de grave

¹¹ O entendimento do TSE foi em resposta à consulta feita pelo PFL em decorrência da grande migração de parlamentares para a base aliada do governo Lula. O questionamento dos peefelistas era o seguinte: "os partidos e coligações têm o direito de preservar a vaga obtida pelo sistema eleitoral proporcional quando houver pedido de cancelamento de filiação ou de transferência do candidato eleito por um partido para outra legenda?"

¹² Expressão utilizada para designar os anos em que o Brasil permaneceu submetido à Ditadura Militar, entre os anos de 1964 e 1985.

deterioração da economia e grande perda da credibilidade e governabilidade, no final dos anos 70 e início dos 80.

Após a ampliação de sua experiência administrativa, surgiram diversos estudos que enfocavam os dilemas e mudanças internas do PT como consequência de uma inserção institucional. A respeito das mudanças verificadas em um partido a partir de sua inserção institucional, Pierre Bourdieu (1989, p. 170) é ainda mais taxativo:

Nada é menos natural do que o modo de pensamento e de ação que é exigido pela participação no campo político: como o *habitus* religioso, artístico ou cultural, o *habitus* do político supõe uma preparação especial (...), como o domínio de uma certa linguagem e de uma retórica política, a do *tribuno*, indispensável nas relações com os profanos, ou a do *debater*, necessária nas relações entre os profissionais. Mas é também e sobretudo esta espécie de iniciação, com as suas provas e seus ritos de passagem, que tendem a inculcar o domínio prático da lógica imanente do campo político e a impor uma submissão de fato aos valores, às hierarquias e às censuras inerentes a este campo ou à forma específica de que se revestem os seus constrangimentos e os seus controles no seio de cada partido.

Fica patente, segundo o texto de Bourdieu (1989), a necessidade, por parte do partido ou de qualquer agente político, de se enquadrar ao jogo político. Para o autor, o campo político é caracterizado por um constante conflito, que opõe profissionais numa luta simbólica pela conservação ou pela transformação do mundo social por meio da conservação ou da transformação da visão do mundo social (BOURDIEU, 1989). É, na verdade, uma “luta pelo poder propriamente simbólico de fazer ver e fazer crer, de predizer e de prescrever, de dar a conhecer e de fazer reconhecer, que é ao mesmo tempo uma luta pelo poder sobre os poderes públicos (as administrações do Estado)” (BOURDIEU, 1989; 175). Nas democracias modernas, a luta para conquistar a adesão dos cidadãos (os seus votos, as suas quotizações, etc.) é também uma luta para manter ou para subverter a distribuição do poder sobre os poderes públicos.

Ainda segundo Pierre Bourdieu (1989), os agentes por excelência dessa luta são os partidos, organizações de combate especialmente ordenadas em vista a conduzirem essa forma sublimada de guerra civil, mobilizando de maneira duradoura o maior número possível de agentes dotados da mesma visão do mundo social e do seu porvir (BOURDIEU, 1989).

Pierre Bourdieu (1989) chama a atenção para o fato de que os partidos devem trilhar dois caminhos a fim de garantirem uma mobilização duradoura: por um lado, elaborar e impor uma

representação de mundo, um discurso capaz de obter a adesão do maior número possível de cidadãos, e por outro, ocupar postos-chaves da máquina pública, capazes de assegurar um poder sobre seus tributários. Por isso, diz Bourdieu (1989), a produção das idéias acerca do mundo social acha-se sempre subordinada, de fato, à lógica da conquista do poder.

Quando se examinam as resoluções dos Encontros e Congressos do Partido dos Trabalhadores, observa-se uma adequação da sua fala oficial à lógica do jogo político vigente no Brasil desde a abertura política empreendida no início da década de 1980. Para tanto, paradigmática é a Resolução do 1º Congresso, realizado em 1991, quando foram feitas as primeiras reflexões sobre a conjuntura internacional e sobre a crise do socialismo real como ponto de partida para a formulação de uma política estratégica. O documento produzido pelo Congresso representou o grande marco de mudança ideológica e teórica do partido. Foram retirados de seu programa termos como *revolução*, *socialismo*, e assuntos como o boicote à dívida externa¹³. Por outro lado, entraram em pauta questões acerca da política de alianças com partidos posicionados mais ao centro do espectro político, que mais tarde provocaram, inclusive, diversos rachas no partido.

1.3. O voto no Brasil: aspectos das mudanças de comportamento eleitoral

Como o objeto desta pesquisa é o PT em processos eleitorais, no Espírito Santo, entre 1982 e 2002, e a maneira pela qual o partido se adaptou aos parâmetros institucionais vigentes, cabe aqui uma rápida, mas importante reflexão acerca das mudanças no comportamento eleitoral no Brasil no decorrer do período republicano e uma análise um pouco mais detalhada do perfil do eleitorado brasileiro no atual regime democrático do país. Os apontamentos serão feitos à luz dos principais modelos de explicação do voto, com objetivo de explicitar o tipo de eleitor com que o PT se deparou e que tinha de alcançar para obter sucesso eleitoral, e quais mudanças deveriam ser delineadas pelo partido, na sua feição, para atrair tal eleitor.

Até a década de 60, o principal elemento de explicação eleitoral no Brasil foi o *clientelismo* (SILVEIRA, 1998). A maior parte da literatura sobre o assunto associa o fenômeno clientelista à dependência pessoal e coerções políticas.

¹³ PARTIDO DOS TRABALHADORES. **Resoluções de Encontros e Congressos 1979-1998**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 1998.

Esse modelo explicativo apontava que o eleitorado brasileiro, predominantemente rural, pouco escolarizado e desinformado, não era capaz de apreender de maneira plena as propostas políticas e de reconhecer seus próprios interesses, deixando-se manipular pelo líder local. Segundo essa interpretação, isso ocorria por conta do grau de dependência do cidadão em relação ao chefe local, em virtude dos favores como o atendimento de suas necessidades imediatas, tais como serviço médico, assessoria jurídica, assistência educacional, transporte, vestuário, dentre outros. Por outro lado, a submissão ao coronel¹⁴ também se baseava numa relação coercitiva demonstrada pela expressão *voto de cabresto*. Ou seja, num período em que o voto não era secreto, o eleitor era obrigado a votar em determinados candidatos da preferência do chefe local sob pena de sofrer represálias, de perder seu emprego ou passar por vários outros constrangimentos (LEAL, 1978).

Segundo a interpretação pautada no clientelismo, o processo político eleitoral era um jogo de cartas marcadas, controlado em sua plenitude pelos chefes políticos locais. Nessa perspectiva, os partidos políticos não passavam de meras organizações artificiais, voltadas a atender aos interesses da elite agrária. Os partidos eram também agremiações carentes de ideologia e não representavam os interesses da sociedade como um todo.

Essas práticas coronelistas e clientelistas perderiam fôlego com as profundas transformações estruturais verificadas na sociedade brasileira em decorrência da industrialização, da urbanização e do desenvolvimento econômico, verificados a partir da *Era Vargas* (1930/1945).

Com a democratização de 1945, constata-se uma profunda mudança na fisionomia do eleitorado. A interpretação que classificava o eleitor como ignorante e desinformado perde sentido com as elevações dos níveis de escolaridade da população. Também contribui para a diminuição do controle do chefe sobre o eleitor o fomento dos meios de comunicação, naquele momento o rádio, que proporcionaram uma maior circulação de informações acerca de política.

A sociedade brasileira tornara-se mais complexa e hierarquizada, havia deixado de ser enquadrada no binômio senhor de terras e seus dependentes. Como se sabe, no período

¹⁴ Acerca do fenômeno do Coronelismo ler LEAL, Vitor Nunes. **Coronelismo, enxada e voto**. São Paulo: Alfa & Ômega, 1978.

anterior a 1930, as eleições baseavam-se em inúmeros expedientes, como fraudes, falsificação de assinaturas, alterações de atas eleitorais (instrumento de falsificação chamado de *bico de pena*), dentre outros (NICOLAU, 2004b). Após a redemocratização de 1945, foram criadas diversas regras visando diminuir as falcatruas eleitorais: foi criado o voto secreto (criado na Constituição de 1934, mas só entrou em vigor depois de 1945); as mesas receptoras e comissões legislativas perderam a atribuição de apurar os resultados eleitorais; foi criada a justiça eleitoral, esfera independente, que teria a responsabilidade de organizar os pleitos e apurar votos.

Embora tivesse sido mantida em algumas regiões a influência dos chefes políticos e dos clãs familiares locais e tivesse crescido a importância de lideranças personalistas, a política começava a girar mais em torno dos partidos, organizações que estavam começando a se firmar política e organizacionalmente. A partir desse momento, começaram a predominar as explicações baseadas na *identificação partidária* e nas *diferenciações socioeconômicas* (LIMA Jr., 1983; LAMOUNIER & CARDOSO, 1975; 1980). Aumentava a competitividade eleitoral em pleitos mais lisos e democráticos e surgiam as condições de incertezas típicas de processos eleitorais (SILVEIRA, 1998).

O estudo de Antonio Lavareda (1991) é exemplar nesse sentido. Em brilhante trabalho de pesquisa, o autor apontou que os partidos do período 1945/1964 estavam em fase de institucionalização, processo interrompido pelo golpe de 64. Ou seja, as agremiações partidárias do período – PSD, PTB e UDN, principalmente – não podiam mais ser taxadas de artificiais, como os partidos de períodos anteriores. A partir dos resultados de pesquisa do IBOPE, o autor mostrou que parte considerável do eleitorado reconhecia as diferenças políticas entre os partidos e estabelecia relações de identificação com indivíduos. O estudo aponta que a UDN dispunha de preferência relativamente maior entre as classes alta e média, o PTB tinha vantagem entre as classes pobres, e as preferências do PSD dividiam-se entre os diversos segmentos da sociedade, isso por conta do seu pragmatismo e fisiologismo.

No mesmo espaço desses modelos explicativos utilizados para o caso do período 1945-1964, podem se conjugar tipologias estruturadas a partir da distinção e oposição entre “identificação partidária” e “identificação personalista” (SILVEIRA, 1998). O grupo de eleitores que estabelecia relações duráveis de identificação partidária era apresentado nos estudos como o responsável pelo importante e saudável fortalecimento dos partidos e o refinamento do

sistema democrático brasileiro. Por outro lado, a identificação com personalidades políticas era vista como algo retrógrado, como prática politicamente subdesenvolvida, que contribuía para o enfraquecimento dos partidos e da democracia.

Apesar desse relativo fortalecimento das instituições partidárias, neste contexto, o personalismo atingiu seu auge com a emergência de líderes que gozavam de grande carisma entre as massas populares, tais como: Getúlio Vargas, Ademar de Barros, Jânio Quadros, Juscelino Kubitschek, Carlos Lacerda, dentre outros. Mas a relação estabelecida não se dava mais aos moldes tradicionais, ou seja, a partir de contatos e compromissos definidos caso a caso. A proteção do líder passava a ser implementada por intermédio de medidas governamentais que beneficiavam as grandes massas, via Estado.

Silveira (1998, p. 50) aponta algo que não foi percebido na época: a convivência entre personalismo forte e o crescente fortalecimento dos partidos. Em muitos casos, afirma o autor:

[...] havia forte associação entre a imagem do partido e a imagem do candidato, de modo que as identificações personalistas e partidárias encontravam-se amalgamadas. Enquanto mantinha-se ampla crença em lideranças personalistas, crescia o reconhecimento dos partidos como organizações políticas diferenciadas que assumiam papéis importantes na cena política.

A mudança do sistema partidário imposta pelo Regime empresarial-militar¹⁵ em 1964 veio para tentar barrar essa tendência crescente de identificação partidária. O Ato Institucional Nº 2, dentre outras atribuições, tinha o objetivo de extinguir os partidos que compunham o sistema multipartidário e estabelecer o bipartidarismo, criando artificialmente duas agremiações: a Aliança Renovadora Nacional (ARENA), que em tese funcionaria como aliada do governo, e o Movimento Democrático Brasileiro (MDB), que seria uma espécie de oposição consentida, de fachada – essa era a esperança do regime. Mas a ação governista teve um efeito contrário. Isso porque, com a crescente repressão, originou-se, no seio da oposição, um debate sobre a eficácia, em tais circunstâncias, de sua própria organização no âmbito das instituições legais (ALVES, 2005). Essa reflexão veio a estimular mais tarde o surgimento do sindicalismo autêntico e de uma identificação entre a sociedade e o partido de oposição – o

¹⁵ Expressão utilizada oralmente pelo Professor Roberto Leher, da Universidade Federal do Rio de Janeiro em banca de seminário de dissertação deste pesquisador na Universidade Federal do Espírito Santo, realizada no dia 25/05/2007. A preferência do Professor por este termo ocorre para explicitar o caráter classista daquele regime, algo que as outras denominações não o faziam.

MDB. Dessa forma, o artificialismo que marcou os partidos criados de forma coercitiva e arbitrária pelo poder central refletiu-se somente nos primeiros pleitos (1966 e 1970).

Embora vários aspectos do clientelismo e personalismo ainda verificados no período anterior (1945/1964) tenham permanecido como mostra o estudo de Eli Diniz (1982) sobre o *Chaguismo*¹⁶, as explicações baseadas nos modelos da *identificação partidária* e das *diferenciações socioeconômicas* tenderam a se fortalecer.

A partir do momento em que a sociedade brasileira, insatisfeita com a repressão e com os rumos do país, começa a identificar o MDB como uma forma de se colocar contra o regime empresarial-militar, o partido começou a ter vitórias significativas nas urnas. Junto com essas vitórias, veio o aumento de identificação partidária, que em 1974 atingiu os mais altos patamares (SCHMITT, 2000; SILVEIRA, 1998). Mesmo com todas as restrições das regras eleitorais e todos os cerceamentos e casuísmos impostos pelo regime, os eleitores passaram a acreditar minimamente no jogo político eleitoral, haja vista que outras formas de expressão haviam se esgotado.

No que diz respeito às *clivagens socioeconômicas*, o eleitorado estava dividido em dois grandes grupos. Estudos mostram (LAMOUNIER, 1975; LIMA Jr., 1978) que o MDB tinha mais força nos bairros pobres, enquanto a ARENA se destacava nas regiões mais nobres.

Em contraste com a idéia de um eleitorado politicamente ignorante e manipulável, herança do pensamento autoritário dos anos 1930, afirmou-se a imagem de um eleitor capaz de identificar clivagens relevantes e relacioná-las com seus interesses, idéias, percepções e sentimentos.

Essa capacidade de discernimento político do eleitorado foi reconhecida pelo regime militar, que buscou, em 1976, através do estabelecimento da chamada Lei Falcão¹⁷, restringir e tornar absolutamente enfadonha a propaganda eleitoral nas emissoras de televisão e rádio. O Serviço Nacional de Informação (SNI) constatou que o partido opositor vinha obtendo crescente

¹⁶ O deputado Chagas Freitas, do MDB do Rio de Janeiro, fornecia vários serviços à sua clientela, como assistência social, encaminhamento profissional, assessoria e acompanhamento jurídico, dentre outros expedientes. Através de uma rede de ligações com as diferentes instâncias do executivo, as demandas individuais eram processadas e os pedidos atendidos. O deputado atuava como um verdadeiro “despachante de luxo”.

¹⁷ A lei Falcão, subscrita em 1976 pelo então ministro da justiça Armando Falcão, impunha severos limites às campanhas eleitorais no rádio e na televisão, e vigorou até o pleito de 1982. Nas propagandas eleitorais na televisão e no rádio, só poderia aparecer a foto e alguns dados biográficos do candidato. (SCHMITT, 2000).

simpatia e apoio do eleitorado, sobretudo nos centros urbanos e mais desenvolvidos, por meio de seu discurso aguerrido, contrário ao autoritarismo e favorável às reivindicações populares. A idéia, com esse casuísmo, era favorecer os candidatos da ARENA, cuja maior preferência estava no meio rural, nas pequenas cidades do interior, nas regiões menos desenvolvidas, locais onde ainda predominavam os apelos clientelistas (SILVEIRA, 1998; SCHMITT, 2000; MOTTA, 1999).

A partir das décadas de 1980 e 1990, vários fatores indicaram a tendência de declínio ainda maior da importância do voto clientelista. As mudanças sociodemográficas e econômicas contribuíram para restringir as condições contextuais que asseguravam a existência do clientelismo tradicional. Com o processo de urbanização, iniciado na Era Vargas e acelerado no período do regime militar, mais as mudanças nas relações de trabalho no campo – que passaram a ser mais assalariadas e profissionalizadas, enfraquecendo os laços de dependência – e, ainda, a grande ampliação dos meios de comunicação, sobretudo a mídia eletrônica, que intensificou a circulação de informações (SILVEIRA, 1998), passou a ser inevitável o incremento de relações políticas pautadas em outros parâmetros.

O mesmo ocorreu com o voto baseado na *identificação partidária* e nas *clivagens socioeconômicas*. No quadro multipartidário instaurado a partir de 1979, decresceu o número de eleitores vinculados, de algum modo, com partidos. A máquina partidária foi decisiva em alguns processos eleitorais, como no caso de Luiz Antônio Fleury Filho (PMDB) em 1990, que obteve a vitória com o amplo apoio da estrutura do PMDB no interior paulista e também com o auxílio da máquina governamental de Orestes Quércia, do mesmo partido. Mas esse fator, de maneira geral, teve importância crescentemente reduzida. Isso ficou manifesto nas eleições seguintes, de 1994, quando o candidato peemedebista ao governo do estado obteve baixíssima votação¹⁸. Além desse resultado negativo, Orestes Quércia, candidato a presidente pelo PMDB, recebeu apenas 5,8% dos votos no Estado de São Paulo, ficando atrás, inclusive, do candidato Enéas Carneiro, do inexpressivo Partido da Reconstrução da Ordem Nacional (PRONA).

¹⁸ O candidato do PMDB ao governo de São Paulo em 1994 foi Barros Munhoz, que ficou em apenas 4º lugar, com 11,3% dos votos válidos, atrás de José Dirceu do PT (14,9%), Francisco Rossi do PDT (22,2%), e Mario Covas do PSDB (46,8). Este último venceu no segundo turno, quando obteve 56,1% dos votos, contra 43,9% do segundo colocado.

1.4. A conformação de um campo político e o eleitor na “idade mídia”

A partir da década de 1980, as eleições passaram a ser fortemente marcadas pela importância dos meios de comunicação, especialmente da mídia eletrônica. A inauguração da campanha eleitoral midiática guarda essencial conexão com o declínio da ditadura empresarial-militar e a inserção do Brasil na chamada idade mídia. Isto é, a instauração de uma sociedade estruturada em rede e ambientada pela comunicação, em especial por sua modalidade midiática (RUBIM, 2004b). O desenvolvimento desse novo ambiente de comunicação ocorreu no Brasil, em verdade, já no período autoritário, mas não houve condições de ele interagir livremente com a política, isso devido às duras restrições e constrangimentos iminentes à própria situação de ditadura.

Com o declínio do autoritarismo e o final do regime militar, as campanhas passam a adquirir um formato eleitoral midiático, e isso fica patente nas eleições de 1982, apesar de sua forma atenuada. Os episódios eleitorais posteriores à ditadura, de 1985 a 1988, avançam nessa perspectiva e já mostram experimentos interessantes para a construção de um novo padrão, mesmo não sendo os mais importantes, pois ocorreram de forma circunscrita aos âmbitos municipal e estadual. Foi a eleição presidencial de 1989 que representou, sem dúvida, o marco de um novo tempo na política.

Diante desse novo cenário, a questão importante se coloca: que tipo de eleitor floresceu junto com a redemocratização iniciada após a decadência do *regime empresarial-militar*? Para responder a essa questão, é inevitável um mergulho, mesmo que panorâmico, nas conexões entre comunicação e política, porque a importância da mídia nos processos eleitorais provocou alterações relevantes no jogo político e eleitoral.

E para melhor situarmos o momento inaugural dessa interação comunicação-política, é preciso retornar à Grécia Clássica, mais precisamente a Atenas no século V a.C. É nela que surge o entrelaçamento entre política e comunicação (RUBIM, 2000).

O termo política deriva do adjetivo *politikos*, originado de polis, e se consolida na *Política*, de Aristóteles, obra que inaugura uma reflexão mais aprofundada acerca dessa nova área do saber (BOBBIO, 2004). A retórica, inventada pelos sofistas, surge como técnica de convencimento por intermédio de mecanismos de persuasão discursiva. Nesse momento,

portanto, a comunicação já é a forma de expressão da política, o elemento que conclama os cidadãos para um debate público visando criar e implementar alternativas de governo.

Não cabe, no limite deste trabalho, descrever nos seus mínimos detalhes todo o desenlace histórico desta interação comunicação-política. Basta apontar, como sugere Rubim (2000), que o elemento que caracterizou esta interação foi o da instrumentalidade. Ou seja, a comunicação sempre foi vista como um instrumento do campo político. Nessa perspectiva, tanto os jornais que proliferaram em torno da Revolução Francesa e das suas lideranças envolvidas no processo, quanto os pasquins políticos do século XIX no Brasil, por exemplo, atuavam como meros amplificadores das opiniões e idéias políticas e não como meios submetidos a alguma lógica oriunda da comunicação, a não ser aquela elementar que naturalmente garantia a comunicabilidade. A rigor, tais publicações caracterizam-se, antes de tudo, como extensões da dinâmica política e somente nessa operação podem ser analiticamente elucidadas.

Evidentemente, a prática política dos gregos apresentou acentuadas limitações. O caráter excludente de sua democracia mantinha a imensa maioria da população excluída da política, pois esta era restrita somente aos homens livres nascidos na Cidade-Estado. Na prática, essa mesma exclusão atravessou todo o período medieval e pré-moderno.

Tal lógica foi sendo paulatinamente superada no mundo moderno com a conformação de um campo político (BOURDIEU, 1989) e com o seu aperfeiçoamento no contemporâneo, no plano formal e legal. A partir da ilustração, com a difusão do liberalismo político, instalaram-se formalmente os direitos individuais e civis. É importante salientar que esse liberalismo não aparece de forma simultânea à democracia, pois inicialmente ele só reconhece os proprietários como cidadãos, construindo uma *democracia das elites* (RUBIM, 2000). Foi a partir das lutas de trabalhadores e de outros segmentos (classes médias, mulheres, negros, etc.) que a política começou a ser ampliada, sobretudo com o sufrágio universal, com liberdade de organização associativa e partidária, que são, sem dúvidas, alicerces da sociedade civil.

Como bem assinala Rubim (2000, p. 21),

[...] a possibilidade de ampliação da política e da democracia não foi dádiva das classes dominantes. Em verdade resultou dessas imensas lutas, que não podem nem

devem ser esquecidas. Elas representam conquistas duramente arrancadas às classes dominantes.

O século XX possibilitou a realização da socialização da política e a inauguração da democracia ampliada de massas. Apesar dessa ampliação dos direitos democráticos, há ainda muitas limitações no que tange à participação plena dos cidadãos na política por conta das desigualdades imanentes ao próprio sistema capitalista.

Joseph Schumpeter (1984, p. 234), no clássico *Capitalismo, socialismo e democracia*, chega a salientar o seguinte:

[...] democracia não significa e não pode significar que o povo governe em qualquer dos sentidos óbvios de “povo” e de “governo”. Democracia significa apenas que o povo tem a oportunidade de aceitar ou recusar aqueles que devem governá-lo [...]. Assim um aspecto disto pode ser expresso dizendo-se que a democracia é o governo dos políticos.

Não é outro raciocínio o de Bonfim (2004 p. 78), ao discorrer acerca dos dilemas e limitações da democracia brasileira:

Há, contudo, para além da discussão sobre as características da democracia brasileira contemporânea, [...] uma dificuldade a ser enfrentada. O aspecto participativo da democracia brasileira, presente tanto na atividade partidária clássica, mas sobretudo na organização dos movimentos sociais, ainda parece acanhado e insuficiente para fazer funcionar a contento todo o aparato institucional construído para absorver esta organização. Em outras palavras, os elementos básicos de nossas culturas cívica e política ainda refletem enormemente as condições autoritárias e hierárquicas que marcaram nossa chegada ao mundo e valores modernos.

Como sabemos, a democratização que se iniciou com a restauração do governo civil não foi produto de uma ruptura com a antiga ordem. Isso significa dizer que a reconstrução do sistema político deu-se através de acomodações e entrelaçamentos de práticas e estruturas novas e antigas, combinação essa que estruturou as opções e estratégias seguidas pelos principais atores do processo político (KINZO, 2001, p. 9-10).

Pierre Bourdieu (1989), afirma que o *capital político* está concentrado nas mãos de um grupo muito restrito e selecionado de pessoas. Com isso, o exercício direto da política passa a não ser mais a atividade pertinente a todos os cidadãos, mas a um número muito pequeno de profissionais da política. O campo da política congrega estados, parlamentos, partidos, dimensões públicas, opinião pública, eleições, políticos profissionalizados, com a finalidade de governar a sociedade. Nesse novo cenário, o indivíduo com maior capacidade de agregar

em torno de si os melhores atributos enquanto um agente político tende a receber o maior número de votos, independentemente de sua filiação partidária ou perspectiva ideológica.

Esta rápida visitação por alguns aspectos da configuração e autonomização do campo político, pode nos dar pistas para o entendimento do perfil do atual eleitorado brasileiro. O novo quadro multipartidário possibilitou, além da fragmentação partidária, o retorno do personalismo. A anistia e o processo de redemocratização redundaram no regresso à cena política de antigas lideranças personalistas como Brizola (eleito Governador do Estado do Rio de Janeiro em 1982) e Jânio Quadros (eleito prefeito da Capital paulista em 1985), além de vários outros. Ocorreu também o surgimento de novas lideranças personalistas regionais e nacionais, formadas nas estruturas dos antigos partidos, como Orestes Quércia e Paulo Maluf. As novas condições políticas e as enormes facilidades para a criação de novos partidos, permitidas pela legislação eleitoral a partir de 1985, mais as regras eleitorais, que tendiam à prevalência do indivíduo, tornaram possível que personalidades políticas voltassem a utilizar legendas de forma meramente instrumental.

Assistiu-se, dessa forma, a lideranças mais fortes que os partidos por elas criados. Algumas, utilizando siglas até então inexpressivas, obtiveram resultados eleitorais extremamente favoráveis em várias eleições, enquanto os principais partidos brasileiros tiveram, em importantes ocasiões, um desempenho muito ruim nas urnas, vide eleições de 1989.

É importante salientar, entretanto, que votar em função do candidato não significa, necessariamente, um retorno ao mesmo personalismo anteriormente existente. Nas palavras de Silveira (1998), não se trata mais de um personalismo na antiga acepção de uma identificação durável em função de fidelidade, paternalismo, tradição, veneração e devoção pessoal. Embora alguns desses aspectos possam até pontualmente existir, esse personalismo possui características efetivamente novas: grande parte do eleitorado que atualmente vota em função do candidato estabelece relações de identificação pontuais, efêmeras, voláteis, definidas eleição a eleição, tendo em vista atributos dos candidatos percebidos através de construção midiática.

As campanhas eleitorais modernizadas desenrolam-se tendo como pano de fundo sociedades *espetacularizadas* ou até mesmo *estados espetacularizados* (SCHWRTZENBERG, 1978, apud RIBEIRO, 2004, p. 27). Nesse universo, a imagem televisiva é o liame principal entre o

indivíduo e o mundo real, constituindo-se, com sua linguagem artificial, fragmentada, em forma de espetáculo, em poderoso modelador de fenômenos sociais e políticos, que passam a ter a necessidade de se adequar à sua estrutura. Assim, segundo Sartori (apud RIBEIRO, 2004, p. 28), a televisão é não só um instrumento de comunicação, mas também um organismo antropogenético, na medida em que molda os indivíduos, e, sendo instrumentalizada eficazmente, acaba impondo aos dominados a visão de mundo dos dominantes.

A centralidade da mídia como elemento de mediação alterou o modo de fazer política, já que seus agentes tiveram que se amoldar à linguagem televisiva e ao uso de técnicas cada vez mais sofisticadas e específicas, sob pena de situarem-se em oposição marginalizada no jogo político (RIBEIRO, 2004). Por esse motivo, alguns autores já chegaram a falar em uma completa substituição dos partidos pela televisão, uma visão excessivamente pessimista com a qual esta pesquisa não se coaduna. Isso porque existem determinadas funções nas quais a televisão não conseguiu substituir os partidos, tais como a de traduzir interesses e demandas societárias em políticas públicas exequíveis, e implementar o governo representativo, ou seja, representar o cidadão nas arenas institucionais e exercer as funções legislativas e executivas (RIBEIRO, 2004). Mas não se pode negar que mesmo essas funções que continuam sendo dos partidos sofrem muitas influências diretas da imprensa.

É evidente que ainda existem muitos políticos ou partidos que permanecem fazendo uso da intuição ou do *achismo* em campanhas eleitorais. Mas não se pode negar que a evolução tecnológica e a difusão maciça dos meios de comunicação abriram as portas para a utilização cada vez mais ampliada da propaganda, mesclada às técnicas de marketing, com o intuito de promover imagens de candidatos diante do eleitorado. É óbvio que a utilização da propaganda como forma de divulgar ações políticas ou governamentais não é inédita no Brasil, a partir da última onda de redemocratização. Se a história mundial nos apresenta alguns exemplos do uso de meios propagandísticos na política, como Goebbels, na Alemanha; Eisenhower, nos Estados Unidos, também há casos nacionais que, sem dúvida, marcaram época, tais como o de Getúlio Vargas e Juscelino Kubitschek. Um caso interessante ocorreu em terras capixabas entre as décadas de 1950 e 1960: refiro-me à campanha de Francisco Lacerda de Aguiar que utilizou sacadas de comunicação de alto efeito, decisivas para interromper a trajetória política

da mais longa oligarquia do Estado¹⁹. Mas esses episódios não eram comuns, pois as campanhas eleitorais tradicionalmente eram feitas basicamente “por meio de contatos imediatos entre candidato e eleitor, em um corpo a corpo eleitoral que se materializava em atividades como comícios, carreatas, caminhadas, confraternizações, reuniões ou panfletagens, etc.” (RIBEIRO, 2004, p. 38). No caso dos partidos de massa, poder-se-ia contar com militantes, quadros partidários e voluntários como força de trabalho para as atividades de campanha.

Mas hoje o cenário é outro. Segundo Ribeiro (2004), à proporção que as sociedades ocidentais convertem-se em sociedades midiáticas, que os meios de comunicação e, em especial, a televisão passa a representar a arena mais importante da disputa política, passa a prevalecer aquilo que se convencionou chamar de formas modernizadas de campanha eleitoral. Nelas, “contrata-se um batalhão de profissionais, muito além de publicitários: relações públicas, preparadores de terreno²⁰, coletores de fundos, especialistas em pesquisas de opinião, demógrafos, estatísticos, cientistas políticos, sociólogos, especialistas em informática, dentre outros” (RIBEIRO, 2004, p. 39). A utilização em larga escala desses profissionais relegou a segundo plano os militantes e quadros partidários e voluntários. Esse fato contribuiu ainda mais para o enfraquecimento dos partidos.

As técnicas de marketing mais utilizadas por publicitários e sua agências tornaram as campanhas eleitorais baseadas muito mais na emoção do que na argumentação crítico-racional como forma de convencimento do eleitorado. Em geral, o que ocorre é a adaptação do perfil e do discurso dos candidatos ao *cenário de representação da política*, que, segundo Almeida (2001, p.10), seria “o cenário simbólico no qual a disputa política se desenvolve”, isto é,

[...] atitudes, intenções, fatos já acontecidos (por exemplo, a pesquisa de boca de urna que capta o voto já dado pelo eleitor), audiência e frequência da mídia, imagem de políticos, popularidade de líderes, interesses, comportamentos, questões morais e éticas, boatos, emoções, medos, rejeições, simpatias, antipatias, gostos e outras preferências ou rejeições subjetivas de difícil definição.

¹⁹ Até 1954, Francisco Lacerda de Aguiar era praticamente desconhecido em nível estadual e federal. Havia sido Prefeito de Guacuí e Deputado Federal, ambos os mandatos inexpressivos. Surpreendentemente, Lacerda de Aguiar ou Chiquinho, como era popularmente denominado, acabou saindo vencedor fazendo uso de sofisticadas e inovadoras técnicas de comunicação. Venceu o candidato do PSD, partido que reunia as principais lideranças políticas do Espírito Santo, daquele momento. Para maiores esclarecimentos ver: MEDEIROS, Rogério. Kinkas: o detonador de oligarquias. **Século Diário**, Vitória, p. 24-26, abr. 2002.

²⁰ São profissionais que chegam antes do candidato aos locais de visita para organizar a imprensa, verificar a segurança, preparar a estrutura física, dentre outros trabalhos.

Tudo isso é captado pelas pesquisas de opinião²¹, que são consideradas fundamentais numa campanha eleitoral modernizada, uma vez que são elas que fornecem esse conjunto de informações que permitem desenvolver, manter ou alterar ações e estratégias de marketing.

Uma vez constatado o *cenário de representação da política*, os profissionais da área de marketing eleitoral passam então a elaborar a estratégia de uma determinada campanha. Isso, segundo Manhanelli (1988), se dá partir de três leis básicas que explicam o comportamento típico dos eleitores:

- A) Lei da indiferença: refere-se àqueles eleitores que estão indecisos e que se mostram indiferentes, ou seja, que não notam e/ou não fazem força para notar o que se passa a seu redor;
- B) Lei da procrastinação: diz respeito à grande maioria dos eleitores, que deixam para decidir em quem votar nos últimos momentos antes do pleito eleitoral;
- C) Lei da efemeridade: afirma que, durante as campanhas eleitorais, as pesquisas demonstram a existência de oscilações da opinião do eleitorado, mostrando a mudança da intenção de voto. Qualquer acontecimento, fala ou ação do candidato pode influir na decisão final.

De fato, nota-se com muita frequência o grande crescimento da instabilidade e volatilidade eleitoral nas eleições, a partir dos anos 1980, tornando-se constantes os comportamentos mudancistas e contraditórios do ponto de vista de uma lógica política. Tais comportamentos são relativos a eleitores que mudavam o voto de uma direção para outra, eleitores que mudavam a intenção de voto durante a campanha e, principalmente, nos últimos dias, ou ainda àqueles que, numa mesma ocasião eleitoral, escolhessem para os cargos em disputa candidatos cujos partidos e propostas eram totalmente diferentes, configurando o chamado *voto frankenstein*, que combina escolhas politicamente díspares. Nesse novo momento eleitoral, os eleitores fazem suas escolhas pautados não em aspectos de identificação partidária, inserção socioeconômica e/ou em critérios ideológicos, mas em função de elementos pontuais, relativos às imagens dos candidatos, em função das qualidades pessoais dos mesmos.

²¹ Foge dos propósitos deste trabalho adentrar no debate acerca da questão da opinião pública. Para maiores esclarecimentos ver: ALMEIDA, Jorge. **Marketing político: hegemonia e contra-hegemonia**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo; Xamã, 2002.

A vitória de Collor, em 1989, é exemplar nesse sentido. Tratava-se de um candidato relativamente desconhecido, que conseguiu, durante a campanha, conquistar a simpatia e a preferência dos eleitores, a partir das características simbólicas exibidas na campanha. Igualmente ocorreu bom exemplo no pleito de 1994, quando a imagem do Fernando Henrique Cardoso foi fortemente associada ao sucesso do Plano Real. Além disso, associou-se (até hoje isso tem alguma importância) Fernando Henrique aos atributos de uma pessoa culta, falante de vários idiomas, madura, experiente. Ou, ainda, no caso da vitória de Albuíno Azeredo para governador, em 1990, a primeira grande campanha modernizada do Espírito Santo.

A partir dessas e de outras várias constatações, pode-se considerar que a construção da imagem tem-se mostrado fundamental nos juízos sobre política e nas decisões eleitorais. O campo político vem integrado à esfera da comunicação, entendida como sugeriu Antônio Albino Canelas Rubim (2000, p. 73),

[...] a um universo que reúne os meios em suas diversas modalidades (jornais, revistas, rádios, televisão, cinemas, redes de informática, etc.); organizações derivadas (assessorias de imprensa e de marketing, agências de relações públicas, publicidade e propaganda, institutos de sondagem e opinião), além de profissionais da comunicação, linguagens próprias com o objetivo de dar visibilidade à sociedade, em seu conjunto, valores específicos e a visibilidade como seu princípio de legitimidade.

Constituídos nessa perspectiva, tais campos, sempre integrados no contexto societário, adquirem e desenvolvem poderes, modelados em diferenciadas modalidades de realização.

Durante as décadas de 1980 e boa parte dos anos 1990, a única exceção à tendência geral observada foi o PT, que mantinha um nível médio de eleitores. Em 1989, ainda tinha uma expressão eleitoral relativamente pequena, muito inferior à proporção de votos obtida no primeiro turno das eleições presidenciais (17,1%). Contudo, as taxas de identificação partidária do PT, que, de modo geral, sempre se mostraram relativamente elevadas, chegaram a 15,6% em 1989 (SILVEIRA, 1998). Não podemos negar que a imagem do candidato Lula também foi importante para a votação obtida. Houve uma associação muito grande entre a imagem do candidato e a imagem do partido. Mas o PT se distinguiu dos demais partidos por conta do elemento propriamente partidário, o que foi indicado pela elevada proporção de preferência pela agremiação. Mas isso também veio a se modificar nos anos posteriores, pois o partido passou a fazer uso sistemático do marketing eleitoral para a obtenção de sucesso nos pleitos, fato que culminou em profundas modificações na sigla.

Essa reflexão será complementada com uma análise da relação entre esta nova forma de fazer política e o neoliberalismo, presentes no início do III capítulo desta dissertação. Por ora, é importante, depois dessa explanação, destacar que o partido político, num sentido genérico, será entendido aqui em duas acepções básicas: em primeiro lugar, partido é criado para ser uma estrutura de interação entre cidadão e Estado. Ou seja, partidos têm, em tese, como principal atribuição servir de canal mediante o qual as demandas da sociedade tenham expressão e possam ser traduzidas em políticas públicas. Em segundo lugar, o partido é uma organização que estrutura a escolha pelo voto, isto é, partido é a única organização que compete por votos no mercado eleitoral. Por isso, aliás, como sugere Epstein (1982), partidos não são uma condição suficiente para a democracia, mas uma condição necessária. Kinzo (1993, p. 03) complementa essas duas acepções da seguinte forma:

O partido político é crucial não apenas por ser um canal de comunicação entre cidadãos, líderes organizacionais e detentores de posições no governo, mas também porque proporciona a esses atores uma base para interação, bem como para a cooperação entre legislativo e executivo, e entre instituições e lideranças nacionais, estaduais e locais. Além disso, o partido político é um fórum no qual grupos podem apresentar suas posições e pressionar em favor de políticas específicas ou de candidaturas a cargos públicos. Neste sentido, o partido político se constitui também em uma arena para o desenvolvimento de negociações e compromissos políticos [...].

Portanto, a relevância dos partidos para a consolidação de um sistema político democrático decorre de pelo menos quatro funções:

- 1) Estruturar a participação popular;
- 2) Conferir inteligibilidade ao processo eleitoral, propiciando aos cidadãos algum grau de controle sobre os eleitos;
- 3) Organizar a competição de diferentes grupos pelo poder;
- 4) Estimular a negociação política e a construção de consensos.

Entretanto, pode-se constatar, com a explanação, e esse foi o objetivo desta seção, que três principais fatores impedem que as agremiações partidárias desenvolvam as funções acima apontadas: a experiência da cultura política brasileira, que sempre desestimulou o fortalecimento de partidos; a força do Estado no processo de formação de quase todos os sistemas de partidos desde a independência e, por fim, a nossa estrutura político-institucional, que também tem afetado negativamente o desenvolvimento do sistema partidário. Toda essa

ordem de coisas torna o processo político muito pautado no indivíduo, fato que cria a necessidade de se recorrer aos recursos de propaganda.

O presente trabalho discute em que medida o Partido dos Trabalhadores, que inicialmente era um partido extremamente diferente dos demais, sofreu mudanças no seu interior por conta de toda essa ordem de coisas, transformando-se em um partido muito semelhante aos demais.

CAPÍTULO II

2. A FORMAÇÃO DO SISTEMA PARTIDÁRIO NO ESPÍRITO SANTO E A CONJUNTURA POLÍTICO-ELEITORAL DE 1982-1992: A HEGEMONIA DO PMDB E O PT CONTRA A ORDEM

Lembremos então, em primeiro lugar, que as instituições políticas são obra dos homens (embora vez por outra se ignore a proposição), devendo a origem e a existência inteira à vontade humana. Não acordaram os homens em manhã de estio para com elas deparar completas. Nem se assemelham às árvores que, uma vez plantadas, estão sempre a crescer enquanto os homens estão a dormir. Em qualquer estado de existência são o que são pela atuação voluntária do homem.

John Stuart Mill

Nesta seção, as atenções estarão voltadas, inicialmente, para a análise da formação do sistema partidário, no Espírito Santo, no desfecho do processo de distensão lenta, gradual e irrestrita, ao término do regime militar. Em seguida, serão analisados os processos eleitorais ocorridos a nível estadual entre os anos de 1982-1992, momento iniciado pela ascensão, seguido pelo apogeu e concluído pelo ofuscamento de um partido dominante (PMDB) em circunstâncias de fragmentação partidária e ideológica no modelo de representações políticas, atentando para o desempenho político-eleitoral do Partido dos Trabalhadores. A reflexão será feita à luz dos regimes anteriores, em especial do período 46/64 e do Regime Militar, isso porque os três sistemas guardam uma semelhança fundamental: a dispersão dos votos em pequenos municípios. Como já observado, os pleitos municipais e as eleições proporcionais serão mencionados sem maiores aprofundamentos. Isso porque seria impossível realizar um trabalho de tamanha envergadura em tão pouco tempo e espaço.

Como se sabe, todo processo eleitoral é extremamente nebuloso, e isso desde as articulações e debates visando à definição das candidaturas, passando pela formação das chapas, até o próprio processo de disputa. Diante disso, este trabalho não tem a pretensão de exaurir o assunto, mas sim apontar, dentro do conjunto de variáveis que podem ser aventadas em um pleito, alguns aspectos que consideramos pertinentes para a análise como um todo.

Neste capítulo, assim como no posterior, utilizar-se-á, como referência básica, a escassa bibliografia disponível acerca do assunto e fontes primárias de diversas naturezas,

principalmente jornalísticas, em especial o jornal *A Gazeta*²² e alguns periódicos. Far-se-á uso também das resoluções dos Encontros e Congressos do Partido dos Trabalhadores, além de fontes quantitativas, como dados do TRE-ES, TSE e do IBGE.

2.1. Aspectos Socioeconômicos do Espírito Santo

O Espírito Santo é um estado da Região Sudeste, cuja população atual é estimada em 3.408.365²³ habitantes, distribuídos em 78 municípios. Apesar de estar situado na região com maior prosperidade econômica e ao lado dos três principais estados do país, o Espírito Santo ainda não ocupa uma posição tão privilegiada. Sua participação no PIB²⁴ nacional representa apenas 1,95%, se posicionando em 13º lugar no ranking nacional, enquanto os seus vizinhos de região, SP, RJ e MG ocupam o 1º, 2º e 3º lugares, respectivamente²⁵. O Espírito Santo passou a ter mais importância a partir da década de 1970, sobretudo com a instalação de grandes empreendimentos industriais, com o incremento do terceiro setor (PEREIRA, 1998), e mais recentemente, com a descoberta de importantes jazidas petrolíferas na sua região marítima.

Por suas próprias características socioeconômicas, o Estado não acompanhou o dinamismo da Região Sudeste, mantendo suas tendências de industrialização atrasada e dinâmica menos intensiva (SIQUEIRA, 2001). Talvez em decorrência de sua inexpressiva força política dentre as demais unidades da Região Sudeste, o Espírito Santo passava despercebido no grande mapa do Brasil e era aliado das decisões da política e economia nacional. Essa situação levou o Estado, nas palavras de Maria da Penha Smarzaró Siqueira (2001), a uma posição indefinida e desfavorável, entre a prosperidade sulista e a pobreza nordestina. Da mesma forma, não participava da capitalização do sul nem das reivindicações do nordeste.

²² A preferência pelo jornal *A Gazeta* se deve a diversos fatores. Em primeiro lugar, foi o que mais deu cobertura aos processos eleitorais do período considerado. O jornal *A Tribuna* adotava um modelo editorial que se dedicava a cuidar de notícias de polícia e morte, linha que não atendia a todos os públicos (SILVA & De Mingo, 2003). Por isso, durante boa parte da década de 1980 era um jornal muito pouco vendido. Além disso, o grupo Nassau, proprietário da Rede Tribuna, cobriu boa parte das eleições, principalmente a de 1982, de forma muito semelhante ao jornal *A Gazeta*. Por fim, naquela década, o jornal teve uma grave crise que levou à ocorrência de diversas greves e culminou com o seu fechamento entre os anos de 1984 e 1987. Por todos esses problemas, o jornal *A Gazeta* acabou quase monopolizando a imprensa escrita no Espírito Santo no período.

²³ Estimativas IBGE, 2005. Disponível em: <www.ibge.gov.br>. Acesso em: 29 jul. 2007.

²⁴ PIB significa Produto Interno Bruto, e representa a soma (em valores monetários) de todos os bens e serviços finais produzidos numa determinada região.

²⁵ Instituto Jones dos Santos Neves – IJSN Coordenação de Economia e Desenvolvimento Núcleo de Contas Regionais, 2004. Disponível em: <<http://www.ijsn.es.gov.br>>. Acesso em: 15 Jul. 2007.

Durante a maior parte de sua história, o Espírito Santo baseou suas atividades econômicas na produção cafeeira, seguindo um modelo primário-exportador, com relações de produção de predomínio familiar, desenvolvidas em pequenas propriedades. Essa situação permaneceu até no final da década de 1950, momento em que no Brasil já prevaleciam relações de produção capitalistas (RIBEIRO, 2005; SIQUEIRA, 2001).

Essa estrutura agrário-exportadora só foi modificada nos anos 1960, quando a economia passou por uma intensa transformação, provocando mudanças radicais no quadro socioeconômico estadual. Nesse processo, a crise do café, motivada pelo declínio dos preços relativos e pelos programas de erradicação, foi decisiva no processo de mudança (SIQUEIRA, 2001).

Conforme PEREIRA (2004) e SILVA (1995), o atraso do Espírito Santo em se inserir no processo de industrialização do Brasil foi um dos grandes responsáveis por manter a principal marca de sua estrutura político-partidária: o caráter profundamente oligárquico. Isso é corroborado pelo fato de que, até o atual momento, mesmo com o grande processo de urbanização pelo qual o Estado passou, mais da metade do eleitorado capixaba se encontra no interior, ou seja, o tipo de distribuição geográfica do voto contribui para a manutenção de certos expedientes tradicionais da política brasileira.

De 1945 até 1989, o Espírito Santo representava em média 1,7% da população total do Brasil e a mesma proporção em eleitores. Em 1982, a região da Grande Vitória²⁶ possuía 37,4% do eleitorado. Os cinco municípios da Região Metropolitana, aliados aos de Colatina, Cachoeiro e Linhares, somavam cerca de 53% dos eleitores²⁷. No ano de 1990, essa realidade não se modificou muito: a Grande Vitória representava cerca de 39,8% do eleitorado total (PEREIRA, 2001). Percebe-se que a esmagadora maioria dos municípios²⁸, no período considerado, possuía pequenos volumes de votos, caracterizando a situação de alta dispersão (PEREIRA, 2004) (Tabela 1).

²⁶ Na época, a Grande Vitória era composta por Vitória, Vila Velha, Serra, Cariacica e Viana. Posteriormente, os municípios de Guarapari e Fundão foram incorporados, mas para efeito de análise não serão considerados nesta seção.

²⁷ GRANDE Vitória tem 37,4% do eleitorado capixaba. *A Gazeta*, Vitória, p.06, 21 out. 1982.

²⁸ O número de municípios que o Espírito Santo possuía era de 57 em 1982. Em 1990, esse número passou a ser de 67, chegando ao número de 77 em 1998.

Tabela 1 – Relação entre População e N° de eleitores do Espírito Santo – 1982-1991

<i>Ano</i>	<i>N° de habitantes</i>	<i>% Brasil</i>	<i>N° de eleitores</i>	<i>% Brasil</i>	<i>N° de eleitores/N° de Habitantes (%)</i>	<i>N° de Eleitores da Grande Vitória (%)</i>
1982	2.121.229	1,7	968.882	1,6	45,7	37,4
1986	2.334.546	1,7	1.159.546	1,7	49,7	38,2
1989	2.449.103	1,7	1.407.759	1,7	56,3	39,8
1991	2.598.231	1,8	1.453.925	1,7	55,9	-

Fonte: Vieira (1993).

Essa característica se manteve mesmo com o fomento do processo de industrialização e urbanização verificado nos últimos anos e com a concentração populacional na região metropolitana²⁹. Dessa forma, qualquer partido ou grupo político que deseje obter as condições de conquistar índices majoritários deve ter a capacidade de agregar os votos no interior, coisa difícil de conseguir por elementos ideológicos. Na prática, a principal estratégia para se formar um bloco hegemônico, ao longo do tempo, tem sido a articulação de alianças entre lideranças locais dos municípios mais importantes.

Em outras palavras, o desenho de partido que se institucionalizou no Espírito Santo permaneceu pautado em lideranças cujos interesses são eminentemente pessoais, ou seja, o projeto pessoal se sobrepõe ao coletivo.

O estudo realizado por Silva (1995) a respeito da necessidade de se articular com líderes locais para angariar os votos do interior do Estado é exemplar. Ela defende a tese de que o Espírito Santo, que teve sua ocupação iniciada no século XIX, pelos lusitanos, teve muitas dificuldades de integrar suas quatro principais regiões, a da capital e suas imediações, o sul, o norte, e a região serrana. Segundo a interpretação da autora, com o passar do tempo, interesses muito divergentes estabeleceram-se em cada uma delas: a aristocracia cafeeira do sul; pequenos proprietários enquadrados numa agricultura familiar e imigrantes alemães e italianos na região serrana, a elite comercial e os burocratas na capital, aos quais se uniriam mais tarde os madeireiros e cafeicultores. Com essa divisão, a estabilidade política do Estado

²⁹ O processo de industrialização do Espírito Santo se deu à luz da desestruturação da economia cafeeira e de deslocamentos sucessivos e constantes de populações de áreas rurais para urbanas. As cidades, *lócus* de atração, pois oferecem maiores oportunidades de vida, acabam por se transformar em centros de reserva de mão-de-obra mal remunerada, contribuindo para a formação de favelas cujas condições de sobrevivência são subumanas. A esse respeito ver SIQUEIRA, Maria da Penha Smarzaró. **Industrialização e empobrecimento urbano: o caso da grande Vitória, 1950-1980**. Vitória: Edufes, 2001.

dependeria da capacidade de se articular com esses grupos locais, com seus respectivos interesses.

No regime democrático dos anos 1945-1964, objeto de estudo de Silva (1995), foi o PSD o partido que mais teve a capacidade de aglutinar essas diversas forças em disputa. Nas duas vezes em que o partido saiu perdedor no período, exatamente em 1954 e 1962, quando Chiquinho³⁰ foi eleito, a derrota ocorreu justamente por conta de conflitos internos envolvendo Carlos Lindemberg e o ex-interventor de Vargas, Jones dos Santos Neves, que foram os dois principais elementos protagonistas da luta pelo controle da sigla.

As outras legendas importantes, como a União Democrática Nacional (UDN) e o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) não conseguiram aglutinar os grupos que faziam oposição ao Partido Social-Democrático (PSD). A UDN ficou sendo o segundo partido mais forte e o PTB, que foi criado aqui no Estado por um oficial da Polícia Militar, o que lhe deu um perfil conservador desde o início, não conseguiu lograr o mesmo êxito do partido em nível nacional (PEREIRA, 2004).

Pereira (2004, p. 103), acerca do período 1945/1964, chega à seguinte conclusão:

As oposições ao PSD eram formadas por partidos conservadores [...] entre os quais nenhum era suficientemente grande para se posicionar de maneira a hegemonizar (*sic*) o grupo” [...] Logo, o sistema partidário era nucleado em torno do PSD porque tanto a disputa interna quanto entre suas oposições se dava num espectro político muito estreito resumido ao conservadorismo [...].

Além disso, no mesmo estudo citado acima, Marta Zorzal e Silva (1995) chama a atenção para dois tipos de comportamento que se destacaram nas articulações para a constituição dos diretórios partidários do período democrático (1945/1964). Esses comportamentos, pelo menos em parte, se reproduziram no Espírito Santo, tanto no período da ditadura quanto no contexto da redemocratização. De um lado, observa-se que representantes de um mesmo grupo político abrigaram-se em legendas distintas, como por exemplo, Carlos Lindemberg e Jones dos Santos Neves, que ingressaram no PSD, e seus respectivos irmãos, Fernando Lindemberg e Guilherme dos Santos Neves, que ingressaram na UDN e no PTB, respectivamente; e, de outro, lideranças historicamente divergentes reuniram-se em um

³⁰ Chiquinho era o apelido dado ao ex-governador Francisco Lacerda de Aguiar, figura extremamente carismática do cenário político capixaba.

mesmo partido, tornando tais partidos extremamente divididos, como foi o caso de Atílio Vivácqua e Asdrúbal Soares, que ingressaram no PSD ao lado de Fernando Abreu, Carlos Lindemberg e Jones dos Santos Neves, seus inimigos políticos (SILVA, 1995), sendo que os dois últimos também se tornaram rivais.

Com a ditadura militar e a imposição do bipartidarismo em 1965, muitos dos membros da elite, que dominavam o cenário político do período anterior, foram eliminados politicamente. Apesar disso, a questão apontada no parágrafo acima permaneceu. O velho PSD teve a maior parte dos seus quadros migrando para a Aliança Renovadora Nacional (ARENA), e consigo levou os seus conflitos internos, os quais eram resolvidos, na maioria das vezes, pela intervenção de Brasília. Dentre os agrupamentos internos do partido, dois se destacaram: a *ARENA UM* era liderada por Élcio Álvares, que foi governador biônico entre os anos de 1975 e 1979; e a *ARENA DOIS* tinha como líder Eurico Rezende, sucessor de Élcio no governo do Estado. Além desses dois, figurou como membro da ARENA Gérson Camata, que, apesar de ter migrado para o MDB junto com um grupo no final da década de 1970, continuou ligado a Élcio Álvares.

Quanto à oposição oficial à ARENA, o Movimento Democrático Brasileiro (MDB), reuniu todos aqueles que se opunham, de alguma forma, ao Regime Militar. Apesar de esse período demandar um estudo mais aprofundado, observa-se que durante parte da validade do regime, aparentemente, a rivalidade era maior entre os próprios arenistas do que entre ARENA e MDB.

Durante a vigência do bipartidarismo (1966-1979), a ARENA conquistou, no plano nacional, vantagens significativas sobre o MDB nas duas primeiras eleições - 1966 e 1970. Como já argumentado neste trabalho, a maré começou a virar em favor do MDB a partir das eleições de 1974, diante das crescentes insatisfações da sociedade brasileira com a repressão e com os rumos tomados pelo país, que amargava uma grave crise econômica na qual o dito *Milagre Brasileiro*, e a sua superficialidade, sucumbia ante a Primeira Crise Internacional do Petróleo (1973).

O pleito de 1974, realizado já no contexto do lento e gradual processo de abertura política iniciado pelo quarto presidente militar, o General Ernesto Geisel, acabou trazendo resultados surpreendentes para a oposição. O MDB quase duplicou a sua bancada na Câmara Federal, a

qual passou pela primeira vez a ter uma distribuição de poder mais próxima a um autêntico sistema bipartidário. Nas eleições para o Senado Federal, o MDB elegeu praticamente o triplo do número de senadores eleitos pela ARENA (SCHIMTT, 2000). Esse padrão mais ou menos se repetiu nas eleições de 1978, conforme se pode constatar nas tabelas abaixo.

Tabela 2 - Representação na Câmara dos Deputados – ARENA-MDB (1966-1978).

PARTID O	1966		1970		1974		1978	
	n°	%	n°	%	n°	%	n°	%
ARENA	277	67,7	223	71,9	204	56	231	55
MDB	123	32,3	87	28,1	160	44	189	45
Total	409	100	310	100	364	100	420	100

Fonte: SCHIMTT (2000).

Tabela 3 - Representação Partidária no Senado Federal – ARENA-MDB (1966-1978)

PARTIDO	1966		1970		1974		1978	
	n°	%	n°	%	n°	%	n°	%
ARENA	18	81,8	41	89,1	6	27,3	15	65,2
MDB	4	18,2	5	10,9	16	72,7	8	34,8
Total	22	100	46	100	22	100	23	100

Fonte: SCHIMTT (2000).

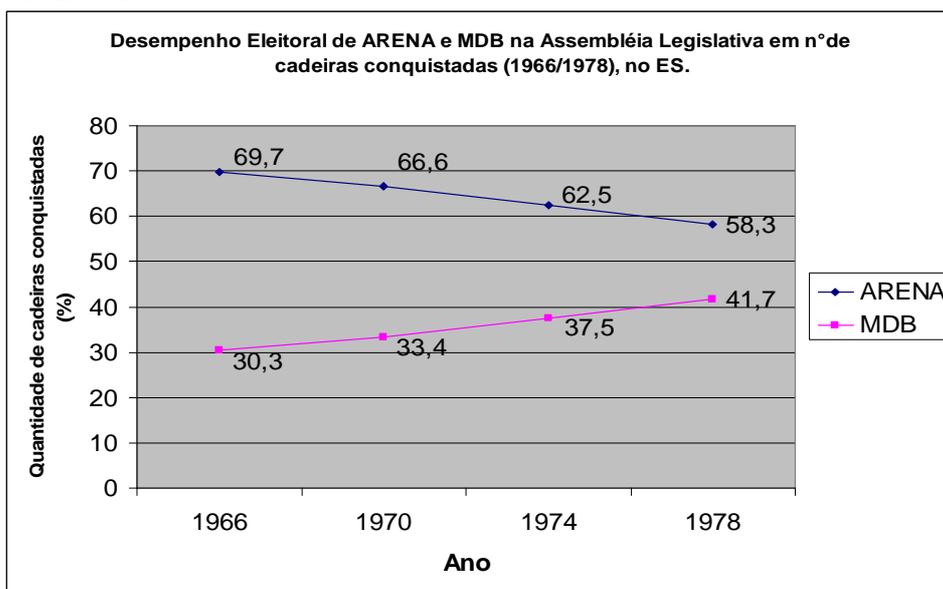
Esses resultados se repetiram, grosso modo, no Espírito Santo. Na tabela e no gráfico abaixo, pode-se observar o desempenho dos dois partidos nas eleições proporcionais para a Assembléia Legislativa. Nota-se que o MDB capixaba obteve um crescimento parecido, embora mais tímido, em comparação com o obtido pelo partido no plano nacional. Diante desse cenário, inicia-se no meio um movimento por parte do governo visando a ofuscar os êxitos do MDB.

Tabela 4 – Representação Partidária na Assembléia Legislativa – ARENA- MDB (1966-1978)

PARTIDO	1966		1970		1974		1978	
	n°	%	n°	%	n°	%	n°	%
ARENA	30	69,7	14	66,6	15	62,5	14	58,3
MDB	13	30,3	7	33,4	9	37,5	10	41,7
Total	43	100	21	100	24	100	24	100

Fonte: SCHIMTT (2000).

Gráfico 1



Fonte: TRE-ES.

2.2 A abertura Política: novos partidos no processo eleitoral (1982)

No final da década de 70, com a derrocada do Regime Militar e a conseqüente liberalização para a formação de novos partidos políticos, deu-se início à última onda de redemocratização. O denominado processo de abertura lenta e gradual foi inaugurado no Governo Geisel (1975/1978) e caracterizou-se pela contradição entre a política oficial de liberalização e a realidade da remanescente repressão política. De um lado, a política oficial de distensão deu aos setores de oposição mais espaço para se organizarem e maior possibilidade de êxito. Por outro, as pressões coordenadas por melhoria das condições de vida, fim da censura à imprensa e revogação da legislação repressiva intensificaram os temores dos setores mais estreitamente identificados com a linha-dura e com a doutrina de segurança interna. Conseqüentemente, o período foi de profunda incerteza, permitindo-se hoje atividades para desencadear amanhã o aparato repressivo em operações maciças em busca de detenção (ALVES, 2005; 204) ³¹.

³¹ Nesse contexto, ocorreram dois dos vários casos que marcaram negativamente os *anos de chumbo* e que iriam aguçar ainda mais a contestação ao Regime: as mortes do jornalista Wladimir Herzog e do operário Manoel Fiel Filho. Em setembro de 1975, as forças de segurança de São Paulo, comandadas pelo Coronel Erasmo Dias, desencadearam uma operação militar denominada “operação Jacarta”. Wladimir Herzog, diretor de jornalismo da TV Cultura, foi uma das vítimas dessas manobras militares de repressão. No dia 24 de outubro, Herzog foi intimado a depor na sede do DOI-CODI, onde morreu na tarde do mesmo dia. Segundo a versão oficial, cometera suicídio, enforcando-se com sua própria gravata. Seu corpo foi enviado à viúva em caixão lacrado, sem maiores explicações. Ela foi ameaçada e advertida a não abrir o caixão. O sepultamento foi feito sob guarda militar. Com Manoel Fiel Filho ocorreu algo muito semelhante. Morreu vítima de tortura, mas nos documentos oficiais constava como suicida. Em ambos os casos provou-se posteriormente a farsa.

Visando diminuir a pressão da oposição e garantir que o processo de abertura em curso fosse lento e gradual, o governo estabeleceu, conforme já apresentado no capítulo I, a lei Falcão (Nº 6.339, de 01/07/1976) e o Pacote de Abril (Emenda Constitucional nº 8, de 14/4/1977). Mas nem mesmo essas medidas foram suficientes para tranquilizar inteiramente o governo militar em relação à ameaça representada pelo MDB. Algo mais deveria ser feito para barrar o crescimento alcançado pela oposição nas últimas eleições. O bipartidarismo deixara de ser uma alternativa de organização política e institucional atraente para os estrategistas do regime militar. A concentração das forças de oposição numa única legenda estimulava o já aludido caráter plebiscitário do processo eleitoral, aumentando o risco de derrotas da ARENA. Dividir a oposição passara a ser cada vez mais conveniente, ainda que o preço a pagar fosse o restabelecimento do multipartidarismo (SCHMITT, 2000).

A partir de 1979, dois novos fatores políticos somaram-se aos motivos de ordem eleitoral para justificar a reforma do quadro partidário. O primeiro foi a decretação da anistia, com o conseqüente retorno ao país dos exilados políticos, restituindo, dessa forma, os direitos políticos daqueles afetados pelas arbitrariedades do regime autoritário, inclusive daqueles políticos que haviam sido cassados. O outro foi a proliferação, a partir de meados da década de 70, de organizações como associações de bairros, Comunidades Eclesiais de Base (CEB's) eclesiais de base, movimentos contra a carestia e, principalmente, organizações ligados aos direitos humanos. A conjunção dessas circunstâncias tornava impraticável a permanência de apenas duas agremiações partidárias.

Assim, visando barrar o avanço da oposição, o governo decretou, em 1979, a Lei Orgânica dos Partidos Políticos (LOPP), que extinguiu o bipartidarismo e provocou uma reformulação partidária, abrindo a possibilidade para a formação de vários novos partidos. A intenção era dividir a frente oposicionista reunida no MDB, explorando e aguçando as suas várias divisões internas existentes. O objetivo fundamental era destruir o MDB, que estava se tornando um partido extremamente popular.

O quadro político-partidário que floresceu no Espírito Santo, no contexto, foi reflexo daquilo que ocorreu a nível nacional. As principais agremiações também se fizeram representar em solo espírito-santense.

Assim, da ARENA surgiu o Partido Democrático Social (PDS), que no novo quadro partidário continuou sendo aquela agremiação posicionada naquilo que se convencionou chamar de direita do espectro político. Ao contrário dos emedebistas, que trataram de assegurar a continuidade do partido conservando o seu nome, os arenistas buscaram se desfazer de sua sigla impopular. Com a criação de novos partidos possibilitada pela reforma partidária, a ARENA não só mudou de nome, como também perdeu numerosos membros, que deixaram o partido para se integrar, em sua maioria, à nova agremiação fundada por Tancredo Neves e Magalhães Pinto, o Partido Popular – PP. No entanto, com a incorporação do PP ao PMDB³², em consequência dos obstáculos criados pelo chamado *Pacote Eleitoral*, de novembro de 1981, que diminuiriam drasticamente as chances eleitorais do novo partido, muitos daqueles ex-arenistas e ex-pepistas foram parar no PMDB. Foram membros fundadores do PDS, no Espírito Santo, tradicionais nomes do cenário político, bem como membros de famílias tradicionais capixabas, como Theodorico de Assis Ferraço, Carlos Alberto Lindemberg Von Schilgen, o então governador Eurico Rezende, José Carlos da Fonseca, João Calmon (que depois foi para o PMDB), Lúcio Merçon, Juarez Martins Leite, Moacir Dalla, além dos ex-governadores Élcio Álvares, Cristiano Dias Lopes Filho, Francisco Lacerda de Aguiar, dentre outros.

A definição do candidato que iria concorrer às eleições de 1982³³ para governador começou a ser ensaiada no final de 1981, quando o então governador Eurico Rezende (PDS) recebeu os 88 membros do Partido com direito a voto na convenção, para indicar preferências³⁴. Nesse momento, apareceram as surpresas e os problemas, pois foram sugeridos oito correligionários pelo governador e dentre eles não estava Élcio Álvares, fato que acirrou ainda mais os conflitos entre elcistas e rezendistas, iniciados ainda na época da ARENA. O resultado dessa consulta apontou, nas quatro primeiras colocações, o deputado federal Theodorico de Assis Ferraço em primeiro, o prefeito da capital Carlos Alberto Lindemberg Von Schilgen, em

³² A incorporação do PP, por um lado, ajudou o PMDB, pois evitou que ocorresse aquilo que os militares pretendiam, ou seja, dividir a oposição, mas, por outro, trouxe inúmeros problemas para o PMDB do Espírito Santo, conforme veremos adiante.

³³ Nas eleições que ocorreriam em novembro de 1982 seriam escolhidos, além do governador, representantes para os cargos de vereador, prefeito, deputados estaduais, deputados federais e senador. A população só não iria às urnas para escolher o presidente, fato que só viria a ocorrer em 1989 e para escolher prefeitos de capitais, consideradas áreas de segurança nacional, cujos pleitos se realizariam em 15 de novembro de 1985.

³⁴ TRUNFOS da Sucessão. *Espírito Santo Agora*, Vitória, n 65, p.04-06, Fev. 1982; A crise da ARENA. *Espírito Santo Agora*, Vitória, n 25, p. 04 – 08, Jun./Jul. 1978.

segundo, o Prefeito da Serra, José Maria Feu Rosa em terceiro, ficando o empresário e ex-prefeito de Vitória entre 1971 e 1975, Chrisógono Cruz, em quarto³⁵.

Como se percebe, a escolha do candidato pedessista ao governo foi toda conduzida pelo governador, acompanhada de uma exclusão premeditada do ex-governador Élcio Álvares, que insistia em se tornar candidato. Eurico exprimia em diversos pronunciamentos o retrato falado do seu sucessor, que deveria ter “inegável senso administrativo, temperamento político equilibrado, independência econômica e condições de dar continuidade as suas obras dentro de um plano de austeridade absoluta”³⁶.

O primeiro colocado na lista, Ferraço, não se encaixava nesse perfil, pois era visto como um homem irrequieto e estabonado³⁷. Os outros três pré-candidatos se enquadravam relativamente bem no contorno, com uma pequena vantagem de Von Schilgen, considerado mais denso nas urnas³⁸.

Nas eleições de 1982, portanto, o PDS partiu para a disputa visivelmente dividido, fato que enfraqueceu grandemente o partido. Em convenção bastante questionada, a ala do partido capitaneada pelo então governador Eurico Rezende, escolheu Carlos Alberto Lindemberg Von Schilgen (conhecido como Carlito) e José Maria Feu Rosa, para candidatos a governador e a vice, respectivamente. Esse grupo ficou sendo conhecido como *PDS UM*. Entretanto, os deputados estaduais Vicente Silveira e Juarez Martins Leite, protocolaram, no dia 1º de julho de 1982, junto ao TSE, um pedido de anulação da convenção do PDS. Os dois deputados, sendo o primeiro Presidente da Assembléia Legislativa, faziam parte de um grupo dissidente chamado de *PSD DOIS*, liderado pelo ex-governador Élcio Álvares³⁹.

³⁵ TRUNFOS da Sucessão. *Espírito Santo Agora*, Vitória, n 65, p.05-06, fev. 1982.

³⁶ TRUNFOS da Sucessão. *Espírito Santo Agora*, Vitória, n 65, p.05-06, fev. 1982.

³⁷ SUCESSÃO: no ES, o PDS briga e a oposição espera. *Conceito*, Vitória, v.2, p. 6-10, jan. 1982.

³⁸ TRUNFOS da Sucessão. *Espírito Santo Agora*, Vitória, n 65, p.04-06, fev. 1982. Sucessão: no ES, o PDS briga e a oposição espera. *Conceito*, Vitória, v.2, p. 6-10, jan. 1982.

³⁹ A ARENA, que antecedeu ao PDS, sempre esteve muito longe de ser um partido homogêneo no Espírito Santo. Os conflitos entre os principais líderes do Partido se acirraram no ano de 1978, no momento da escolha de João Batista Figueiredo para a sucessão presidencial que ocorreria no ano seguinte. Essa escolha dividiu grandemente a ARENA capixaba, fato que, segundo Maria D’Alva Kinzo (1993), também ocorreu a nível nacional. Outra questão que sempre trouxe muitas discordâncias na ARENA capixaba era a disputa pela Prefeitura de Vitória que, durante o Regime Militar, tinha o prefeito indicado pelo governador por ser considerada área de segurança nacional. A leitura de diversas fontes nos leva a entender que a nomeação do Prefeito da Capital era uma forma de acomodar as divergências da própria ARENA, fato que gerava muitos conflitos. Isso porque a administração da capital foi sempre um grande meio de promoção política. Em 1978, o então Governador Elcio Álvares exonerou Setembrino Pelissari e colocou em seu lugar como prefeito seu fiel auxiliar Wander Bassini. Problemas como esses desencadearam muitas polêmicas e saída de vários arenistas do

O recurso especial, com 22 laudas datilografadas, protestava, em toda a sua redação, contra a forma como fora feita a convenção do PDS, pedindo a sua anulação. A base para tal protesto era o *Pacote do Presidente Figueiredo*, de dezembro de 1979, que em seu artigo 5º, parágrafo 1º, previa o indeferimento de chapas incompletas. A petição afirmava que as chapas apresentadas na 1ª convenção do partido só eram compostas por candidatos a governador e a vice, e que não haviam sido acompanhadas de candidatos a deputados estaduais e federais, além de nomes para o Senado⁴⁰. Toda essa polêmica durou até poucos dias antes do fim do prazo das inscrições, sendo ratificados os nomes de Carlito Von Schilgen para o governo e José Maria Feu Rosa para vice-governadoria, a contragosto dos elcistas.

Posicionando-se ao centro do espectro político, estava o PMDB, que substituiu o antigo Movimento Democrático Brasileiro (MDB). Ao contrário do que aconteceu com o PDS, o PMDB tentou a todo custo manter a unidade e o rótulo de partido opositor. Entretanto, a definição do candidato para concorrer ao cargo de governador em 1982 não foi tranqüila, na verdade quase levou a uma divisão interna na agremiação. O Senador Dirceu Cardoso aparecia como o principal nome para disputar o pleito, apesar de desconversar suas pretensões eleitorais. Além do Senador, apresentavam-se como candidatos Gerson Camata e Max Mauro, que, embora fossem do mesmo partido, sempre tiveram muitas divergências⁴¹. Resolvido o problema com Dirceu Cardoso, que decidiu não lançar o seu nome, as conversas intrapartidárias levaram à indicação como candidato ao governo do Deputado Federal e ex-arenista Gerson Camata, mas essa escolha não foi tranqüila como parece ao primeiro olhar.

Durante o Regime empresarial-militar, Mauro era do MDB e Camata da ARENA. Na fase final do regime, arenistas históricos, como aqueles que compunham o grupo de Camata, trocaram de uniforme, e sob o rótulo de *moderados*, fizeram juras pela redemocratização do Brasil no final dos anos 70. Camata e Max Mauro disputariam dentro do PMDB, numa pré-convenção que seria realizada no dia 4 de abril de 1982⁴², para decidir quem figuraria como candidato ao governo. Embora tenha ocorrido uma acirrada disputa, as fontes consultadas apontam para o fato de que houve um acordo pelo qual ficou definido que Camata seria apoiado por Mauro naquela eleição e, em 1986, ocorreria o inverso. Isso porque nos ombros

partido. Um deles foi o próprio Gerson Camata, que saiu insatisfeito, dentre outros fatores, com a indicação de Figueiredo.

⁴⁰ ADVOGADOS vão ao TSE para anular convenção. *A Gazeta*, Vitória, p.03, 02 jul. 1982.

⁴¹ NO PMDB, cobras e lagartos. *Espírito Santo Agora*, Vitória, n. 65, p. 05, fev. 1982.

⁴² SEPARAÇÃO litigiosa. *Espírito Santo Agora*, Vitória, n. 82, p.05-08, out. 1987.

de Mauro pesava a fama de ser um homem radical de esquerda. Além disso, prognósticos de importantes figuras do PMDB apontavam sua fraqueza eleitoral no interior do Estado, e todos sabiam da importância de se obterem votos fora da Grande Vitória. Situação totalmente inversa era a de Camata e a do candidato do PDS, Carlito Von Schilgen. Tal fato levou, inclusive, figuras aliadas de Mauro a votarem em Camata, como Mário Moreira e Sérgio Ceotto⁴³. O que inicialmente levava a crer em um impasse grave, foi temporariamente resolvido.

O principal problema do PMDB naquele pleito ficou por conta da escolha do vice-governador para compor a chapa com Camata, polêmica que deixou algumas marcas e contribuiu para grandes divisões após as eleições de 1982.

Três eram os candidatos que se apresentaram para a vaga de vice-governador: o ex-presidente do partido Mário Moreira, considerado o preferido de Camata e do Sul do Estado; o empresário José Moraes, homem visto como dono de posições extremamente conservadoras⁴⁴; e o próprio senador Dirceu Cardoso. Além desses, o suplente de deputado Gerles Gama também pleiteava ser candidato, mas foi logo persuadido por líderes do partido a desistir em nome da unidade partidária.

A Executiva Regional do PMDB delegou poderes a Camata para escolher seu candidato a vice-governador. O grande problema de Camata estava no receio de escolher uma dentre as opções que estavam postas e com isso dividir o partido. Prevendo que uma ruptura pudesse acontecer, Gerson Camata, em várias reuniões, pediu aos seus companheiros de partido que lutassem pela unidade partidária. O presidente estadual do partido, Max Mauro, também fez diversas vezes o mesmo apelo, quando solicitava que todos tentassem uma maior aproximação das correntes para que o partido pudesse sair unido da questão da vice-governadoria⁴⁵. Durante todo o mês de julho de 1982, permaneceu o impasse. Camata conferia ao PMDB a missão de escolher o vice, e o PMDB, por sua vez, delegava essa incumbência à Camata, dando a ele, inclusive, carta-branca para escolher aquele que fosse de sua preferência. O grande problema estava no acordo feito com o extinto Partido Popular

⁴³ SEPARAÇÃO litigiosa. *Espírito Santo Agora*, Vitória, n. 82, p.05-08, out. 1987.

⁴⁴ DEFINIÇÃO. *A Gazeta*, Vitória, p.05, 11 jul. 1982.

⁴⁵ UNIDADE Partidária. *A Gazeta*, Vitória, p.03, 03 jul. 1982.

(PP)⁴⁶ que, ao se incorporar ao PMDB, teria o direito, pelo acordo firmado, de indicar o vice. Por isso, não abria mão de José Moraes, que ainda estava sendo ajudado pelo Deputado Federal e ex-prefeito de Guarapari, Hugo Borges. Por outro lado, havia a necessidade de agregar forças no interior do Estado, e Camata e o PMDB sabiam dessa necessidade estratégica, por isso aparecia o nome de Mário Moreira, que se tornou o preferido, uma vez que o então Prefeito de Cachoeiro de Itapemirim Gilson Carone, nome de maior consenso, não havia se desincompatibilizado, ao não renunciar o cargo que ocupava.

Além disso, havia a direção progressista do PMDB, que era presidida por Max Mauro. As lideranças maxistas acreditavam que a chapa majoritária do Partido poderia ficar muito à direita com o ex-arenista José Moraes, o que poderia propiciar um crescimento do PT e, conseqüentemente, enfraquecer o PMDB na sua condição de majoritário no campo da oposição⁴⁷. A discussão para a escolha do candidato a vice se arrastou até o dia 18 de julho, quando se definiu por José Moraes, ex - pepista.

Embora o PMDB tenha conseguido se articular melhor no que tange ao quesito unidade partidária, algumas fissuras se tornaram evidentes. Mário Moreira, após o episódio, reclamou do seu esmagamento político e culpou o ex - PP, grupo de José Moraes. Max Mauro também não se sentiu satisfeito com o desenrolar das articulações, mas, em nome da unidade partidária, aceitou a disputa para deputado federal e abraçou a candidatura Camata. Mas essa aparente afinidade não duraria para sempre, uma vez que, no decorrer da década de 1980, aumentaram as divergências entre os dois⁴⁸.

Também se posicionando no centro do espectro político, estavam outros dois outros partidos: o PDT, que inicialmente lançou Augusto Calmon Nogueira da Gama como candidato ao governo, mas que na reta final mudou para Oswaldo Mármore; e o PTB, que ainda estava em processo de organização no Estado e, por isso, não conseguiu lançar candidatos.

⁴⁶ Do extinto PP (Partido Popular), que ingressou no PMDB em 1982, faziam parte, além de José Moraes: Luiz Batista, Hugo Borges, Ozéas Ximenes Monte, João Batista Motta, Martinho de Castro Machado, Maridéia Rosa Bitti, dentre outros.

⁴⁷ DEFINIÇÃO. *A Gazeta*, Vitória, p.05, 11 jul. 1982.

⁴⁸ Os conflitos internos do PMDB foram visíveis desde a sua fundação. Inclusive, essa constatação levou à assinatura da *Carta de Brasília*, ocasião em que todos os candidatos do PMDB a governadores firmaram um pacto de continuar no PMDB depois das eleições que ocorreriam em 15 de novembro de 1982. O então candidato ao Governo no Espírito Santo, Gerson Camata também se comprometeu a segui-la. A ruptura explícita e definitiva entre Max Mauro e Gérson Camata será mais bem abordada à frente.

2.3. O Partido dos Trabalhadores: da fundação à primeira experiência nas urnas

O PT não quer reproduzir a experiência das elites brasileiras, que submetem os partidos aos governantes, e tampouco confunde o estado com o partido. Buscamos uma relação democrática, que preserve a autonomia administrativa e integre as diretrizes partidárias.

Partido dos Trabalhadores

À esquerda do cenário político estava o Partido dos Trabalhadores (PT). A idéia de se criar um partido representativo dos trabalhadores remonta aos meados dos anos de 1970, momento marcado por altos níveis de industrialização e urbanização do Brasil, e pela efervescência dos movimentos de massa e articulação dos trabalhadores como agentes políticos atuantes no processo de luta contra o estado.

Nesse período ocorreram vários encontros de trabalhadores, que contribuíram para romper com a desmobilização da categoria. Dentre os mais conhecidos, podemos citar aquele ocorrido em Salvador-BA, no qual dirigentes sindicais dos petroleiros e da indústria petroquímica, com a presença de Lula e do Sociólogo Fernando Henrique Cardoso, elaboraram um manifesto em que solicitavam a imediata redemocratização do país, além de terem aventado a criação de um partido de trabalhadores. No mesmo mês, ocorreram, em Santos, o Congresso da Confederação Nacional dos Trabalhadores da Indústria e o Encontro dos Sindicalistas Autênticos (LIMA, 1988, apud MARQUES, 2005). Ao mesmo tempo em que a ação sindical crescia, a idéia de se formar um partido foi ganhando força pelo país. Além desses, vários outros eventos de diferentes movimentos sociais passaram a fazer menção à necessidade de criar um partido político que pudesse, de fato, representar a classe trabalhadora.

Mas, *grosso modo*, podemos afirmar que o PT surgiu no seio das lutas operárias do ABC Paulista e de lá se irradiou para o restante do país. Isso se deu, sobretudo, porque lá se encontrava a grande maioria de operários e sindicalistas do país (MARQUES, 2005). O ato nacional de fundação do Partido dos Trabalhadores aconteceu no dia 10 de fevereiro de 1980, no Colégio Sion, em São Paulo, onde foi apresentado e aprovado o manifesto de lançamento. Em fins de maio do mesmo ano, foi organizada a Reunião Nacional de Fundação do Partido

dos Trabalhadores, com o objetivo de aprovar o programa e o Estatuto e oficializá-lo perante a Comissão Nacional Provisória⁴⁹.

A formação do PT no Espírito Santo não foi muito diferente do que ocorreu a nível nacional. Resultou de três processos que envolveram cada uma de suas vertentes principais: sindicalistas combativos, militantes de esquerda e cristãos progressistas. Convergiram também para o PT parlamentares progressistas do PMDB, intelectuais, setores de classe média, estudantes, participantes e dirigentes de organizações populares, dentre outros grupos, mas o tripé sindicalistas – cristãos – esquerda corresponde a um esquema que, embora simplificador, tem a vantagem de mostrar os eixos mais importantes em torno dos quais se constituiu o Partido (AZEVEDO, 1995).

No decorrer do ano de 1979, ocorreram vários encontros visando à criação do PT regional. Desconsiderando as polêmicas em torno do assunto, a primeira reunião oficial, para a formação da primeira comissão provisória que dirigiria o partido no Estado, ocorreu no dia 28 de janeiro de 1980, na Ilha de Santa Maria, em Vitória, com a presença de importantes personalidades, como Rose de Freitas, Max Freitas Mauro e Nelson Aguiar, além de diversas lideranças dos movimentos sociais ligados à Igreja e sindicalistas (CIPRIANO apud PINTO, 2001, p. 48; VIEIRA, 1993, p. 97). Também compareceram Jacob Bittar e José Ibrahim⁵⁰, lideranças do diretório nacional que vieram para colaborar na formação do PT no Espírito Santo.

Do meio sindical, despontaram duas grandes figuras na fundação do PT no Espírito Santo: o médico Vitor Buaiz, cuja candidatura ao governo do Estado no início das conversas parecia certa⁵¹, e o jornalista Rogério Medeiros. Dos movimentos populares e da Igreja progressista, despontou Cláudio Vereza, e dos movimentos de resistência armada apareceu Perly Cipriano. As articulações levaram à escolha de Perly para se candidatar ao governo. Por ocasião da importante posição política que ocupavam nas suas entidades sindicais e movimentos sociais,

⁴⁹ Acerca da formação do PT nacional, ler MARQUES (2005), MENEGUELLO (1989), KECK (1991), dentre outros.

⁵⁰ O Partido dos Trabalhadores conseguiu formar comissões diretoras provisórias em 14 municípios capixabas: Vitória, Serra, Vila Velha, Cariacica, Linhares, São Gabriel da Palha, Barra de São Francisco, Cachoeiro de Itapemirim, Muniz Freire, Conceição do Castelo, Pinheiros, Aracruz, São José do Calçado e Nova Venécia.

⁵¹ ECOS da incorporação. *Espírito Santo Agora*, Vitória, n. 64, p. 04, jan. 1982.

essas quatro lideranças acabaram tomando a dianteira no processo de fundação do partido aqui no Espírito Santo⁵².

Mal havia se formado, o Partido dos Trabalhadores já enfrentaria o seu primeiro desafio: as eleições de 1982, que não marcariam somente o PT, mas também toda a sociedade brasileira e capixaba, que voltariam às urnas para escolher, depois de 18 anos, boa parte de seus governantes pelo voto. E não foram poucos os desafios com os quais o recém formado partido se deparou. Muito pelo contrário. Naquele primeiro pleito, tudo parecia se voltar contra o PT.

Dois grandes temas dominavam o cenário político capixaba daqueles importantes momentos iniciais dos anos 1980: o primeiro, de natureza mais abrangente, tratava-se do processo de redemocratização do Brasil, que estava em curso. Era quase unanimidade, principalmente no campo da oposição, a necessidade de acelerar-se, por parte do governo Figueiredo, o processo de distensão e destruição do chamado entulho autoritário, como a Lei Falcão, dentre outros casuísmos verificados a partir da ascensão do General Ernesto Geisel ao poder em meados dos anos 1970. Em segundo lugar, tema importante era o quadro de deterioração econômica por que passavam o Brasil e, principalmente, o Espírito Santo. Essa crise era reflexo de múltiplos fatores, principalmente as duas crises do petróleo de 1973/1979.

A economia capixaba sofria de modo especial, pois, até a década de 1960, baseou-se na produção do café. A erradicação dos cafezais, de 1964 a 1968, reduziu em cerca de 70% a área plantada, num total de 300 milhões de pés erradicados, e provocou um impacto social de 60 mil desempregados rurais, equivalendo a 200 mil pessoas que saíram do campo para a cidade, dos quais 120 mil dirigiram-se para a região da Grande Vitória e 80 mil deixaram o Estado (RIBEIRO, 2005). Apesar da criação de grandes projetos industriais, esse quadro levou ao surgimento de grandes bolsões de pobreza⁵³, sobretudo na região metropolitana.

Outros aspectos que agravavam essa situação foram apontados pelo candidato do PMDB, Gerson Camata: em destaque, a concentração de decisões financeiras nas mãos do governo

⁵² Outros fundadores do PT no Espírito Santo, alguns dos quais membros do primeiro diretório foram: Brice Bragrato, João Carlos Coser, Iriny Lopes, Magno Pires, Carlos Alberto Peixoto Lobo, Ângelo Pim, Floriano Vieira da Silva, Gilberto Álvares dos Santos, José Aguilar Dalvi, Aldemindo Gonçalves Pereira, dentre outros.

⁵³ A respeito da formação dos bolsões de pobreza, ver o filme produzido pelo jornalista Amylton de Almeida, *Lugar de toda pobreza*, de 1983, em que são retratadas as péssimas condições de vida a que estavam submetidos os moradores do Bairro de São Pedro, em Vitória.

central⁵⁴, fato que dificultava a implementação de projetos⁵⁵. Além disso, os grandes empreendimentos industriais haviam se instalado no estado, com grandes benefícios fiscais, o que, aliado à grave recessão, diminuía drasticamente a arrecadação, deixando o Espírito Santo numa situação de penúria financeira. Diante desse quadro de crise econômica, as duas principais candidaturas advogavam, no campo do discurso, reformas que pudessem recuperar a capacidade de autonomia de gestão dos estados e municípios em dificuldade.

Ao contrário de tais posicionamentos, estava o candidato do PT, Perly Cipriano, dizendo que os recursos eram de fato escassos, mas o grande problema, dizia, era a má administração dos mesmos, que eram desigualmente distribuídos. Além disso, também apontava o problema tributário, que penalizava as classes assalariadas, ao passo que os grandes grupos econômicos gozavam de bondosas isenções fiscais. Diante desse prognóstico, defendia a idéia de colocar a economia e a administração pública a serviço do povo⁵⁶. A implantação de um governo popular, portanto, se colocava como a principal bandeira do PT⁵⁷.

O pleito se iniciou com um elemento nitidamente voltado a favorecer o PDS, o partido do governo. Foi instituído o chamado *Pacote de Novembro*, em 1981, que em suas deliberações exigia que todos os partidos concorressem obrigatoriamente a todos os seis cargos em disputa e estabelecia o *voto vinculado*, isto é, a nulidade no voto dado a candidatos de partidos diferentes. Ou seja, o eleitor teria que votar em candidatos de um mesmo partido para vereador, prefeito, deputado estadual, governador, deputado federal e senador, sob a pena da anulação do voto. Supunha-se que essa vinculação entre os votos beneficiaria o PDS, porque o candidato a governador puxaria os votos para o partido nos outros cinco níveis. A proibição das alianças e a obrigatoriedade dos partidos concorrerem a todos os cargos visavam a fragmentar o voto oposicionista. Eram medidas, portanto, extremamente prejudiciais aos

⁵⁴ No aspecto financeiro e tributário, os militares fizeram duas macro-reformas que afetaram diretamente a dinâmica federativa: a mudança na sistemática orçamentária e a alteração do quadro tributário. A primeira visava a acabar com a extrema pulverização dos recursos orçamentários federais, tal como aconteceu no período pré-64. Esse centralismo de recursos nas mãos do governo federal servia também para garantir o apoio dos outros níveis de governo. Essa reflexão está em ABRÚCIO, Fernando. **Os barões da federação: os governadores e a redemocratização**. São Paulo: Editora Hucitec, 1998.

⁵⁵ CANDIDATOS: Carlito e Camata defendem constituinte e Perly quer governo feito pelas bases. *A Gazeta*, Vitória, p. 06, 25 jul. 1982.

⁵⁶ PARTIDO DOS TRABALHADORES. **Resoluções de Encontros e Congressos 1979-1998**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 1998. p. 125.

⁵⁷ CANDIDATOS: Carlito e Camata defendem constituinte e Perly quer governo feito pelas bases. *A Gazeta*, Vitória, p. 06-07, 25 jul. 1982.

partidos recém-criados, que ainda não tinham tido tempo para lançar nacionalmente suas organizações.

Outro artifício que serviu como um grande obstáculo ao Partido dos Trabalhadores foi a campanha do *voto útil* que, aliás, veio a reboque do voto vinculado. Essa campanha foi desenvolvida principalmente pelo PMDB, com o objetivo de continuar monopolizando o voto oposicionista. A idéia do *voto útil* sugeria que votar no PT significaria perder o voto, uma vez que o partido não tinha nenhuma chance de eleger candidatos. O voto tinha que se dirigir a outros quadros, com chances reais de vitória. Essa campanha sensibilizou diversos membros do partido em nível nacional como, por exemplo, a filósofa Marilena Chauí, que se mobilizou e percorreu todo o Brasil com o intuito de desfazer essa idéia (PINTO, 2001), algo que era extremamente complexo naquelas circunstâncias.

Esse mesmo tema foi motivo de revolta para membros eminentes do partido. Em três de julho de 1982, Luiz Inácio Lula da Silva, presidente nacional do PT, na abertura de uma reunião do Partido, “acusou o PMDB de usar métodos fascistas de ataque com a campanha do voto útil”⁵⁸.

Outro desafio colocado ao PT foram os ataques extremamente degradantes contra seus candidatos, veiculados pelos principais meios de comunicação de massa. O PT, desde o início, teve que enfrentar a estratégia do *medo* criada e promovida para combater as candidaturas petistas⁵⁹. Por todo o ano eleitoral, foram publicadas matérias que depreciavam de maneira extremamente desqualificadora os candidatos do partido. Um exemplo foi a matéria do jornal *A Gazeta*, publicada no dia 5 de julho de 1982, assinada por um jornalista chamado Octávio Senna, que dizia:

[...] Somente de um partido liderado por um candidato tão inexpressivo, insignificante e com tão poucas qualidades morais como o tal Perly Cipriano, candidato ao governo do Estado (a maior e mais cômica piada desta eleição) é que poderiam surgir alguns adeptos com índole para fazer o que estão fazendo com Guarapari, pichando toda a cidade de preto com frases e o nome deste candidato que

⁵⁸ LULA chama de fascista a Campanha do Voto útil. *A Gazeta*, Vitória, p. 02, 04 jul. 1982.

⁵⁹ Acerca da utilização do medo como “estratégia de persuasão” promovida por determinados candidatos para vencer o eleitor a votar contra Luiz Ignácio Lula da Silva e contra candidatos do PT, veja: CHAIA, Vera. **Eleições no Brasil: o medo** como estratégia política. Eleições presidenciais em 2002: ensaio sobre mídia, cultura e política. Organização: Antônio Albino Canelas Rubim. São Paulo: Hacker, 2004.

para vereador já seria piada. Aliás, quando o juiz prendeu o tal Perly e seu bando só cometeu um erro: soltá-los⁶⁰.

Ataques semelhantes também eram publicados constantemente pela jornalista Maria Nilce, proprietária do Jornal da Cidade, que chegou, em diversas ocasiões, a chamar o candidato petista, que havia passado dez anos na prisão, enquadrado na Lei de Segurança Nacional, nos anos de chumbo⁶¹, de “apenas um assaltante de bancos”⁶².

Esse modo de fazer política não envolveu somente o Partido dos Trabalhadores. Os candidatos foram para a disputa eleitoral de 1982 prometendo uma campanha de alto nível⁶³. Entretanto, iniciado o pleito, o que se viu foi exatamente o inverso. Além desses ataques voltados ao candidato do PT, Perly Cipriano, os dois principais candidatos, Camata (PMDB) e Carlito Von Schilgen (PDS) iniciaram um jogo de acusações e ataques mútuos, algo que se transformou na principal estratégia para se conquistarem votos.

Os ataques e acusações começaram ainda no final do mês de julho, assim que foram definidos os candidatos. Nesse contexto, o governador Eurico Rezende fez uma representação judicial contra Camata com o objetivo de enquadrá-lo na lei de segurança nacional por injúria. Segundo o governador, com base numa gravação feita por um assessor, o candidato do PMDB havia feito um discurso em Afonso Cláudio, no mesmo mês, no qual ofendia profundamente a honra do presidente da República João Batista Figueiredo⁶⁴.

Gerson Camata defendeu-se das acusações, dizendo que Eurico estava desesperado, pois em pesquisas do IBOPE ele aparecia com 65% da preferência dos eleitores, enquanto o candidato do governo, Carlito Von Schilgen, possuía apenas 11%. Os principais nomes do PDS governista, em vários momentos, demonstraram confiança de que as denúncias contra Gerson

⁶⁰ CANDIDATO do PT é alvo de difamadores que distorcem sua história. *Espírito Santo Agora*, n. 71, p.16, ago. 1982.

⁶¹ Perly Cipriano iniciou sua militância no campo da esquerda em 1960, no Partido Comunista. Depois fez parte da dissidência que deu origem a Aliança Libertadora Nacional (ALN), grupo que era liderado pelo jornalista Carlos Mariguela, morto em uma emboscada preparada pelo Delegado Sérgio Paranhos Fleury, do DOPS de São Paulo. Depois de ter cumprido pena de dez anos como prisioneiro político, Perly Cipriano foi libertado em dezembro de 1979, quando veio para o Espírito Santo.

⁶² CANDIDATO do PT é alvo de difamadores que distorcem sua história. *Espírito Santo Agora*, n. 71, p.16, ago. 1982.

⁶³ CAMATA diz que PMDB fará campanha de alto nível. *A Gazeta*, Vitória, p.07, 18 jul. 1982; CARLITO diz que PDS vencerá as eleições. *A Gazeta*, Vitória, p.02, 05 out. 1982.

⁶⁴ O Jornal *A Gazeta*, do dia 1º de agosto de 1982, publicou uma matéria em que noticia que o discurso proferido pelo candidato peemedebista Gerson Camata teria sido gravado por Antônio Carlos Garcia, assessor de Leni Alves de Lima, Prefeito de Afonso Cláudio, que o teria entregado para Eurico Rezende, o qual o enviou ao Senador Dirceu Cardoso e ao SNI.

Camata poderiam comprometer seriamente o desempenho do PMDB nas eleições daquele ano⁶⁵. Entretanto, o que ocorreu foi exatamente o contrário: o episódio acabou dividindo ainda mais o PDS. Na ocasião, o líder do *PDS DOIS*, o ex-governador Élcio Álvares, veio em defesa de Camata, afirmando que tudo aquilo não passava de intrigas político-eleitorais⁶⁶. Esse fato, inclusive, nos leva à certeza de que, nessa altura dos acontecimentos, já havia uma aproximação muito forte entre o grupo de Camata e Élcio Álvares⁶⁷, união que se consolidaria mais tarde.

Outra arma utilizada pelo candidato governista para desestabilizar o candidato do PMDB foi a de constantemente aludir a sua origem governista. Dizia que, por essa razão, o PMDB começava a se dividir e afirmava que o partido teria cometido um grande erro ao indicar Camata como candidato ao governo, já que ele não representava o pensamento oposicionista. A esse respeito, Carlito completou dizendo: “[...] se a minha disputa fosse com Max Mauro, seria bem diferente, aí sim eu estaria preocupado [...]” Por esse motivo, Carlito chegou a esbanjar otimismo ao afirmar que a disputa não se daria entre o governo e a oposição, mas sim entre o *PDS UM* e o *PDS DOIS*⁶⁸.

O PMDB tentou se centrar na construção de uma imagem de partido que disputava eleições baseando-se em propostas e não em agressões. E propunha uma ampla reforma tributária e fiscal que viabilizasse o desenvolvimento dos estados e municípios em dificuldade. Dessa forma, procurava esquivar-se das acusações vindas do candidato governista. Gerson Camata sempre argumentava que o que eles queriam, na verdade, era atingir não o deputado Camata, mas ganhar as eleições. E contra-atacava afirmando que os sucessivos enquadramentos de padres, jornalistas, deputados⁶⁹ e, agora, candidatos do PMDB, punham por terra todas as promessas de abertura à democracia que o governo havia feito. Isso provava, dizia Camata, “[...] que a abertura só existe para eles, os donos do poder, para eles, os melhores empregos,

⁶⁵ FEU ROSA acredita em prejuízo para PMDB. *A Gazeta*, Vitória, p.03, 01 out. 1982.

⁶⁶ ASSESSOR de Leni gravou o discurso de Gerson Camata. *A Gazeta*, Vitória, p.02, 01 ago. 1982.

⁶⁷ No dia 07 de outubro saiu uma matéria em *A Gazeta* em que Vicente Silveira, ex-Presidente da Assembléia Legislativa, candidato ao Senado, e membro do grupo de Élcio Álvares revelou: “antes da convenção do PMDB, participei, através de alguns amigos lá, da indicação do Deputado Gerson Camata. Fiz isto por que acredito que naquela agremiação ele teria mais condições de, sendo eleito, contribuir para a formação democrática”. O apoio explícito à candidatura Camata ocorreu com o lançamento do seu jornal de campanha, em que numa matéria, na sua primeira edição, o ex-governador Élcio faz duras críticas a Eurico Rezende.

⁶⁸ CARLITO afirma que Camata é um candidato à direita do PDS. *A Gazeta*, Vitória, p.05, 02 out. 1982.

⁶⁹ Essa mesma crítica foi feita pelo Partido dos Trabalhadores nas resoluções do 1º Encontro Nacional do partido.

os melhores salários e as mordomias, só para eles [...]”⁷⁰. Dessa forma, Camata utilizava as difamações em seu benefício e dizia que a tentativa de processá-lo não impediria a sua candidatura rumo ao Palácio Anchieta: “[...] Agora é que nossa campanha rumo à vitória toma mais força. Vamos percorrer todos os municípios e distritos do Espírito Santo, levando a nossa proposta de governo popular de participação de todas as camadas da população deste estado sofrido”⁷¹.

Fica nítido que esse posicionamento agressivo do candidato Camata contra a ditadura e favorável à abertura democrática foi uma forma de marcar posição, ou seja, de desvincular a sua imagem do regime militar. Não há dúvida que logrou êxito, pois até hoje é visto como democrata congênito.

Em oposição às duas campanhas gigantes, o candidato do PT, Perly Cipriano, enfatizava a importância estratégica das eleições. Afirmava que o número de votos não deveria preocupar o PT, mas sim o saldo deixado em termos de organização. Sendo assim, partiu para o pleito tendo como principais bandeiras a organização de classe, a decência e a honestidade. Segundo ele, faria uma campanha sem utilizar cabos eleitorais, que ele considerava privilégio apenas do PMDB e o PDS, e que o discurso dos candidatos do partido não seria feito no estilo convencional⁷². O partido também combatia a compra de votos e promessas demagógicas⁷³. O PT, portanto, já no início das eleições, se colocou como um paradoxo em relação às demais agremiações. Em matéria publicada em 4 de julho, assim se pronunciou Lula, presidente nacional do partido: “[...] No PT não tem vez o populismo, nem o paternalismo. O PT não segue as regras de outros partidos, que não escolhem os meios para se alcançar os fins. O PT luta pelos seus objetivos com métodos descentes e honestos”⁷⁴.

Essa plataforma de campanha estava contida nas resoluções do 1º Encontro Nacional realizado nos dias 8 e 9 de agosto de 1981 em São Paulo:

Vamos concorrer às próximas eleições e apresentaremos candidatos a todos os cargos, em todas as regiões do país. Entretanto não cremos que as eleições sejam o que há de mais importante e definitivo para o nosso partido. Sem dúvida, elas tem (*sic*) uma importância e devemos conquistar, sempre, mais espaço na área

⁷⁰ CAMATA acha que o governo o processa por temer eleições. *A Gazeta*, Vitória, p.03, 01 out. 1982.

⁷¹ CAMATA acha que o governo o processa por temer eleições. *A Gazeta*, Vitória, p.03, 01 out. 1982.

⁷² NÚMERO de votos não preocupa o PT. *A Gazeta*, Vitória, p.03, 08 jul. 1982.

⁷³ PARTIDO DOS TRABALHADORES. **Resoluções de Encontros e Congressos 1979-1998**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 1998. p. 119.

⁷⁴ LULA chama de fascista a Campanha do Voto útil. *A Gazeta*, Vitória, p. 02, 04 jul. 1982.

parlamentar e na funções executivas, de modo a fazermos ecoar as reivindicações dos trabalhadores. Mas nossas ferramentas de luta vão além de eleições periódicas: importa-nos fortalecer o movimento popular, sindicatos, as oposições sindicais, os que lutam pela terra e todas as formas de organização, de mobilização e de união do nosso povo.⁷⁵

Portanto, o Partido dos Trabalhadores, na primeira eleição no Espírito Santo, segue as diretrizes do diretório nacional cuja preocupação seria “[...] organizar a classe trabalhadora, sem vanguardismo, sem paternalismo, e sem falsas promessas ao povo [...]”. Lula, em diversos depoimentos, chamava a atenção para a importância da atuação do partido em cada estado, enfatizando a necessidade de organizar o PT e organizar a classe trabalhadora. “[...] O principal não é vencer as eleições, mas organizar os trabalhadores, em busca de mais liberdade, de melhores condições de vida, para a luta contra o poder econômico [...]”⁷⁶. A plataforma petista se baseava, portanto, no moralismo, na anticorrupção e, em especial, na questão da mobilização das massas.

Essa postura de utilizar a campanha eleitoral apenas como uma forma de mobilizar as massas advém da própria maneira como o partido via essas primeiras eleições: com muito descrédito, pois elas representavam

[...] mais um passo na tentativa de o governo consolidar seu processo de reformas limitadas, sob o título inadequado de abertura. Através dela o que se pretende é restabelecer bases de apoio, promovendo mudanças superficiais nos mecanismos de participação e de representação institucional⁷⁷.

Para o Partido dos Trabalhadores, o regime militar queria continuar aplicando, agora através do jogo parlamentar e de concessões, que incluíam eleições, o mesmo modelo econômico desnacionalizante e concentrador de renda, imposto desde o golpe de 64. Tal idéia está presente nas resoluções dos vários encontros nacionais ocorridos no período. Para o partido, as eleições, nem de longe, colocariam em disputa a estrutura do poder político vigente. Essa desconfiança em relação ao processo eleitoral levou o PT a direcionar o seu olhar para a mobilização social, e o partido via as eleições apenas como um meio para tal fim.

⁷⁵ PARTIDO DOS TRABALHADORES. **Resoluções de Encontros e Congressos 1979-1998**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 1998, p. 112.

⁷⁶ LULA chama de fascista a campanha do voto útil. *A Gazeta*, Vitória, p.02, 04 jul. 1982.

⁷⁷ PARTIDO DOS TRABALHADORES. **Resoluções de Encontros e Congressos 1979-1998**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 1998. p. 129.

Apesar dessas dúvidas e incertezas acerca do pleito, reconheciam que ele se realizaria numa conjuntura mais favorável do que qualquer outro pleito pós-64. E isso por dois motivos: primeiro porque se realizaria sob uma crise que agravava grandemente as condições de vida da sociedade, predispondo o eleitorado a votar contra a situação. Segundo porque, dessa vez, a sociedade brasileira não estava mais submetida à obrigatoriedade de optar entre dois partidos criados pelo regime militar e controlados, ambos, por segmentos das elites dominantes⁷⁸. Está muito clara tanto nos documentos oficiais do partido quanto nas falas dos seus principais representantes, a idéia de que o PMDB não representava os anseios dos menos favorecidos. O Partido dos Trabalhadores não enxergava no PMDB uma oposição de fato, via-o como um mero artificialismo do regime militar para dar um semblante democrático à condição de ditadura a que o Brasil estava submetido desde 1964.

Dessa forma, o PT acabou protagonizando um conflito muito forte com o Partido do Movimento Democrático Brasileiro. Isso também por conta da já citada campanha do *voto útil*, atribuída principalmente aos peemedebistas. Além dessa campanha, vista como extremamente agressiva pelos petistas, o PMDB, por intermédio de alguns de seus principais líderes como Berredo de Meneses e Gerson Camata, também questionava a “verdadeira oposição do PT”. Insinuavam que, por conta dos ataques contra o PMDB, os petistas estavam se aproximando muito do PDS, fato que os tornava, na opinião irônica dos peemedebistas, quase o braço esquerdo da legenda governista⁷⁹. O PT respondia, por seus principais expoentes, que estava concorrendo num processo político pluripartidário; afirmava mais uma vez que as posições do PMDB eram levianas, e aludia à atitude prepotente dos peemedebistas, que segundo os petistas se consideravam os únicos capazes de fazer oposição⁸⁰. Por todas essas questões, nas suas resoluções, o PT descartava toda e qualquer possibilidade de alianças⁸¹.

Dentro de sua linha de campanha de cunho classista e pautada na ética e na moralidade, o candidato Perly Cipriano lançava constantes desafios aos dois candidatos mais fortes, para que eles se comprometessem a fazer um plebiscito para eleger o Prefeito de Vitória, a fim de

⁷⁸ PARTIDO DOS TRABALHADORES. **Resoluções de Encontros e Congressos 1979-1998**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 1998. p. 129.

⁷⁹ PT promete surpresa em Linhares. *A Gazeta*, Vitória, Pág. 05, 07 out. 1982; OPOSIÇÃO. *A Gazeta*, Vitória. Pág. 03, 01 nov. 1982.

⁸⁰ PT lamenta posição de Berredo. *A Gazeta*. Pág. 03, 14 de out. 1982.

⁸¹ PARTIDO DOS TRABALHADORES. **Resoluções de Encontros e Congressos 1979-1998**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 1998. p. 131.

que, na opinião do candidato do PT, a capital capixaba deixasse de ser usada como moeda de troca em negociatas políticas⁸².

Em decorrência de toda essa ordem de coisas, mais o fato de as eleições terem ocorrido em meio a um clima de muitas restrições devido ao entulho autoritário que limitava a propaganda eleitoral, mais a inexperiência do comitê de campanha do candidato petista, que apresentou o candidato Perly Cipriano como um sujeito que fora perseguido, preso político, guerrilheiro, algo não muito legítimo junto à opinião pública (COSER, 2000, apud PINTO, 2001, p.53), e ainda devido às disparidades em relação às outras candidaturas, sobretudo no aspecto financeiro e no acesso aos meios de comunicação, os resultados para o PT não foram bons. Aliás, foram muito abaixo do esperado.

Na disputa para governador, Camata (PMDB) foi o grande vencedor, com 60,3% dos votos válidos. Carlos Alberto Lindemberg Von Schilgen (PDS) teve 38%, Perly Cipriano (PT), 1,4% e o candidato do PDT Oswaldo Mármore ficou em último com apenas 0,2% (Tabela 5).

Tabela 5 – Resultados da eleição para Governador do Estado do Espírito Santo - 1982.

Candidato	Partido	Nº de votos	%	Votos Válidos (%)
Gerson Camata	PMDB	448.164	54,30	60,34
Carlito Von Schilgem	PDS	282.189	34,19	38,02
Perly Cipriano	PT	10.482	1,27	1,41
Oswaldo Mármore	PDT	1.239	0,15	0,17
Votos Brancos	-	63.785	7,73	-
Votos Nulos	-	19.523	2,37	-
Total de Votos Válidos		742,074	-	100
Total de votos apurados		825.392	100	-

Fonte: TRE-ES; Jornal *A Gazeta*, p. 06, 23 de novembro, 1982.

Para a Câmara Federal, o PMDB venceu com pequena vantagem, fazendo 5 dos 9 deputados (55,6%) e o PDS fez os outros 4, quantidade que representa 44,4% do total (Tabela 2 do apêndice I). O PMDB elegeu ainda o Senador José Inácio Ferreira, que obteve menos votos que Camilo Cola, mas ficou com a vaga por conta de sua legenda, o PMDB, ter obtido mais votos (Tabela 3 do apêndice I). O Partido dos Trabalhadores, além do Partido Democrático

⁸² PERLY volta a desafiar candidatos ao governo. *A Gazeta*, p. 05, 13 de nov. 1982.

Trabalhista, não conseguiram eleger representantes. O PTB, como já salientado, não participou dessa primeira eleição, pois ainda não havia conseguido se organizar no Estado.

Embora não tenha conseguido vencer o PMDB, podemos considerar que, no geral, a estratégia do voto vinculado deu certo para o PDS. Apesar de ter obtido apenas 37% dos votos – menos que os 40% obtidos pelo PMDB e que a maioria de 53% que os partidos de oposição obtiveram em conjunto – o PDS conquistou 12 dos 22 Estados, 60% das cadeiras do Senado, 49% da Câmara Federal e a maioria em 13 assembleias estaduais. No Espírito Santo, o desempenho também foi parecido, pois o PDS ficou como a segunda força partidária. Os erros e problemas enfrentados pelo partido, mais a popularidade de Camata, que aqui foi ajudado pelo voto vinculado, deram maioria ao PMDB na Assembleia Legislativa, onde conquistou 16 cadeiras no total de 27, algo que corresponde a 59,3%, restando ao PDS 11 vagas (40,7%) (Tabela 1 do apêndice I).

Em eleições municipais, o PDS foi o que mais conquistou prefeituras no Brasil, elegendo 64,3% delas (Tabela 3 abaixo). O PT conquistou apenas duas: a de Diadema, em São Paulo e a de Santa Quitéria, na Bahia. Mas o Partido dos Trabalhadores não conseguiu eleger nenhum governador de Estado ou qualquer representante no Senado, resultados que o colocaram atrás, inclusive, do PDT e PTB. Já no Espírito Santo, o partido que mais elegeu prefeitos foi o PMDB, 54,38% dos chefes municipais (Tabelas 6 e 7 abaixo).

Tabela 6 – Número de Prefeitos eleitos em 1982 no Brasil, por partido.

Partido	1982	
	Nº	%
PDS	2.533	64,3
PMDB	1.377	34,9
PDT	22	0,6
PTB	07	0,2
PT	02	0,1
Total	3.941	100

Fonte: TSE.

*As capitais dos estados e as cidades designadas como “áreas de segurança nacional” não elegeram prefeitos em 1982. Para essas 201 áreas, foram realizadas eleições especiais em 15 de novembro de 1985.

Tabela 7 – Número de Prefeitos eleitos no ES, por partido – 1982.

Partido	1982	
	Nº	%
PMDB	31	54,38
PDS	25	43,85
PDT	-	-
PTB	-	-
PT	-	-
Total	57	100

Fonte: TRE-ES.

* A Capital Vitória tinha, nesse momento, o Prefeito nomeado pelo governo estadual por ser considerada uma área de segurança nacional.

Como se pode ver nos números, o novo sistema político partidário capixaba emergiu com o PMDB como partido dominante, ficando o PDS logo atrás, em segundo lugar.

Os dados acima também mostram que a primeira experiência eleitoral do PT não foi das melhores, frustrando as expectativas de muitos militantes e do próprio candidato ao governo, Perly Cipriano que, já no início das apurações, confessou que havia se surpreendido negativamente, pois esperava uma melhor votação, principalmente na Grande Vitória⁸³.

O próprio candidato Perly Cipriano, posteriormente, analisou da seguinte forma o resultado do PT naquelas primeiras eleições:

[...] havia a necessidade de afirmar uma proposta política. Nós definimos a partir da fundação do PT, quando definimos participar das eleições, definimos *Terra, Trabalho e Liberdade*, portanto, três temas: a reforma agrária; havia muito desemprego no Brasil, então por trabalho, geração de renda, emprego e trabalho; e outra era liberdade. Liberdade partidária, sindical, então eram três temas. Então na campanha como é que o partido vai se concentrar? Em três temas - *Terra, Trabalho e Liberdade* - eram três temas centrais [...]. E as nossas campanhas foram muito parecidas no Brasil inteiro [...]. Então, o PT, eu pessoalmente acho, que não havia muitas alternativas, não tínhamos chance de fato. Primeiro que a eleição era diferente, era uma eleição onde você votava com o chamado voto vinculado: governador, senador, deputado federal, estadual, prefeito e vereador, era um voto vinculado, e você imagina um país com um voto vinculado em qualquer época já é difícil, imagina numa circunstância daquela, onde aqui tinha o Camata, oriundo da ARENA, mas apoiado pelo PMDB, concorrendo contra Carlito Von Schilgen. Então nós aparecíamos como candidato, mas nós não éramos uma alternativa para ganhar nem o Camata e nem o Carlito Von Schilgen, mas nós éramos uma proposta [...]. O PT nem com o Lula em São Paulo teve muita votação, a média era 2% da votação do eleitorado, dois, dois e meio, três e parou. Não havia nenhuma estratégia que a gente

⁸³ POUCOS votos do PT surpreendem Perly. **A Gazeta**, Vitória, p.03, 17 de nov. de 1982.

pudesse montar que pudesse ser muito grande. Eu pessoalmente acho, que não, acho que aquele era o nosso caminho mesmo⁸⁴.

Apesar disso, a derrota nesse primeiro pleito serviu para que o Partido dos Trabalhadores repensasse suas estratégias de atuação no seio da sociedade. O resultado dessa reflexão será uma melhora significativa nas urnas, conforme veremos adiante.

2.4. A campanha das “Diretas já” e os processos eleitorais de 1985 a 1988: o acúmulo de forças

O Partido dos Trabalhadores, que na sua primeira participação em eleições se colocou como novidade, não teve um bom desempenho nas urnas. Segundo Margareth Keck (1991), o resultado eleitoral criou o contexto de ações posteriores, pois o partido fomentou o processo de retorno às bases. Na visão da autora, a participação no pleito de 1982 ecoou como um desvio dos objetivos originais da atividade partidária. A autora está em parte correta na sua afirmação, mas é necessário fazer uma ressalva. O partido, nas eleições de 1982, não se afastou das bases. O que ocorreu foi uma dedicação momentânea e natural à construção de estratégias eleitorais. O que é mais significativo destacar acerca dessa questão da participação em 1982 foi o fato de já ter ficado evidente o debate que iria tomar mais corpo no Partido a posteriori, ou seja, a questão do equilíbrio entre dois caminhos extremamente difíceis, se não impossíveis de conciliar: o da participação nos processos eleitorais e chegada ao poder dentro da lógica do arcabouço institucional brasileiro; e, ao mesmo tempo, o da manutenção da relação com as bases, com os movimentos sociais. A esse respeito, Marques (2005) sugere que, com a amargura da derrota, restou então à direção do partido a decisão de abandonar, naquele momento, qualquer preocupação eleitoral e partir para uma ação que ampliasse e consolidasse a sua atuação junto aos movimentos sociais, em especial aos sindicatos.

Além disso, o PT passou a se concentrar no seu fortalecimento orgânico, pois havia a constatação de que existira um bom crescimento do partido, “mas isso nem sempre se traduzia em crescimento, em números e qualidade, de filiados, núcleos e diretórios”⁸⁵.

⁸⁴ CIPRIANO, Perly. **Desempenho político-eleitoral do Partido dos Trabalhadores, no Espírito Santo, nas eleições de 1982 a 2002**. 2008. Entrevista concedida a Ueber José de Oliveira, Vitória, 25 maio. 2008. Essa e outras entrevistas com importantes lideranças do PT do Espírito Santo estão transcritas na íntegra no apêndice III dessa dissertação.

⁸⁵ PARTIDO DOS TRABALHADORES. **Resoluções de Encontros e Congressos 1979-1998**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 1998. p. 143.

Os dois aspectos, a questão da mobilização e o fortalecimento orgânico, estão evidenciados nas resoluções do 3º Encontro Nacional do Partido dos Trabalhadores, ocorrido em abril de 1984, em São Bernardo do Campo. Nesse mesmo Encontro foi referendada uma melhor organização no âmbito do legislativo, por um lado, para denunciar e minar o governo de transição que seria eleito em 1985, visto como um grande arranjo; e, por outro, provavelmente com vistas às eleições de 1986, cujos parlamentares eleitos receberiam atribuições constituintes:

O Parlamento (em suas diversas casas legislativas) deve ser utilizado pelo PT como espaço político para combater projetos e medidas antipopulares, originados do executivo, do próprio Parlamento ou de grupos de pressão do poder econômico e político dominante; para fiscalizar o uso de recursos públicos e o andamento da administração pública; para denunciar todas as medidas contrárias aos interesses da classe trabalhadora; para apresentar e fazer aprovar medidas legislativas em benefício dos trabalhadores; para divulgar as propostas, as diretrizes, o programa e as idéias do PT.⁸⁶

Além disso, atuando junto à sociedade, o PT foi o primeiro partido a lançar a campanha das *Diretas Já*. Em pouquíssimo tempo, a campanha se tornou um dos maiores movimentos de massa já ocorridos no Brasil. Foi um momento de singular oportunidade para um partido exercer um papel de direcionamento das massas, o que, sem sombra de dúvidas, refletiu nos resultados eleitorais posteriores.

Com a derrota da emenda Dante de Oliveira, que propunha eleições diretas para presidente, o PT adotou a linha de diminuir sua participação na esfera institucional ao abdicar de tomar parte no Colégio Eleitoral, que elegeria o presidente em 1985. Apesar de essa não ter sido uma posição muito bem aceita pela sociedade, representou uma coerência com o seu discurso, uma vez que, na sua visão, o Colégio Eleitoral foi um pacto entre as elites, fato amplamente denunciado pelo Partido naquele momento. Esse episódio gerou o primeiro grande conflito interno do PT. Isso porque os deputados José Eudes, do Rio de Janeiro, e Beth Mendes e Airton Soares, de São Paulo, participaram do Colégio Eleitoral em desobediência às diretrizes e orientações do Partido. O debate que se estabeleceu ocorreu em torno do que fazer com eles. Os três deputados acabaram se desligando do Partido, por renúncia ou expulsão. Essa foi uma das primeiras fissuras internas do PT, de muitas outras que iriam marcar a sua trajetória.

⁸⁶ PARTIDO DOS TRABALHADORES. **Resoluções de Encontros e Congressos 1979-1998**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 1998. p. 146.

Depois de ter participado de momentos decisivos da política desde a sua fundação, o PT partiu, em 1985, para a sua segunda grande experiência nas urnas. Dessa vez, os pleitos ocorreriam para a escolha de Prefeitos das áreas consideradas de segurança nacional. É nesse período que se constata o crescimento do PT no Espírito Santo, despontando a figura do médico Vitor Buaiz, que obteve ótima votação como candidato a prefeito da capital capixaba, ficando em segundo lugar, perdendo para Hermes Laranja, do PMDB. Para se ter uma idéia desse crescimento, o PT, em 1982, teve 1.885 votos nas eleições municipais, e em 1985 obteve 28.244⁸⁷. Se considerarmos o número de votos do partido, isso representa um crescimento de 1498%⁸⁸. As demais agremiações caíram em números de votos, o PMDB de 59,2% para 42,4% e o PDS de 25,5% para 24,6%⁸⁹.

No plano nacional, o PT conquistou a sua primeira prefeitura de capital, no caso Fortaleza, com Maria Luiza Fontenelle, além de ter tido excelentes votações em São Paulo, com Eduardo Suplicy, que obteve 20% dos votos, e em Porto Alegre. Esses fatos abriram caminho para importantes vitórias do PT.

Nas eleições de 1986, seriam escolhidos candidatos para os cargos de senador, deputado federal, Governador e deputado estadual. Ao contrário das anteriores, nessas eleições passou a ser permitida a composição de coligações para as eleições majoritárias e proporcionais.

Fatores conjunturais exerceram grandes influências nessas eleições. O Brasil estava em pleno processo de redemocratização. Um ano antes, havia sido eleito, de forma indireta via colégio eleitoral, Tancredo Neves para a presidência da República. Contudo, na véspera de sua posse, 14 de março de 1985, ele foi internado às pressas para uma cirurgia de emergência, cabendo ao vice, José Sarney, assumir interinamente a presidência, em meio à perplexidade nacional.

O primeiro presidente civil após 21 anos de ditadura militar, Tancredo Neves, acabou por falecer em 21 de abril, vítima de infecção generalizada. O cortejo fúnebre, do hospital até o aeroporto, em São Paulo, de onde seguiria para Minas Gerais, foi marcado por grande comoção.

⁸⁷ Em 1982, só foram escolhidos vereadores para a capital, Vitória. O primeiro pleito para prefeito das áreas consideradas de segurança nacional foi realizado no dia 15 de novembro de 1985.

⁸⁸ PT municipal reúne-se amanhã. Vitória. *A Gazeta*, p. 02, 02 ago. 1982; ⁸⁸ A estrela sobe. *Espírito Santo Agora*. Vitória, p. 05-06. jan. 1987.

⁸⁹ PT municipal reúne-se amanhã. Vitória. *A Gazeta*, p. 02, 02 ago. 1982; A estrela sobe. *Espírito Santo Agora*. Vitória, p. 05-06. jan. 1987.

Na mesma conjuntura política, ao mesmo tempo incerta e esperançosa, acrescentava-se a deterioração do quadro econômico, no auge da crise da dívida externa. Logo no início do governo Sarney, destacou-se a figura de Ulisses Guimarães, proeminente líder do PMDB, partido que teria o maior peso no novo governo, cabendo-lhe a indicação dos principais ministros, como os da área econômica, por exemplo. Estava clara a dominância do PMDB em aliança com o PFL no governo.

Em agosto de 1985, o ministro da fazenda recém-indicado por Tancredo Neves, Francisco Dornelles, homem ligado à antiga equipe econômica dos governos militares, pediu demissão, abrindo a possibilidade para a nomeação de um ministro do PMDB. O nome indicado foi o de Dílson Funaro, que logo se cercou de uma equipe de economistas críticos do modelo econômico adotado nos últimos anos de regime militar. Preparou-se um plano de combate à inflação que ficou conhecido como Plano Cruzado, divulgado e implantado de surpresa no dia 1º de março de 1986. Esse plano, que, inicialmente, gozou de relativo êxito e grande popularidade, contribuiu muito para a ampla maioria conquistada pelo PMDB e pelo PFL.

A situação financeira do Espírito Santo no momento não era diferente da do plano nacional. No governo anterior, sobretudo na gestão José Moraes⁹⁰, foram realizadas diversas obras financiadas com data de pagamento posterior a 1986. Além disso, o Estado ainda se reestruturava de crises econômicas anteriores e acumulava problemas urbanos, resultado do grande êxodo rural, processo estimulado ainda pela instalação de grandes empreendimentos industriais no nosso Estado.

Já no início do ano de 1986, começaram as articulações em torno das candidaturas. A escolha do candidato ao governo pelo PMDB foi traumática e extremamente acirrada. De um lado, estava o Deputado Federal Max Freitas Mauro, que naturalmente seria candidato do partido desde o acordo com o grupo de Gerson Camata, em 1982. De outro, o Senador José Ignácio Ferreira, que não abria mão de sua candidatura. Iniciadas as articulações, o cenário se mostrava mais favorável a Ignácio, que tinha o apoio do Palácio Anchieta, ocupado pelo governador José Moraes e do ex-governador Gerson Camata, figura com grande prestígio e popularidade. Somando-se a isso, a candidatura Ignácio tinha adesão do Grupo de Cachoeiro,

⁹⁰ O Governador eleito em 1982, Gerson Camata, havia renunciado ao governo do Estado para se desincompatibilizar e concorrer, com sucesso, ao senado em 1986. Assumiu em seu lugar o vice José Moraes.

considerado extremamente forte e importante, capitaneado pelo Prefeito Roberto Valadão, além da adesão do veterano Deputado Estadual Hugo Borges⁹¹, do município de Guarapari.

Já Max Mauro, tinha o apoio de vários prefeitos liderados por Luiz Moulin, de Guaçuí, num movimento que congregava outros 23 chefes municipais⁹², e era o preferido das bases do PMDB, pois era visto como a principal figura progressista do partido (PEREIRA, 2004).

Apesar de várias lideranças do PMDB afirmarem que esse tipo de disputa era saudável e natural⁹³, os saldos para o partido não foram nada favoráveis. Em convenção bastante tumultuada no Ginásio Álvares Cabral, Max Mauro conseguiu garantir a sua candidatura com 169 votos, apesar da oposição de Camata, que chegou a pedir votos abertamente para o outro pré-candidato⁹⁴, José Ignácio, que ficou com 113 votos⁹⁵. No mesmo evento, o ex-governador Gerson Camata foi vaiado no momento em que ia discursar e respondeu de maneira extremamente irritada, episódio em que foi, inclusive, agredido por correligionários de Mauro, descontentes com o apoio dado pelo ex-governador a José Ignácio⁹⁶.

O problema do candidato Max com o Senador Ignácio só foi superado com um acordo tácito entre os dois, muito parecido com aquele firmado entre Max e Camata em 1982. É provável que esse compromisso entre os dois tenha levado ao rompimento entre Camata e Ignácio mais à frente⁹⁷.

Depois da ocorrência, o PMDB encontrou muitas dificuldades para restabelecer a unidade partidária. Gerson Camata chegou a condicionar o seu apoio à candidatura Max a um pedido de desculpas, pois se considerava expulso do partido em vista dos incidentes ocorridos na convenção⁹⁸. A união partidária só parece ter sido parcialmente alcançada a posteriori, com a formação, a partir de consenso, das chapas que iriam concorrer para o senado e câmara federal⁹⁹. Utilizou-se, inclusive, do recurso das sublegendas, mecanismo criado ainda no

⁹¹ MOULIN garante apoio à (sic) Max. *A Gazeta*, Vitória, p.03, 01 jul. 1986.

⁹² MOULIN garante apoio à (sic) Max. *A Gazeta*, Vitória, p.03, 01 jul. 1986.

⁹³ HUGO diz que PMDB fica mais popular com brigas. *A Gazeta*, Vitória, p.03, 01jul. 1986; GOVERNADOR vê equilíbrio na disputa Max-Ignácio. *A Gazeta*, Vitória, p.02, 02 jul. 1986.

⁹⁴ CAMATA acredita na vitória de Ignácio. *A Gazeta*, Vitória, pág. 03, 04 jul. 1986.

⁹⁵ MAX, candidato, pede unidade do PMDB. *A Gazeta*, Vitória, pág. 01, 06 jul. 1986; MAX busca consenso para segunda fase da convenção. *A Gazeta*, Vitória, pág. 01, 07 jul. 1986.

⁹⁶ MAX, candidato, pede unidade do PMDB. *A Gazeta*, Vitória, pág. 01, 06 jul. 1986.

⁹⁷ PSDB: trocando bicadas. *Espírito Santo Agora*, Vitória, p. 05-06, jun./jul. 1982.

⁹⁸ CAMATA condiciona apoio a Max a pedido de desculpas. *A Gazeta*, Vitória, pág. 01, 01 de julho de 1986.

⁹⁹ MAX defende consenso para senadores e deputados. *A Gazeta*, Vitória, pág. 03, 07 de julho de 1986.

regime militar justamente para acomodar divergências partidárias. Além disso, o grupo perdedor exigiu a substituição do pré-candidato a vice-governador, Sérgio Ceotto, preferido de Max e das bases do partido, por Carlos Alberto Cunha¹⁰⁰, figura mais ligada ao grupo de Gerson Camata e José Moraes¹⁰¹.

A exemplo do que aconteceu com o PDS em 1982, o grande opositor do PMDB nesse pleito parece ter sido o próprio PMDB. O partido teve muitas dificuldades para unir forças em apoio à candidatura Max, mesmo após o aparente consenso na composição das chapas. Uma das maiores resistências do partido era o governador José Moraes, que durante todo o processo eleitoral se recusou a fazer campanhas para Max Mauro¹⁰². Em diversas solenidades de inauguração, o governador deixou de convidar Max e chegava a admitir a possibilidade de chamar Élcio Álvares para as festividades¹⁰³. Chegou a existir, inclusive, rumores de que Moraes e Camata articulavam uma aliança com o candidato peefelistas¹⁰⁴. Ao longo dos meses de agosto e setembro, os grupos divergentes aparentemente chegaram a um acordo, mas durante o governo Max (1987/1990) as intrigas com Gerson Camata tenderam a se agravar, levando ao definitivo rompimento, e à saída dos dois da legenda.

Ainda no campo das siglas com peso eleitoral que se fizeram representar, tivemos o florescimento de uma nova força partidária, o Partido da Frente Liberal (PFL), que foi fundado no contexto da candidatura e eleição de Tancredo Neves, em 1985, por um grupo dissidente do PDS.

A campanha das *Diretas Já* foi extremamente impactante para o partido da situação, o PDS, pois, diante da grande mobilização popular, muitos parlamentares passaram a divergir do governo, que se mantinha determinado a bloquear o projeto na Câmara. Mesmo impulsionada por grande apelo popular, a Emenda Dante de Oliveira não conseguiu a maioria de dois terços necessários para sua aprovação. O resultado, no entanto, foi uma rachadura no partido governista, pois 55 pedessistas votaram com a oposição e outros 112 se ausentaram da seção de votação. Isso porque o candidato do PDS era Paulo Maluf, figura muito hostilizada dentro

¹⁰⁰ CUNHA reage, mas não rompe. *Espírito Santo Agora*, Vitória, p. 05, 06. Novembro de 1987.

¹⁰¹ DESENCONTROS no poder. *Espírito Santo Agora*, Vitória, p. 08. Abril de 1988.

¹⁰² MORAES não participa da campanha eleitoral de Max. *A Gazeta*, Vitória, p.01, 09 de julho de 1986

¹⁰³ MORAES diz que não convidará Max para inauguração. *A Gazeta*, Vitória, p. 01, 13 de julho de 1986; MORAES evita participação. *A Gazeta*, Vitória, p. 01, 13 de julho de 1986.

¹⁰⁴ CAMATA nega acordo com membros da Frente Liberal. *A Gazeta*, Vitória, p. 01, 13 de julho de 1986; MORAES descarta acordo e garante que apoiará Max. *A Gazeta*, Vitória, p. 01, 08 de agosto de 1986; GOVERNADOR recua e participa da campanha de Max. *A Gazeta*, Vitória, p. 02, 16 de agosto de 1986.

de seu próprio partido, por conta de seus métodos de aliciamento e por causa de sua reputação de malversador de recursos públicos, tornando-se enorme a sua impopularidade (KINZO, 1993). Conseqüentemente, o PDS perdeu vários membros de seu diretório, inclusive o Senador José Sarney, que renunciara à presidência do partido para se filiar ao PMDB, visando a ser companheiro de chapa de Tancredo Neves na campanha eleitoral. Assim, por volta de 1985, o PDS havia perdido 9 de seus 13 governos estaduais e 120 de seus 235 deputados federais. Sua antiga força política sofreu outro golpe, quando PDS baiano quase se extinguiu em conseqüência da debandada para o PFL de todo o grupo ligado ao Governador Antônio Carlos Magalhães (que incluía 12 deputados), e para o PMDB das outras expressivas lideranças políticas do Estado da Bahia.

As repercussões desse *racha* do PDS nacional foram dramáticas no Espírito Santo. Com a criação do PFL, antiga Frente Liberal, já articulado em torno da candidatura Tancredo-Sarney, dois terços dos pedessistas capixabas bandearam-se para o novo partido. Outras siglas, como o PDC, PL, PTB, além do próprio PMDB, também levaram alguns membros do PDS, que de 2º força partidária, de repente, tornou-se um partido inexpressivo no Espírito Santo. Já os peefelistas, no ato do seu surgimento se posicionavam em segundo lugar em termos de força política do Estado. Em 1985, o PFL contava com um senador, Moacyr Dalla (Vieira, 1993), quatro deputados Federais: Stélio Dias, Theodorico de Assis Ferraço, José Carlos da Fonseca e Pedro Ceolin, além de sete deputados estaduais¹⁰⁵, e ainda oito prefeitos, dez vice-prefeitos e 166 vereadores¹⁰⁶.

O Partido da Frente Liberal, surgido, portanto, a partir das cinzas do PDS, representou, desde a sua gênese, uma força partidária no Brasil. Desde cedo, fechou com a Nova República e participou do governo federal, com representantes em diversas autarquias e empresas públicas. Já no Espírito Santo, o PFL permaneceu durante muito tempo na oposição aos governos do PMDB, mas, apesar disso, alcançou uma grande ascensão desde o seu surgimento¹⁰⁷. Nas eleições de 1986, logo se definiu pela candidatura de Élcio Álvares, que apareceu desde as primeiras pesquisas como o segundo na preferência do eleitorado¹⁰⁸. No

¹⁰⁵ Eram eles: Emir de Macedo Gomes, Jorge Devéns, João Miguel Feu Rosa, Alicia Franco, Jorge Daher, Antônio Moreira e Luiz Gonzaga Borges.

¹⁰⁶ Além dos já citados, outros importantes nomes que ajudaram a fundar o PFL no Espírito Santo: Enivaldo Euzébio dos Anjos, Ricardo Ferraço, José Tasso, Dilo Binda, José de Oliveira Serra, Waldir Durão, Adalton Martinelli, Carlos Magno Pimentel, João Batista Novais, Luiz Buaiz, dentre vários outros.

¹⁰⁷ DIÁSPORA começa a rondar o PFL capixaba. *Espírito Santo Agora*, Vitória, jun. 1988.

¹⁰⁸ ASSESSORIA acha boa a situação de Élcio. *A Gazeta*, Vitória, p. 03, 01 jul. 1986.

decorrer das articulações, o PFL teve muitas dificuldades para definir o nome que concorreria ao cargo de vice-governador e para consolidar suas chapas para o Senado e Câmara. Além disso, não conseguiu oficializar nenhuma coligação, embora algumas tenham sido cogitadas¹⁰⁹. Três lideranças apresentaram-se para candidatos a vice-governador: o ex-deputado Edson Machado, o médico Luiz Buaiç, considerado o preferido de Élcio¹¹⁰, e o próprio presidente da sigla, Emir de Macedo Gomes. Depois de várias negociações, chegou-se ao consenso com a escolha de Edson Machado¹¹¹. O PFL até esboçou a composição de sublegendas para concorrer ao Senado, mas diante da não disponibilidade de nomes fortes para concorrer à altura com os candidatos do PMDB, o partido lançou apenas o nome de Theodorico de Assis Ferraço, que concorreu meio a contragosto, pois desejava se candidatar para outro cargo¹¹².

Uma outra novidade desse novo cenário foi também o considerável crescimento do PT que, além de ter tido um grande papel na campanha das *Diretas Já*, na qual desempenhou uma grande liderança frente aos movimentos sociais, conseguiu também importantes avanços nas urnas, tanto a nível nacional como estadual, tendo quase vencido as eleições da capital capixaba com o médico Vitor Buaiç em 1985.

O Partido dos Trabalhadores, nas eleições de 1982, colocava-se veementemente contrário a políticas de alianças¹¹³, via as eleições apenas como uma forma de ampliar as suas bases com vistas à construção de uma alternativa pela via do fortalecimento dos movimentos populares e não legitimava a democracia vigente. Mas, com o decorrer do tempo, essa posição do partido foi se modificando. Essa mudança de postura frente aos processos eleitorais fica muito clara no 3º Encontro Nacional do Partido, realizado em São Paulo, entre os dias 06 e 08 de abril de 1984, quando o partido assim se posicionou por intermédio de suas resoluções:

[...] O PT não seria um partido se não almejasse o poder. Também não seria um partido político se limitasse suas atividades apenas ao plano da denúncia, da crítica e da reivindicação, recusando-se a pensar na sua possibilidade de ser governo e, ainda mais, em conquistar o poder¹¹⁴.

¹⁰⁹ EXECUTIVA do PFL marca sua convenção para o dia 20. *A Gazeta*, p. 05, 02 jul. 1986.

¹¹⁰ PFL definirá vice de Élcio na próxima semana. *A Gazeta*, p. 02, 16 jul. 1986.

¹¹¹ PFL define o nome de Edson Machado para compor a chapa de Élcio Álvares. *A Gazeta*, p. 02, 28 jul. 1986.

¹¹² THEODORICO não pretende disputar. *A Gazeta*, p. 03, 29 jul. 1986.

¹¹³ PARTIDO DOS TRABALHADORES. **Resoluções de Encontros e Congressos 1979-1998**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 1998. p. 131.

¹¹⁴ PARTIDO DOS TRABALHADORES. **Resoluções de Encontros e Congressos 1979-1998**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 1998. p. 156.

Embora continuasse pregando a transformação da sociedade e a construção de um socialismo que nunca foi muito bem definido, o PT já admitia que todo partido era, por excelência, uma instituição voltada a conquistar o poder. Sendo assim, passou, com esse intuito, a voltar o seu olhar para um conjunto mais ampliado da sociedade. Além disso, assumiu a necessidade de uma política de alianças:

[...] o PT participa de campanhas em conjunto com outros partidos [...]. Sem nos diluirmos, nem perdermos nossa independência, trabalhamos dentro de um programa mínimo comum, levamos nossas propostas partidárias às bases dessas forças e ao conjunto da população ¹¹⁵.

O Partido dos Trabalhadores também dá pistas, no 3º Encontro realizado em 1984, de que começava a reconhecer a necessidade de formular um programa que se enquadrasse no que está posto como sistema político, econômico e social:

[...] Já não basta [...] a denúncia do desemprego; devemos dizer aos trabalhadores quais as nossas propostas para resolver o problema e criar empregos. Embora seja indispensável, não basta, apenas, a apresentação de reivindicações aos governos que aí estão estabelecidos; precisamos nos preparar para o dia em que sejamos capazes de, como governo, atender nossas reivindicações como trabalhadores. Já não basta falar dos problemas vividos pelos trabalhadores, como se a solução só devesse vir num futuro muito remoto. Precisamos nos preparar para mostrar que existem coisas que se pode fazer imediatamente em benefício do povo ¹¹⁶.

No 4º Encontro, realizado também em São Paulo, em 1986, as resoluções são mais claras e diretas no que tange à efetivação de coligações e alianças, que deveriam seguir os seguintes critérios políticos:

[...] a) claro posicionamento de oposição ao governo Sarney, à Nova República e à transição conservadora, bem como às diversas propostas populistas, que procuraram apresentar-se como oposição ao governo Sarney, mas apóiam a transição conservadora; b) comprometimento com uma plataforma que contemple as principais posições do PT e dos trabalhadores; c) compromisso prático com as lutas dos trabalhadores e do povo. ¹¹⁷

Seguindo essas diretrizes, o PT capixaba fez uma aliança com o Partido Socialista Brasileiro (PSB) e apontou como candidato ao governo um acadêmico: o economista e professor Arlindo Villaschi Filho, que venceu nas prévias do partido o também professor universitário

¹¹⁵ PARTIDO DOS TRABALHADORES. **Resoluções de Encontros e Congressos 1979-1998**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 1998. p. 152.

¹¹⁶ PARTIDO DOS TRABALHADORES. **Resoluções de Encontros e Congressos 1979-1998**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 1998. p. 152.

¹¹⁷ PARTIDO DOS TRABALHADORES. **Resoluções de Encontros e Congressos 1979-1998**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 1998. p. 228.

Pedro Bussinger. A plataforma de campanha do candidato do PT baseou-se mais uma vez na idéia de que representava uma diferença em relação às tradicionais formas de se discutir a coisa pública. Criticava duramente aquelas posturas personalistas, feitas por políticos profissionais, fato que na visão petista distanciava cada vez mais o eleitorado das questões de interesse comum¹¹⁸. Durante a campanha, Arlindo Villaschi fez diversas denúncias de abuso de poder econômico por parte de dois grandes concorrentes e também mencionou constantemente o comportamento de candidatos que, no passado, se acusavam, se agrediam e que à época das eleições, faziam gestos de amizade eterna¹¹⁹. O candidato do PT referia-se, claro, à candidatura peemedebista. Sugeriu que o processo eleitoral fosse um fórum por intermédio do qual a população pudesse participar e se engajar na discussão política¹²⁰. O seu programa de governo, além das questões administrativas, previa a construção de um governo participativo. Um partido como o PT, dizia o candidato Arlindo Villaschi, “deve comprometer-se e engajar-se no apoio aos movimentos sociais organizados na luta por uma participação efetiva da sociedade em assuntos do seu interesse”¹²¹.

O candidato também defendia a descentralização de recursos e decisões, tema que já havia aparecido nas eleições de 1982. Segundo o candidato, deveriam ser estabelecidas “articulações a nível nacional a tal ponto que a governadoria do Estado deixasse de ser uma mera instância gerencial de programas federais para se transformar num nível reivindicatório e de participação e decisão de temas regionais”¹²². Defendia também transparência na gestão da coisa pública, e apontava que a maneira como os recursos públicos eram arrecadados e distribuídos deveria ser colocada ao alcance de todos. Para isso, o candidato defendia o máximo incentivo aos conselhos populares para que eles, com suas atribuições, pudessem apresentar soluções acerca de problemas regionais¹²³. Em seu programa, apareciam proposições na área de educação e cultura, saúde pública, programa especial para reforma agrária, de habitação social para a Grande Vitória e interior, segurança pública e programa de apoio às pequenas e médias empresas¹²⁴, além de outras temáticas.

¹¹⁸ VILLASCHI vê desinteresse. *A Gazeta*, Vitória, p.03, 01 jul. 1986.

¹¹⁹ VILLASCHI crê que eleitor saberá julgar o PMDB. *A Gazeta*, Vitória, p.02, 16 jul. 1986.

¹²⁰ VILLASCHI defende ampla discussão com o povo. *A Gazeta*, Vitória, p.03, 22 jul. 1986.

¹²¹ VILLASCHI ressalta constituinte. *A Gazeta*, Vitória, p.02, 03 ago. 1986.

¹²² VILLASCHI ressalta constituinte. *A Gazeta*, Vitória, p.02, 03 ago. 1986.

¹²³ TRANSPARÊNCIA. *A Gazeta*, Vitória, p.02, 03 ago. 1986.

¹²⁴ PROGRAMA de governo. *A Gazeta*, Vitória, p.02, 03 ago. 1986.

Houve ainda uma outra candidatura ao governo do Estado, pelo Partido Democrático Trabalhista (PDT), a do Professor Rubens Vervloet Gomes, que foi registrada no limite do prazo¹²⁵.

A principal marca do processo eleitoral de 1986 foi a indecisão. Em pesquisa realizada pela empresa Guallup no mês de junho do mesmo ano, ou seja, às vésperas da escolha e definição dos candidatos, cerca de 77% dos eleitores capixabas não sabiam em quem votar para governador nas eleições que ocorreriam em 15 de novembro. Na pesquisa, Max Mauro aparecia com 8,9% das preferências, Élcio Álvares com 8,3%, José Ignácio com 3,6 e Arlindo Villaschi, com apenas 0,8¹²⁶. Apesar das críticas metodológicas que fez à pesquisa, o candidato petista Arlindo Villaschi a viu com bons olhos, considerando que ela confrontou políticos os quais, com ou sem mandatos, estavam no cenário político há mais de 20 anos, cujas candidaturas estavam nas ruas há seis, oito anos e que, mesmo assim, os eleitores permaneciam indecisos¹²⁷. Do outro lado, apareciam figuras que haviam surgido a apenas alguns meses no meio político, como ele mesmo, assumidamente técnico, que até então se limitava aos muros da academia. Parece ser esse ponto a base dos discursos do candidato Arlindo Villaschi.

Como aconteceu em 1982, o PT teve que concorrer com duas candidaturas gigantes, que iriam polarizar o cenário eleitoral. O partido que melhor se articulou para este pleito foi novamente o PMDB. Formou uma ampla coalizão, aliando-se com o PMN, PSC, PDC, PCB e PC do B. Além disso, após diversas reuniões e muitos desentendimentos, compôs duas sublegendas para o senado, obedecendo a critérios regionais: uma encabeçada por Gerson Camata, seguida de Joaquim Beato e Waldemar Zamprogno, e outra com o Senador João Medeiros Calmon na ponta, acompanhado do empresário Camilo Cola e Paulo Sérgio Borges. Ambas as sublegendas abarcavam as principais regiões do Estado. O partido lançou ainda vários nomes para os cargos de deputado federal e estadual.

O cenário de disputa que se configurou tinha, portanto, de um lado, uma candidatura que de alguma forma tentou qualificar o debate, procurando posicionar-se antagonicamente às

¹²⁵ GOMES disputa governo pelo PDT. *A Gazeta*, Vitória, p.02, 27 jul. 1986; CANDIDATOS ainda não definiram planos de governo. *A Gazeta*, Vitória, p.02, 03 ago. 1986.

¹²⁶ ASSESSORIA acha boa a situação de Élcio. *A Gazeta*, Vitória, p.03, 01 jul. 1986. Esta pesquisa ouviu 827 pessoas nos municípios de Vitória, Vila Velha, Cariacica, Cachoeiro de Itapemirim e Colatina.

¹²⁷ VILLASCHI assegura que seu programa desperta interesse. *A Gazeta*, Vitória, p.02, 24 jul. 1986.

tradicionais formas de fazer política, e de outro, as duas principais candidaturas, que utilizaram métodos agressivos para criticar e acusar seu adversário.

Élcio Álvares direcionou suas críticas ao abuso da utilização da máquina pública pelo candidato da situação¹²⁸ e à coligação feita com os comunistas. Curiosamente, o anticomunismo¹²⁹ será utilizado para desmoralizar o candidato do PMDB e não o do PT, como poderia se supor. Isso se explica pela aliança feita entre peemedebistas, o PCB e o PC do B. Além disso, outro fato interessante é que a questão do anticomunismo foi mais evidenciada na campanha de 1986 do que na de 1982 pelo fato de os Partidos Comunistas só terem voltado à sua atividade dentro de uma ordem legal em 1985. Até então, agiam na clandestinidade ou via PMDB¹³⁰.

A resposta de Max Mauro vinha no mesmo tom, associando Élcio Álvares ao Regime Militar¹³¹. Mas o candidato do PMDB propunha o envolvimento da comunidade nas decisões políticas, como dizia ter feito quando prefeito do município de Vila Velha. Max colocava-se como o responsável pela criação dos conselhos comunitários. Propunha fazer o mesmo quando governador¹³².

O resultado do processo eleitoral confirmou a supremacia do PMDB, que mantinha uma posição invejável. Apesar das resistências dentro do Partido, Max Mauro venceu o pleito com alguma facilidade, com 54,7% dos votos válidos, ficando à frente de Élcio Álvares, que obteve 34,5%. Arlindo Villaschi (PT) obteve 10% e Rubens Gomes (PDT) 0,5 ponto percentual (Tabela 8 abaixo). No Senado, o PMDB ficou com as duas vagas – Gerson Camata e João Calmon (Tabela 6 do apêndice I). Na Câmara Federal, agora com 10 vagas, o PMDB

¹²⁸ ÉLCIO condena uso de helicóptero na campanha. *A Gazeta*, p. 03, 03 nov.1986. ÉLCIO acusa PMDB de empreguismo para ajudar Max. *A Gazeta*, p. 02, 23 jul. 1986. ÉLCIO afirma que PMDB abusa do poder econômico. *A Gazeta*, p. 06, 06 nov. 1986; PMDB é campeão de infrações eleitorais. *A Gazeta*, p. 02, 04 nov. 1986.

¹²⁹ MOREIRA: Élcio tenta soerguer anticomunismo. *A Gazeta*, p. 02, 06 nov. 1986. FRENTE Liberal rebate críticas de peemedebistas. *A Gazeta*, p. 02, 06 nov. 1986. MACHADO reitera críticas. *A Gazeta*, p. 02, 06 nov. 1986. EMIR destaca coligação com os comunistas. *A Gazeta*, p. 02, 07 nov. 1986.

¹³⁰ O Partido Comunista Brasileiro foi fundado em 25 de março de 1922. Poucos meses depois, foi posto na ilegalidade, retornando somente em 1945. Em 1947, durante o governo Dutra, foi colocado novamente como ilegal, passando a agir na clandestinidade. No início dos anos 60, após a queda de Stalin, houve uma dissidência no partido, fazendo surgir o PC do B (Partido Comunista do Brasil). Durante o Regime Militar, parte de seus quadros se alojaram no MDB. Essas duas agremiações (PC do B e PCB) só voltaram a atuar na esfera institucional em maio de 1985.

¹³¹ MOREIRA: Élcio tenta reerguer o anticomunismo. *A Gazeta*, p. 02, 06 nov. 1986; PFL é apoiado por magnatas. *A Gazeta*, p. 02, 05 de nov. 1986.

¹³² MAX garante que organizou comunidade em Vila Velha. *A Gazeta*, p. 03, 02 jul. 1986.

foi quase absoluto, conquistando 7 cadeiras. O PFL ficou com 2 e o PT com 1, no caso, o médico Vitor Buaiz, que se tornou o primeiro representante do PT capixaba no Congresso Nacional (Tabela 5 do apêndice I). Na Assembléia Legislativa, a coligação do PMDB também obteve maioria, elegendo 16 representantes, contra 9 do PFL, 3 da coligação PT/PSB, 1 do PDS e 1 do PDT (Tabela 4 do apêndice I).

Tabela 8 – Resultados da eleição para Governador do Estado do Espírito Santo - 1986.

Candidato	Partido	Nº de votos	%	Votos Válidos (%)
Max Freitas Mauro	PMDB	532.713	48,06	54,9
Élcio Álvares	PFL	334.678	30,19	34,5
Arlindo Villaschi Filho	PT	97.279	8,77	10,0
Rubens Gomes	PDT	4.957	0,44	0,5
Votos Brancos	-	98.490	8,88	-
Votos Nulos	-	40.176	3,62	-
Total de Votos Válidos		969.627	-	100
Total de Votos apurados		1.108.293	100	-

Fonte: TRE-ES

A preeminência do PMDB também se confirmou no plano nacional. Beneficiado pelo momentâneo sucesso da política de estabilização do governo Sarney – o Plano Cruzado – o PMDB não só conquistou a maioria na Câmara e no Senado, como também elegeu 22 dos 23 governadores.

Concomitante a esses resultados, observa-se um crescimento efetivo do PT, que avançou muito em número de votos para governador, se comparado ao pleito anterior, bem como em relação ao Senado, com Rogério Medeiros obtendo 6,2% dos votos, além de ter conseguido, pela primeira vez, eleger representantes na Assembléia Legislativa e na Câmara Federal (Tabelas 4 e 5 do apêndice I). No plano nacional, o PT ocupou 3,7% das cadeiras da Câmara, com 16 parlamentares. Inclusive, foi eleito, nessa oportunidade, Luiz Ignácio Lula da Silva, o deputado federal mais bem votado do Brasil, com 652 mil votos. O PT elegeu ainda 39 deputados estaduais em todo o país.

Por fim, esse pleito no Espírito Santo confirmou uma tendência natural do atual sistema partidário: as eleições se pautarem no candidato em detrimento do partido. Em meados do mês de julho de 1986, o IBOPE realizou uma pesquisa em que era lançada a seguinte

pergunta: “Qual o partido político com que o (a) Sr.(a) mais simpatiza ou pelo qual tem preferência?”. O resultado foi 36% para o PMDB, 8% para o PDS, 6% para o PFL, 5% PT, e 1% para o PTB e PDT¹³³. Com exceção do PMDB, que no pleito ainda contou com o respaldo conquistado durante a ditadura militar, e teve a sua preferência confirmada nas urnas com a eleição do seu candidato Max Mauro, os partidos mais representativos não foram bem nas eleições. O exemplo foi o PDS, que, embora estivesse em 2º lugar na preferência do eleitorado, teve um resultado pífio nas urnas, bem abaixo do PFL, PT e PDT.

Os anos 1987-1988 foram cruciais para o Partido dos Trabalhadores. Depois de ter participado de importantes disputas eleitorais, o partido agora se preparava para um novo desafio: participar da elaboração da nova constituição do Brasil. Os avanços nas urnas em 1986 tiveram uma importância especial para o PT, pois naquele ano foram eleitos os que seriam os representantes na Assembléia Nacional Constituinte. E a presença do PT foi fundamental, pois o partido revelou-se uma das agremiações de perfil ideológico mais coerente, respaldando de maneira muito consistente os temas discutidos (MENEGUELLO, 1989).

No ano de 1988, é importante destacar o surgimento de uma outra agremiação partidária, que protagonizou o cenário político, sobretudo na década de 1990: o Partido da Social-Democracia Brasileira (PSDB), criado em junho de 1988 por parlamentares em sua maioria oriundos dos quadros do PMDB.

Pelo menos dois motivos levaram à criação do PSDB: em primeiro lugar, as dissensões internas da bancada parlamentar do PMDB, que vieram à tona claramente no decorrer dos trabalhos da Assembléia Nacional Constituinte (1987/1988), e se tornaram especialmente agudas em torno da questão do sistema de governo (presidencialismo/parlamentarismo). Em segundo lugar, as discordâncias em torno da duração do mandato do Presidente José Sarney. Com efeito, a criação do PSDB correspondeu, em primeiro lugar, ao desejo de um grupo descontente do PMDB de se reunir em um novo partido, de perfil mais progressista, na linha das teses da social-democracia, e que trabalhasse pela instauração do Parlamentarismo no Brasil (KINZO, 1993). Corresponhia também ao objetivo de viabilizar a candidatura de Mário Covas à presidência da República, uma vez que o crescimento e predomínio do grupo

¹³³ IBOPE: 77% dos capixabas não sabem em quem votar. *A Gazeta*, p. 05 jul. 1986; PARTIDO de preferência é o PMDB. *A Gazeta*, p. 05 jul. 1986

quercista e as suas pretensões de levar Orestes Quércia, então governador de São Paulo, ao mais alto posto da política nacional, deixavam pouco espaço para uma proposta de centro-esquerda.

Mesmo a aspiração do deputado Ulisses Guimarães de candidatar-se à presidência pelo PMDB contribuiu para as articulações e a conseqüente formação do PSDB, com a cisão de expressivas lideranças como: Mário Covas, Fernando Henrique Cardoso, José Richa, Franco Montoro, José Serra, Euclides Scalco, Pimenta da Veiga, dentre outros.

No Espírito Santo, o PSDB se instala, mas a condução pelo Senador José Ignácio Ferreira lhe retirou a proposta do *novo*. Seguindo a típica tendência das agremiações partidárias do estado, um grande conflito de lideranças marcou o surgimento do partido aqui no Espírito Santo. De um lado, estava o próprio senador, rompido com o governo Sarney e com uma relação complicada com os dois principais líderes do PMDB capixaba, o governador Max Mauro e o senador Gerson Camata. Do outro lado, estava o polêmico e controvertido deputado federal Vasco Alves que, assim como Ignácio, trabalhava o projeto de chegar ao Palácio Anchieta em 1990¹³⁴. Apesar de tentar tomar a frente no processo, Vasco foi logo constrangido e o partido passou para o controle de José Ignácio.

Com o senador, foram para o PSDB figuras como Jorge Anders, que viu as possibilidades de se candidatar pelo PMDB à Prefeitura de Vila Velha se dissiparem após o diretório municipal passar para o controle de Arnaldo Mauro, irmão do então governador que também pretendia se candidatar¹³⁵, Joaquim Beato, Luiz Moulin e Ricardo Santos, todos ex-secretários de estado rompidos com o governador Max Mauro, e o deputado estadual Paulo Hartung, que pretendia se candidatar a prefeito de Vitória em 1988, mas que abriu mão de seu anseio e apoiou a Coligação Frente Vitória de Vitor Buaiç, ao que parece, em troca do apoio nas eleições vindouras. Esse fato, inclusive, trouxe muitos problemas internos para o PT, foi o pivô de um dos primeiros grandes conflitos entre as várias tendências do partido aqui do Espírito Santo. Esses conflitos ficaram adormecidos durante a bem avaliada gestão de Vitor Buaiç à frente da Prefeitura de Vitória, mas voltaram à tona com todo o fôlego durante o governo de Vitor a frente do estado (1995/1998), que veremos melhor no próximo capítulo deste trabalho.

¹³⁴ PSDB: Trocando bicadas. *Espírito Santo Agora*. Jun./Jul. 1988.

¹³⁵ PSDB: Trocando bicadas. *Espírito Santo Agora*. Jun./Jul. 1988.

Em relação às eleições municipais que ocorreram em 1988, os resultados foram animadores para o Partido dos Trabalhadores, pois ele conseguiu eleger 38 prefeituras em todo o Brasil, sendo três de importantes capitais, São Paulo, Porto Alegre e Vitória, a última com Vitor Buaiz, um resultado bem melhor do que nas eleições de 1982, quando os petistas fizeram apenas dois prefeitos em todo o Brasil. No âmbito do legislativo municipal, no plano nacional, o PT também logrou muitos êxitos, pois elegeu aproximadamente 1007 vereadores em todo o Brasil, número bem superior aos 179 do pleito de 1982 (PINTO, 2001). A vitória do PT em 1988 foi muito importante para a campanha presidencial de 1989, mas também chamou a atenção para o fato de que o PT agora se inseria de maneira mais efetiva nos meandros institucionais. Vale ressaltar que as poucas experiências administrativas do partido haviam sido conflituosas, como o caso de Diadema em 1982. O PT se deparava com o grande dilema de sua história: elaborar planos de governo dentro da lógica democrática vigente.

No Espírito Santo, além da capital, o PT também elegeu o Prefeito de Jaguaré Túlio Pariz. Além disso, no ano anterior, 1987, havia eleito Magno Pires para o mandato tampão¹³⁶ no município de Vila Velha, vencendo o candidato do então governador Max Mauro.

Esse crescimento do Partido dos Trabalhadores tem profunda relação com a implosão do PMDB, que começava a perder importantes disputas e a diminuir drasticamente seu apoio entre os setores mais pobres do eleitorado (KINZO, 1993; CARREIRÃO, 2002). Pode-se observar que, em 1986, os peemedebistas atingiram o seu apogeu, quando conquistaram 22 dos 23 governos de estado com a colaboração, é claro, do momentâneo sucesso do Plano Cruzado do Presidente José Sarney. Entretanto, a derrocada do plano de estabilização econômica, e a conseqüente insatisfação com o governo federal levaram ao decréscimo da força do PMDB. De 31 municípios conquistados em 1982 no Espírito Santo, o PMDB conseguiu vencer em apenas 17 prefeituras, o que representou uma grande queda. Foi pouco mais do que as 10 do PTB, que em 1982 não elegeu nenhum prefeito, e menos do que os 23 municípios conquistados pelo PFL, partido recém-formado (Tabela 9 abaixo). Com o descrédito em relação à classe política, principalmente do PMDB, que não havia conseguido

¹³⁶ No dia 13 de dezembro de 1987 foram realizadas eleições majoritárias em Vila Velha para ocupar o cargo de prefeito somente durante um ano. Isso ocorreu porque aqueles que desejassem se candidatar nas eleições de 1988 tinham que se desincompatibilizar. Foi o que fez o Prefeito de Vila Velha, Vasco Alves, deixando o cargo vago. Assumiu, então, o seu vice Aucélio Sampaio, que após cinco meses veio a falecer. O chefe do executivo passa a ser o Presidente da Câmara, Carlos Malta de Carvalho, que por questões judiciais foi afastado três meses depois. Com esse impasse, convocaram-se eleições em que saiu vencedor Magno Pires do PT, a primeira experiência administrativa do Partido no Estado.

dar cabo aos graves problemas enfrentados pelo Brasil, a população frustrada tendeu a canalizar os votos para outros partidos. Isso explica em parte o avanço do PT nas urnas, nas eleições municipais de novembro de 1988, pois o partido começava a ser visto como algo novo e como uma alternativa real de governo¹³⁷.

Confirmou-se também no Espírito Santo a diminuição do apoio ao PMDB, principalmente nos grandes centros urbanos. Os peemedebistas perderam o domínio nos cinco municípios da Grande Vitória: Vila Velha e Cariacica foram conquistados pelo PSDB, Vitória pelo PT, Viana pelo PFL e Serra pelo PTB (Tabela 25 do apêndice I). Isso se deu pelo desgaste do governo federal, ratificado pelo crescimento do PT e também pelo surgimento de outros competidores no terreno oposicionista, como PCB, PC do B e, sobretudo, o PSDB.

Tabela 9 – Número de Prefeitos eleitos no ES, por partido – 1988.

Partido	1988	
	Nº	%
PFL	23	34,33
PMDB	17	25,37
PTB	10	14,92
PDS	05	7,46
PSDB	03	4,48
PDT	03	4,48
PT	02	2,98
PDC	02	2,98
PL	02	2,98
Total	67	100

Fonte: TRE-ES.

2.5. Eleições de 1989/1992: a inserção do Espírito Santo na idade média e a fragmentação partidária

Em 1989, ocorreriam finalmente as primeiras eleições diretas para presidente da República depois de 29 longos anos. Além disso, a eleição presidencial de 1989, nacional e solteira, se impôs como instante inaugural de um novo tempo da política (RUBIM, 2004). Ela não só consolida, no Brasil, um modelo eleitoral midiático, como também transfere ampla carga

¹³⁷ A estrela sobe. *Espírito Santo Agora*, p. 5-9, jan. 1988.

publicitária para o novo padrão, chamando definitivamente a atenção da sociedade brasileira para o novo caráter do processo eleitoral. Nessas eleições, as estratégias dos principais candidatos basearam-se no amplo uso de pesquisas de opinião, associadas ao marketing político. (RUBIM, 2004). O processo eleitoral foi marcante, também, porque outros programas televisivos foram envolvidos pelas discussões políticas, a exemplo das telenovelas, que tinham como pano de fundo os aspectos do cenário político do Brasil. Por tudo isso, essas eleições podem ser consideradas um marco na política brasileira.

Na ocasião, vinte e dois candidatos apresentaram-se para disputar a sucessão de Sarney e o PT surpreendeu, chegando à frente de grandes partidos, como o recém-criado PSDB, o PMDB e o PDS. No segundo turno, a disputa ocorreu entre Fernando Collor de Mello, do Partido da Reconstrução Nacional (PRN), e Luiz Ignácio Lula da Silva, do PT, que, na oportunidade se aliou ao Partido Socialista Brasileiro (PSB) e ao Partido Comunista do Brasil (PC do B), formando a Coligação Frente Brasil Popular.

Este processo eleitoral foi marcado por uma cobertura extremamente tendenciosa da mídia (CARREIRÃO, 2002a; RUBIN, 2004, POMAR, 1990), com práticas extremamente esdrúxulas, como, por exemplo, a edição de debates políticos, coisa vista com estranheza no meio jornalístico. Toda a imprensa escrita, bem como a televisão e o rádio, deram um destaque especial ao *Fenômeno Collor*, como algo novo na política brasileira. O candidato foi com o slogan *caçador de marajás*, como o político que introduziria o Brasil no contexto internacional. Os demais candidatos, sobretudo Luiz Ignácio Lula da Silva, foram desqualificados pela mídia, pesando sobre ele a imagem do *medo* (CHAIA, 2004).

O resultado foi uma grande vitória de Collor (PRN) que obteve 53,03% dos votos, contra 46,96% do candidato Lula do PT. No Espírito Santo, a vantagem de Collor foi ainda maior: alcançou 59,29% dos votos, contra 40,70% do candidato petista (Tabela 1 e 2 do apêndice II).

Mesmo com a derrota de Lula, as eleições de 1989 foram muito significativas para o PT. Segundo Brice Bragato,

[...] a candidatura do Lula (1989) [...] não foi uma disputa só eleitoral, foi um momento de extrema agitação, propaganda, embate político-ideológico. Uma das

coisas que mais fizeram bem a toda história do PT foi a disputa com o Collor. Nós saímos daquele segundo turno muito fortalecidos [...] ¹³⁸.

Além disso, as eleições tiveram um significado pedagógico para o Partido dos Trabalhadores: ficou claro que não tinha força, tanto nos aspectos políticos quanto nos simbólicos, para vencer as eleições nacionais. Entretanto, o processo serviu para ele acumular, no curso das disputas, o respaldo político e social que mais tarde o conduziria a grandes vitórias (MARQUES, 2005).

No dia 03 de outubro de 1990, a sociedade capixaba mais uma vez iria às urnas para escolher o 24º governador eleito por voto direto, além de representantes para os cargos de senador, deputados federais, governador e deputados estaduais.

Se a campanha presidencial de 1989 é uma referência no plano nacional da utilização de formas avançadas de comunicação por meio do marketing político, as eleições estaduais de 1990 tiveram o mesmo significado para o Espírito Santo, pois foram elas que inseriram o Estado na Era das campanhas modernizadas.

O cenário político estabelecido era muito diferente e muito mais complexo, se comparado às eleições anteriores. Quatro importantes aspectos marcaram a disputa: em primeiro lugar, observa-se o grande enfraquecimento do PMDB, culminando com um processo de fragmentação partidária e ideológica; em segundo, a ampliação de alianças políticas diante desta fragmentação partidária; em terceiro, por diversos fatores, tivemos uma ausência de candidaturas de peso: a única que existiu não decolou por conta de problemas na indicação do seu candidato a vice; e, por último, um dos candidatos impôs uma nova forma de campanha eleitoral, por intermédio de uma sofisticada estrutura propagandística.

O enfraquecimento do PMDB se deu principalmente pelas suas diversas divisões internas, as quais sempre existiram, mas eram amarradas pelo ideal comum das diversas correntes, que lutavam pela redemocratização do país. Na medida em que a democracia foi se consolidando, o partido passou a ser vitorioso nas urnas e a compor governos, saindo da condição de opositor. Conseqüentemente, a briga pelo controle da sigla ocasionou o seu desmembramento. Associada a isso, está a vitória de Collor em 1989, e o conseqüente reordenamento do Estado

¹³⁸ BRAGATO, Brice. **Desempenho político-eleitoral do Partido dos Trabalhadores, no Espírito Santo, nas eleições de 1982 a 2002**. 2008. Entrevista concedida a Ueber José de Oliveira, Vitória, 29 abr. 2008.

brasileiro em direção ao neoliberalismo, o que levou o PMDB a uma grande perda de identidade, uma vez que a Constituição de 1988 havia sido construída com a cara daquele PMDB humanista, defensor das liberdades democráticas, baluarte da igualdade entre os homens, adjetivos incompatíveis com a perspectiva mercadológica. Por todos esses fatores, houve uma grande decadência do PMDB.

No Espírito Santo, o PMDB se enfraqueceu muito com a saída dos seus principais caciques: Gerson Camata chegou, em 1988, a participar da fundação do PSDB¹³⁹ (VIEIRA, 1993), mas logo passou a compor os quadros do modesto Partido Democrata Cristão (PDC), e Max Mauro, depois que saiu do PMDB, no final dos anos 1980, ficou um tempo sem partido, vindo a se filiar em 1992 ao PDT.

Em 1990, o PMDB lançaria como candidato ao governo o deputado estadual Douglas Puppim que, nos momentos finais para registro, acabou renunciando, dando lugar ao Senador João Calmon, o qual teve como candidato a vice o ex-prefeito de Castelo e ex-secretário de agricultura Paulo Marcos Lomba Galvão, que havia sido peça-chave nas articulações dos prefeitos em torno do lançamento da candidatura de Max Mauro a governador em 1986.

Outro importante líder do PMDB, o senador José Ignácio Ferreira, saiu do partido para fundar o PSDB em 1988. Em 1990, Ignácio foi convidado pelo então presidente Fernando Collor de Mello a tornar-se líder do governo no Senado. Mas para isso deveria trocar de partido, pois os tucanos haviam adotado uma linha de independência em relação ao governo federal. Isso levou o Senador a se alojar no pequeno Partido Social Trabalhista (PST), pelo qual, logo no início das articulações, se definiu como candidato ao governo em 1990, com o apoio de senador Gerson Camata¹⁴⁰. Mas a saída de Ignácio do PSDB e a aproximação com o governo Collor custaram caro a José Ignácio, pois acabou perdendo o apoio dos partidos de centro-esquerda que tendiam a apoiá-lo por conta de sua história de perseguido político do regime militar e pelo seu perfil, até então considerado progressista. Ignácio construiu uma coligação com outros cinco partidos: PMN, PSC, PRP, PFL e PDS, formando a Frente Progressista Liberal.

¹³⁹ A pretensão de Camata em se filiar ao PSDB não teria se viabilizado devido a sua adesão ao presidencialismo e aos cinco anos de mandato presidencial, postura antagônica aos princípios do PSDB.

¹⁴⁰ CAMATA confirma apoio e Ignácio e Ignácio disputa governo. *A Gazeta*, Vitória, p. 02, 16 jun. 1990.

O PFL, pelo acordo estabelecido, indicaria o candidato a vice-governador para compor a chapa de Ignácio. Em disputa interna envolvendo o médico Luiz Buaiz e o deputado federal Pedro Ceolin, saiu vencedor o segundo¹⁴¹. Nesse momento, os problemas de Ignácio começaram. Seus principais aliados, Gerson Camata (PDC) e o candidato a senador, Élcio Álvares (PFL) se negavam a subir no palanque caso Ceolin permanecesse na chapa. O próprio Ignácio também rejeitou a indicação, alegando falta de sintonia entre a sua biografia e a do deputado contra o qual também pesavam uma série de outras acusações¹⁴². Diante dessa rejeição, todos esperavam que Ceolin, demonstrando um ato de grandeza, renunciasse (VIEIRA, 1993), mas isso não aconteceu, e o PFL ameaçou romper com a coligação se seu nome não fosse aceito¹⁴³. Esse impasse se arrastou até o final da campanha e acabou enfraquecendo muito o candidato José Ignácio. A crise culminou com o rompimento entre o senador Gerson Camata e Ignácio, ainda no decorrer do processo eleitoral.

Uma outra candidatura estava sendo construída por diversos prefeitos desde 1989: a do ex-secretário de planejamento do governo Max Mauro, Albuíno Azeredo, homem muito conhecido pelo seu perfil técnico. Em março de 1990, após diversas conversações, um grupo de 43 prefeitos enviou ao governador Max um manifesto cujo conteúdo era o apoio incondicional à candidatura Albuíno e a sugestão de que o governador também aderisse a ela (VIEIRA, 1993).

O governador Max Mauro, além da candidatura Albuíno, sondava também outros possíveis nomes para sucedê-lo. Dentre eles, estava o senador Ignácio, que logo rejeitou a sua ajuda (VIEIRA, 1993). Outros nomes foram cogitados, como Vitor Buaiz (PT) e Vasco Alves (sem partido), prefeitos de Vitória e Cariacica, respectivamente, que não aceitaram, com a justificativa de que queriam concluir seus mandatos. Max ainda tentou articular o nome de Albuíno dentro do próprio PMDB, mas houve a rejeição quase unânime dos peemedebistas.

O governador, diante desse cenário, começou a articular com o então governador da Bahia Valdir Pires e com Leonel Brizola, líderes do PDT nacional, a filiação de Albuíno naquele

¹⁴¹ PFL indica hoje o vice de Ignácio. *A Gazeta*, Vitória, p. 05, 05jul. 1990; CEOLIN é eleito vice de Ignácio. *A Gazeta*, Vitória, p. 01, 06 jul. 1990.

¹⁴² IGNÁCIO rejeita Ceolin e não o quer no palanque. *A Gazeta*, Vitória, p. 03, 08 jul. 1990.

¹⁴³ PFL não admite renúncia de Ceolin. *A Gazeta*, Vitória, p. 02, 10 jul. 1990; PFL defende Ceolin e ameaça romper coligação. *A Gazeta*, Vitória, p. 03, 10 jul. 1990.

partido. Essa atitude rendeu frutos, pois Brizola entregou a Max o PDT capixaba para fazer seu sucessor (VIEIRA, 1993).

A partir desse momento, o Governador Max Mauro abraçou de vez a candidatura Albuíno. Restava agora a escolha do vice. De início, dois nomes foram cogitados: Theodorico de Assis Ferraço e Enivaldo dos Anjos. Ambos não aceitaram por conta de compromissos que tinham com seus municípios, em concluírem também seus mandatos (VIEIRA, 1993). Em seguida, foi convidado o ex-secretário da educação na gestão Max, José Eugênio Vieira, que em seu livro *A História política e eleitoral do Espírito Santo de 1982 a 1992* confessou que sua recusa se deu por achar que o cargo deveria ser guardado para composição com outro partido. Após muitas negociações, definiu-se pelo nome do ex-prefeito de Nova Venécia, Adelson Salvador. Junto com o PDT, agregaram-se outros três partidos: PSB, PTB, PC do B, formando a Frente Democrática Capixaba.

No momento do lançamento dessas candidaturas, o Partido dos Trabalhadores também se articulava. Em consonância com as diretrizes do PT nacional, expostas nas resoluções de seus encontros, a idéia seria compor uma coalização com os partidos de centro-esquerda, ditos progressistas¹⁴⁴, no caso o PSB, PTB e PC do B¹⁴⁵. Entretanto, esses três partidos se uniram para apoiar a candidatura Albuíno e isso deixou os principais líderes do PT bastante insatisfeitos, levando-os a fazer declarações extremamente fortes contra os petebistas e comunistas¹⁴⁶. Sem o apoio dos partidos de centro-esquerda, o PT partiu para a disputa coligado somente com o PCB, na Frente Popular Capixaba, lançando como candidato ao governo o jornalista e vice-prefeito de Vitória Rogério Medeiros.

Além desses quatro candidatos, um outro nome se apresentou pela Frente Independente Capixaba (PRN, PDC e PDS)¹⁴⁷: foi o empresário Paulo Loureiro, que teve a sua candidatura cassada dias antes das eleições.

¹⁴⁴ PARTIDO DOS TRABALHADORES. *Resoluções de Encontros e Congressos 1979-1998*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 1998. p. 323-327.

¹⁴⁵ PT ainda crê na união de partidos de esquerda. *A Gazeta*, Vitória, p. 02, 04 jul. 1990. PSB, PTB e PC do B decidem apoiar Albuíno. *A Gazeta*, Vitória, p. 03, 05 jul. 1990.

¹⁴⁶ PT dirige acusações aos comunistas. *A Gazeta*, Vitória, p. 01, 05 jul. 1990.

¹⁴⁷ Com a cassação da candidatura de Loureiro, o PDS passou a compor com a Frente Democrática Capixaba, em apoio ao Candidato Albuíno Azeredo.

Consolidados os acertos em torno das candidaturas, o pleito se iniciou e as pesquisas de opinião apontavam ampla vantagem para o candidato da Frente Progressista Liberal, José Ignácio, que, mesmo com problemas na sua chapa, aparecia à frente nas preferências do eleitorado (Tabela 7 do apêndice I e gráficos abaixo).

Com base nessas primeiras pesquisas, que atribuíam menos de 1% ao candidato Albuíno Azeredo e diante da vantagem de Ignácio, a equipe de marketing¹⁴⁸ que havia sido contratada percebeu a necessidade de buscar mecanismos que pudessem diminuir a diferença e levá-lo ao segundo turno. Na verdade, na fase inicial da campanha, a candidatura Albuíno não havia ainda extrapolado o círculo fechado da elite empresarial e política, onde era mais conhecido pelo seu perfil técnico. Era necessário transformar Albuíno numa figura conhecida da opinião pública (VIEIRA, 1993). Exaustivas análises das pesquisas de opinião revelaram que José Ignácio possuía índices de rejeição altíssimos, que chegavam a 60%, enquanto o mesmo índice de Albuíno não alcançava 20%. Além disso, as pesquisas apontavam um grande índice de eleitores indecisos.

Com base nessas e em outras informações coletadas, delineou-se o eixo da campanha Albuíno: em primeiro lugar, era necessário desenvolver a questão da popularidade, em segundo, angariar votos que levassem o candidato para o segundo turno, e por último, explorar adequadamente realizações relacionadas diretamente a Albuíno, como o sistema TRANSCOL, por exemplo, sem, no entanto, envolvê-lo aos círculos tradicionais de poder¹⁴⁹.

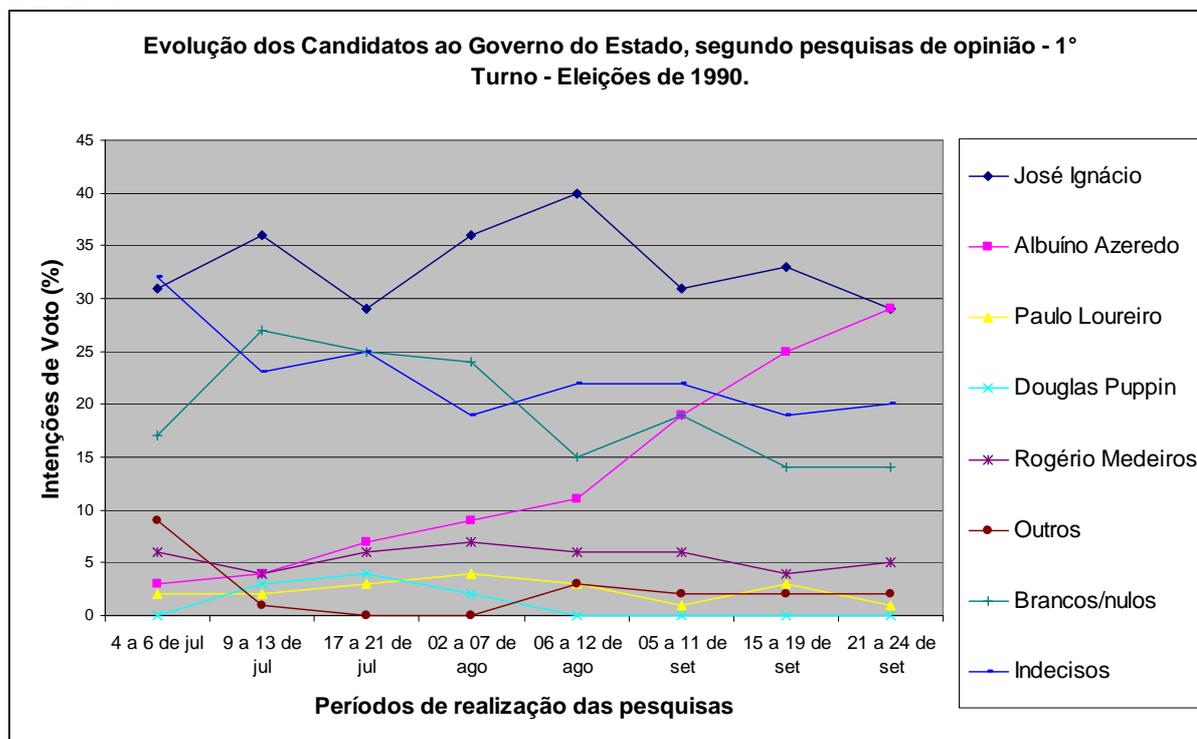
Assim, delineou-se como um dos principais pontos que embasavam seu discurso a questão da sua desvinculação com a ordem constituída, acentuando a sua competência técnica para gerir a coisa pública e desenvolver o Espírito Santo. A estratégia utilizada pela equipe de marketing contratada por Albuíno surtiu efeito, pois o candidato do PDT teve uma extraordinária ascensão. Os gráficos abaixo mostram a evolução do candidato Albuíno em comparação aos demais candidatos, com base em pesquisas de opinião realizadas no período eleitoral. Observa-se um grande crescimento de Albuíno na preferência do eleitorado, ao passo que os

¹⁴⁸ A equipe de marketing montada pelo candidato Albuíno contou com profissionais de ponta desse setor, que eram conhecidos nacionalmente, como por exemplo: Francisco Pontes, ex-secretário da administração Ciro Gomes em Fortaleza; Ariosto Teixeira, oriundo da redação do Jornal O Estado de São Paulo; Armando Mendes, ex-membro da equipe de economia do Jornal O Estado de São Paulo; José Bertoni, trazido do Sistema Brasileiro de Televisão (SBT), Benjamin Sicsu, Elizabeth Rodrigues, dentre outros.

¹⁴⁹ Para melhores esclarecimentos acerca da candidatura Albuíno e a sua campanha modernizada, ler VIEIRA, José Eugênio. **A história político-eleitoral do Espírito Santo de 1982 a 1992**. Vitória: Vida Editora, 1993.

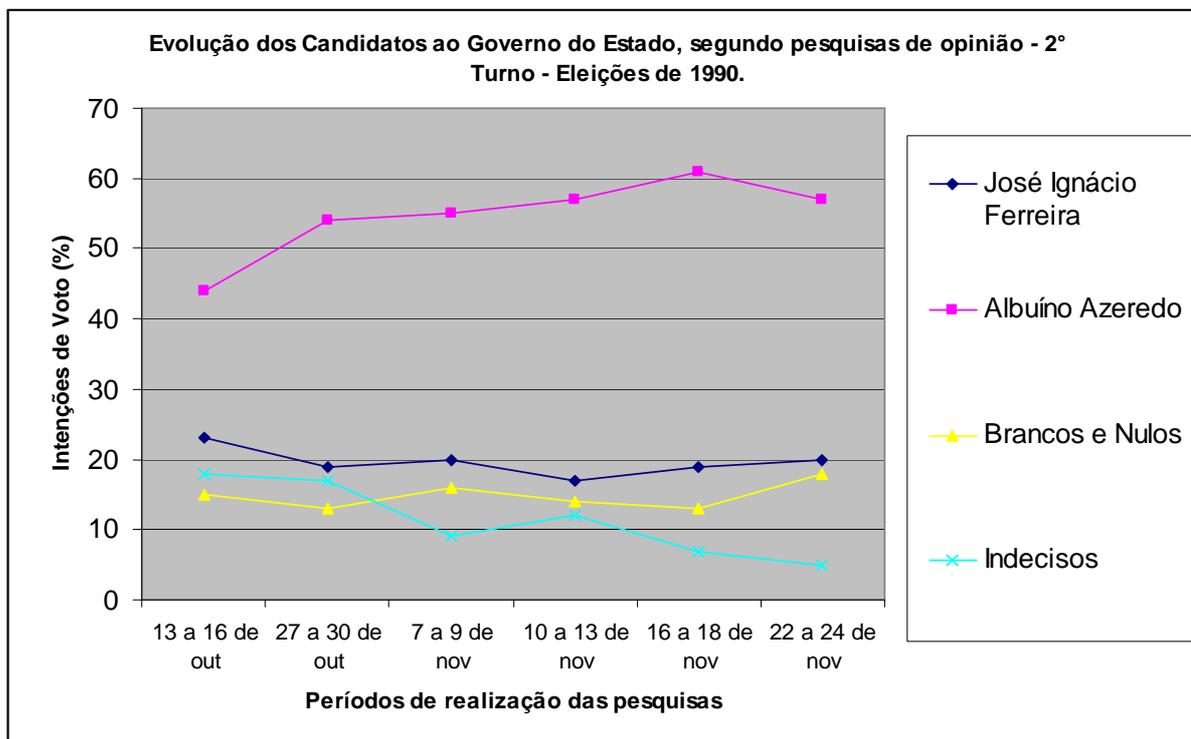
concorrentes ficaram estagnados ou perderam espaço. Na última pesquisa, realizada entre os dias 21 e 24 de setembro, Albuíno já estava tecnicamente empatado com o candidato que até pouquíssimo tempo aparecia com uma folgada preferência:

Gráfico 2:



Fonte: Gráfico elaborado a partir de dados de Vieira (1993).

Gráfico 3:



Fonte: Gráfico elaborado a partir de dados de Vieira (1993).

Diante de toda essa estrutura montada para sua candidatura, mais os problemas verificados na chapa de José Ignácio, e ainda o isolamento do candidato petista, Albuíno Azeredo deu uma arrancada extraordinária e venceu as eleições no segundo turno. Um candidato que no início do processo eleitoral era inexpressivo saiu vencedor graças ao uso de uma sofisticada estrutura de marketing, inserindo o Espírito Santo na Era das campanhas eleitorais modernizadas. Foi eleito com 66,51% dos votos válidos, bem à frente do seu adversário no segundo turno, José Ignácio, que ficou com 33,56%. O candidato do PT, Rogério Medeiros, ficou em terceiro, com 15,67% dos votos válidos e o candidato do PMDB, João Calmon, em último, com 4,76%, conforme pode ser visto nas tabelas abaixo.

Tabela 10 - Resultado das eleições para governador – 1990 – 1º Turno

Candidato	Partido	Nº de Votos	%	Votos Válidos (%)
Albuíno Cunha de Azeredo	PDT	356.754	28,92	43,79
José Ignácio Ferreira	PST	291.196	23,90	35,74
Rogério Sarlo de Medeiros	PT	127.672	10,34	15,67
João de Medeiros Calmon	PMDB	39.042	3,16	4,79
Votos Brancos	-	210.042	17,02	-
Votos Nulos	-	208.815	16,92	-
Total de Votos Válidos		814.692	-	100
Total de Votos Apurados		1.233.549	100	-

Fonte: TRE-ES.

Tabela 11 - Resultado das eleições para governador – 1990 – 2º Turno

Candidato	Partido	Nº de Votos	Votos Válidos (%)
Albuíno Cunha de Azeredo	PDT	584.269	66,51
José Ignácio Ferreira	PST	294.872	33,56
Total de Votos		879.141	100

Fonte: TRE-ES.

Como pode ser constatado, o resultado concreto dessas eleições foi o fechamento de algo que já estava ocorrendo desde meados do governo Max Mauro (1987/1990): o desaparecimento de um partido dominante em favor de uma alta fragmentação partidária e ideológica. Isso pode ser constatado nos resultados para a Câmara Federal. O PMDB, embora tenha conseguido a maioria, perdeu espaço, elegeu seis representantes, ficando o PSDB com três cadeiras e o PFL com uma (Tabela 9 do apêndice I). A vaga no Senado ficou com o PFL, com a vitória de Élcio Álvares, que obteve 43,67% dos votos (Tabela 10 do apêndice I).

A composição da nova Assembléia Legislativa mostrou uma fragmentação partidária ainda maior: o partido que mais elegeu deputados estaduais foi o PFL, com seis, perfazendo 20% do total. O segundo colocado foi o PSDB, que adquiriu cinco cadeiras (16,66%). O PMDB, de primeira força partidária, passou a ser terceira, fazendo quatro deputados, empatando com o PRN (13,33%). O PT, o PTB e o PDT elegeram três deputados cada, quantidade que representa 10% da Assembléia e, por último, ficaram o PSB e PDC, que conseguiram uma vaga cada (3,3%) (Tabela 8 do apêndice I).

Como se pode notar, o PT, nesse pleito, não avançou muito, em âmbito estadual, se comparado o resultado com o das eleições de 1986. Apesar de ter tido uma pequena alta no número de votos para governador, manteve o mesmo número de deputados estaduais, mas na Câmara dos Deputados Federais perdeu o seu representante. Isso ocorreu por conta de não ter conseguido formar uma coalizão com os partidos de centro-esquerda.

Por outro lado, no plano nacional, o PT cresceu eleitoralmente. Já assumindo um novo modelo de política, aceitando o esquema de coligações, o PT fez um senador, 35 deputados federais e 81 estaduais, um crescimento superior a 50%.

Uma outra questão que muito chamou a atenção no pleito no Espírito Santo, foi a grande incidência de votos brancos e nulos, que juntos, ultrapassaram a quantidade de votos recebidos pelo primeiro colocado para governador no primeiro turno. Vários fatores podem explicar esse comportamento do eleitor. Dentre eles, a descrença da população com a classe política brasileira desde o fracasso dos planos econômicos no governo Sarney. Esse fracasso evidenciou a incapacidade dessa classe política de criar meios que pudessem resolver o problema da inflação galopante em que o Brasil estava mergulhado. Uma outra causa mais específica, foi a política monetária restritiva, com confisco da poupança, executada em março de 1990 pelo então Presidente Fernando Collor de Mello, fato que trouxe profundas insatisfações à sociedade brasileira, sobretudo à classe média.

Nas eleições municipais de 1992, ano marcado pelo *impeachment* do Presidente Fernando Collor, contexto em que o PT foi um protagonista importante, nota-se uma discrepância muito grande entre aquilo que ocorreu no plano nacional e regional. Embora as eleições municipais não sejam objetos desta pesquisa, os dados coletados e organizados até aqui mostram que o PT teve um crescimento contínuo em termos de prefeituras conquistadas no plano nacional: de apenas 2 em 1982, passou a 38 em 1988, e 54 em 1992. Porém, no Espírito Santo, o partido não conseguiu repetir a mesma performance. Em 1990, lançou candidatos em 20 municípios dos 50 em que tinha diretórios montados, venceu somente em Ecoporanga, com Francisco R. Gomes, conhecido como Chico Coletor. Teve ainda 710 candidatos a vereador em 54 municípios, conseguindo eleger 40. Além disso, perdeu o governo da capital, Vitória, sua única prefeitura, já que neste momento Túlio Pariz, Prefeito de Jaguaré, havia deixado o partido.

O PMDB manteve um grande volume de vitórias em eleições municipais em todo o Brasil: em 1982 obteve 1.377 (34,9%), 1988 conseguiu eleger 1.606 (37,5%) e em 1992, 1.605 prefeitos, número que representa 33,7% do total. Como houve um acréscimo no número de prefeituras no período, o partido perdeu força em termos proporcionais (Tabelas 24 e 25 do apêndice I).

Quando são analisados os dados eleitorais do Espírito Santo no pleito de 1992, constata-se a fragmentação partidária e ideológica exposta acima e também um declínio muito grande do PMDB, que elegeu apenas 17 prefeitos (23,94%), o mesmo número de 1988, mas em 1992 o Estado também passou a ter mais municípios. O PMDB capixaba, portanto, continuou diminuindo seu desempenho, pois havia conquistado 54, 33% das Prefeituras em 1982 e 25,37% em 1988. No Espírito Santo, de fato, repetiu-se aquilo que se viu no plano nacional: o PMDB perder espaço em termos proporcionais, mas com agravante de a queda do PMDB por aqui ser bem superior à que ocorreu no plano nacional.

O partido vencedor no pleito foi o PDT que, de 3 Prefeituras conquistadas em 1988, passou a ocupar 23, que significam 32,39% do total. Isso se explica pelo fato de o então Governador Albuíno fazer parte dos quadros do PDT. Confirma-se a tendência comum no sistema político brasileiro: a migração dos políticos para o partido governista.

Pode-se ainda perceber, pelos dados, que o partido que mais enfraqueceu no Espírito Santo foi o PFL: de 23 municípios conquistados em 1988, passou a controlar apenas 04 em 1992. Essa queda brusca não se configurou de forma tão grande no plano geral (Tabelas 24 e 25 do apêndice). Conclui-se, com a análise dos dados, que eleições municipais parecem seguir uma dinâmica própria, uma vez que há uma diferença significativa entre o que ocorre nos Estados e em nível nacional.

Tabela 12 – Número de Prefeitos eleitos no ES, por partido – 1992.

Partido	1992	
	Nº	%
PDT	23	32,39
PMDB	17	23,94
PTB	08	11,70
PDS	04	5,63
PSDB	04	5,63
PFL	04	5,63
PSB	04	5,63
PL	03	4,22
PDC	02	2,81
PT	01	1,40
PTR	01	1,40
Total	71	100

Fonte: TRE-ES.

Nas eleições municipais em Vitória, o PT cometeu uma série de equívocos que culminaram com uma crise interna. O partido lançou como candidato a Prefeito de Vitória João Carlos Coser, contrariando o desejo de Vitor Buaiz, a grande liderança do partido naquele momento. Era desejo de Vitor lançar o nome do seu vice-prefeito Rogério Medeiros, que já tinha montado toda a estratégia de campanha. Mas, numa prévia, venceu Coser com o apoio da ala mais radical do partido. Essas correntes, que reuniam vereadores e deputados estaduais, nunca esconderam suas divergências com Vitor, a ponto de deixá-lo sem líder na Câmara. Por isso, embora tenha afirmado que, por questões éticas, apoiaria o candidato da Frente Vitória, João Carlos Coser, Vitor Buaiz deixou claro desde o início que não abraçaria a candidatura de corpo e alma: “Não vou sair por aí abraçando Coser, dando-lhe beijinhos”¹⁵⁰.

Vitor Buaiz dizia que a maior contribuição que poderia dar a Coser era o exemplo de sua administração, cabendo ao candidato aproveitar isso. O prefeito lembrava também que, durante quase todo o seu mandato, Coser lhe havia feito oposição. E, embora afirmasse que não daria qualquer apoio informal a outro candidato, salientou que não impediria que outros candidatos amigos, como Luiz Buaiz (PFL) e Paulo Hartung (PSDB), elogiassem a

¹⁵⁰ VITOR estuda participação na campanha. *A Gazeta*, Vitória, p.02, 10 jul. 1992.

administração e a usassem como bandeira¹⁵¹. Além disso, não colocaria a máquina à disposição de nenhum candidato.

Esse episódio levou a se cogitar a expulsão do Prefeito Vitor Buaiz do PT. O que se viu durante boa parte da disputa foi um conflito entre o grupo de Vitor Buaiz e João Carlos Coser. Em entrevista ao Jornal *A Gazeta*, Rogério Medeiros dizia que, se Vitor fosse punido, Kleber Frizzera (então Presidente Municipal do PT), João Coser e Cláudio Vereza também deveriam ser, pois eles não haviam apoiado Medeiros em 1990 na campanha para o governo estadual¹⁵². Do outro lado, o ex-deputado Cláudio Vereza defendia o diálogo para se superar o impasse. O resultado de todo esse processo não poderia ser outro. Foram inúteis as tentativas de Coser associar o seu nome ao de Vitor Buaiz e sua candidatura permaneceu estacionada em patamar sempre inferior a 15%. A eleição acabou sendo polarizada por Luiz Buaiz e Paulo Hartung, com a vitória do segundo. O episódio envolvendo os grupos de Vitor e João Coser veio à tona em outros momentos e trouxe muitos prejuízos para o PT no Espírito Santo¹⁵³.

2.6. Uma Breve Conclusão

O cenário político eleitoral do Espírito Santo, no período pós-ditadura, se inicia com a dominância quase absoluta das duas agremiações gigantes – PMDB/PDS – com vantagem do PMDB. Além disso, em 1982, os peemedebistas conquistaram maioria em praticamente todas as casas legislativas do Brasil, além da maioria dos governos estaduais.

Para o PT, a primeira experiência eleitoral foi frustrante. Com uma campanha sem recursos financeiros e com uma série de obstáculos, como a campanha do *Voto Útil* e uma verdadeira desmoralização dos seus candidatos, obteve apenas 2% dos votos do eleitorado capixaba. O resultado decepcionante levou o partido a dirigir suas forças para os movimentos sociais. Em 1984, o partido teve um papel primordial na campanha das *Diretas Já*. Apesar de não ter logrado êxito na tentativa de aprovar a Emenda Dante de Oliveira, o movimento se tornou um marco para o PT e para o Brasil.

Em 1985, o Partido dos Trabalhadores conseguiu uma boa posição entre os eleitores da capital, colocando Vitor Buaiz em segundo lugar na eleição da capital capixaba, já marcando

¹⁵¹ VITOR estuda participação na campanha. *A Gazeta*, Vitória, p.02, 10 jul. 1992.

¹⁵² ROGÉRIO defende posição de Vitor. *A Gazeta*, Vitória, p.02, 11 jul. 1992.

¹⁵³ Detalhes desse e de outros problemas envolvendo o campo majoritário e as tendências minoritárias do PT, estão nas entrevistas com quatro importantes lideranças do Partido no Estado, anexadas nesta dissertação.

uma boa aceitação junto à classe média. Em 1986 elege o mesmo Vitor Buaiz para a Câmara Federal Constituinte. Depois, em 1987, uma outra experiência: a eleição de Magno Pires como prefeito de Vila Velha com 20% dos votos do eleitorado do município. Em 1988, o PT venceu as eleições na Capital, desbancando o então imbatível PMDB, detentor da maioria das prefeituras do Estado e que vivia seu auge tanto no plano estadual como no plano federal com o momentâneo sucesso dos planos econômicos do governo Sarney e com a liderança nos trabalhos da Assembléia Nacional Constituinte.

A hegemonia dos peemedebistas começou a se esvaír com o fracasso na condução da política econômica e no combate à inflação. Além disso, o PMDB não encontrou um elemento que pudesse mantê-lo unido, como fora a bandeira da redemocratização. Isso levou a uma série de dissidências no partido e a uma fragmentação partidária e ideológica do cenário político capixaba.

Esse declínio do PMDB levou a um crescimento da esquerda. Nos anos 1986-1988, com uma campanha mais competente, o PT conseguiu melhorar a sua performance, elegendo, assim, para os parlamentos federal e estadual, 10% dos representantes, que se resumiam a quatro deputados, além do prefeito da capital, Vitória, e de uma municipalidade do interior.

Embora tenha obtido um bom crescimento nas eleições nacionais, no ano de 1990, o Partido dos Trabalhadores no Espírito Santo teve conseguido manter a tendência de crescimento, pois não conseguiu construir uma aliança com os partidos de centro-esquerda, que fecharam com o candidato do PDT, Albuíno Azeredo que, contando com uma sofisticada estrutura propagandística, conseguiu surpreender e vencer as eleições. Depois da queda de rendimento nas urnas, o PT terminou o primeiro ciclo em crise, por conta, principalmente, das divergências entre seus grupos internos, em torno da sucessão de Vitor Buaiz na Prefeitura de Vitória. Quanto ao cenário político partidário, os anos 1990/1992 marcaram o fim da hegemonia peemedebista, passando a uma grande fragmentação partidária.

CAPÍTULO III

3. A CONJUNTURA POLÍTICO-ELEITORAL DE 1994/2002, NO ESPÍRITO SANTO: A FRAGMENTAÇÃO PARTIDÁRIA E O PT DENTRO DA ORDEM

“a adaptação ao mundo, venceu o impulso para mudá-lo”

Luiz Werneck Vianna

Nesta parte do trabalho, pretende-se analisar o desempenho do Partido dos Trabalhadores em eleições ocorridas entre os anos de 1994 e 2006, a partir da vitória nas urnas do candidato Vitor Buaiz no pleito de 1994, que marca o momento auge do PT no Espírito Santo. No mesmo período, voltam à tona fortes conflitos entre as tendências internas do PT, consubstanciados nos embates entre a bancada petista na Assembléia e o governo¹⁵⁴. Tais embates culminaram na debandada de eminentes lideranças, inclusive do próprio Vitor Buaiz, levando ao inevitável enfraquecimento do partido no estado, nas eleições seguintes. Para fazer a análise pretendida, será necessário retomar alguns aspectos da história do PT no Espírito Santo, com a sua caracterização ideológica, atentando para as suas clivagens internas, bem como para os principais conflitos verificados entre elas.

O ano de 2002 representa um importante marco na história do Partido dos Trabalhadores: é nele que alcança a presidência da República, inaugurando uma nova etapa na vida do Partido, que está em pleno curso. É também a partir de 2002 que se observa uma recuperação do PT no Espírito Santo, quando volta a ser mais representativo no Legislativo Estadual e passa a compor a coalizão do Governo Paulo Hartung (2003 em diante). Como já colocado, essa última parte não será alvo de grandes aprofundamentos por se entender que se trata de um período ainda em aberto. Em seguida, se encaminharão algumas conclusões em termos de considerações finais.

Antes disso, porém, é necessário aludir acerca de alguns aspectos das conjunturas políticas nacionais e internacionais, para depois buscar a compreensão a respeito daquilo que se passou no plano estadual. Isso porque as eleições ocorridas a partir de meados da década de 1990 são

¹⁵⁴ É importante salientar que não é propósito deste trabalho estudar governos, mas analisar alguns aspectos da gestão Vitor Buaiz a frente do governo do Espírito Santo é de extrema pertinência para o entendimento da trajetória do PT no Estado, uma vez que esse governo representa um momento *divisor de águas* na história da sigla no Espírito Santo.

marcantes do ponto de vista da inauguração de uma nova dinâmica institucional, forjada pela inserção do Brasil no neoliberalismo.

3.1. A ideologia neoliberal: aspectos históricos e mudanças institucionais

Segundo o historiador britânico Perry Anderson (1998), as origens do *neoliberalismo* enquanto um fenômeno distinto do *liberalismo clássico* remontam ao período do pós-II Guerra Mundial, tendo surgido como uma reação teórica e política ao Estado interventor e de bem-estar. Segundo Anderson, o texto que inaugurou essa corrente ideológica foi *O Caminho da Servidão*, de Frederick Hayek, produzido já em 1944. O texto é um frontal ataque aos mecanismos de limitação de mercado por parte do Estado, denunciados como uma ameaça letal à liberdade, não só econômica, mas também política.

Em 1947, enquanto se consolidava nos países europeus o Estado de bem-estar social, Hayek convocou alguns daqueles que compartilhavam de suas idéias para uma reunião que se realizaria na Suíça. Dentre os convidados, destacavam-se Milton Friedman, Karl Popper, Lionel Robbins, Ludwig Von Mises, Walter Lipman, Michael Polanyi, todos com o traço comum de serem adversários do Estado de bem-estar e também do New Deal norte-americano.

Dessa reunião, se seguiu à formação da Sociedade de *Mont Pèlerin* (denominação dada em referência à estação onde se realizara a reunião), que promoveria encontros a cada dois anos, e cujo propósito fundamental seria o combate ao keynesianismo e ao Estado de bem-estar, além da preparação das bases para um outro tipo de capitalismo, livre das regras impostas por aqueles modelos de Estado (ANDERSON, 1998).

É importante frisar que o cenário encontrado por esses intelectuais não era o mais propício para se colocarem em prática idéias de mercado livre, isso porque o capitalismo entrava em uma fase extraordinária de crescimento durante as décadas de 1950 e 1960, tornando inverossímeis os avisos neoliberais a respeito dos riscos que a excessiva intervenção dos Estados na economia poderia trazer para o capitalismo global.

A principal tese sustentada por Hayek, que foi endossada pelos demais defensores da corrente neoliberal, era a de que o chamado *novo igualitarismo* desse período, promovido pelo Estado

provedor, destruía a liberdade dos cidadãos e a vitalidade da concorrência, da qual dependia a prosperidade de todos. “Desafiando o consenso oficial da época, eles argumentavam que a desigualdade era um valor positivo – na realidade imprescindível em si – pois disso precisavam as sociedades ocidentais” (ANDERSON, 1998, p. 10).

As idéias neoliberais só começaram a ganhar terreno com a ocorrência da grande crise internacional do capitalismo, verificada diante da 1ª crise internacional do petróleo, a partir de 1973, das baixas taxas de crescimento e dos altos índices de inflação que já se faziam presentes há alguns anos. Para Hayek o ponto fulcral dessa crise era o poder excessivo dos sindicatos e, de maneira mais geral, do operariado, que havia corroído as bases da acumulação capitalista com as pressões visando melhorias salariais e com suas exigências para que o Estado aumentasse cada vez mais os gastos sociais. Na concepção dos neoliberais, esses dois processos destruíram os níveis de lucro das empresas, desencadeando a disparada dos preços e dos índices inflacionários, que por sua vez geraram a crise generalizada da economia. Como remédio, admitiam a manutenção do Estado forte somente para romper com o poder dos sindicatos, mas a estrutura estatal deveria ser parca nos gastos sociais e nas intervenções no setor econômico.

Para os neoliberais, a estabilidade financeira deveria ser a principal meta de qualquer governo. Para isso, seria necessária uma disciplina orçamentária, contenção dos gastos sociais e a restauração das taxas de desemprego, vista como natural, especialmente para diminuir os níveis salariais. Esse modelo foi adotado em maior ou menor grau a partir do final da década de 1970 e início dos anos 1980, com a ascensão de Margareth Thatcher na Inglaterra, Ronald Reagan nos Estados Unidos e Helmut Kohl na Alemanha.

Os limites deste trabalho não permitem aprofundar as transformações e impactos trazidos pela adoção do modelo neoliberal nas sociedades em que foi aplicado. Para a presente análise, o importante é observar alguns aspectos da hegemonia alcançada pelo neoliberalismo enquanto ideologia que, segundo Anderson (1998, p. 23),

[...] alcançou êxitos num grau com o qual seus fundadores jamais sonharam, disseminando a idéia de que não há alternativas para os seus princípios, que todos, seja confessando ou negando, têm de adaptar-se as suas normas. Provavelmente nenhuma sabedoria convencional conseguiu um predomínio tão abrangente desde o início do século como o neoliberalismo hoje. Este fenômeno chama-se hegemonia,

ainda que, naturalmente, milhões de pessoas não acreditem em suas receitas e resistam a seus regimes.

Essa hegemonia neoliberal também se expressou igualmente no comportamento de partidos e governos, mesmo daqueles que formalmente sempre se colocaram como seus opositores, vide eleição e governo de Luiz Ignácio Lula da Silva.

Além disso, é importante considerar as profundas transformações socioeconômicas e tecnológicas verificadas no último quarto do século XX e a fragmentação do *socialismo real*, que também abalaram profundamente as estruturas dos partidos políticos ocidentais. Em primeiro lugar, pode-se apontar o aumento da complexidade das sociedades ocidentais, que acarretou problemas diversos aos partidos. Segundo Pedro Ribeiro (2004, 2004; 30),

[...] em sua dimensão estrutural, a complexificação social significou uma crescente diferenciação funcional societária, multiplicando os interesses – cada vez mais conflitantes e complexos – presentes no seio da sociedade. Tal sociedade altamente segmentada por meio de linhas demarcatórias entrecruzadas, sobrepostas e não ajustáveis a estratificações classistas tradicionais passou a organizar-se em subsistemas específicos, em micro-agregações de pessoas voltadas à consecução de objetivos particularistas.

Tal fragmentação desfavoreceu especialmente aqueles partidos políticos com liames societários mais fortes, como é o caso do PT, cujas bases operárias e sindicais fracionaram-se paulatinamente em vários sistemas especializados, com interesses específicos e, por vezes, conflitantes.

No caso dos partidos do tipo *catch-all*, não houve tantas dificuldades, já que sua amorfa constituição mostrou-se bem mais flexível e maleável para abrigar diferentes subsistemas ideologicamente conflitantes (RIBEIRO, 2004). Mas o aparecimento dos inúmeros subsistemas, como grupos de minorias étnicas, ecologistas, organizações não governamentais, movimentos feministas de vários tipos, e outros, impeliu as agremiações partidárias a modernizarem-se sob pena de perderem grande parte dos recursos necessários à sua sobrevivência.

No aspecto simbólico, também se observam mudanças: a crescente complexidade social culminou com a ruptura das identidades tradicionais pautadas em estruturas agregadoras e inclusivas, como igrejas e partidos. Tais organizações se enfraqueceram frente aos novos subsistemas especializados que formam identidades mais efêmeras, “na medida em que estão

em permanente rearranjo com outras microestruturas com o fito de melhor atender a seus interesses particularistas” (RIBEIRO, 2004; p. 31). Esse fato dificulta grandemente a construção de relações duradouras de identidades partidárias.

Outro importante aspecto dessas transformações é a evolução tecnológica e a difusão maciça dos meios de comunicação, em especial a televisão, que fez aflorar a possibilidade de uma relação direta, sem mediações, entre políticos e eleitores. Esse fato tornou ainda mais comum o sucesso de políticos sem nenhum vínculo ou apelo partidário. Dentro desse mesmo conjunto de transformações no campo da mídia, podemos incluir o refluxo da imprensa opinativa e partidária em prol de uma imprensa mais comercial e supostamente imparcial, neutra e informativa, fazendo com que as agremiações partidárias perdessem importância como formadoras de opinião (RIBEIRO, 2004; ABREU, 2003). Em outras palavras, as agremiações partidárias, salvo raras exceções, para não se cair no determinismo, e os políticos passam a ter dois caminhos a seguir: ou aderem ao cenário hegemônico – que na prática significa seguir o conselho do marketing político-eleitoral para tornar-se simpático ao eleitor, mesmo que isso signifique mudar o discurso, o lugar de fala e até mesmo o programas de governo – ou o enfrentam e saem gritando palavras de ordem de oposição, com grandes chances de tais críticas terem um efeito bumerangue, culminando com derrotas nas urnas (ALMEIDA, 2002).

Coaduna-se com a idéia de que o Partido dos Trabalhadores, em nome do princípio de realidade, acabou se alinhando ao novo cenário institucional, apesar das iniciais dificuldades de compreendê-lo. Parte da esquerda do partido compartilhava a idéia de que esse comportamento se limitaria a uma inflexão necessária, que seria corrigida mais a frente, em condições favoráveis. Outros setores passaram a externar as suas insatisfações que, em muitos casos, levaram à dissidências. Não obstante, passado o período mais polêmico e conturbado da transição, o diagnóstico não é outro senão aquele apontado por Vianna (2006, p. 11) segundo o qual “a adaptação ao mundo venceu o impulso por mudá-lo”.

3.2. O neoliberalismo, o PT e a transição inconclusa

No capítulo anterior foi analisada a trajetória político-eleitoral do Partido dos Trabalhadores em eleições ocorridas entre 1982 e 1992, período da chamada *transição inconclusa*¹⁵⁵, iniciada em meio ao regime ditatorial, quando a oposição democrática, liderada pelo MDB, fez sua opção pelo caminho das amplas alianças em favor da defesa das liberdades civis e públicas.

Segundo Vianna (2006), a redemocratização do Brasil, ocorrida após mais de vinte anos de um regime marcado por forte repressão, realizou-se, inicialmente, por intermédio de uma feliz articulação entre os temas da democracia política e os da democracia social, programa que se consagrou como eixo de orientação das lutas contra o regime militar tanto em seus aspectos propriamente políticos, como nos movimentos sociais. Essa transição teve seu ponto alto na promulgação da Carta Constitucional de 1988, cuja lógica tendia a produzir a abertura da ordem democrática, acompanhada de progressiva incorporação à cidadania de seres sociais que, durante quase toda a história do Brasil, permaneceram alijados de qualquer participação política. Com efeito, o processo de transição apontava para o fortalecimento das agremiações partidárias e de outros organismos de defesa dos interesses sociais.

Havia, também, a expectativa de que a expressividade dos movimentos sociais que emergiam pudesse agir não somente no aprofundamento da democracia, mas também na interpelação e condução dos temas mais importantes da nação, pondo-se no lugar dos antigos atores que, fora das estruturas dos partidos e organizações, visavam a atender unicamente seus interesses. Nas palavras de Luiz Werneck Vianna (2006, p. 18), “esperava-se que o moderno dirigisse o atraso”.

Conforme se procurou demonstrar, o Partido dos Trabalhadores via a política, nesse contexto, como sinônimo de mobilização dos movimentos sociais de base, com ênfase na organização da sociedade civil, com o objetivo de se construir uma hegemonia *a partir de baixo* e que se imporia *em cima*, na formação estatal, com a força expressiva do social, projeto esse fundamentado nos ideais gramscianos.

¹⁵⁵ Expressão cunhada pelo cientista político Luiz Werneck Vianna. Para maiores esclarecimentos, ver VIANNA, Luiz Werneck. **Esquerda Brasileira e tradição Republicana: estudos de conjuntura sobre a era FHC-Lula**. Rio de Janeiro: Reven, 2006.

Como existia essa linha de atuação do PT, voltada à mobilização social, aventamos a hipótese, em consonância com Vianna (2006), de que houve uma excessiva e monográfica especialização do partido na esfera social, a qual foi consubstanciada em diversas ocasiões, principalmente nos discursos emitidos por ocasião das primeiras experiências eleitorais, bem como na recusa em subscrever à Carta Constitucional de 1988, que tinha como principais características a garantia da ampliação dos direitos sociais e da democratização do Estado.

Embora se tenha argumentado que essa atitude representava coerência com aquilo que o partido elencou como diretriz inicial, ela não deixou de contribuir para algumas conseqüências negativas, tanto para o Partido dos Trabalhadores, quanto para a história do Brasil pensada numa perspectiva mais ampla. A ênfase no social acabou contribuindo, por um lado, para que o PT não concebesse uma alternativa de projeto político para a nação e, por outro, para que a coalizão neoliberal viesse a assumir o poder e tomar a dianteira no próprio processo de transição em curso.

O PT acabou adotando uma política isolacionista, quando não hostil em relação ao centro político, e isso ficou evidenciado em 1989, quando Ulisses Guimarães, um dos grandes personagens da resistência democrática ao autoritarismo, ao cogitar uma aliança com o PT, foi ignorado como uma possibilidade de coalizão democrática (VIANNA, 2006). Não é outra a visão de Perly Cipriano, militante histórico da esquerda e do PT, quando afirma:

[...] aquilo foi um equívoco, aí sim o PT cometeu um equívoco. O Ulisses buscou uma aproximação e o PT, e aí sim eu chamo de um erro grave, não fez somar para construir uma grande frente, que a soma desses mais a presença de Ulisses haveria uma possibilidade histórica de a gente superar o Collor, mas houve sim uma intransigência por parte da direção, uns mais ou menos, mas na realidade foi um equívoco, e nós pagamos caro [...] O PT poderia naquele momento ter tido uma habilidade maior, [...] nós devíamos ter trazido o Ulisses e outros descontentes também no sentido de derrotarmos o Collor de Mello, o próprio PSDB quando estava surgindo, o PT teve uma discussão grande, nos documentos você encontra, quando o PSDB sai e rompe com o PMDB pela esquerda, pra construir um partido ético mais à esquerda¹⁵⁶.

Assim, a feliz articulação centro-esquerda não resistiu a um de seus maiores êxitos, ou seja, à Carta Constitucional de 1988. A primeira eleição presidencial do ciclo da transição foi realizada em 1989, com a esquerda e o centro, componentes daquela união tácita pluriclassista responsável pela abertura, indo às urnas com candidatura própria, sem formalizar uma aliança.

¹⁵⁶ CIPRIANO, Perly. **Desempenho político-eleitoral do Partido dos Trabalhadores, no Espírito Santo, nas eleições de 1982 a 2002**. 2008. Entrevista concedida a Ueber José de Oliveira, Vitória, 25 maio. 2008.

Naquele pleito, como já relatado anteriormente, saiu-se vencedor um elemento externo ao cenário, Fernando Collor de Mello (PRN), com um programa de claras marcas neoliberais. Com a vitória de Collor, o processo de transição teve a sua agenda subvertida¹⁵⁷. O *Estado do Bem estar Social*¹⁵⁸ preconizado pela Constituição citada, é substituído pelo *Estado Mínimo*. A partir de então, se passou do *social* como plataforma para o desenvolvimento, à ideologia do *custo Brasil*. Era a inscrição do país no cenário da globalização, na *Era do Discurso Único*, em que, nas palavras de Vianna (2006; p. 28), “todas as singularidades históricas nacionais se esvaziaram de substância para se dissolver em um assemelhamento Universal”.

Deve-se destacar, com base na leitura dos documentos do partido, que o PT não observou a ascensão do neoliberalismo na América Latina, a qual já ocorria desde meados da década de 1970. A questão só foi mencionada com um pouco mais de frequência no I Congresso, mas, ainda assim, timidamente. No 8º Encontro, ocorrido após as movimentações que culminaram no *impeachment* de Fernando Collor de Mello, o PT não chegou a analisar criticamente as reformas de cunho neoliberal que estavam sendo encaminhadas e nem as possibilidades de retomar o arranjo de centro-esquerda possibilitado pelo Governo Itamar Franco, o que era defendido por alguns setores do próprio partido. Ao contrário, apontava que Itamar praticava, “no essencial, a mesma política de Collor”¹⁵⁹. Não podemos deixar de constatar, contudo, que – apesar de Itamar ter assumido as rédeas do governo em um dos momentos mais instáveis da história recente do Brasil, no qual o país escancarava as suas portas para o capital internacional e para a ideologia neoliberal – existem diferenças exorbitantes entre os dois governos.

No 9º Encontro Nacional do PT, realizado em 1994, reiterou-se que o governo Itamar mantinha a mesma linha de Collor e, erroneamente, afirmou-se que a equipe econômica do governo era marcada pelo imobilismo e, por isso, não estava sendo bem sucedida na missão de combater a inflação. Conforme se verá mais adiante, o governo Vitor Buaiz acabou pagando um preço muito caro por esse grave erro de análise do partido. No que diz respeito à questão do neoliberalismo, nesse Encontro foi percebido, mesmo que tardiamente e sem profundidade, que as iniciativas da equipe econômica encabeçada por Fernando Henrique

¹⁵⁷ Por isso chama-se transição inconclusa, pois foi abortada antes de ser consolidada.

¹⁵⁸ Apesar de a Constituição de 1988 imprimir ao Estado brasileiro um semblante de modelo do bem-estar, não podemos afirmar que isso tenha se concretizado, pois as políticas sociais do Estado brasileiro sempre estiveram muito longe de atender as necessidades mínimas da sociedade.

¹⁵⁹ PARTIDO DOS TRABALHADORES. **Resoluções de Encontros e Congressos 1979-1998**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 1998. p. 565.

Cardoso apontavam o ideário neoliberal, pelo menos desde quando o presidente recém-eleito anunciara, em 1994, em pronunciamento no Senado, o fim da *Era Vargas*, que seria deixada para trás, removendo-se o entulho patrimonial, considerado o responsável histórico pelo atraso econômico e político da sociedade brasileira¹⁶⁰.

Nesse momento, o PT passou a fazer oposição decidida ao neoliberalismo, como ficou evidenciado nos casos da luta contra as privatizações, da reforma da previdência, da proposta de flexibilização da legislação trabalhista, da denúncia da dívida externa.

Não obstante, até hoje o partido ainda não formulou um documento com o mínimo de consistência acerca da problemática neoliberal, algo muito grave para um partido de esquerda, que ainda possui raízes na sociedade, embora menos que outrora, e que ainda se coloca, pelo menos no campo do discurso, como uma alternativa à ordem estabelecida. A esse respeito, Perly Cipriano é enfático quando afirma que o PT

[...] precisava ter se associado mais com as universidades e fazer seminários mais profundos, cursos de formação, algo que pudesse fazer parte da cultura do nosso partido; a crítica ao neoliberalismo, eu pessoalmente acho um pouco superficial, apenas contra o que o neoliberalismo apresentava, mas não apresentando de maneira sistemática [...]. Qual é a contraposição que nós fazemos? A contraposição ao neoliberalismo não pode ser apenas dizer o seguinte: fica tudo do jeito que está. E nós, um pouco sem querer, demos um pouco de razão ao neoliberal. Quando o Collor falou que aqueles automóveis nossos eram umas carroças, aquele discurso dele é fraco, mas é real, porque não havia concorrência e ao não haver concorrência, você mantinha aquelas coisas atrasadas; nós tínhamos que ter feito uma outra proposta, uma proposta de crítica ao Estado. Como nós não fizemos? Nós ficamos meio na defensiva, eu acho que durante um período, nós ficamos na corda, porque quem tinha que fazer uma crítica profunda do Estado, tal qual está como alternativa, éramos nós, a esquerda que tinha a obrigação e ela não fez, ela ficou muito na defensiva, ela defendia tudo que está aí, mas tinha muita coisa que estava errada na Petrobrás, na Vale, no Banco do Brasil, na Caixa Econômica, nessas empresas públicas, até hoje tem muita coisa equivocada.

Conforme se verá mais adiante na análise do governo Vitor Buaiz (1995/1998), a irreflexão acerca das mudanças trazidas pela nova ordem, trouxe muitos problemas para o partido. Contribuiu para que faltasse ao PT, traquejo com governos e com bancadas parlamentares cujas plasticidades foram e são, em parte, forjadas pelo novo momento institucional, marcado pelas transformações trazidas pela ideologia neoliberal. Esses são elementos muito importantes na busca de explicações para o prematuro sucesso eleitoral do PT e também para

¹⁶⁰ PARTIDO DOS TRABALHADORES. **Resoluções de Encontros e Congressos 1979-1998**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 1998. p. 602.

os conflitos intrapartidários, a crise do governo Vitor, seguidos do insucesso político-eleitoral no Espírito Santo.

3.3. O apogeu e a queda: a vitória nas urnas, os conflitos internos e o enfraquecimento (1994-1997)

Antes da análise da trajetória político-eleitoral do Partido dos Trabalhadores, no período 1994-1997, é importante que se façam alguns apontamentos, mesmo que sumários, acerca da configuração interna do partido. Tais apontamentos focarão a suas clivagens internas, em especial no Espírito Santo, para que a análise dos conflitos intrapartidários, que se reproduziram no governo Vitor, não fique solta e perca seu fundamento. Essas considerações poderiam ter sido feitas na parte em que falamos da fundação do partido, mas se considerou mais oportuno fazê-las neste item.

Como já exposto no capítulo II, o Partido dos Trabalhadores resultou da aglutinação de diversas forças políticas: quadros oriundos do movimento sindical; da guerrilha armada; dos agrupamentos ligados à Igreja; de intelectuais, além de outros indivíduos, de diversas orientações ideológicas.

Em linhas gerais, logo após as eleições de 1982, passaram a conviver no PT dois grandes blocos: um era a chamada *Articulação dos 113*, que, segundo Perly Cipriano, militante histórico da esquerda e um dos fundadores do PT no Espírito Santo, se tratava de:

[...] um grupo grande de pessoas e dirigentes sindicais, alguns intelectuais, alguns do movimento popular, dizendo o seguinte: nós queremos continuar construindo esse partido e construindo com a visão de massa e de quadros, porque a discussão era essa, se era de massas ou de quadros, então a idéia era a de que mantivesse esse partido, com a mesma vinculação, buscando articulação com os diferentes movimentos sociais. A partir desse momento da definição dos chamados *113*, eu incorporei essa visão, precisava manter o PT nessa visão de construção.¹⁶¹

A *Articulação* tendia para o reformismo e reunia, basicamente, sindicalistas autênticos, cristãos, intelectuais e militantes de esquerda independentes, bem como ex-militantes da esquerda organizada, particularmente da extinta Aliança Libertadora Nacional (ALN) e, a partir de 1987, alguns dissidentes do grupo trotskista *O Trabalho*. Segundo Clovis Bueno de

¹⁶¹ CIPRIANO, Perly. **Desempenho político-eleitoral do Partido dos Trabalhadores, no Espírito Santo, nas eleições de 1982 a 2002**. 2008. Entrevista concedida a Ueber José de Oliveira, Vitória, 25 maio. 2008.

Azevedo (1995, p.79), a “*Articulação* foi criada para barrar o crescimento das tendências vanguardistas (as organizações parapartidárias) e das tendências que viam o PT como uma frente parlamentar, à semelhança do MDB”. Em parte, essa opinião é seguida por Vitor Buaziz, um dos fundadores do PT, e ex-governador do Espírito Santo:

[...] esse grupo político, se caracterizando como *Articulação* em contraposição às tendências mais radicais, mais à esquerda do Partido, que acabou também estabelecendo uma divisão interna no Partido, que foi extremamente maléfica para o PT. Mas por que eles se instalaram ali? Porque não tinham um outro partido e se eles fossem criar partidos separados seria enfraquecido o movimento. Então eles ficaram ali no PT até que uma dessas facções acabou sendo expulsa e formou o PSOL e isso só depois de muitos anos isso aconteceu, depois de muitas brigas internas, que continuaram mesmo depois que o PSOL saiu, mas talvez com menor intensidade¹⁶².

Já o bloco composto pelas *tendências minoritárias*, tendia para uma postura mais radical à esquerda e originou-se a partir das diversas organizações comunistas que, durante o regime militar, estiveram na clandestinidade; de organizações trotskistas; bem como da vertente socialista, de ex-integrantes do Poder Popular e Socialismo (PPS), saído da *Articulação* em 1987, formado, principalmente, por militantes da área da saúde da Zona Leste de São Paulo (AZEVEDO, 1995)¹⁶³.

Diante do grande debate travado no interior do partido e das diferentes concepções teóricas de cada agrupamento, o V Encontro Nacional regulamentou a existência e a formação das tendências. Na resolução, o PT admitiu a divergência de ideologia e afirmou ser um fator importante para a democracia a existência do debate interno, mas também afirmou que era vetado aos agrupamentos defenderem posições diferentes daquelas tomadas pelo conjunto do Partido:

[...] Sendo democrático, o PT admite em seu interior a disputa ampla entre diferentes opiniões [...] O PT, portanto, defende a democracia interna como princípio partidário, ao mesmo tempo em que reitera a necessidade de acatamento obrigatório das deliberações das instâncias partidárias como expressão desse mesmo princípio [...] Em vista do acima exposto, o PT vê como natural a formação, em seu interior, de agrupamentos para defender posições políticas, cujas reuniões, debates e trabalhos tenham caráter transparente ao partido, e cujas atividades estejam voltadas exclusivamente para a vida interna do Partido e que visem o fortalecimento da estrutura partidária em seu conjunto [...] É rigorosamente incompatível com o

¹⁶² BUAIZ, Vitor. **Desempenho político-eleitoral do Partido dos Trabalhadores, no Espírito Santo, nas eleições de 1982 a 2002**. 2008. Entrevista concedida a Ueber José de Oliveira, Vitória, 14 abr. e 19 mai. 2008.

¹⁶³ Para maiores detalhes acerca do mapeamento dos grupos internos do PT, ver AZEVEDO, Clovis Bueno de. **A estrela partida ao meio: ambigüidades do pensamento petista**. São Paulo: Entrelinhas, 1995.

caráter do PT a existência, velada ou ostensiva, de partidos em seu interior, concorrentes do próprio PT¹⁶⁴.

A resolução aponta, portanto, com muita clareza, que as decisões tomadas pelo PT ou votadas em plenárias deveriam ser, obrigatoriamente, acatadas por todas as correntes.

Considerando as constantes mudanças internas sofridas pelo partido ao longo da sua história, podemos considerar que a *Articulação* deteve, durante muito tempo, a hegemonia do Partido em detrimento dos demais agrupamentos. O chamado campo majoritário – a *Articulação*, embora não se assumisse como tal – reunia a maior parte dos fundadores, formando o núcleo duro do partido. Os principais nomes dessa tendência, no plano nacional, eram Lula e José Dirceu. Regionalmente, até meados da década de 1980, compunham a *Articulação* do PT: Vitor Buaiz, Rogério Medeiros, Perly Cipriano, Cláudio Vereza, José Baiôco, Juca Alves, João Carlos Coser, Gilsa Barcelos, dentre outros.

Ainda no final da década de 1980, por ocasião de várias divergências existentes no seu interior, a *Articulação* acabou se dividindo em dois grandes agrupamentos: a *Articulação do A* e a *Articulação do B*, posteriormente denominadas de *Unidade na Luta* e *Opção de Esquerda*, respectivamente. Vitor Buaiz, Juca Alves, Perly Cipriano, Rogério Medeiros, dentre outros, se reuniram na *Unidade na Luta*, enquanto João Carlos Coser, José Baiôco, Cláudio Vereza, Gilsa Barcelos, Iriny Lopes, Magno Pires, e mais alguns se alojaram na *Opção de Esquerda*. Aqueles que não se aproximaram de nenhum dos dois grupos, e nem das *Tendências Minoritárias*, passaram a ser denominados de *Independentes*, o que acabou se tornando uma tendência ainda na década de 1990.

No quadro abaixo, está esquematizado o desenho interno do PT (embora de maneira muito geral e por isso passível de falhas), com as principais tendências do estado e seus principais representantes. Nota-se que as principais tendências nacionais se fizeram representar no PT capixaba, disputando espaços e participando intensamente dos rumos tomados pelo partido no estado. Na nota, podem ser observadas, resumidamente, as tendências que foram majoritárias no decorrer da história do partido.

¹⁶⁴ PARTIDO DOS TRABALHADORES. **Resoluções de Encontros e Congressos 1979-1998**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 1998. p. 356-357.

Tabela 13 - Principais Tendências do Partido dos Trabalhadores e seus principais representantes no Espírito Santo, em meados da década de 1990.

Esquerda ← Centro → Direita					
TENDÊNCIAS MINORITÁRIAS				ARTICULAÇÃO DOS 113	
O Trabalho	Força Socialista (FS)	Democracia Socialista (DS)	Independentes	Articulação de esquerda	Unidade na Luta
Paulo Vinha Luciano Avelar	Brice Bragato Robson Neves (antes de 1995) Lúcio Faller Eliezer Tavares Rita Lima Gilberto A. dos Santos	Otaviano de Carvalho Carlos Lobo Arthur Rangel Viana	Aloísio Kröhling Helder Salomão Pedro Bussinger	Cláudio vereza Irinny Lopes João Carlos Coser José Octávio Baiôco Magno Pires da Silva Silvio Ramos Terezinha Cravo Dudé	Perly Cipriano Vitor Buiaz Rogério Medeiros Robson Neves (a partir de 1995) Tarcisio Vargas Maria José Machado Juca Alves
Tendências minoritárias				Campo Majoritário*	

* O agrupamento que na década de 1980 se reuniu na tendência *Unidade na Luta*, também conhecida como *Articulação do A*, foi majoritária da fundação até o ano de 1997, quando passa a ser majoritária a *Articulação do B*, ou *Articulação de Esquerda*, depois que Iriny Lopes venceu as eleições internas para a Presidência. Na mesma época, nota-se a saída do PT de boa parte dos membros da *Unidade na Luta*, inclusive do Governador Vitor Buiaz, seu principal representante. A partir de 2002, há um novo reordenamento e o Diretório Regional passa a ser ocupado de forma importante pela *Articulação de Esquerda*, pelo grupo dos *Independentes* e também pela *Alternativa Socialista* (AS), tendência recentemente fundada pelo atual Prefeito de Vitória João Carlos Coser por ocasião das divergências com a deputada Iriny Lopes, acerca dos rumos do Partido em compor ou não a coalizão do Governo Paulo Hartung.

Em relação ao PT no Espírito Santo, como já assinalado no capítulo II, os conflitos se deram entre os dois principais grupos, a *Unidade na Luta* (que deteve o controle do Diretório Regional da fundação até 1997) e a *Articulação de Esquerda*, e já foram bastante sintomáticos na eleição e governo de Vitor Buaiz na Prefeitura de Vitória (1989/1992). Os grupos mais à esquerda criticavam constantemente a administração Vitor, especialmente por conta da aproximação com o PSDB. Diante da boa avaliação do governo à frente da Capital Capixaba, os embates foram amenizados, mas voltaram à tona no momento da escolha do sucessor do Prefeito, em 1992, e nas eleições de 1994, ante os acordos firmados pelo candidato Vitor Buaiz ao Governo do Estado. Diante dos riscos e desdobramentos que a vitória do candidato Cabo Camata poderia acarretar, os conflitos foram temporariamente suspensos “em nome do Espírito Santo”, como assinala a expressão cunhada por Jonas Reis (1994, p. 12).

A *Unidade na Luta* manteve a linha da *Articulação dos 113*: possuía um perfil mais moderado e a disposição de articular-se para fora do partido, com outras forças partidárias; enquanto a *Opção de Esquerda*, embora não muito radical, era mais tendenciosa a estabelecer arranjos para dentro do partido, recebendo o apoio de tendências menores, mais à esquerda, como a *Democracia Socialista* (DS/Trotskista) de Otaviano de Carvalho e Carlos Lobo, e a *Força Socialista* (FS/Marxista-Leninista), cuja liderança era da ex-deputada estadual Brice Bragato, que em seu depoimento confirma a aproximação:

Durante a experiência do PT, a gente se aliou com o grupo do Coser [...]. Mas a gente se aliou sempre. Sustentamos as candidaturas de Otaviano para prefeito, de Iriny para prefeito, apoiamos internamente as chapas quando Iriny foi candidata. No Município da Serra nós fizemos alianças, em Vitória a gente sempre trabalhou muito no chamado campo de esquerda junto com o grupo da Iriny e do Coser¹⁶⁵.

Durante a primeira década de existência, tais agrupamentos tiveram um convívio menos tumultuado, nada que extrapolasse as divergências naturais do campo político, especialmente quando se trata do partido que, conforme coloca Perly Cipriano, adotou o embate como um aspecto inerente à sua existência:

[...] a riqueza do PT é exatamente essa, ele viver em tensões, permanentemente e internamente o PT sempre viveu com tensões. Só que o PT teve uma inteligência, teve uma habilidade que os outros partidos não tiveram; é que ao sentir que isso fazia parte da sua vida, ele legalizou a existência das tendências. Portanto, um agrupamento político pode permanecer dentro do PT se reunindo, discutindo,

¹⁶⁵ BRAGATO, Brice. **Desempenho político-eleitoral do Partido dos Trabalhadores, no Espírito Santo, nas eleições de 1982 a 2002**. 2008. Entrevista concedida a Ueber José de Oliveira, Vitória, 28 abril. 2008.

elaborando documento, disputando eleição, sem que com isso ele esteja ferindo as normas partidárias¹⁶⁶.

Apesar do reconhecimento de que o debate interno era o elemento que dava vida ao Partido e da legalização da existência das tendências, com o passar do tempo isso acabou trazendo problemas insolúveis para o PT. Um deles foi preconizado por Moacir Gadotti, um dos mais importantes intelectuais do Partido, que, ao se referir às administrações petistas nas Prefeituras entre o final dos anos 1980 e início dos 90, sugeriu que o “PT arriscava-se a terminar sem ter clareza de onde quer chegar, porque não resolveu o problema da convivência de suas tendências internas” (GADOTTI, 1992, p. 70-71).

A partir do momento em que o partido passou a obter êxitos eleitorais e a compor governos, simultaneamente, o campo majoritário passou a imprimir mudanças no partido que, embora necessárias para o próprio êxito nas urnas, não se deram de forma consensual, e os conflitos internos entre concepções político-ideológicas completamente díspares passaram a se avolumar.

A grande virada se deu no I Congresso Nacional, ocorrido entre 27 de novembro e 1º de dezembro de 1991, realizado no bojo da fragmentação do bloco soviético e no momento em que estava em pleno curso a implantação do programa neoliberal de reformas econômicas sociais e políticas, comandada pelo Presidente Fernando Collor de Mello. O Congresso representou a grande mudança do perfil ideológico do PT, como atesta Brice Bragatto, uma das militantes históricas do Partido no Espírito Santo, e partícipe do tal Congresso, quando argumenta que nele

[...] começaram a aparecer as teses de renúncia dos princípios fundantes do PT. Claro que teve muito debate, mas o que mais me vem à memória, que acho que é simbólico da virada que o PT começava a dar foi o embate em que tinha a tese que defendia o direito de auto defesa dos trabalhadores, na hora da guerra você pode se armar para se defender e Genuíno fazia a defesa da retirada daquele texto do documento original e era assim... isso pra mim é muito simbólico, quando eu penso na virada eu penso sempre nos episódios desse Congresso. Então foi a partir daí que o PT foi perdendo o vigor [...]¹⁶⁷.

¹⁶⁶ CIPRIANO, Perly. **Desempenho político-eleitoral do Partido dos Trabalhadores, no Espírito Santo, nas eleições de 1982 a 2002**. 2008. Entrevista concedida a Ueber José de Oliveira, Vitória, 25 maio. 2008.

¹⁶⁷ BRAGATO, Brice. **Desempenho político-eleitoral do Partido dos Trabalhadores, no Espírito Santo, nas eleições de 1982 a 2002**. 2008. Entrevista concedida a Ueber José de Oliveira, Vitória, 29 abr. 2008.

Nesse I Congresso, o PT se assumiu como um partido eleitoreiro, inserindo-se na institucionalidade democrática vigente, retirando de seu programa uma série de aspectos, jargões e posicionamentos que o tornavam sectário e isolado do centro do espectro político:

Até 1987, a disputa pela hegemonia era colocada, basicamente, como uma política de acúmulo de forças, a partir da avaliação de que não estava na ordem do dia a tomada do poder ou uma crise revolucionária. Depois de 1989, a disputa pela hegemonia passa, necessariamente, a incluir a disputa pelo governo federal em 1994, a gestão das administrações municipais, a luta pela democratização do Estado e por reformas sociais.¹⁶⁸

O Congresso também reconhecia o problema da democracia representativa e do governo de coalizão. Diante da fragmentação das bandeiras e dos interesses da sociedade, o PT refletiu acerca da política de alianças:

[...] a política de alianças desenvolvida pelo PT a partir de 1987 não só precisa ter continuidade, mas, inclusive, deve ser radicalizada, principalmente frente a ofensiva neoliberal [...]. Toda a experiência nos governos municipais, no Parlamento, e mesmo nos movimentos sociais aponta para a necessidade de uma ampla política de alianças, destinada a enfrentar a nova realidade internacional e o bloco político que sustenta a onda neoliberal no Brasil. [...] Diante desta nova época, diante das novas tarefas que esta época propõe ao Partido dos Trabalhadores, faz-se necessário repensar e alterar [...] os mecanismos e a maneira pela qual o PT se relaciona com a sociedade brasileira, com os movimentos sociais, com os outros partidos, com os trabalhadores e com o povo¹⁶⁹.

Além disso, o partido também reconhecia a necessidade de buscar novas formas e mecanismos de comunicação, que passaram a ser vistos, pelo partido, como algo além de instrumento de organização, como sinônimo de poder¹⁷⁰. Por isso, o PT deveria “consolidar seus próprios meios, como a produção de vídeos, a compra de espaços em rádios, a participação e eventual produção de programas de televisão, o uso da TV executiva, etc. [...]”¹⁷¹. As mudanças também se expressaram na questão da formação política, que deveria, segundo a resolução, ser “estimuladora do exercício crítico, superando o dogmatismo e a retransmissão de verdades prontas”¹⁷².

¹⁶⁸ PARTIDO DOS TRABALHADORES. **Resoluções de Encontros e Congressos 1979-1998**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 1998, p.505.

¹⁶⁹ PARTIDO DOS TRABALHADORES. **Resoluções de Encontros e Congressos 1979-1998**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 1998, p.511-517.

¹⁷⁰ PARTIDO DOS TRABALHADORES. **Resoluções de Encontros e Congressos 1979-1998**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 1998, p. 518.

¹⁷¹ PARTIDO DOS TRABALHADORES. **Resoluções de Encontros e Congressos 1979-1998**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 1998, p.526.

¹⁷² PARTIDO DOS TRABALHADORES. **Resoluções de Encontros e Congressos 1979-1998**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 1998, p.527.

Para o I Congresso, o PT passou a estar comprometido com a construção de uma nova ordem econômica, política, jurídica e ecológica, que tivesse como pano de fundo a democratização do poder. Nesse aspecto, categoricamente, o I Congresso apontou para a idéia de que o poder se constrói, e não apenas se toma. O partido mudou a linguagem, no que diz respeito às transformações sociais: passou a utilizar, de forma muito corrente, o termo *reformas*. Essas seriam levadas a cabo por um governo democrático e popular conduzido ao poder pela maioria eleitoral, legitimando, portanto, as eleições e o jogo eleitoral¹⁷³.

O que se nota, como fruto desse momento de crise das esquerdas, é que houve uma tendência mundial ao centrismo. Inúmeros partidos em todo o mundo fizeram uma conversão rumo ao centro do espectro-político. Como consequência da crise do Leste Europeu, o revisionismo do marxismo veio à tona com muita força e influenciou mundialmente os partidos de esquerda e o PT segue essa tendência.

Assim, a convivência, numa mesma agremiação, desses vários agrupamentos políticos embasados e oriundos de matrizes teóricas tão diferenciadas, passou a se mostrar impraticável com o tempo. Marcante, nesse sentido, é o depoimento de Brice Bragato, quando questionada sobre as mudanças ocorridas no PT e a situação do agrupamento do qual fazia parte como principal liderança:

[...] eu faço parte de um grupo de esquerda desde antes da existência do PT. A esquerda, nesse período, dos primeiros dez anos da existência do PT, no caso o nosso grupo, que era o MEP, depois virou MCR, depois virou Força Socialista, uma tendência interna ao PT, nós deixamos de ser uma organização pra ser uma tendência em função de que o PT cumpria, naquele momento, todas as tarefas que os revolucionários, que antes se organizavam em pequenas organizações de vanguarda para tentar cumprir. Então foi um momento auge do PT, de enraizamento, de radicalidade, de rigor nas filiações, de democracia interna, de pluralidade, de [...] criterioso nas alianças políticas¹⁷⁴.

Nota-se claramente, no fragmento acima, que a existência de um regulamento, no que tange às tendências, não foi capaz de evitar que se formassem partidos dentro do partido. Enquanto o conjunto do PT não se contrapôs aos pressupostos ideológicos das tendências minoritárias, houve certa concordância, um relativo silêncio por parte delas. No exemplo específico da *Força Socialista*, com base na fala de uma de suas principais lideranças no estado, isso fica

¹⁷³ PARTIDO DOS TRABALHADORES. **Resoluções de Encontros e Congressos 1979-1998**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 1998, p.479-542.

¹⁷⁴ BRAGATO, Brice. **Desempenho político-eleitoral do Partido dos Trabalhadores, no Espírito Santo, nas eleições de 1982 a 2002**. 2008. Entrevista concedida a Ueber José de Oliveira, Vitória, 29 abr. 2008.

muito evidente, e seria perfeitamente possível transferir para outros agrupamentos esse mesmo raciocínio.

Em 1993, a esquerda do PT venceu as eleições para a direção do Diretório Nacional. Foi a primeira vez, desde a fundação da *Articulação dos 113*, considerando a *Unidade na Luta* e a *Articulação do B*, que a esquerda comandaria o partido. Mesmo que a nova orientação partidária tenha inibido o avanço na política de alianças e tenha mantido, durante as eleições de 1994, um discurso restritivo, não conseguiu frear o processo de transformação que já vinha ocorrendo. Aliás, foi um momento de grande crise interna e reavaliação das práticas políticas do Partido. Em 1995, no X Encontro, a *Unidade na Luta* retomou a direção do partido, passou a contar com uma nova tendência, a *Democracia Radical*, e cristalizou-se como campo majoritário, não perdendo mais o controle do PT.

O momento acima descrito, em que a esquerda tomou o controle, era pré-eleitoral e foi nele que ocorreu um episódio que demonstrou os conflitos internos do Partido dos Trabalhadores: referimo-nos a circunstâncias da formulação do programa de governo do candidato Lula em 1994. Pertencente a uma tendência mais a direita do partido, Lula decidiu reagir contra alguns pontos e colocou membros do seu agrupamento político, a *Unidade na Luta* (Aloízio Mercadante e Marco Aurélio Garcia), para fazer as mudanças que julgava indispensáveis no texto que havia sido elaborado pelo Diretório Nacional do PT.

Lula não aceitava, por exemplo, que a moratória fosse incluída no programa de governo que seria apresentado no pleito de 1994, nem sequer como uma possibilidade. Via a moratória como uma medida unilateral e defendia uma renegociação política com os governos dos países credores. Admitir o princípio do calote em documento oficial do partido não facilitaria em nada a credibilidade do candidato e de seu programa de governo, afirmava a *Unidade na Luta*. Outra restrição feita pelo candidato Lula dizia respeito à inclusão do termo socialismo, por achar que um programa não poderia ser estritamente partidário, pois isso, na prática, dificultaria a composição de alianças¹⁷⁵.

¹⁷⁵ LULA rejeita programa elaborado pelo PT. *Jornal do Brasil*, p. 42, 10 fev. 1994; LULA e radicais estudam acordo para tirar moratória do programa. *Folha de São Paulo*, p.15, 12 dez. 1994.

Apesar das mudanças impressas no seu programa, Lula perdeu a eleição para Fernando Henrique, que foi uma alternativa construída pelo bloco governista, através da aliança PSDB-PFL, tendo como carro-chefe de campanha o Plano Real que, segundo Almeida (2002, p.97),

[...] foi o grande cabo eleitoral de FHC. Pode-se dizer que o Plano Real elegeu FHC. Mas FHC também elegeu o Plano Real. Isso porque, apesar do claro cronograma eleitoral em que foi implementado, o Plano Real não era apenas eleitoreiro. Era um plano, a um só tempo, econômico, eleitoral e político no sentido amplo, pois significava, para além da vitória eleitoral e do combate a inflação, a implementação radical das políticas neoliberais, inspiradas pelo Consenso de Washington. Políticas que, desenvolvidas em processo convergente e simbiótico com a revolução tecnocientífica em curso e a globalização imperialista, obtiveram o consenso do bloco de poder em termos nacionais e internacionais, consolidando a soberania do capital financeiro e quebrando a soberania nacional dos países da periferia do sistema capitalista, como aqueles da América Latina.

É fato que o Plano Real acabou se tornando o principal meio de reforço da hegemonia do grande capital. Mas não se pode negar que também representou, para a sociedade brasileira, a possibilidade de melhoria nas condições de vida, após mais de 20 anos de constante instabilidade econômica¹⁷⁶. Por isso, acabou se tornando o principal elemento da estratégia de marketing político-eleitoral de Fernando Henrique Cardoso. O candidato tucano acabou vencendo ainda no primeiro turno com uma boa vantagem sobre Lula, conforme se pode ver na tabela abaixo.

Tabela 14 - Votação dos candidatos a Presidente no ES e no Brasil – 1994.

Candidato	Partido	ES		Brasil	
		Nº	% válidos	Nº	% válidos
Fernando Henrique Cardoso	PSDB	714.958	60,03	34.350.217	54,27
Luiz Ignácio Lula da Silva	PT	331.798	27,86	17.112.255	27,03
Enéas Ferreira Carneiro	PRONA	79.532	6,67	4.670.894	7,38
Orestes Quércia	PMDB	31.403	2,63	2.771.788	4,37
Esperidião Amin H. Filho	PPB	13.485	1,13	1.739.458	2,74
Leonel de Moura Brizola	PDT	11.388	0,95	2.015.284	3,1
Carlos Antonio Gomes	PRN	4.850	0,40	387.611	0,61
Hernani Goulart Fortuna	PSC	3.408	0,28	238.126	0,37
Total de Votos Apurados	-	1.415.810	-		-
Total de Votos Válidos	-	1.190.822	100	63.285.633	-
Votos em branco	-	113.816	-		-
Votos nulos	-	111.172	-		-

Fonte: TSE/TRE-ES.

¹⁷⁶ Os índices de inflação do Brasil até o Plano Real sempre foram exorbitantes: o Governo Figueiredo (1979/1985) tomou posse com índices inflacionários a 100% ao ano. No início do Governo Sarney, a inflação já estava num patamar de 220% e no final atingiu o maior nível – 1320% ao ano (ALMEIDA, 2002).

3.3.1. O PT e as eleições de 1994 no Espírito Santo

No início da década de 1994, o Espírito Santo era o retrato da crise brasileira. Com altíssimo índice de endividamento, o estado passava por séria crise financeira, com atrasos de até três meses na folha de pagamento, fato que causava constantes greves dos servidores públicos, e a permanência de problemas crônicos que levavam à quase falência os sistemas de saúde e educação¹⁷⁷. Tudo isso era agravado pela crise na área da segurança pública, algo que apareceu, inclusive, como um dos panos de fundo dos debates que marcaram o processo de sucessão do governo estadual.

No aspecto político-partidário, diante da altíssima fragmentação partidária já discutida, dificilmente apenas um partido, sem a formulação de um arco de alianças, seria capaz de vencer um pleito ou compor maioria na casa legislativa. Nesse sentido, a lógica de disputa eleitoral passou a se concentrar muito mais nas coligações, em detrimento das agremiações partidárias. Assim, uma das questões que chamam a atenção na análise que segue é a verdadeira corrida dos partidos e candidatos por alianças, algo, como já dito, imprescindível para o sucesso eleitoral.

Nas eleições estaduais de 1994¹⁷⁸, no Espírito Santo, foi imensa a dificuldade de os partidos definirem seus candidatos. A menos de uma semana do prazo final de registro no TRE com vistas às eleições de outubro, o quadro estava ainda totalmente incerto¹⁷⁹, com exceção de duas candidaturas. Uma era a do PT, que logo fechou questão em torno do nome de Vitor Buaid, ao qual se uniram o PSB, PC do B e PCB, formando sem grandes problemas a Frente Unidade Popular pela Cidadania. A única dificuldade foi a definição do candidato a vice, pois o PSB indicou o empresário Deividson Ribeiro, do Município de Serra, que não agradava a petistas e muito menos a comunistas, por não ser considerado denso nas urnas. Os nomes de maior aceitação eram: o deputado estadual Renato Casagrande ou o ex-secretário da justiça e cidadania Renato Soares¹⁸⁰. Esse dilema foi resolvido com a escolha de Renato Casagrande, com uma forte influência nacional do senador José Paulo Bisol, importante dirigente nacional

¹⁷⁷ ESPÍRITO Santo em dados. *Revista Instituto Jones dos Santos Neves*, Vitória, Ano VII – Nº 01 – p. 05 – 08, dez. 1994.

¹⁷⁸ Além de eleições para governadores em 1994 seriam escolhidos também o Presidente da República, senadores, deputados federais e deputados estaduais.

¹⁷⁹ PARTIDOS se articulam, mas não definem candidatos. *A Gazeta*, p. 02, 05 jun. 1994.

¹⁸⁰ DIVERGÊNCIAS prejudicam alianças. *A Gazeta*, p. 02, 05 jun. 1994.

do PSB¹⁸¹ que, no momento ainda candidato a vice-presidente na chapa encabeçada por Lula¹⁸².

A outra candidatura que foi definida sem grandes problemas foi a do ex-governador Max Freitas Mauro, principalmente depois que o senador Gerson Camata¹⁸³, seu grande desafeto, desistiu da disputa. Mauro se lançou pelo nanico PMN em aliança com PL, PPS, PRP e PSC, formando a Coligação Resistência Democrática.

Dentre aqueles que tinham dificuldade para apontar candidato à sucessão, estava o próprio grupo governista, capitaneado pelo governador Albuíno Azeredo. O Palácio Anchieta oscilava entre três possibilidades: a primeira seria o ex-prefeito de Cachoeiro de Itapemirim Theodorico Ferraço (PTB); a segunda seria José Eugênio Vieira (PMDB), que havia ocupado várias pastas em diversos governos, e por fim, poderia apostar as fichas em Enivaldo dos Anjos (PDT), que havia sido prefeito de Barra de São Francisco.

No mês de junho, numa reunião ocorrida na residência oficial da Praia da Costa, em que estavam presentes lideranças do PFL, PSDB, PDT e PL¹⁸⁴, foi confirmada a candidatura de Enivaldo ao governo, apesar de se reconhecer as dificuldades em aglutinar forças em torno de seu nome¹⁸⁵. O Governador contava, ainda, consolidar um acordo com o PMDB e/ou PSDB, de onde se esperava sair o vice¹⁸⁶. Mas a candidatura de Enivaldo não decolou, passando o candidato, a partir de então, a sofrer pressões para renunciar. Além disso, surgiram inúmeros conflitos entre o pré-candidato, o governador Albuíno Azeredo e Theodorico Ferraço, desfazendo a aparente coesão governista¹⁸⁷. Ao final, Enivaldo disputaria uma vaga na Assembléia Legislativa e a *situação* acabou não lançando nenhuma candidatura.

¹⁸¹ BISOL deverá decidir o vice de Vitor. *A Gazeta*, p. 02, 05 jun. 1994; PT chega a acordo com PSB. *A Gazeta*, p. 02, 05 jun. 1994.

¹⁸² Denúncias contra José Paulo Bisol culminaram na sua substituição pelo Deputado e Economista Aloísio Mercadante na chapa de Lula.

¹⁸³ O Jornalista Jonas Reis, em seu livro *Em Nome do Espírito Santo (1994)*, relata que, se o Senador Gerson Camata tivesse aceitado concorrer ao governo do Estado, Max desistiria da disputa.

¹⁸⁴ Estavam presentes, dentre outros: o Prefeito de Cachoeiro de Itapemirim, José Tasso (PFL), os petebistas Theodorico e Ricardo Ferraço, Gilson Gomes, Etevalda Grassi, o Prefeito de Santa Maria de Jetibá Edson Berger (PL), os Deputados Luiz Timóteo (PSDB), Umberto Messias (PDT), além de Stélio Dias, Luiz Buaiz e o próprio Enivaldo dos Anjos, e ainda outros seis deputados do PFL.

¹⁸⁵ BANCADA do PFL recua e dá apoio a Enivaldo. *A Gazeta*, p. 03, 02 jun. 1994.

¹⁸⁶ EXIGÊNCIAS. *A Gazeta*, p. 03, 02 jun. 1994.

¹⁸⁷ FERRAÇO anuncia rompimento político com Albuíno. *A Gazeta*, p. 02, 24 jun. 1994.

Para peemedebistas e tucanos, o quadro sucessório de 1994 estava, inicialmente, amarrado à decisão do Senador e ex-governador Gerson Camata em candidatar-se ao governo do estado. Uma pesquisa feita pelo Instituto *Análise*, em 1993, indicava que o Senador era o franco favorito. Dessa forma, a definição de alianças, de acordos e, claro, a decisão de quem se lançaria na disputa, dependia do peso eleitoral de Camata (REIS, 1994).

O mesmo favoritismo apareceu em outra pesquisa realizada em junho do mesmo ano pelo *Instituto Futura*, encomendada pela Rede Gazeta de Comunicações. Nela, Gerson Camata também aparecia como o preferido da maioria. A mesma pesquisa situava muito bem o ex-prefeito de Vitória Vitor Buaiz (PT), que era prejudicado pelas dificuldades de penetração no interior, traço característico dos candidatos do PT nesse momento, uma vez que o partido era de origem especialmente urbana.

Diante da recusa oficial do senador Camata em disputar a sucessão, no mês de maio, a definição do quadro eleitoral ficava presa ao PMDB, de cujas movimentações os demais partidos pareciam depender. Como maior agremiação partidária do estado, e sendo um partido eminentemente de centro, o PMDB parecia confirmar o papel de fiel da balança do jogo político, característica comum de agremiações dessa natureza (BOBBIO, 1995). Mas passava por dificuldades, contribuindo para gerar um cenário ainda mais obscuro.

O problema é que os rumos que o PMDB poderia tomar eram totalmente incertos até as vésperas do início da disputa. Isso por que era, no momento, um partido marcado pelas clivagens internas, sobre que não conseguia alcançar um consenso. Para ser mais específico, o PMDB do Espírito Santo entrava numa das maiores crises de sua história, evidenciada pela queda de rendimento nas urnas nos últimos pleitos, e também pela total falta de coesão intrapartidária, sobretudo em momentos importantes como o de definir aqueles que disputariam as eleições. Isso porque não havia nenhum elemento capaz de dar unidade ao partido (como fora, por exemplo, a bandeira da democratização durante a abertura política).

Diante da recusa do Senador Camata, a cúpula do PMDB federal e lideranças peemedebistas do estado passaram a investir na Deputada Rita Camata¹⁸⁸. Emissários do candidato do partido à presidência da República, Orestes Quércia, que não abria mão de candidaturas

¹⁸⁸ MAIORIA quer Rita Camata. *A Gazeta*, p. 02, 04 jun. 1994.

próprias nos estados para garantir palanque, tentaram persuadir a Deputada, que recusou o convite, alegando não haver tempo hábil para formular propostas, pois, segundo ela, “nada havia sido discutido com antecedência”¹⁸⁹. Apesar disso, a Deputada se comprometeu a buscar um nome que tivesse condições de vencer o pleito. Dessa forma, indicou o então Deputado Federal e Presidente do PMDB regional, Roberto Valadão e, caso este recusasse, também sinalizou para uma outra possibilidade: o lançamento da candidatura do empresário do ramo de transportes, Camilo Cola¹⁹⁰. Outro nome também cogitado, mas por sugestão de Jório de Barros, foi Sérgio Ceotto, ex-secretário de Transportes e da Casa Civil dos governos Camata (1983/1985) e Max (1987/1990), respectivamente¹⁹¹. Os três, logo que assediados, descartaram a possibilidade de disputar o governo¹⁹².

Segundo o peemedebista Sérgio Ceotto, em declaração à imprensa na época, o PMDB (e podemos utilizar o mesmo raciocínio para alguns outros partidos, dentre eles, o PSDB) não havia se preparado para a possibilidade de Gerson Camata não disputar o governo estadual¹⁹³. Com a desistência de Camata¹⁹⁴, visto naquele momento como um ponto de equilíbrio do partido e o elemento que poderia unificá-lo, o PMDB passou a ter muitas dificuldades e ficou dividido em duas grandes tendências. Por um lado, alguns defendiam uma outra candidatura própria, que, apesar de ser o ponto de maior convergência, seria o caminho mais complicado em vista da inexistência de um nome à altura ou pelo menos com densidade eleitoral próxima à de Camata. Inicialmente, esse caminho também agradava a petistas e pedetistas, pois pulverizaria ainda mais os votos, colocando todos os candidatos em maior igualdade de condições. Por outro lado, alguns agrupamentos passaram a achar a coligação a melhor alternativa. Nesse aspecto, amplas eram as possibilidades e vastas eram também as divergências sobre qual rumo tomar. Setores do PMDB, a exemplo do Presidente Regional Roberto Valadão, defendiam uma aliança com a ex-liderança peemedebista, ex-governador

¹⁸⁹ QUÉRCIA quer Rita Camata candidata ao governo. *A Gazeta*, p. 06, 02 jun. 1994.

¹⁹⁰ INDEFINIÇÃO no PMDB atrasa processo sucessório. *A Gazeta*, p. 02, 04 jun. 1994. QUÉRCIA quer Rita Camata candidata ao governo. *A Gazeta*, p. 06, 02 jun. 1994.

¹⁹¹ QUÉRCIA quer Rita Camata candidata ao governo. *A Gazeta*, p. 06, 02 jun. 1994.

¹⁹² MAIORIA quer Rita Camata. *A Gazeta*, p. 02, 04 jun. 1994; LIDERANÇAS sondam Rita, Camilo e Sérgio Ceotto. *A Gazeta*, p. 02, 04 jun. 1994.

¹⁹³ INDEFINIÇÃO no PMDB atrasa processo sucessório. *A Gazeta*, p. 02, 04 jun. 1994.

¹⁹⁴ Segundo Rogério Medeiros, em entrevista concedida a este pesquisador, o Senador Camata havia encomendado uma pesquisa ao *Instituto Futura*, na pessoa do economista Orlando Caliman, em que se demonstrava que o Espírito Santo, naquele momento, era um estado inviável. Por esse motivo, não se lançou como candidato ao governo.

(1987/1990), e agora candidato pelo PMN Max Freitas Mauro, que ofereceu a vice-governadoria, e mais a coordenação da campanha e da coligação¹⁹⁵.

Outro agrupamento do partido advogava uma coligação com o PSDB, na qual os tucanos também ofereciam a vaga de candidato a vice-governador na chapa encabeçada pela Deputada Rose de Freitas, além de alianças na chapa proporcional. Existia ainda uma outra possibilidade que era vista de forma inusitada: a aliança proposta pelo Partido Social Democrático (PSD) do Deputado Estadual, ex-Presidente da Associação de Cabos e Soldados da Polícia Militar do Espírito Santo e ex-tucano, Dejair Camata¹⁹⁶, que inicialmente aparecia como azarão, mas, diante do quadro confuso que se instaurara, acabou se tornando uma surpresa, conforme se verá adiante¹⁹⁷.

Os debates internos do PMDB acabaram não levando a lugar algum, pois os agrupamentos acabaram não se entendendo e o partido rejeitou todas as coligações que foram propostas e também não lançou candidato próprio. De quebra, a executiva regional liberou as bases para apoiarem qualquer candidato, fato que levou o partido a se dividir ainda mais¹⁹⁸. O resultado disso nas urnas foi traumático¹⁹⁹.

Diante dessa total indecisão, um grupo do PMDB acabou anunciando apoio ao candidato do PT, Vitor Buaiz. O acordo, que foi selado no gabinete do então Prefeito de Vila Velha, Vasco Alves (PMDB), contou com a presença de importantes lideranças peemedebistas, como Hércules da Silveira, Paulo Galvão, Sergio Ceotto, Rita Camata, Nelson Aguiar e Antônio Caldas; pelo PT, estavam presentes: Vitor Buaiz, Magno Pires, Rogério Medeiros e Aloísio Krohling²⁰⁰.

O PSDB também passou por dificuldades semelhantes. Apesar de seu pouco tempo de existência, já era, nesse momento, uma das principais forças partidárias do Estado e do país,

¹⁹⁵ INDEFINIÇÃO no PMDB atrasa processo sucessório. *A Gazeta*, p. 02, 04 jun. 1994.

¹⁹⁶ INDEFINIÇÃO no PMDB atrasa processo sucessório. *A Gazeta*, p. 02, 04 jun. 1994.

¹⁹⁷ PARTIDOS se articulam mas não definem candidatos: Laranjas. *A Gazeta*, p. 02, 05 jun. 1994.

¹⁹⁸ DEFINIÇÃO de alianças provoca repercussão. *A Gazeta*, p. 02, 14 jun. 1994; DISPERSÃO. *A Gazeta*, p. 02, 19 jun. 1994.

¹⁹⁹ PMDB rejeita coligação e não disputará sucessão. *A Gazeta*, p. 03, 11 jun. 1994.

²⁰⁰ FACÇÃO do PMDB formaliza apoio a Vitor. *A Gazeta*, p. 02, 26 jun. 1994; MAX critica decisão de peemedebistas. *A Gazeta*, p. 02, 05 jun. 1994. PEEMEDEBISTAS analisam Vitor. *A Gazeta*, p. 03, 21 jun. 1994. RITA admite apoio a Vitor. *A Gazeta*, p. 02, 14 jun. 1994. VITOR garante apoio de peemedebista. *A Gazeta*, p. 03, 16 jun. 1994.

ajudado, em especial, pelo advento do Plano Real. Mas, assim como ocorreu com o PMDB, problemas de divisões internas também se abateram fortemente sobre os tucanos. Como já relatado, a opinião majoritária do partido era o apoio a Gerson Camata. Entretanto, com a recusa do Senador em concorrer, o PSDB também não conseguiu fechar questão em torno de um caminho a trilhar.

Em convenção bastante questionada, realizada no início do mês de junho de 1994 no Parque de Exposição de Carapina, foi lançada a candidatura da deputada federal Rose de Freitas ao governo do estado. Mas essa decisão não foi consensual no partido. Após o encontro, além do grupo da candidata Rose, os tucanos se dividiram em pelo menos outros dois agrupamentos: o então prefeito de Vitória, Paulo Hartung e seus correligionários, que não compareceram à Convenção, eram contrários à candidatura própria, pois acreditavam que o partido não havia se preparado para essa disputa e defendiam uma coligação com o candidato da Frente Popular pela cidadania, Vitor Buaiz²⁰¹. Aliás, como já apresentado no capítulo anterior, essa espécie de acordo, mesmo que tácito, entre o grupo de Vitor e o de Paulo Hartung, ao que parece, seguiu certa coerência de apoio recíproco desde a eleição de Vitor na Prefeitura de Vitória em 1988²⁰².

Outro agrupamento que era contrário à candidatura Rose, embora não apontasse alternativas, era aquele capitaneado pelo deputado Lézio Satler. Ele afirmava que a decisão de lançar o nome de Rose não havia sido resultante de discussões no partido. Lézio chegou a afirmar que a deputada Rose desgastava o PSDB²⁰³.

A candidata Rose (PSDB) retrucou a posição do grupo do prefeito Paulo Hartung, afirmando que o momento para discutir era a convenção do partido. Como Hartung não havia comparecido, deveria democraticamente, segundo a deputada, “acatar o que fora decidido pelos convencionais, da mesma forma como ocorrera no âmbito da escolha do candidato tucano que concorreria para prefeito de Vitória em 1992”²⁰⁴.

²⁰¹ HARTUNG quer apoio a Vitor. *A Gazeta*, p. 02, 03 jun. 1994.

²⁰² A aliança entre os grupos de Vitor Buaiz e Paulo Hartung foi firmada, primeiramente, em 1988, nas eleições municipais, parceria que se repetiu em 1992, quando Vitor apoiou informalmente Hartung para Prefeito de Vitória, deixando de lado o próprio candidato petista que havia vencido às prévias – no caso, João Carlos Coser. Em 1994, portanto, seria até natural o apoio do Prefeito de Vitória a Vitor na campanha para governador.

²⁰³ DEPUTADO contesta candidatura de Rose. *A Gazeta*, p. 02, 03 jun. 1994.

²⁰⁴ CANDIDATA lembra compromisso. *A Gazeta*, p. 02, 03 jun. 1994.

Quanto às coligações, o PSDB não conseguiu avançar, apesar de diversas tentativas. Depois de rejeitados pelo PMDB, grande esperança da candidata Rose, os tucanos entraram em certo desconforto em disputar um pleito sem parceiros, principalmente quando se tratava de um sistema político fragmentado como o do Espírito Santo. Assim que os peemedebistas anunciaram sua decisão de não se unirem a ninguém, os peessedebistas passaram a buscar contatos com o PTB de Theodorico Ferração. Mas não obtiveram êxito, uma vez que os petebistas já haviam fechado com o PDT em torno de Enivaldo dos Anjos, que nessa altura ainda não havia desistido da disputa. Diante disso, o diretório iniciou conversas com o candidato Max Mauro (PMN), mas isso irritou grandemente o grupo de Rose de Freitas, que em resposta foi acusada pelo então Secretário Geral do PSDB, Lelo Coimbra, de estar levando “o partido à dissidência e, conseqüentemente, para o suicídio”²⁰⁵. Essas conversas desagradavam também um outro tucano: o ex-prefeito de Vila Velha, Jorge Anders, um dos grandes rivais políticos de Mauro no Município de Vila Velha. O PSDB tentou ainda, sem sucesso, uma aliança com o PPS, que optou por compor a Coligação Resistência Democrática do candidato Max Mauro.

Diante desse total fracasso na tentativa de buscar aliados, ou em apoiar em consenso um candidato, acabou sendo mantida a candidatura de Rose, que partiu para a disputa hostilizada pelo diretório regional de seu próprio partido, com apoio parcial do PSDB federal e sem nenhum apoio extrapartidário. Esse cenário alimentava rumores de que a deputada poderia recuar e optar por uma disputa para Senado. Entretanto, a candidatura acabou se mantendo e Rose de Freitas acabou passando por muitos constrangimentos no decorrer do pleito. O maior deles foi o episódio da visita do candidato tucano à Presidência da República Fernando Henrique Cardoso ao Espírito Santo, ocorrida no contexto da estratégia de reverter o quadro sucessório no único Estado em que o PT poderia vencer ainda em 1º turno. Ao passar por Serra, governada neste momento pelo Prefeito João Batista Motta (PSDB), FHC pediu votos para Rose de Freitas. Já em Vila Velha, Fernando Henrique subiu no palanque de Max Mauro. O problema está no fato de que a visita de FHC foi decorrente de um pedido de Rose e, para que fosse atendida nessa reivindicação, teve que aceitar o apoio do candidato de seu partido a um rival. Esse fato foi, sem dúvida alguma, muito constrangedor para a candidata. O raciocínio do PSDB nacional era de que se os dois, Max e Rose, subissem alguns pontos na preferência do eleitorado, seria suficiente para levar a disputa para o segundo turno²⁰⁶.

²⁰⁵ PSDB lança Rose e entra só na disputa. *A Gazeta*, p. 03, 11 jun. 1994.

²⁰⁶ FHC vem para tentar reverter sucessão no Estado. *A Gazeta*, p. 02, 22 set. 1994.

Quando as articulações em torno das candidaturas entraram na reta final, desconsiderando os *laranjas*²⁰⁷, havia quatro postulantes confirmados na disputa: o candidato da Frente Popular pela Cidadania, Vitor Buaiz (PT/PSB/PC do B/PCB); Max Freitas Mauro, pela Coligação Resistência Democrática (PMN, PL, PPS, PRP, PSC); Rosilda de Freitas pelo PSDB; e, por último, havia Cabo Camata, concorrendo pela Coligação União Social Trabalhista (PSD, PT do B, PRN, PTBR).

Diante do cenário descrito até aqui, podemos perceber que o quadro político capixaba sofreu algumas alterações em relação ao panorama traçado no capítulo anterior. No caso do PMDB, o maior partido político do Estado, além de não ter conseguido lançar candidato forte ao governo, nem fazer coligações, ele pulverizou ainda mais suas bases, ao liberá-las para apoiar candidatos de outros partidos que fossem de suas preferências. Com isso, o PMDB deu continuidade ao processo de divisão e enfraquecimento político-eleitoral iniciado no final da década de 1980. Dois de seus principais líderes, o casal Rita e Gerson Camata, ficaram numa situação complicada com o desenrolar do processo: como adversários políticos de Max e de Albuíno, a única aliança que se tornou viável seria com o PT de Vitor Buaiz. Entretanto, isso não soava bem internamente, junto a alguns quadros do PMDB, e as repercussões em torno do apoio de Rita a Vitor se fizeram sentir logo que se anunciou a decisão²⁰⁸. Houve muitas reações negativas de seus aliados.

O Senador Camata, campeão de votos em quase todas as eleições que disputou, dessa vez perdeu um pouco de prestígio, diante da decepção que causou em seus aliados ao desistir da candidatura ao governo. É importante que se diga que o Senador, em quase todas as eleições desde 1986 apareceu como pré-candidato. Mas as fontes consultadas durante a consecução

²⁰⁷ PARTIDOS registram vários laranjas. *A Gazeta*, p. 02, 11 jun. 1994. É importante registrar que chegando ao término da data limite de registro dos concorrentes, não havia ainda um quadro totalmente definitivo. Assim, as agremiações partidárias encontraram um artifício para burlar os prazos estabelecidos pelo TRE. Trata-se das candidaturas *laranjas*. Ou seja, registrava-se qualquer candidato com a documentação incompleta, o que permitia a sua impugnação e a sua possível substituição por outro nome. Com a utilização desse expediente, os partidos poderiam buscar novos diálogos, novas alianças, e quiçá, um nome de maior peso, enquanto o processo tramitava. Esse mecanismo foi utilizado pelo PMDB, que registrou José Maria Pimenta ao governo, quando ainda tinha esperança de lançar candidatura própria. O mesmo ocorreu com as candidaturas do PTB/PDT para o Senado que indicaram os descartáveis Jolimar Melmeri e Regina Schneider, que guardavam vagas para candidatos mais fortes, como Theodorico de Assis Ferraço, que ainda se articulava. Assim ocorreu com o lançamento de Tadeu Batista para o Senado pelo PSDB, que guardava a vaga para sua aliada Rose de Freitas caso esta desistisse de concorrer à governadoria estadual, só para citar alguns exemplos.

²⁰⁸ RITA Camata admite apoiar Vitor. *A Gazeta*, p. 02, 14 jun. 1994. DEFINIÇÃO de alianças provoca repercussão. *A Gazeta*, p. 02, 14 jun. 1994. GRUPO do PMDB já defende aliança informal com Vitor. *A Gazeta*, p. 02, 19 jun. 1994.

deste trabalho levam a acreditar que, em 1994, se criaram expectativas ainda maiores em torno de seu nome.

Com o PSDB, os problemas não foram menores. Lançou uma candidata ao governo que não significava consenso no partido, fato que fragmentou grandemente a sigla. De quebra, os tucanos fracassaram em todas as tentativas de fazer coligações. Para o PSDB do Espírito Santo, não se reproduziu aquele cenário nacional, em que o partido se beneficiou do sucesso do Plano Real.

Em situação igualmente indigesta ficou o prefeito de Vitória, Paulo Hartung, cujo dilema era a obrigação de subir no palanque do candidato à presidência da República pelo PSDB, Fernando Henrique Cardoso, e ao mesmo tempo negar apoio a Rose. Seu grupo apoiava uma aliança com Vitor Buaiz ou, na pior das hipóteses, com o ex-governador Max. Nesses sentidos, saiu perdendo.

Outro prejudicado pelo quadro que se configurou foi o governo Albuíno que, na última hora, perdeu um de seus principais aliados na Assembléia Legislativa, o PFL. Além disso, em decorrência de divergências internas na Coligação Trabalhista (PTB/PDT), também acabou não lançando Enivaldo dos Anjos como candidato ao governo.

Coisa parecida aconteceu com outra grande força política do estado, o próprio PFL, que, em aliança com PPR e PPB, lançou chapa somente para as eleições proporcionais, deixando de ter o peso eleitoral de outras épocas no Espírito Santo.

Por outro lado, o resultado desses arranjos beneficiou grandemente o candidato da Frente Popular pela Cidadania, Vitor Buaiz. Com o fracasso das articulações de peemedebistas e tucanos e com o apoio de parte desses dois partidos, Buaiz ampliou muito as chances de aumentar sua penetração no interior do estado, onde o desempenho dos candidatos petistas sempre deixou a desejar.

Outro que aparentemente se fortaleceu com o resultado das articulações foi o Candidato da Coligação Resistência Democrática (PL, PMN, PPS, PRP, PSC), Max Freitas Mauro, também beneficiado com o fracasso de tucanos em lançar candidaturas. Havia sido governador do estado, com bons índices de aprovação, circulava relativamente bem por alguns setores da

sociedade, especialmente junto a associações de moradores, que poderiam angariar muitos votos.

Por fim, o candidato Cabo Camata, totalmente negligenciado pela opinião pública, considerado azarão, inclusive, corria por fora e, no início do pleito, não aparecia com grandes chances de vitória. Acabou surpreendendo, como se verá adiante.

3.3.2. O cenário de representação da Política e o fenômeno Cabo Camata

... as particularidades da ação dependem, em certa medida, dos movimentos do adversário.

Antônio Gramsci

As primeiras pesquisas de opinião confirmavam os candidatos do PT e do PMN como os favoritos. Em uma veiculada pelo Jornal *A Gazeta* no dia 19 de junho, Vitor aparecia na frente com 40,21% das preferências, seguido de Max com 18,14%. A grande surpresa foi o 3º colocado, o Deputado Cabo Camata com 7,43%, desbancando a Deputada Rose de Freitas (3,29%). Nas duas últimas posições, apareciam dois nomes: Enivaldo dos Anjos (PDT) com 2,57%, candidatura que não se consolidou, e José Maria Pimenta (PMDB), que era *laranja*²⁰⁹, com 0,57%. Essa pesquisa também mostrou que, dentre os eleitores que já haviam definido seus votos, a preferência era também por Vitor - 65%. Na simulação estimulada não foi diferente, pois o ex-prefeito de Vitória também levava vantagem, com 55%. Segundo as pesquisas, portanto, o candidato petista estaria eleito já no 1º turno.

O clima era de grande otimismo em relação à campanha do candidato petista. Tudo levava a crer que Vitor venceria sem grandes dificuldades²¹⁰. Apesar disso, o candidato voltava a sofrer inúmeras críticas de tendências do próprio Partido dos Trabalhadores com as quais já tinha atritos, em maior ou menor grau, desde quando havia sido Prefeito de Vitória, principalmente por conta do seu estilo moderado de governar e da sua aproximação com agrupamentos políticos externos ao campo da esquerda, como, por exemplo, o PSDB e o grupo da deputada Rita Camata.

²⁰⁹ VITOR lidera primeira pesquisa no Estado. *A Gazeta*, p. 02, 19 jun. 1994.

²¹⁰ VITOR acha que ganha eleição no Primeiro Turno. *A Gazeta*, p. 02, 20 jun. 1994.

De qualquer modo, nessas eleições, o candidato Vitor representava a esperança de alterar o quadro de grave crise econômica do Estado. Por conta do seu perfil sereno e equilibrado, não tinha dificuldades de circular em meio aos partidos de centro e centro-direita²¹¹. Diante desse quadro de favoritismo, houve um certo afrouxamento da base do PT em relação à campanha, conforme se atesta no depoimento do próprio candidato e ex-governador Vitor:

No primeiro turno o que aconteceu? O partido ficou acomodado numa postura política de quem já ia ganhar a eleição. Não só o partido, como a militância do partido e outros eleitores que certamente poderiam ter se envolvido mais na campanha. Os meus eleitores desde a Prefeitura poderiam ter se envolvido mais na campanha²¹²

Aproveitando desse clima de *já ganhou* e visando desacelerar o favoritismo de Vitor Buaiz, Max Mauro tratou logo de desqualificar a pesquisa realizada pelo *Instituto Futura*, acusando-a de ser atrelada ao PT²¹³. Inicialmente, acreditava-se que o maior concorrente de Vitor Buaiz no pleito seria o ex-governador Max Mauro que, desde quando deixara o Palácio Anchieta, vislumbrava o retorno. Max havia feito seu sucessor, Albuíno Azeredo (PDT), fato que contribuiu para manter no governo vários de seus correligionários, além de uma grande rede pessoas de sua órbita política em diversos órgãos da máquina estadual (REIS, 1994). Entretanto, contra ele pesavam alguns estigmas, que o prejudicavam grandemente. Dono de um estilo agressivo e vingativo de fazer política, Max conquistara, no decorrer da vida, muitos desafetos, dentre os quais o próprio Senador Gerson Camata, o influente deputado Valci Ferreira com seu grupo político, além de um inimigo à época mais recente: o governador Albuíno Azeredo (REIS 1994).

O afastamento de Max do governo Albuíno teve início quando este passou por um processo de desgaste. A crise de relacionamento entre os dois foi agravada por vários outros desentendimentos e o definitivo rompimento se deu quando Albuíno levou para o governo outros dois inimigos políticos de Max: Theodorico Ferração e Enivaldo dos Anjos (REIS, 1994). Assim, o ex-governador passou competir contra uma gama de inimigos políticos que, naquele momento, representava muita força. Simultaneamente, foram veiculadas na mídia as pesquisas de opinião que mostravam grande ascensão de Cabo Camata, que já poderia ser considerado um candidato competitivo.

²¹¹ CAMATA diz que pesquisa indica desejo de mudança. *A Gazeta*, p. 02, 21 jun. 1994.

²¹² BUAIZ, Vitor. **Desempenho político-eleitoral do Partido dos Trabalhadores, no Espírito Santo, nas eleições de 1982 a 2002**. 2008. Entrevista concedida a Ueber José de Oliveira, Vitória, 14 abr. e 19 mai. 2008.

²¹³ MAX diz que Futura é atrelada ao PT. *A Gazeta*, p. 02, 20 jun. 1994.

Existiram rumores, inclusive, de que a partir da ascensão do candidato do PSD nas pesquisas, o principal inimigo de Max, o Senador Gerson Camata, passou a jogar pesado junto ao pessoal de fora da Grande Vitória, pressionando as lideranças locais a apoiarem Cabo Camata²¹⁴. Vasconcellos (1994, p.68) salienta que “mais tarde ficou claro que essa pressão incluía recursos financeiros, que teriam origem no patrimônio do Empresário Oswaldo Pastore, suplente do Senador. Essa ação começou a minar apoios obtidos por Vitor em várias cidades”. O mesmo comportamento teve o governador Albuíno Azeredo, que também investiu na candidatura Camata assim que ela começou a ganhar consistência. Desse modo, os principais inimigos políticos de Max Mauro também viam no crescimento do Cabo a possibilidade de tirá-lo do segundo turno, além de sepultá-lo politicamente em definitivo (VACONCELLOS, 1994).

Na campanha, Max Mauro (PMN) procurou, durante todo o tempo, polemizar, sem sucesso, com o Candidato Vitor Buaiz (PT), atitude que criou, inclusive, um clima muito desagradável, tanto no decorrer do processo eleitoral quanto depois dele, e acabou encurralando ainda mais o ex-governador, principalmente porque Vitor e Max tinham uma relação relativamente cordial, tanto é que chegou a ser ensaiada a formação de uma frente única para concorrer nesse pleito, desfeita quando Max não aceitou a idéia de concorrer ao Senado, justificando que somente ele tinha condições de vencer²¹⁵. Nos debates ocorridos na televisão durante o pleito, Mauro foi duro nas acusações contra Vitor, lançando mão de denúncias de irregularidades que teriam acontecido na Prefeitura de Vitória quando da desapropriação de terrenos, supostamente superfaturados.

Concomitantemente, começavam a se definir os contornos do *cenário de representação da política* desse pleito no Espírito Santo. E o tema que mais se tornava evidente era a questão da violência e da segurança pública, favorecendo o candidato Cabo Camata (PSD), que alardeava o suposto perigo de os bandidos cariocas se instalarem no Espírito Santo, onde já vinham promovendo assaltos a bancos e seqüestros, fugindo da repressão promovida pelo governo Brizola, que havia feito, inclusive, uso do Exército.

²¹⁴ Nenhum dos entrevistados, Rogério Medeiros, Vitor Buaiz e Brice Bragato, nas entrevistas concedidas a este pesquisador, confirmaram esse posicionamento de Gerson Camata. Mas não se pode negar que foram os votos do interior que definiram o pleito no primeiro e no segundo turno e a omissão do senador influenciou no resultado para um dos lados.

²¹⁵ A informação de que Max Mauro e Vitor Buaiz chegaram a ensaiar a formação de uma frente única está no livro de REIS (1994) e foi confirmada pelo ex-governador Vitor Buaiz em entrevista a esse pesquisador, a qual se encontra transcrita na íntegra em um dos apêndices desta dissertação.

Independentemente do exagero do candidato do PSD, um relatório do Centro de defesa dos Direitos Humanos demonstrava importantes dados sobre o crescimento da violência no Espírito Santo. Com 264 homicídios registrados no ano de 1993, o Estado era apontado, proporcionalmente, como a unidade mais violenta do Brasil. A média de assassinatos era de um para cada dez mil habitantes, três vezes mais do que o Rio de Janeiro e nove vezes acima da estatística de Minas Gerais (REIS, 1994).

Esse cenário favoreceu grandemente a candidatura Cabo Camata que, desde o início, e ao contrário de Max, foi o candidato que mais comemorou o resultado da primeira pesquisa de opinião, pois não esperava pela terceira colocação, desbancando Rose de Freitas, nome já consolidado nos meios político-partidários capixabas ²¹⁶.

Assim, cada caso de estupro, seqüestro ou morte que estourava era motivo de ânimo para sua campanha, pois a população via nele a solução para o problema. Quanto maior o número de crimes, maior a penetração do discurso de Camata junto à população. A temática acabou tomando uma proporção tamanha, que uma enorme parcela do eleitorado passou a reduzir os seus problemas aos bandidos e à criminalidade (REIS, 1994). O quadro de violência do Estado fez disparar a candidatura Camata. O seu eleitorado era constituído por famílias que vieram da zona rural, embora parte já nascida na periferia da Grande Vitória. Em virtude da grave recessão econômica que o Brasil atravessava desde os anos 1980, houve um grande aumento do êxodo rural. A maior parte migrou para a Grande Vitória e, diante da incapacidade do mercado em absorvê-la, esse contingente populacional passou a atuar no setor informal. Segundo o cientista político João Gualberto Vasconcellos (1994, p. 42),

[...] submetidas a um quadro de permanente tensão social, largamente acentuada pelo aumento progressivo da violência e da inoperância policial, as massas urbanas dificilmente conseguem politizar, no sentido clássico da palavra, suas expectativas e demandas e dar a elas um tratamento mais racional. São mais passíveis de reagir pela emoção. Em termos eleitorais são mais facilmente captáveis seja pelo pequeno favor pessoal seja pelo grande discurso emocional. Discurso esse cujo grande veículo é a comunicação.

Dessa forma, Cabo Camata optou pelo discurso salvacionista, colocando-se como um candidato desvinculado das forças políticas então no poder, sem relações com o sistema político implantado, tal qual Fernando Collor nas eleições presidenciais de 1989,

²¹⁶ CABO Camata diz que resultado é verdadeiro. *A Gazeta*, p. 02, 20 jun. 1994.

diferenciando-se dos outros candidatos, especialmente de Vitor e Max, que já haviam ocupado importantes espaços políticos no Espírito Santo.

Ao mesmo tempo, fazia uso de seu sobrenome *Camata* para herdar os votos do Senador²¹⁷. Segundo Vasconcellos (1994), na primeira pesquisa realizada pelo Instituto de pesquisa do qual é presidente – o *Futura* –, ficou claro para os pesquisadores em campo que muitos dos que pretendiam votar no Cabo Camata o confundiam com o Senador. No segundo turno, em outra pesquisa realizada pelo mesmo instituto, 20% dos eleitores que declararam voto a Cabo Camata, admitiram tê-lo feito pensando tratar-se do Senador Gerson Camata (VASCONCELLOS, 1994).

Com uma linguagem popular, palatável para as massas urbanas, Cabo Camata se apresentava como filho de um modesto produtor rural do norte do Espírito Santo, criado dentro dos padrões de uma família italiana, com fortes vínculos católicos e uma educação bastante rigorosa no que tange ao trabalho e a autoridade. Desde criança, segundo consta, ajudava o pai na lavoura. Ainda adolescente, deixou a casa paterna e transferiu-se para a capital capixaba, onde ocupou postos de trabalho pouco qualificados, como ajudante de oficina mecânica, dentre outros empregos, até ingressar na Polícia Militar.

Projetou-se politicamente como presidente da associação de Cabos e Soldados do Espírito Santo, de onde saiu no governo Max Mauro (1987/1990)²¹⁸. Como, nesse período, havia liderado forte movimento por melhorias para o segmento que representava, sua exclusão acabou projetando-o politicamente ainda mais (VASCONCELLOS, 1994).

Em 1990, foi eleito deputado estadual pelo PSDB, com base nos votos obtidos junto a policiais militares. A fim de obter vantagens para a categoria e adquirir mais respaldo junto a ela, aproximou-se do governo Albuíno, cuja relação com o legislativo era marcada por altíssimo grau de pragmatismo. Desde o início e no decorrer do mandato, Cabo Camata demonstrou um temperamento explosivo, fato que lhe rendeu muitos problemas com a bancada e com a imprensa, especialmente quando fazia menção sobre seus métodos para

²¹⁷ O próprio candidato Cabo Camata manifestou, em algumas ocasiões, a possibilidade de tirar proveito do seu sobrenome. Uma delas aparece na matéria: PARTIDOS se articulam mas não definem candidatos: Laranjas. *A Gazeta*, p. 02, 05 jun. 1994.

²¹⁸ *Revista Capixaba Agora*, Vitória, p.05 - 15 Dez. 1997. Ano I – Número 1. Nesse periódico, em longa entrevista concedida aos jornalistas Tinoco dos Anjos, Milson Henriques e Alexandre Caetano, Cabo Camata revela aspectos importantes de sua trajetória política, além de outras importantes revelações.

resolver os problemas da segurança pública no Espírito Santo, sempre salientando e defendendo o uso da violência e intolerância em relação aos criminosos.

Essa postura intransigente e, até certo ponto, desequilibrada, acabou custando o seu afastamento do PSDB. Isso porque o jornal *Folha de São Paulo*, em uma matéria, fez uma relação direta entre Cabo Camata e Fernando Henrique Cardoso, à época pré-candidato tucano ao governo federal. Tal associação causou uma imediata resposta do núcleo dirigente do PSDB nacional, fato que, somado ao desentendimento surgido anteriormente com um companheiro de partido e de bancada – Deputado Ulisses Anders²¹⁹ –, culminou com a exclusão de Camata do rol de filiados do PSDB (VASCONCELLOS, 1994).

Já no processo eleitoral, Cabo Camata era responsável por apresentar as propostas mais mirabolantes e até certo ponto bizarras, tornando-se uma figura emblemática. Com isso, acabava caindo ainda mais no gosto do eleitorado mais pobre e desinformado. Com métodos severos, Cabo Camata preencheu magistralmente a imagem do político que se impõe pela autoridade, encarnando efetivamente o poder como nos tempos do autoritarismo do regime militar, “quando a polícia agia” (SHERER, 2005, p. 71), se enquadrando no imaginário afetivo do povo pobre, caracterizado por estar sujeito à tradição paternalista messiânica e autoritária.

Essa postura de homem corajoso e arrojado se casava muito bem com o *cenário de representação da política* construído nesse pleito, que se pautava, como já dito, no tema da violência e da segurança pública. Nesse aspecto, Cabo Camata era taxativo na suas declarações: “[...] quem praticar crimes hediondos em meu governo receberá o mesmo tratamento, seja o que for, e o estuprador será morto e vou mandá-lo para o “inferno” em defesa da família capixaba, como faria com a minha, em caso pessoal [...]”²²⁰.

E garantia conhecer todos os focos de bandidos do Espírito Santo e os locais por onde eles chegavam, pois, segundo ele, continuava na ativa, ao lado de ex-companheiros de farda da

²¹⁹ Esse episódio levou o deputado Cabo Camata a prometer dar uma surra em Ulisses Anders com gurugumba, situação que foi alvo de muitas chacotas na época. E o uso da tal gurugumba acabou se tornando uma das principais marcas do candidato.

²²⁰ CABO Camata promete exterminar criminosos. *A Gazeta*, p. 02, 10 set. 1994; CAMATA defende pena de morte para corruptos. *A Gazeta*, p. 03, 02 set. 1994.

Polícia Militar e com a ajuda de policiais civis e militares. E sempre repetia o suposto risco de invasão de bandidos cariocas no Estado.

No Rio de Janeiro, [...] as polícias militar, civil, federal e até o Exército, estão expulsando os marginais. Como o Espírito Santo é vizinho, eles vêm para cá. Nós vamos fechar os limites do Estado e dar um prazo de 24 horas para os marginais deixarem o Estado. Senão, não sai mais²²¹.

Suas formas não muito convencionais de resolver os problemas da população, não se limitavam somente ao tema da segurança pública. Prometia também aumentar a arrecadação, a ponto de fazer uma reforma administrativa no estado e valorizar o salário do servidor público. Para melhor observar a arrecadação do fisco, tinha uma proposta inusitada: colocaria um funcionário para fiscalizar cada fiscal. Assim, segundo ele, um vigiaria o outro e o Estado arrecadaria mais. E garantia, de maneira veemente, que boa parte do imposto recolhido seria devolvida a população em forma de vales fiscais²²².

Na área da saúde, Cabo Camata apontava como prioridade a busca por verbas para a reativação dos leitos hospitalares. Caso faltassem recursos, dizia Camata, venderia, dentre outras propriedades públicas, a casa de praia de propriedade do governo, localizada na Praia da Costa, Vila Velha, e também a residência de inverno, de Santa Teresa, que chamava de esconderijo do Governador²²³.

Além dessas propostas de governo, Cabo Camata prometia ainda investir na educação, que dizia não existir no estado, a não ser para os ricos, que reuniam condições de pagar uma instituição particular. Além disso, advogava a idéia de fechar a superintendência de comunicação do Estado, pois, segundo ele, “[...] um governo que trabalha não precisa gastar dinheiro nos jornais e na TV para dizer que o Espírito Santo está cada vez melhor, quando, na verdade, está indo para o buraco [...]”²²⁴.

A partir de toda essa explanação, endossamos a idéia de Vasconcellos, (1994, p. 48) quando argumenta que a

[...] campanha de Cabo Camata no primeiro turno foi um enorme sucesso. Foi sua capacidade de comunicação com as massas que produziu tal sucesso. Foi sua

²²¹ CABO Camata promete devolver a arrecadação. *A Gazeta*, p. 02, 19 set. 1994.

²²² CABO Camata promete devolver a arrecadação. *A Gazeta*, p. 02, 19 set. 1994.

²²³ CANDIDATOS a governados tem solução para tudo, *A Gazeta*, p. 03, 04 set. 1994.

²²⁴ CANDIDATOS a governados tem solução para tudo, *A Gazeta*, p. 03, 04 set. 1994.

comunicação dirigida aos segmentos de menor renda e escolaridade que produziu isto. Mesmo os outros elementos de comunicação foram de bom impacto junto ao seu público alvo. Todas as peças eram simples e diretas, basicamente continham o nome de Camata em vermelho sobre o fundo branco, e mais nada.

O comportamento de Cabo Camata também foi pautado no denunciismo e na agressividade dirigida aos seus adversários, especialmente a Vitor Buaiz, que liderava as pesquisas. Afirmou, em diversas ocasiões, que a campanha do candidato petista estava sendo patrocinada pelo empresário Nahor Ferreira e pelo Grupo Itapemirim, aos quais Camata acusava de sonegadores de impostos, fato que levou Vitor a entrar na justiça contra o candidato do PSD para que provasse as acusações²²⁵.

3.3.3. O Candidato Vitor Buaiz no processo eleitoral de 1994

Natural de Vitória, Vitor Buaiz é membro de uma ramificação daquela que está entre uma das mais tradicionais famílias do Espírito Santo. Médico de carreira, formado pela Universidade Federal do Espírito Santo (UFES), iniciou sua trajetória política no movimento estudantil, quando ingressou na universidade, em 1962, tendo exercido a Secretaria Geral do Diretório Central dos Estudantes (DCE) entre os anos de 1964 e 1966. Na década de 1970, participou ativamente na política sindical, militando na Associação dos Docentes da Universidade Federal do Espírito Santo (ADUFES) e, simultaneamente, na Associação Médica do Espírito Santo (AMES), da qual foi Secretário Geral. Além disso, contribuiu diretamente na fundação do Partido dos Trabalhadores no final dos anos 1970²²⁶.

Desde o início de sua carreira política, Vitor Buaiz sempre se demonstrou adepto de uma linha mais moderada. Com postura de homem sério, dono de uma retórica pausada, formal e didática, era considerado o principal quadro do PT no estado. Foi credenciado por um mandato de deputado federal (1987/1988) e pela bem avaliada gestão à frente da Prefeitura Municipal de Vitória (1989/1992). Durante todo o período de campanha para governador, tentou rebater os ataques e as denúncias que lhe foram dirigidas, especialmente por Camata e Max e evitou o quanto pôde polemizar com os mesmos (Rosilda de Freitas não se comportou de forma tão agressiva). Vitor adotou a estratégia de direcionar sua fala para a apresentação de propostas de governo e sempre salientava a sua posição privilegiada nas pesquisas de

²²⁵ VITOR anuncia processo contra candidato do PSD, *A Gazeta*, p. 02, 06 set. 1994; CABO Camata volta a atacar adversário. *A Gazeta*, p. 02, 06 set. 1994.

²²⁶ Entrevista de Vitor Buaiz, na íntegra, é encontrada em um dos apêndices dessa dissertação.

opinião, fato que, segundo ele, demonstrava que a população estava mais amadurecida politicamente e havia assimilado o projeto político da Frente Unidade Popular²²⁷.

No seu programa de governo, embora de maneira vaga, apontava a necessidade de um projeto alternativo ao neoliberalismo e nacional-desenvolvimentismo²²⁸. Para justificar, apresentava a dramática radiografia social do Espírito Santo: 710 mil pessoas em situação de extrema miséria, passando fome; mais de 400 mil analfabetos, mais de 250 desempregados, com 80% da população economicamente ativa recebendo até dos salários mínimos, déficit de mais de 140 mil moradias, sistema de educação, saúde e segurança em frangalhos, e aumento generalizado da violência, inclusive com o fortalecimento de grupos de extermínio²²⁹.

Para resolver tais problemas, o candidato petista expunha o desejo e a necessidade de se construir, na prática, “um projeto democrático e popular com uma visão mais ampla de estado, e não uma visão específica de governo”²³⁰. Apontava duas direções programáticas fundamentais: a distribuição de renda, com a criação de um forte mercado interno de massas; e o controle sobre os monopólios, com a inversão de prioridades para que fosse possível construir um outro modelo de desenvolvimento. Segundo seu programa de governo, isso seria viabilizado por intermédio da democratização do Estado.

Essas duas grandes estratégias que foram apresentadas se desdobravam em cinco grandes eixos: 1) Inversão de prioridade para resgatar a enorme dívida social; 2) Construção de uma nova esfera pública, transparente e moralizada; 3) Apoio a setores produtivos (pequenos e médios proprietários) na cidade e no campo; 4) Desconcentração do desenvolvimento sócio econômico do ES; 5) Descentralização político-administrativa²³¹.

²²⁷ APOIO de FHC movimentava debate na TV. *A Gazeta*, p. 07, 27 set. 1994.

²²⁸ PARTIDO DOS TRABALHADORES. Diretório Estadual do Partido dos Trabalhadores. **Diretrizes do Programa de Governo Estadual do Partido dos Trabalhadores**. Um outro país, um outro ES: uma vida com dignidade, Vitória, 27 Dez. 1993.

²²⁹ PARTIDO DOS TRABALHADORES. Diretório Estadual do Partido dos Trabalhadores. **Diretrizes do Programa de Governo Estadual do Partido dos Trabalhadores**. Um outro país, um outro ES: uma vida com dignidade, Vitória, p. 01, 27 Dez. 1993.

²³⁰ PARTIDOS DOS TRABALHADORES. **Bases para um Programa de Governo**: encontros com a sociedade civil, Vitória, p. 04 nov. 1993.

²³¹ PARTIDO DOS TRABALHADORES. Diretório Estadual do Partido dos Trabalhadores. **Diretrizes do Programa de Governo Estadual do Partido dos Trabalhadores**. Um outro país, um outro ES: uma vida com dignidade, Vitória, p. 02, 27 Dez. 1993.

Um dos aspectos mais importantes do programa de governo do candidato petista e que trouxe muitos problemas no contexto do governo era a questão da reforma do Estado, vista como algo que deveria ser realizado de forma sistemática:

O Estado tem que ser reformado permanentemente, a reforma do Estado não é só de um governo, a reforma administrativa. Todos os Estados devem seguir a risca essa orientação, de constatar onde é que estão os gargalos e tentar corrigir aquilo. Você vê que quando nós entramos, você tinha uma folha salarial que era quase igual à receita do Estado. Então nós tínhamos que tomar uma atitude²³².

Embora defendendo, no campo do discurso, um governo democrático e popular, que representava uma alternativa ao neoliberalismo, a proposta de governo Vitor não escapava do cenário institucional a que estava submetida. Considerando outras propostas de governo apresentadas no pleito, pode-se dizer que havia muito claramente aspectos neoliberais em curso que implicavam a redefinição do planejamento governamental.

Segundo Simões (1994), assim como nos programas de governo de dois dos quatro candidatos ao governo - Max Mauro e Rose de Freitas – o programa de Vitor também fazia referências às câmaras setoriais associadas ao planejamento e à definição de estratégias de desenvolvimento. O texto apontava que, para realizar o projeto, o futuro governo petista conclamava

[...] todos os setores sociais para [...] auxiliarem nas metas do governo. Nosso governo será, portanto, um incentivador, um aglutinador dos diversos atores sociais e econômicos para a distribuição de renda e democratização do Estado, tendo como pressuposto básico o resgate de toda a dívida social acumulada [...]²³³.

Algo muito parecido encontrava-se na proposta de governo *Mãos à obra Brasil*, do Presidente eleito Fernando Henrique Cardoso. No subitem da política industrial, estava previsto que “poderão ser adotadas políticas setoriais, formuladas e implantadas de forma tripartite, envolvendo o governo, os trabalhadores e os empresários” (SIMÕES, 1994). Também na área econômica, integrava as *Bases do Programa de Governo* do 2º colocado no pleito presidencial, Luiz Ignácio Lula da Silva, a formulação de “fóruns por cadeia produtiva em que estarão representados empresas, trabalhadores, consumidores e governo. As atuais câmaras setoriais são um dos modelos possíveis para estes fóruns” (SIMÕES, 1994, p. 21).

²³² BUAIZ, Vitor. **Desempenho político-eleitoral do Partido dos Trabalhadores, no Espírito Santo, nas eleições de 1982 a 2002**. 2008. Entrevista concedida a Ueber José de Oliveira, Vitória, 14 abr. e 19 mai. 2008.

²³³ **PARTIDO DOS TRABALHADORES**. Diretório Estadual do Partido dos Trabalhadores. **Diretrizes do Programa de Governo Estadual do Partido dos Trabalhadores**. Um outro país, um outro ES: uma vida com dignidade, Vitória, p. 02, 27 Dez. 1993.

Observa-se uma clara padronização no que diz respeito às propostas políticas em direção ao centro do espectro político. Para Simões (1994), não resta dúvida de que essa tendência no campo das políticas públicas deve ser entendida como parte integrante da agenda pós-transição política no que diz respeito à reforma do Estado e à redefinição da clássica relação Estado-sociedade²³⁴, pois nos anos iniciais da década de 1990 já era notória uma grande alteração no

[...] comportamento de determinados setores do movimento empresarial e sindical e dos partidos políticos no tocante à proposição de políticas públicas, antes refratários a qualquer tipo de negociação e participação conjunta nos arranjos tripartites. Esta ampliação da postura política propositiva requer o estabelecimento de novas relações sociais, fundadas no “antagonismo convergente”, segundo expressão cunhada pelo Prof. Francisco de Oliveira. Trata-se de passar de uma relação conflitiva de anulação do outro para uma relação conflitiva de reconhecimento mútuo (era das estratégias cooperativas entre os agentes econômicos e sociais) (1994, p. 23).

Nas áreas da saúde e educação, Vitor Buaz salientava a total ausência de compromisso político dos governantes em investir de forma prioritária nesses setores. Acenava constantemente para a necessidade de descentralização de recursos e decisões junto aos municípios para melhorar a eficiência. Mas, para isso, seria necessário estabelecer uma relação mais democrática com os poderes locais no que diz respeito a decisões sobre verbas, sobre participação no governo e sobre grandes opções estratégicas para o Estado. Concretamente, a proposta do candidato Vitor apontava a necessidade de se construir o orçamento participativo estadual tal como fizera quando prefeito de Município de Vitória, a implantação do orçamento regionalizado e a instituição das micro-regiões²³⁵.

Estratégica apontada constantemente pelo candidato, apesar de sempre desautorizado pelo partido, era de buscar a construção de um governo pautado em uma coalizão. Em uma dessas ocasiões, como, por exemplo, no contexto da aproximação com a deputada Rita Camata (PMDB), afirmou que ela ocorreu por conta das afinidades existentes desde os tempos em que haviam atuado juntos na Assembléia Nacional Constituinte e que outros apoios também eram bem vindos. Explicava que sua proposta era no “sentido de manter a relação entre Executivo e Legislativo através das bancadas partidárias e não com parlamentares de forma isolada”,

²³⁴ Essa proposta de reforma do Estado será, durante o governo, um dos principais pontos de pauta, e o assunto representará também o maior pomo de discórdia entre governo e partido.

²³⁵ PARTIDO DOS TRABALHADORES. Diretório Estadual do Partido dos Trabalhadores. **Diretrizes do Programa de Governo Estadual do Partido dos Trabalhadores**. Um outro país, um outro ES: uma vida com dignidade, Vitória, p. 04, 27 Dez. 1993; CANDIDATOS a governador têm solução para tudo. *A Gazeta*, p.03, 4 de set. 1994.

queria, portanto, “evitar ficar refém dos deputados”²³⁶. Esse pensamento do candidato explica a sua aproximação de segmentos do PMDB e do PSDB. Essa defesa da coalizão foi um elemento gerador de muitos conflitos entre Vitor Buaz e seu partido, conforme veremos mais à frente.

Quanto ao prenúncio de risco em se tornar refém dos deputados, já no exercício do governo tal prognóstico parece ter se confirmado: Vitor teve muitos problemas com o legislativo capixaba, a ponto de quase ter sido impossibilitado de governar, ante o grau de corrupção e fisiologismo a que chegou a Assembléia Legislativa²³⁷.

Diante de toda essa ordem de coisas, o cenário eleitoral, apesar de ainda dominado pelo candidato petista, começou a sofrer alterações importantes a partir do mês de setembro, com o crescimento significativo da candidatura Camata em detrimento dos demais, que permaneceram praticamente estáticos.

Camata era considerado um candidato desacreditado antes e no início do pleito. Segundo Perly Cipriano,

O Cabo Camata é um fenômeno! Cabo Camata se lança candidato a governador porque, segundo as avaliações, ele não tinha condições de se eleger deputado. Ele se lança sem programa nenhum, apenas dizendo que ia usar a gurugumba para combater os bandidos e os corruptos e um tempo de televisão muito pequeno, mas ele bateu naquela mesma tecla da gurugumba, um discurso seco, direto e teve a Polícia Militar como um grande cabo eleitoral, a maioria dos lugares que tinham policiais eram verdadeiros comitês eleitorais [...] ²³⁸.

Assim, já na primeira pesquisa, desponta uma surpresa, ao aparecer em terceiro lugar, desbancando a candidata Rose de Freitas, nome de maior projeção. No decorrer da campanha, os índices foram crescendo e, com seus 27,53% dos votos válidos, Camata acabou surpreendendo e chegou ao segundo turno com Vitor Buaz (PT), que foi o primeiro colocado com 46,43%. O candidato Max Mauro (PMN) acabou em terceiro com 9,83% dos votos, quase empatado com a candidata tucana Rose de Freitas, que teve 9,72% dos votos (Tabela 15).

²³⁶ PETISTA afirma que PMDB participará do governo. *A Gazeta*, p. 02, 15 jun. 1994; COALIZÃO. *A Gazeta*, p. 02, 15 jun. 1994.

²³⁷ Acerca dos governos de coalizão de Vitor Buaz (1995/1998) e José Ignácio Ferreira (1999/2002), ver: PEREIRA, André Ricardo Valle Vasco. **Por baixo dos panos: governos e assembleias no Brasil Republicano**. 2004. 239 f. Tese (doutorado em Ciência Política) – Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2004.

²³⁸ CIPRIANO, Perly. **Desempenho político-eleitoral do Partido dos Trabalhadores, no Espírito Santo, nas eleições de 1982 a 2002**. 2008. Entrevista concedida a Ueber José de Oliveira, Vitória, 25 maio. 2008.

Tabela 15 – Resultados da eleição para Governador do Estado do Espírito Santo – 1994 – 1º Turno.

Candidato	Partido	Nº de votos	%	Votos Válidos (%)
Vitor Buaiz	PT	495.948	35,02	46,63
Dejair Camata	PSD	290.677	20,53	27,33
Max Freitas Mauro	PMN	139.262	9,83	13,09
Rosilda de Freitas	PSDB	137.666	9,72	12,94
Votos Brancos	-	256.076	18,08	-
Votos Nulos	-	96.181	6,79	-
Total de Votos Válidos		1.063.533	-	100
Total de Votos apurados		1.415.810	100	-

Fonte: TRE-ES (Tribunal Regional Eleitoral do Espírito Santo)

Além da questão relacionada à violência e à segurança pública, que configuraram o cenário da representação da política no pleito de 1994, algo que foi muito bem explorado por Camata, vários outros fatores contribuíram para que ele conseguisse chegar ao segundo turno: o voto de protesto, ou seja, voto daqueles eleitores que procuram não votar em nenhum político notável, efeito muito similar ao que ocorreu com o candidato Enéas Carneiro, do Partido da Reedificação da Ordem Nacional (PRONA) em várias eleições; a aglutinação de várias importantes lideranças dispostas a impor uma derrota vista como vergonhosa ao Candidato Max e os conseqüentes apoios de vários prefeitos do interior. Somando-se a isso, não se pode desconsiderar o elemento chave na candidatura de Cabo Camata: a sua enorme capacidade de comunicação com as massas empobrecidas. Segundo Vasconcellos (1994, p. 47),

[...] Seu vocabulário simples, seus atropelos no português, sua visão simplória do mundo, o tornaram um fenômeno de comunicação. Sem recursos financeiros para fazer uma campanha mais sofisticada, gravou seus programas para o horário gratuito do TRE sozinho, em conversa direta com o eleitor. Era o Cabo Camata e a câmara de televisão. Os temas não variavam muito, mas eram todos de forte apelo popular. Sua presença nos debates era o tom mais original deles. Ora prometendo ações de implementação pouco provável, como dar uma surra pública nos secretários que fossem flagrados em atos de corrupção e ora ironizando os presentes, como fez com Vitor Buaiz ao acusá-lo de promover festinhas com bolinhos e uísque pago pela municipalidade, ele [...] ganhou a preferência dos eleitores mais simples e dos mais descrentes com os políticos tradicionais.

Nas eleições proporcionais, o resultado demonstrou a tendência de fragmentação partidária e ideológica já assinalada no pleito de 1990. Na Assembléia Legislativa, o Partido dos Trabalhadores, beneficiado pela forte candidatura majoritária, ao lado do PMDB, PSDB, PDT, PPB e PTB, elegeram as cinco maiores bancadas: quatro deputados estaduais cada. O PFL confirmou a sua tendência de queda, ao eleger apenas duas cadeiras, baixo rendimento

decorrente, dentre outros fatores, do não lançamento de um nome na eleição majoritária (Tabela 11 do apêndice).

Nas eleições para o Senado, não houve grandes surpresas. Os vencedores foram Gerson Camata (PMDB) com 29,88% dos votos válidos e José Ignácio Ferreira (PSDB), que obteve 16,20% das preferências (Tabela 13 do apêndice I). Na Câmara dos Deputados, o PMDB conquistou a maioria na bancada capixaba ao eleger três cadeiras, seguido de PDT e PSDB com duas. O PT, PSB e PTB completaram a lista com um deputado cada (Tabela 12 do apêndice I).

Numericamente, os resultados para o PT não poderiam ter sido melhores, pois se recuperou do mau desempenho no pleito de 1990. Além da expressiva votação nas eleições majoritárias, o partido conquistou uma quantidade razoável de cadeiras na Assembléia, readquiriu a sua vaga na Câmara Federal, além de ter obtido uma boa votação para o Senado, ficando em terceiro lugar, atrás de Gerson Camata e Ignácio.

Entretanto, quando observamos os resultados com um olhar mais crítico, as eleições significaram o prenúncio dos problemas que o novo governador enfrentaria: de um lado, havia aquelas figuras posicionadas à direita do espectro político, das quais já se esperava uma oposição sistemática ao governador petista. De outro, a nova bancada do PT, composta, em sua maioria, de nomes pertencentes a tendências minoritárias e, portanto, de enfrentamento ao grupo de Vitor Buaz.

3.3.4. O Segundo Turno

No segundo turno, foram feitas algumas pequenas alterações na estratégia de comunicação na candidatura Camata²³⁹. Foi corroborada a imagem do candidato distante dos grandes centros políticos, e de “homem simples do povo que fala a sua língua, que pensa e sofre com o povo e que tinha, portanto, capacidade para entendê-lo e dar soluções simples e diretas aos seus problemas” (VASCONCELLOS, 1994; p. 48).

²³⁹ O responsável pela coordenação da campanha de Cabo Camata foi Antônio Cabral Neto, que foi também um dos seus principais assessores quando o mesmo foi Prefeito do Município de Cariacica.

Com o objetivo de ampliar o lastro de eleitores, tentou-se também, mesmo que sutilmente, atenuar o seu discurso com o intuito de desvinculá-lo da idéia de violência, de policial perverso, que provavelmente seu adversário exploraria. Nos programas exibidos no segundo turno, Cabo Camata apareceu em diversas ocasiões ao lado de sua esposa, da família, ou na praia brincando com as crianças (VASCONCELLOS, 1994). Mas os eixos gerais da campanha foram mantidos.

O mesmo não aconteceu com Vitor Buaiz. Com a data das eleições se aproximando, e a distância do segundo colocado diminuindo a cada dia, era necessário algo a mais para reverter aquela situação, que certamente conduziria Cabo Camata à vitória (VASCONCELLOS, 1994).

Uma das preocupações do comando de campanha²⁴⁰ do candidato petista era com o próprio candidato Vitor. Optou-se pela estratégia de bater duro em Camata, com o objetivo de fazer o candidato da Coligação União Trabalhista se tornar vítima do seu próprio veneno. A idéia era dar ênfase nas críticas às suas propostas do uso da extrema violência para garantir a segurança pública. Segundo Vasconcellos (1994, p.20), “o cabo passava uma imagem de homem valente e decidido, que lhe garantia bons votos na periferia das grandes cidades, especialmente entre as classes D e E”. Era necessário inverter essa imagem e demonstrar que o cabo era, na verdade “um mentiroso e que, ao contrário de valente, era um covarde” (VASCONCELLOS, 1994, p. 20). Nesse sentido, foram produzidos diversos programas de televisão que, segundo Rogério Medeiros, foram decisivos para a campanha, pois foi se

[...] desmontando essa figura do Camata de ser um homem que vinha para acabar com o banditismo no Espírito Santo, jogando a figura do Hitler e mostrando no que resultou o Hitler, e o Camata era um homem que se apresentava, que não tinha nada, ele faria a justiça, então você muda e começa a mostrar [...] ele criou uns fatos e [...] acabou por diminuir a força dele, como por exemplo, ele queimou uma pessoa, ele tinha queimado uma pessoa no eucalipto lá na região norte e se mostrou aquilo e mostrou o que ele poderia fazer.²⁴¹

Mas a tarefa de partir para a agressão implacável e intransigente contra o adversário, esbarrava no perfil do candidato Vitor, visto como um homem da democracia e do diálogo.

²⁴⁰ Importante destacar que a publicitária responsável pela campanha de Vitor Buaiz no pleito foi Elizabeth Rodrigues, uma das mais conhecidas e requisitadas profissionais do ramo de marketing político do Estado do Espírito Santo.

²⁴¹ MEDEIROS, Rogério Sarlo de. **Desempenho político-eleitoral do Partido dos Trabalhadores, no Espírito Santo, nas eleições de 1982 a 2002**. 2008. Entrevista concedida a Ueber José de Oliveira, Vitória, 10 abr. 2008.

Do outro lado, havia o Candidato Camata, ágil nas palavras, “esperto nas respostas e sem limites na imaginação, elementos que poderiam causar muita irritação em Vitor Buaiz” no debate que ocorreria no dia 06 de novembro de 1994 (VASCONCELLOS, 1994, p. 20). Dessa forma, o candidato do PT poderia levar a pior no confronto na televisão. Diante dessas dificuldades, o comitê de campanha acabou voltando atrás e decidiu que Vitor deveria bater em Camata, mas sem deixar de se comportar da maneira equilibrada que lhe era habitual. O resultado não poderia ter sido melhor:

[...] o candidato foi duro na essência, mas ameno e quase professoral na forma. Encurralou o adversário, que apesar da grande presença de espírito e uma dose imensa de cinismo usada para explicar o inexplicável, não conseguiu esconder o nervosismo. [...] A performance agradou a direção da campanha, mas soou nos ouvidos dos eleitores como uma nota destoante, porque a ofensiva que todos esperavam do adversário partiu de Vitor. Ele bateu sem alterar a voz, mas bateu. Questionou o adversário sobre a emissão de cheque sem fundo, confissão de extermínio de bandidos, que teria sido feita no plenário da Assembléia, invasão de terras de parentes, fornecimento de armas para bandidos e ligações com o crime organizado (VASCONCELLOS, 1994, p. 21).

Mas as providências do candidato do PT não se limitaram ao campo do discurso. Como normalmente ocorre em situações do gênero, cada candidato tratou de buscar apoio nos mais diversos setores da sociedade para superar o adversário. Enquanto Camata começava a receber apoio financeiro de grupos empresariais do Estado, do setor de exportação em especial, e de políticos como o Deputado Marcos Madureira e Valci Ferreira, políticos muito influentes naquele momento, Vitor Buaiz agregou apoios dos mais variados setores. O mais polêmico, controverso e responsável por gerar muitos constrangimentos em seu partido, veio do PSDB e do recém-eleito Presidente Fernando Henrique Cardoso (PSDB), que declarou apoio a Vitor²⁴² produzindo, inclusive, uma mensagem que foi exibida em seu horário eleitoral gratuito.

Diante da tendência de crescimento de seu adversário, Vitor teve que buscar o apoio do PSDB, até pelos laços já estabelecidos com o então prefeito de Vitória Paulo Hartung, que consigo, trouxe muitos outros apoiadores. “A candidata derrotada Rosilda de Freitas elaborou o texto do compromisso que seria assinado por ela e por Vitor, com os princípios que o PSDB queria ver aplicados no caso de eleição do candidato” (REIS, 1994, p. 85). O grande problema é que os dois partidos – PSDB e PT – que no âmbito da fundação do partido tucano, chegaram

²⁴² A respeito das articulações visando o encontro entre Vitor Buaiz e FHC, ver: REIS, Jonas. **Em nome do Espírito Santo**. Vitória: Editora Nemar, 1994.

a ensaiar uma aliança, davam mostras de que protagonizariam como rivais o cenário político-eleitoral das décadas seguintes. A própria campanha de 1994 já demonstrou isso, pois houve uma forte polarização entre Lula e FHC. Além disso, a conversa entre Vitor e o presidente eleito FHC foi articulada e materializada sem um debate interno amplo no PT, até porque foi feita às pressas, ante a necessidade de reverter o quadro eleitoral, antes que fosse tarde demais. Dissidências não se manifestaram por ocasião do risco em enfraquecer Vitor Buaz e levar a vitória de Camata, mas o episódio foi também um prenúncio do que ocorreria mais tarde: fortes conflitos internos no Partido dos Trabalhadores que se reproduziram no governo.

Outra adesão importante à campanha Vitor foi do PDT, dirigido por Rômulo Penina, ex-Reitor da UFES, que, em desobediência ao indicativo do Governador Albuíno, também apoiou o candidato da Frente União Popular pela Cidadania, trazendo consigo boa parte dos pedetistas.

O PMDB, que não lançara candidato nas eleições majoritárias no primeiro turno, e que havia liberado suas bases para apoiarem os candidatos de suas preferências, acabou formalizando o apoio a Vitor no segundo turno. Quanto ao Senador Gerson Camata, continuou sem oficializar apoio a um dos candidatos.

Segundo pesquisas divulgadas a poucos dias do segundo turno, a linha de ascendência do Candidato Cabo Camata atingiria a de Vitor Buaz, demonstrando que as providências tomadas pelo candidato do PT ainda não haviam surtido os efeitos desejados. No dia 4 de novembro de 1994, o Jornal do Brasil publicaria a pesquisa do Instituto *Vox Populi*, dando pela primeira vez a vantagem a Camata.

O que poderia significar o início do desespero para o candidato petista, acabou, segundo Vasconcellos (1994, p. 68), colaborando com a candidatura do PT, pois quando ocorreu o encontro das linhas dos candidatos, os partidários de Camata festejaram muito o resultado, agindo exatamente da maneira como seus adversários esperavam, criando um clima de *já ganhou*:

Do lado de Vitor, o episódio serviu para mobilizar a sociedade civil organizada, em defesa da vida, como se divulgou em inúmeras notas de apoio. O fato ainda forçou a militância dos partidos da Frente Unidade Popular a ir para as ruas. Mesmo as bases do PT, que haviam cruzado os braços por não concordarem com as alianças feitas

pela Frente, arregaçaram as mangas e foram pedir votos (VASCONCELLOS, 1994, p. 68).

Esse clima de possibilidade de vitória de Cabo Camata e o risco de institucionalizar a violência no Espírito Santo proporcionaram uma espécie de união de todos em favor de Vitor Buaiz, culminando com uma reviravolta no cenário eleitoral, garantindo a primeira vitória do PT em eleições para governador, ao lado do Distrito Federal, com Cristóvam Buarque. Vitor venceu com 55,48% dos votos, enquanto Cabo Camata obteve a preferência de 44,52% dos eleitores.

Tabela 16 - Resultado das eleições para governador – 1994 – 2º Turno

Candidato	Partido	Nº de Votos	%	Votos Válidos (%)
Vitor Buaiz	PT	669.533	50,93	55,48
Dejair Camata	PSD	537.051	40,85	44,52
Votos Brancos	-	11.226	0,85	-
Votos Nulos	-	96.653	7,35	-
Total de Votos Válidos		1.206.584	-	100
Total de Votos apurados		1.314.463	100	-

Fonte: TRE-ES.

Além da mobilização e dos apoios em torno do nome de Vitor Buaiz e do relaxamento da campanha Camata ante o favoritismo, qual seria o principal fator que teria contribuído para a virada na campanha do candidato petista? Teria sido realmente necessária a visita feita por Vitor ao presidente eleito Fernando Henrique Cardoso? De acordo com os tucanos, a resposta é positiva, a visita a FHC foi um elemento providencial. Para a jornalista e publicitária da campanha do candidato petista, entretanto (apud, VASCONCELLOS, 1994, p. 69), o principal fator da virada foi a produção e veiculação dos programas do horário eleitoral que faziam paralelo entre Hitler e Camata²⁴³.

Segundo a opinião consensual dos entrevistados, Brice Bragato, Vitor Buaiz, Rogério Medeiros e Perly Cipriano, não se pode apontar apenas um fator como determinante na vitória nas eleições de 1994, todas as articulações e movimentações foram cruciais para assegurar a vitória de Vitor Buaiz. Para tanto, observemos o depoimento de Vitor Buaiz:

[...] Então foi uma campanha muito difícil. No primeiro turno eu falei pra você que a militância, que os movimentos de igreja, ficaram um pouco acomodados, pensando que já tava ganho, [...] no segundo turno eles tiveram que entrar em campo e ir

²⁴³ A idéia do programa teria partido do jornalista e cineasta Amylton de Almeida, que trabalhou em sua montagem junto com a responsável pela campanha de Vitor Buaiz no horário de propaganda política na televisão, a também jornalista Beth Rodrigues.

catando voto a voto. Além disso, eu tive o apoio do Fernando Henrique, o PSDB articulou esse apoio, a mídia nacional, com editoriais quase que diários, quer dizer, editoriais freqüentes dizendo que era uma ameaça muito grande ao Estado do Espírito Santo se o candidato Cabo Camata fosse eleito, todo mundo já conhecia a história [...] deputados eleitos que me davam apoio, que fizeram comitês eleitorais nos seus municípios e se não fosse isso, mais o apoio do Fernando Henrique, o apoio da Igreja Católica, o Bispo soltou uma nota dizendo que a Igreja não concordava com aquele que defendia a violência e a morte, não é? [...], eu tinha perdido a eleição²⁴⁴.

Portanto, o aspecto que contribuiu decisivamente para a vitória de Vitor Buaiz, foi a rearticulação de forças diversas em seu favor, o que favoreceu, dentre outras coisas, a sua melhor penetração no interior. Conforme podemos averiguar nas tabelas abaixo, houve uma inversão dos votos obtidos pelos dois candidatos no interior e na Grande Vitória.

Tabela 17 - Distribuição dos votos dos candidatos ao governo do Estado entre Grande Vitória e Interior – 1º Turno - 1994.

<i>Candidato</i>	<i>Grande Vitória</i>		<i>Interior</i>		GV + Interior	
Vitor Buaiz	261.795	53%	234.589	47%	495.948	100%
Djair Camata	110.857	38%	179.820	62%	290.677	100%
Max Mauro	60.741	44%	78.521	56%	139.262	100%
Rosilda de Freitas	43.845	32%	93.821	68%	137.666	100%

Fonte: TRE-ES – Elaboração própria

Tabela 18 - Distribuição dos votos dos candidatos ao governo do Estado entre Grande Vitória e Interior – 2º Turno - 1994.

<i>Candidato</i>	<i>Grande Vitória</i>		<i>Interior</i>		GV + Interior	
Vitor Buaiz	296.669	44%	372.864	56%	669.533	100%
Djair Camata	228.827	43%	308.224	57%	537.051	100%

Fonte: TRE-ES – Elaboração própria

No primeiro turno, Camata obteve 62% dos votos no interior, contra 47% do candidato petista. No segundo turno, a coisa se inverteu: Vitor, apesar de quase empatar em número de votos na região metropolitana, aumentou sua margem de votos fora da Grande vitória, alcançando 56%. Já Cabo Camata encolheu sua margem no interior, passou de 62% para 57%.

²⁴⁴ BUAIZ, Vitor. **Desempenho político-eleitoral do Partido dos Trabalhadores, no Espírito Santo, nas eleições de 1982 a 2002**. 2008. Entrevista concedida a Ueber José de Oliveira, Vitória, 14 abr. e 19 mai. 2008.

Podemos perceber que há uma profunda relação entre os sucessos dos candidatos nos dois turnos e o bom desempenho no interior. Esses dados parecem confirmar a hipótese de que, para vencer eleições majoritárias no estado do Espírito Santo, é imprescindível uma expressiva votação no interior, a qual se adquire com uma forte articulação com os líderes locais. Caso contrário a vitória fica muito dificultada.

Apesar de derrotado, os saldos dessa Campanha para o candidato Cabo Camata não foram ruins. Nas eleições municipais seguintes, candidatou-se a Prefeito do Município de Cariacica, onde no pleito de 1994 perdera por apenas 39 votos para Vitor. Saiu vencedor, mas não chegou a concluir seu mandato, pois veio a falecer em um misterioso e controvertido acidente automobilístico em 1997.

3.3.5. Os anos 1995-1997 – Conflitos entre PT e Governo Vitor Buaiç

A fatalidade das revoluções é que sem os exaltados é impossível fazê-las. E com eles é impossível governar.

Joaquim Nabuco

Após a difícil e conturbada vitória de Vitor Buaiç, chegou o momento de compor o governo de coalizão. A partir desse momento, várias dificuldades já se apresentaram. No que tange a Assembléia Legislativa, dos trinta deputados eleitos, apenas 4 eram do PT, sendo apenas um componente do grupo do governador recém-eleito, no caso Juca Alves, da *Unidade na Luta*. Dois eram da *Articulação do B* (José Baiôco e Cláudio Vereza), além de Brice Bragato, da *Força Socialista*.

Tabela 19: Partidos e representação na Assembléia Legislativa em 1995.

<i>Partidos</i>	<i>Vagas por partido</i>	<i>%</i>
PT, PDT, PMDB, PSDB e PPB	4	66,7
PTB, PSB	3	20,0
PFL	2	6,7
PL, PMN	1	6,7
Total	30	100

Fonte: TER-ES.

A tabela acima mostra o grau de fragmentação da nova Assembléia Legislativa: cinco partidos completamente díspares ideologicamente representavam 66,7% da casa. Os outros 33,7% do Legislativo estavam nas mãos de outros três partidos. Se considerarmos a aliança PT/PSB/PC

do B, foram eleitos seis deputados (20%). Portanto, a *base oficial* do governo estava muito longe de representar uma boa sustentação. Repetiu-se assim, no legislativo estadual de 1995, a fragmentação partidária já assinalada no pleito de 1990, fato que levou a muitas dificuldades para a composição de um governo de coalizão, ao mesmo tempo em que o mesmo se tornou cada vez mais necessário.

Tabela 20: Coligações e representação na Assembléia Legislativa em 1995

<i>Coligações</i>	<i>Vagas</i>	%
PDT/PTB	8	26,7
PPR/PFL/PP	6	20,0
PT/PSB/PC do B	6	20,0
PSDB	4	13,3
PMDB	4	13,3
PSC/PL/PPS/PMN/PRP	2	6,7
Total	30	100,0

Fonte: TRE-ES.

No Encontro do Diretório Regional do Partido dos Trabalhadores, realizado na Universidade Federal do Espírito Santo no dia 04 de junho de 1994, Rogério Medeiros, um dos mais importantes assessores de Vitor Buaiç, que no decorrer do Governo ocupou a Casa Civil e a Secretaria da Fazenda, explicitou as dificuldades enfrentadas desde o início do mandato no que diz respeito a formação de uma coalizão:

A governabilidade estabelecida a partir de conversas com os partidos políticos para formar o Secretariado de Governo, foi se constituindo numa nova forma de convivência. A maioria dos Deputados (80%) são municipalistas, não querem enfrentar o governo, estão observando o movimento com perspectivas nas eleições/96 [...] Há um grupo de Deputados compostos por Ferraço, Adelson, Durão e Jorge Anders que querem eleger 30 projetos municipais. O grupo corre em campo próprio. Paulo Hartung busca fazer um caminho próprio, aliando-se a Ferracinho chamado campo progressista com 7/8 Deputados como sustentação [...] O PT está fora de qualquer proposta e não há aproximação e corre em campo próprio, formando seus quadros [...]. Vasco Alves assumiu o PMDB como um bloco próprio alijando outras forças do partido no processo, não dá para saber como ficará o PMDB nas mãos do Vasco. Nas SEFA, 80% dos fiscais estão na área e/ou esquema de corrupção [...] A retração de mercado resulta em queda de arrecadação [...] Não há perspectivas de melhoria acentuada na receita. A receita não consegue acompanhar o crescimento das despesas²⁴⁵.

Além da questão política, o novo Governador assumiu já tendo que administrar graves problemas financeiros que redundavam em sistemáticos atrasos na folha de pagamento do funcionalismo, herança do Governo Albuíno Azeredo (PDT). Para agravar ainda mais a

²⁴⁵ PARTIDO DOS TRABALHADORES. **Encontro Diretório Regional do PT, ampliado**. Vitória, p. 2-3, 04 jun. 1994.

situação, Vitor Buaiç fez aquilo que ele mesmo considera o grande erro da sua gestão enquanto governador, ou seja, conceder, em maio de 1995, aumento ao funcionalismo público de 25, 34%. Segundo Buaiç: "Nosso governo tomou uma atitude equivocada, ao dar reajuste de 25% para o funcionalismo. Nem mesmo o movimento sindical entendeu as mudanças que estavam ocorrendo e continuaram pressionando o governo"²⁴⁶. Não é outra opinião a de Perly Cipriano, outro importante nome do governo:

[...] acho que o maior erro do governo Vitor, que foram os 25% de aumento para os servidores, sem haver grandes demandas da sociedade dar uma aumento de 25%. Quando estabilizou a moeda, 56% era uma quantidade de dinheiro astronômica e na votação do secretariado do Vitor, teve dois votos contrários a isso, um é de uma pessoa do PSDB, Ricardo Santos e outro era o meu, dois votos contrários, todo o secretariado achava que poderia dar, porque a tradição nossa era a luta no meio do movimento popular, então dar aumento de salário é uma coisa boa, não é? Deu o aumento, só que quando tinha uma inflação galopante, você podia prometer 50% de aumento, porque quando você pagasse o aumento, você pegava aquele dinheiro, deixava depositado uma semana em algum lugar, só com os juros você pagava aquela folha. Mas quando houve a estabilização, 25% a cada quatro meses era uma folha de pagamento pra trás²⁴⁷.

O grande problema é que o PT apostou suas fichas no fracasso do Plano Real. Nesse aspecto, a Direção Nacional teve grande responsabilidade, ao não dar assistência necessária ao novo governo. Segundo Rogério Medeiros,

[...] depois quando foi dessa pressão para o Vitor dar os 25% de aumento, que foi o grande erro do Governo do Vitor, eles levaram o Vitor lá para Brasília e estava sendo estabelecido o Real, depois foram para São Paulo e aí fizeram uma reunião dizendo que o Vitor não entrasse nessa do Real que o Real era um engodo [...], não sei o que, e aí o Vitor ficou lá dois ou três dias, o pessoal daqui, eu também fiquei, e aí veio o Senador Mercadante, como grande economista que diz que é, e essa posição não haveria nada, que a inflação ia continuar²⁴⁸.

No decorrer do ano de 1995, o Governo tomou várias medidas visando cortar gastos e aumentar a arrecadação. Mas as iniciativas não surtiram o efeito esperado, a dívida pública foi aumentando e a folha de pagamentos acumulando. Dessa forma, segundo Pereira (2004, p. 140),

[...] o governador entendeu que deveria tomar medidas drásticas para resolver a situação. No final do ano de 1995, foram enviadas à Assembléia Legislativa várias matérias, cujo objetivo era diminuir os gastos com servidores públicos. Até então, o

²⁴⁶ BUAIZ, Vitor. O Governo Vitor Buaiç. *Revista Essa*, Vitória, 19 abr. 2006. Entrevista concedida a Nilo De Mingo.

²⁴⁷ CIPRIANO, Perly. **Desempenho político-eleitoral do Partido dos Trabalhadores, no Espírito Santo, nas eleições de 1982 a 2002**. 2008. Entrevista concedida a Ueber José de Oliveira, Vitória, 25 maio. 2008.

²⁴⁸ MEDEIROS, Rogério Sarlo de. **Desempenho político-eleitoral do Partido dos Trabalhadores, no Espírito Santo, nas eleições de 1982 a 2002**. 2008. Entrevista concedida a Ueber José de Oliveira, Vitória, 10 abr. 2008.

governador não havia submetido ao Parlamento qualquer matéria mais importante e a bancada da situação, composta por deputados de diferentes origens, não havia sido realmente testada.

Além disso, ainda no ano de 1995, várias mensagens polêmicas foram enviadas à Assembléia, causando os primeiros grandes conflitos entre a bancada petista e o governo Vitor Buaiz. Dentre elas, destaca-se a que previa a venda das ações da Escelsa: a bancada, contrariando as recomendações da executiva estadual do partido e do governo, votou de forma contrária a ela²⁴⁹. Outra questão que causou muita polêmica foi a do programa de incentivos do governo às empresas de importação e exportação por ocasião da implantação do FUNDAP (Fundo de Desenvolvimento de Atividades Portuárias).

O ano de 1996 foi extremamente complicado para o Estado. Para piorar a sua já abalada situação financeira, entrou em vigor, no dia 13 de setembro, a *Lei Kandir*²⁵⁰, que isentava do pagamento de ICMS os produtos e serviços destinados à exportação. Essa lei, ao interferir em uma das principais fontes de arrecadação de tributo do estado, prejudicou ainda mais o governo no que diz respeito ao equilíbrio das contas públicas, o que gerava ainda mais atrasos das folhas de pagamento e, conseqüentemente, mais descontentamento do funcionalismo público e conflitos com os sindicatos²⁵¹.

Essa situação veio a piorar no decorrer do ano de 1996 com o envio à Assembléia Legislativa do *Projeto de Privatização de Empresas Públicas*, entre as quais o BANESTES, já citado acima, além da CESAN (Companhia Espírito Santense de Saneamento). Foi feito um documento, intitulado *Alerta aos Petistas*, divulgado em 26 de outubro de 1996 e assinado por várias lideranças do partido²⁵², as quais, em tom de denúncia, afirmavam o seguinte:

O Governo do Espírito Santo, conduzido pelo Governador Vitor Buaiz, está levando o Partido dos Trabalhadores a viver perante a opinião pública um grave desgaste político e uma acirrada disputa interna, porque desrespeitando resoluções partidárias e descumprindo o programa democrático e popular, têm provocado junto aos

²⁴⁹ PARTIDO DOS TRABALHADORES. Bancada do PT na Assembléia Legislativa. **Manifesto dos deputados petistas**, Vitória, p. 01, 28 set. 1995.

²⁵⁰ Lei Complementar nº187 de autoria do Deputado Antônio Kandir do PSDB-SP.

²⁵¹ Importante frisar que nessa altura dos acontecimentos, a *Articulação Sindical*, setor mais moderado do movimento sindical e ligado à tendência *Unidade na Luta*, do governador, que deteve, durante muito tempo a hegemonia sobre o movimento, abria espaço, nesse momento, para outros agrupamentos, tais como: *Articulação de Esquerda*, *Força Socialista (FS)*, *Democracia Socialista (DS)*, todas correntes internas do PT. Para maiores esclarecimentos, ver: *Revista Capixaba Agora*, Vitória, p.05 - 15 Dez. 1997. Ano I – Número 1

²⁵² Assinaram o documento os seguintes membros do Partido: Cláudio Vereza, Brice Bragato, José Baiôco (bancada petista na Assembléia), João Carlos Coser, Magno Pires, Iriny Lopes, Eliezer Tavares, Lúcio Faller, Hélder Salomão, Terezinha Cravo, Gilsa Barcelos, José Aguiar Dalvi, dentre outros.

movimentos sociais, sindicais, servidores públicos e formadores de opinião o descrédito político e o desprestígio da proposta do Modo Petista de Governar²⁵³.

No mesmo ano de 1996, as dissensões internas do PT, já críticas, foram potencializadas pela agenda assumida pelo poder executivo. No dia 08 de setembro, em plena campanha eleitoral nos municípios, o governador do estado, junto com o presidente Estadual do PT, e à revelia dos órgãos de direção partidária, anunciou pela imprensa que o governo só entraria em campanhas nos municípios cujos interessados fossem membros da base de sustentação na Assembléia Legislativa²⁵⁴. Na avaliação de importantes membros do PT, inclusive da bancada na Assembléia, com exceção de Juca Alves, esse ato significou uma afronta que desqualificava o partido. Denunciavam então que, em muitos municípios, a posição do governo contribuiu para a vitória de adversários do partido:

Ação do governo proporcionou a vitória de adversários históricos do PT, com a inauguração de obras, prestação de serviços, presença de membros do Governo nos palanques dos adversários, favorecendo com créditos políticos aos adversários do PT as poucas realizações do Governo Estadual, como o ocorrido nos municípios de Viana, Barra de São Francisco, Linhares, Jerônimo Monteiro, Nova Venécia, São Mateus, Jaguaré, Vitória, Vila Pavão, Colatina, entre outros²⁵⁵.

Por conta dos desacertos no lançamento de candidatos nos municípios, o resultado das eleições locais de 1996 não foi dos melhores para o PT, pois elegeu prefeitos em apenas três municípios: Brejetuba, Conceição da Barra e Fundão. Apesar de ter obtido um resultado melhor do que no pleito anterior (em 1992 venceu em apenas um município), o resultado não pôde ser considerado bom, principalmente por se tratar do partido que estava ocupando o governo do estado. Além disso, os municípios nos quais o PT obteve êxito em 1996 não estavam entre os mais importantes. O resultado contrastou completamente com aquele obtido pelo PT no plano nacional, quando conquistou 111 (cento e onze) prefeituras, dobrando a quantidade do pleito de 1992, quando conseguiu eleger 54 (cinquenta e quatro) chefes municipais em todo o país (Tabelas 24 e 25 do apêndice I).

²⁵³ PARTIDO DOS TRABALHADORES. **Alerta aos Petistas**, Vitória, p. 01, 26 out. 1996.

²⁵⁴ PARTIDO DOS TRABALHADORES. **Alerta aos Petistas**, Vitória, p. 01, 26 out. 1996.

²⁵⁵ PARTIDO DOS TRABALHADORES. **Alerta aos Petistas**, Vitória, p. 01, 26 out. 1996. Acerca da trajetória do PT em Viana, PINTO (2001, p. 107-111) atesta a informação acima, de que nesse Município, o Governador Vitor não subiu no Palanque do Candidato do PT, José dos Santos da Silva. Segundo a autora, essa atitude do Governador acabou favorecendo o Candidato Balestreiro (que também lhe havia dado apoio em 1994), principalmente em decorrência dos palanques em inauguração de obras. Segundo o mesmo estudo, muitas obras foram marcadas por protestos dos candidatos petistas e, em alguns casos, ocorria até a divisão do palanque. Situação parecida é apresentada por Sherer (2005) por ocasião do não apoio ao candidato do PT à Prefeitura de Vitória, Otaviano de Carvalho, quando Vitor apoiou, em seu lugar, o candidato Luiz Paulo Velloso Lucas, do PSDB.

É importante registrar que o PMDB foi o partido que mais conquistou municípios no ano de 1996 no Espírito Santo, perfazendo um total de 20 prefeituras num total de 77, seguido do PSDB, que conquistou 18 e do PDT com 12 municípios.

Tabela 21 – Número de Prefeitos eleitos no ES, por partido – 1996

Partido	1996	
	Nº	%
PMDB	20	25,97
PSDB	18	23,37
PDT	12	15,58
PPB	06	7,79
PFL	05	6,49
PSB	05	6,49
PTB	03	3,89
PL	03	3,89
PT	03	3,89
PSD	01	1,29
PMN	01	1,29
Total	77	100

Fonte: TRE-ES – Elaboração própria

Ainda no que diz respeito à nova agenda assumida pelo executivo estadual, Pereira (2004) aponta o seguinte:

[...] a guinada em termos de proposta de administração pública, consubstanciada em um novo conjunto de matérias, enviadas a ALES na segunda metade do ano. Destacam-se: a criação de um órgão responsável por reunir as empresas públicas mais rentáveis do Estado (Agência para o Desenvolvimento em Rede do Espírito Santo - ADERES); liberdade ao Executivo para promover privatizações ou concessões de serviços públicos por decreto e aumento da contribuição dos servidores ao Instituto de Previdência e Assistência Jerônimo Monteiro (IPAJM).

No mesmo documento, *Alerta aos Petistas*, reconhecia-se a crise do Estado Brasileiro, decorrente, dentre outros fatores, de sucessivas políticas econômicas que centralizaram os recursos políticos nas mãos do governo federal. Apontava-se também que a então política de estabilidade monetária levada a cabo pelo Presidente Fernando Henrique Cardoso, com altas taxas de juros combinadas com a recessão econômica e o desemprego, agravou a situação das finanças públicas em diversos estados, e uma das maiores vítimas era o Espírito Santo. Além disso, o documento fazia críticas ao *Programa de Demissão Voluntária* (PDV); a contratos com a Caixa Econômica Federal; e à já citada política de renúncias fiscais do governo do

estado. E completava denunciando a suposta adesão do governador Vitor Buaiz à política de FHC, que, segundo o documento, estava expressa em entrevista à “*Revista Veja*, de 23 de outubro de 1996, [na qual declarava] o seu apoio ao projeto da reeleição e às reformas do Governo Federal, confrontando-se a um só tempo publicamente com as posições da bancada federal [...] e com as posições do Diretório Nacional do PT”.²⁵⁶

O documento citado assinalava ainda que o governo, com suas posições, afastava-se do programa democrático e popular, dos movimentos sociais, inibindo o processo de democratização do Estado, e se aproximava cada vez mais de setores empresariais que, “no Espírito Santo, sempre privatizaram os recursos públicos, através de instrumentos como o FUNDAP, caso do SINDIEX (Sindicato dos Importadores e Exportadores Capixabas)”²⁵⁷.

Na prática, sacramentou-se o rompimento dos deputados do PT e de uma porção significativa do próprio Partido com o Governo. Segundo Pereira (2004, p. 141), diante desse quadro de crise,

[...] Buaiz iniciou negociações para ampliar a participação de lideranças políticas na sua administração, tendo em vista, inclusive, melhor articulação em Brasília. A maior parte destes, porém, não assumiu compromissos. O desgaste do governo era muito alto e permaneceria assim deste jeito até o final do mandato

Ainda nos últimos meses de 1996, o governo retomou medidas voltadas para cortes de gastos com servidores, a aprovação da ADERES e a autorização para a tomada de um empréstimo do governo federal cujo objetivo era liquidar as folhas de pagamentos em atraso. Naquele momento, o Legislativo estadual já havia se dividido em três agrupamentos: um governista, um independente e um de oposição, no qual se inseriam três dos quatro parlamentares petistas (PEREIRA, 2004).

No início de 1997 a coisa viria a piorar ainda mais, com a formação de uma coalizão de governo contando, segundo acusações do PT, com a indicação de dois secretários de Estado e com a eleição para a presidência da Assembléia Legislativa do principal líder do grupo dos independentes, José Carlos Gratz (PFL) (PEREIRA, 2004). Essa aliança foi alvo de mais um sem número de críticas por parte do partido.

²⁵⁶ PARTIDO DOS TRABALHADORES. **Alerta aos Petistas**, Vitória, p. 02, 26 out. 1996.

²⁵⁷ PARTIDO DOS TRABALHADORES. **Alerta aos Petistas**, Vitória, p. 02, 26 out. 1996.

Diante de todos esses problemas, os conflitos envolvendo o Governo e o Partido dos Trabalhadores aumentaram significativamente, culminando com a convocação de Vitor à Executiva Nacional para se explicar. Isso ficou claro em um documento divulgado no mês de julho de 1997, em que o Partido dos Trabalhadores, por sua instância máxima estadual, deliberava que: o governo procedesse à imediata revisão de sua base de sustentação na Assembléia Legislativa (artigo I); e que instituísse de fato o controle social sobre o Estado, efetivando sua real governabilidade, com a participação dos movimentos sociais, através do alargamento dos mecanismos de participação popular (artigo II). Deliberou-se também que o Governo deveria extinguir o Conselho de Estado²⁵⁸ e que fossem implementadas políticas tais como *Orçamento Participativo* (artigo VII).

Foge dos objetivos deste trabalho fazer juízo de valor acerca de qual dos dois lados estava com a razão. Endossamos a idéia de que o importante é ter a compreensão de que havia uma incompatibilidade ideológica, entre a *Unidade na Luta* e as *tendências minoritárias*, de modo a tornar inviável a convivência no mesmo partido. Os princípios ideológicos que norteavam as visões de mundo dos dois agrupamentos eram completamente divergentes. Isso ficou muito evidente no depoimento de Vitor Buaziz quando fala acerca da formação de alianças, composição de governos e dos fatores que provocaram as crises entre o seu governo e o PT:

[...] a partir do momento que nós havíamos feito uma campanha eleitoral com o apoio do PSDB, estava implícito que dentro da equipe teríamos secretários tucanos. Isso foi feito durante o processo e não teve nenhuma dissidência interna em relação aos partidos que participavam, não só o apoio do PSDB, como também o PC do B, PCB, na época nem sei se tinha o PPS já? Eu acho que não? Então houve uma ampla composição, talvez seja a primeira composição político-eleitoral que o PT fez com o PSDB no Brasil e que deu certo[...]. Eu não poderia deixar de ter o apoio de um deputado que não fosse do partido se esse deputado tava concordando com todos os projetos políticos do governo. A bancada não queria que desse apoio a determinado parlamentar que tinha uma atuação política no município do interior do Estado. Mas ele é de direita... Governo é governo e partido é partido e eles não conseguiam separar isso. Eles queriam que o governador fosse seguir a cartilha do partido, enquanto que eu disse logo no primeiro ano de governo: eu não sou governador do PT, eu sou governador do estado do Espírito Santo²⁵⁹.

Nota-se que Vitor Buaziz enxerga a democracia como de fato representativa e de partidos, na qual cada força política pode e deve participar da composição de governos, desde que tenha uma afinidade mínima e independente de aspectos ideológicos.

²⁵⁸ Tratava-se de um Conselho formado com o intuito de romper com o isolamento ideológico-político-partidário e auxiliar o governo na inserção o Estado no processo de desenvolvimento nacional.

²⁵⁹ BUAIZ, Vitor. **Desempenho político-eleitoral do Partido dos Trabalhadores, no Espírito Santo, nas eleições de 1982 a 2002**. 2008. Entrevista concedida a Ueber José de Oliveira, Vitória, 14 abr. e 19 mai. 2008.

Sem entrar no mérito da questão quanto às tendências existentes no interior do PT e aos conflitos subjacentes a elas, Vitor Buaiç não as reconhecia como algo benéfico para a vida do partido:

Naquela ocasião tinha a *Articulação*, depois se transformou na *Articulação do B*, que é uma dissidência da *Articulação*, e tinha o João Carlos Coser e a Iriny como as lideranças. Tinha... não lembro mais porque eu deletei isso da minha memória...(risos). Tinha a do Otaviano, a *DS*, [...], que era mais chegada, a *Força Socialista*, essa era mais sectária, da Brice Bragatto. Tanto naquela época e depois quando eu fui governador e prefeito, continuaram fazendo oposição ao nosso governo [...] se discutia ideologia e aí para a comunidade aquele debate não era interessante, podia ser interessante [...] para o partido²⁶⁰.

Diante de todo esse quadro de conflitos e a despeito das tentativas de reconciliação, um fato veio a corroborar com a complicada relação Vitor/PT: a *Articulação do B*, com Iriny Lopes à frente e contando com os apoios da *Democracia Socialista (DS)*, *Força Socialista*, e de outros agrupamentos opositores à *Unidade na Luta* (tendência do Governador Vitor Buaiç), venceu a disputa interna pela direção do partido. A situação, que era complicada para Vitor, ficou insustentável, levando ao seu pedido de desligamento da sigla em agosto de 1997, transferindo-se para o Partido Verde (PV).

A saída de Buaiç do PT redundou na debandada de importantes lideranças do partido. Cerca de cinquenta membros pediram desligamento, dentre os quais se destacavam: o Secretário de Educação, Robson Neves; o de Transportes, Fernando Bettarello; o Diretor do Banestes, Waldir Toniato e o presidente da CESAN, Cláudio Machado, além de Rogério Medeiros, que já havia deixado o partido. De acordo com Scherer (2005, p. 91), o PT, na ocasião, “perdeu cerca de 40% de seus membros”.

Em 1998, já filiado ao Partido Verde (PV) e com baixa popularidade devido a não resolução dos principais problemas que abatiam o Estado, especialmente na área econômica, Vitor Buaiç resolveu não se candidatar à reeleição.

²⁶⁰ **BUAIZ**, Vitor. Desempenho político-eleitoral do Partido dos Trabalhadores, no Espírito Santo, nas eleições de 1982 a 2002. 2008. Entrevista concedida a Ueber José de Oliveira, Vitória, 14 abr. e 19 mai. 2008.

3.4. Eleições 1998/2002 e o PT: da fragilidade eleitoral ao revigoreamento

No pleito de 1998, quem saiu na frente nas articulações foi o PSDB, montando uma ampla aliança, que reunia outros cinco partidos: PPB, PL, PFL, PSDC e PV, este último, partido do governador Vitor Buaiz. Entre os tucanos, apareciam dois nomes como pré-candidatos ao governo do estado: um era o ex-deputado e ex-prefeito de Vitória Paulo Hartung, e outro era o senador José Ignácio Ferreira. Depois de uma disputa bastante acalorada, com agressões advindas de ambos os lados e marcada por um incidente mais grave, que foi o afastamento do presidente do partido²⁶¹, realizado pela justiça²⁶², Ignácio saiu vencedor, ficou com 244 votos contra 104 do ex-prefeito de Vitória²⁶³.

Os vários incidentes ocorridos no contexto das disputas internas acabaram levando a uma aproximação informal de Paulo Hartung com o principal concorrente do candidato tucano, Albuíno Azeredo, que se lançou pelo PDT com o apoio de outros quatro partidos: PSL, PSC, PPS, PAN. Sinal dessa aproximação foi a manifestação, ainda no dia da Convenção tucana, no momento em que se anunciou a vitória de José Ignácio, quando partidários de Paulo Hartung gritaram sem o menor constrangimento: “Albuíno, este é o Homem”²⁶⁴, slogan do candidato pedetista no pleito de 1990.

Depois desses episódios, o PSDB teve muitas dificuldades para reunificar o partido, só conseguindo acalmar os ânimos internos com a indicação de Paulo Hartung para concorrer ao Senado na vaga que seria do ex-Prefeito de Serra, João Batista da Motta.

O Partido dos Trabalhadores, bastante enfraquecido com a debandada de importantes lideranças no ano anterior, não reuniu condições de lançar candidato próprio nessas eleições majoritárias, nem para o cargo de governador, nem para o Senado. Acabou se coligando ao

²⁶¹ O Presidente do PSDB, Tadeu Batista, ex-Prefeito de Bom Jesus do Norte (1989/1992), foi afastado do Partido por irregularidades cometidas quando ainda era Prefeito do Município. O Jornal *A Gazeta*, do dia 5 de julho de 1998, publicou uma matéria na qual apontava a idéia, existente no interior do PSDB, de que o Senador José Ignácio estava por trás do afastamento, uma vez que quem assumiria a direção dos tucanos seria Luzia Toledo, figura considerada mais próxima. Apesar das acusações, Ignácio sempre negou o envolvimento nesse episódio.

²⁶² JUSTIÇA destitui Presidente do PSDB. *A Gazeta*, p. 02, 4 jun. 1998. PRESIDENTE do PSDB contesta destituição. *A Gazeta*, p. 02, 05 jun. 1998; HARTUNG lamenta e lembra armação. *A Gazeta*, p. 07, 05 jun. 1998; IGNÁCIO alerta sobre Convenção. *A Gazeta*, p. 07, 05 jun. 1998.

²⁶³ JOSÉ Ignácio vence Convenção do PSDB. *A Gazeta*, p. 03, 14 jun. 1998.

²⁶⁴ O PSDB e Albuíno. *A Gazeta*, p. 04, 15 jul. 1998.

PSB, que indicou o então Vice-governador Renato Casagrande. Houve ainda a tentativa, por parte da aliança PSB/PT, de ampliar seu arco de acordos, mas não obtiveram êxito²⁶⁵.

Pelo PMDB, mais uma vez Gerson Camata aparecia como o mais cotado para a disputa. Mas, diante da recusa do ex-governador, depois de muito protelar, foi homologado o nome do ex-prefeito de Vila Velha, Vasco Alves²⁶⁶. Em termos de aliança, chegou a ser ensaiado um acordo com o PFL, que esperava a confirmação do nome de Gerson Camata. Diante da recusa do Senador, os peemedebistas acabaram se unindo somente ao PTB.

Quanto aos peefelistas, novamente fortalecidos, principalmente por ocasião de estarem compondo a coalizão do Governo Fernando Henrique Cardoso, fornecendo, inclusive, um nome para o Ministério da Defesa e ocupando alguns dos postos mais importantes da máquina estadual, como a Presidência da Assembléia Legislativa e o Tribunal de Contas, acabaram fechando com a candidatura José Ignácio (PSDB). E, por fim, pelo PSD, Jesus Vaz saiu candidato ao Palácio Anchieta.

O cenário que despontou em 1998, portanto, remontou ao pleito de 1990, quando o mesmo José Ignácio disputou com Albuíno. Mas os desdobramentos foram completamente diferentes, pois, dessa vez, por um lado, Ignácio não teve problemas como na campanha de 1990 e ampliou o seu leque de alianças. Por outro, Albuíno não teve o mesmo fôlego e não contou com a máquina estatal para montar uma estrutura de campanha como ocorrera em 1990. Além disso, o candidato pedetista possuía altos índices de rejeição em decorrência de o seu governo ter sido avaliado de maneira muito negativa.

Dessa forma, José Ignácio teve uma vitória tranqüila, foi eleito no primeiro turno com 61,29% dos votos válidos, contra 13,72% do segundo colocado e 12,32% do terceiro (tabela abaixo). Na Assembléia Legislativa, o melhor desempenho foi o do PFL, que conquistou seis cadeiras (20% do total). Em segundo veio PTB, PMDB, PSDB e PPS, com quatro cadeiras cada (13,3%). O PSB ficou com três cadeiras (10% do total), o PDT com duas (6,7%). Fechando a lista estavam o PT, o PPB e o PMN com uma vaga cada um, o que representava 3,3% do total (Tabela 14 do apêndice I).

²⁶⁵ CASAGRANDE tem apoio de oito partidos. *A Gazeta*, p. 02, 10 jul. 1998.

²⁶⁶ PMDB reúne-se para preparar a Convenção. *A Gazeta*, p. 02, 12 jul. 1998. PMDB confirma o nome de Vasco à sucessão. *A Gazeta*, p. 02, 13 jul. 1998.

Tabela 22 – Resultados da eleição para Governador do Estado do Espírito Santo - 1998.

Candidato	Partido	Nº de votos	%	Votos Válidos (%)
José Ignácio Ferreira	PSDB	723.853	48,31	61,29
Albuíno Cunha de Azeredo	PDT	162.109	10,82	13,72
Jose Renato Casagrande	PSB	145.547	9,71	12,32
Vasco Alves de Oliveira Jr.	PMDB	133.287	8,89	11,28
Jesus dos Passos Vaz	PSD	16.187	1,08	1,37
Votos Brancos	-	200.647	13,39	-
Votos Nulos	-	117.135	7,81	-
Total de Votos Válidos		1.180.983	-	100
Total de Votos apurados		1.498.175	100	-

Fonte: TRE-ES.

Para o Partido dos Trabalhadores, portanto, foram graves as conseqüências da crise vivenciada nos anos anteriores, pois obteve um resultado pífio nas eleições. Só elegeu um representante na Câmara Federal e um na Assembléia. No plano nacional, Lula foi derrotado mais uma vez por Fernando Henrique, e novamente no primeiro turno, com o candidato tucano ainda se aproveitando da onda do Plano Real e do momento auge da hegemonia neoliberal, com 64% dos votos, contra 20% do candidato petista (Tabela 4 do apêndice II).

Nas eleições municipais de 2000, o PSDB, assim como ocorrera em 1998 nas eleições estaduais, conseguiu capitalizar politicamente a hegemonia tucana no plano nacional: conquistou o maior número de prefeituras no estado, 17 ao todo, quantidade que representava 24% do total, desbancando o até então imbatível PMDB (Tabela a seguir). Em seguida veio o PFL, com 14 prefeituras. Observa-se que a coalizão do Governador eleito José Ignácio foi a grande vencedora: PFL e PSDB juntos conquistaram quase metade dos municípios do Espírito Santo, consolidando a aliança PSDB-PFL também no estado e confirmando mais uma vez a hipótese de que os partidos governistas tendem a obter vitórias no plano municipal.

Tabela 23 – Número de Prefeitos eleitos no ES, por partido – 2000.

Partido	2000	
	Nº	%
PSDB	19	24,36
PMDB	18	23,07
PFL	14	17,94
PSB	06	7,69
PDT	05	6,41
PTB	04	5,12
PL	03	3,84
PPB	03	3,84
PMN	02	2,56
PSD	01	1,28
PHS	01	1,28
PRN	01	1,28
PPS	01	1,28
PT	00	00
Total	78	100

Fonte: TRE-ES.

Como se nota na tabela acima, nas eleições municipais, os resultados para o PT, no Espírito Santo, foram ainda inferiores àqueles obtidos no pleito estadual de 1998: não conseguiu eleger um prefeito sequer.

No ano anterior, em novembro de 1999, aconteceu, em Belo Horizonte, o II Congresso Nacional, que procurou ajustar a ação do PT ao quadro político nacional, depois da terceira derrota de Lula em eleições presidenciais, e ao cenário que emergiu ao longo da década de 1990 (MARTINEZ, 2007).

Em relação à hegemonia neoliberal no governo da coalizão PSDB/PFL, “que continuara o trabalho iniciado por Collor”²⁶⁷, o PT reconheceu que se deu, dentre outros fatores, pela falta de alternativa mais consistente das esquerdas:

É certo que faltou às propostas do PT e das esquerdas uma visão mais aprofundada das transformações em curso no mundo e no capitalismo brasileiro. É certo que não se deu ênfase necessária a temas relevantes como os do financiamento do desenvolvimento e dos novos papéis do Estado, por exemplo²⁶⁸.

²⁶⁷ PARTIDO DOS TRABALHADORES. **Resoluções do II Congresso do Partido dos Trabalhadores**. Belo Horizonte, 1999.

²⁶⁸ PARTIDO DOS TRABALHADORES. **Resoluções do II Congresso do Partido dos Trabalhadores**. Belo Horizonte, 1999.

Na visão dos militantes e dirigentes do PT, diante da crise do capitalismo brasileiro, aprofundada com a liberalização do comércio internacional, com a globalização e com a desregulamentação financeira mundial, estavam dadas as condições para a construção de novos projetos nacionais e internacionais.

Assim, foi apresentado e discutido, nesse Congresso, o *Programa de Revolução Democrática*, que teria três eixos fundamentais: o social, o democrático e o nacional. Segundo o documento, seriam encaminhadas reformas nesses três campos para implantação de um “modelo econômico estruturado em torno da idéia de construção de um amplo mercado interno de bens de consumo e de massas”²⁶⁹, a ser executado por um governo apoiado em uma ampla coalizão de forças sociais e políticas.

Diante da revolução tecnológica, da internacionalização crescente da economia e das mudanças verificadas na própria sociedade brasileira, o novo posicionamento do Brasil no mundo foi entendido como inevitável, caso o PT viesse a governar o país, a partir de seu ambicioso programa de transformações sociais e políticas. Assim, a condução da política externa deveria refletir o grande projeto nacional do PT:

[...] é fundamental que o PT ocupe outro lugar no mundo. A compreensão teórico-política dos processos de globalização, acentuados nos últimos anos, coloca a necessidade de conviver com a economia mundial desde uma perspectiva soberana. Isso significa que para vincular-se à economia mundial é necessário, ao mesmo tempo, construir um projeto nacional de desenvolvimento. A política externa brasileira será um instrumento deste projeto nacional, visando assegurar condições internacionais para sua realização²⁷⁰.

No II Congresso também foi redigido e aprovado o documento denominado “*Por uma Esquerda Republicana*”, em que fica mais explícita a guinada política do partido rumo à institucionalidade democrática vigente:

Na tese que apresentamos para o Congresso partidário decidimos não fazer referência ao socialismo por entendermos que este conceito designa uma realidade identificada historicamente com o comunismo soviético e do Leste europeu. Trata-se de uma herança negativa, fracassada, assimilada à supressão da liberdade política e econômica, à ditadura de partido único e de líderes autocráticos, que violaram os direitos humanos [...] O programa do PT deve atacar essas condições estruturais do

²⁶⁹ PARTIDO DOS TRABALHADORES. *Resoluções do II Congresso do Partido dos Trabalhadores*. Belo Horizonte, p. 4, 1999.

²⁷⁰ PARTIDO DOS TRABALHADORES. *Resoluções do II Congresso do Partido dos Trabalhadores*. Belo Horizonte, p. 5, 1999.

capitalismo brasileiro que concentram a riqueza e a terra e impedem a democratização do capital e da propriedade. Promover uma radical reforma democratizadora do capital, da propriedade e das rendas, e republicinizadora do Estado, tem, no Brasil, o alcance de uma revolução.²⁷¹

Nota-se, claramente, que o documento aponta para a reforma, que seria implementada pela via da legalidade vigente, e o partido teria o papel de ampliar a democratização e, conseqüentemente, trazer a igualdade social. Fazendo uma análise atenta do documento, percebe-se que as propostas nele contidas não diferem de propostas da social democracia. Mas essa também é questão para um outro estudo.

A nova política de alianças também foi uma determinação do II Congresso Nacional. Com o objetivo de aumentar as chances de ganhar as eleições de 2002, foi aprovada a coligação com o PL, um partido historicamente adversário do PT. Esse processo de mudança na política de alianças acirrou grandemente o debate interno no partido, gerando, inclusive, renúncias de candidatos a governo de Estado, como foi o caso de Heloísa Helena, em Alagoas.

Em 2001, no 12º Encontro do partido, o assunto não foi outro senão a “determinação de governar o Brasil e mudar a nossa sociedade”²⁷². As expectativas eram alimentadas por aquilo que o PT denominou de “enfraquecimento do neoliberalismo” (MARTINEZ, 2007, p. 270). Esse quadro oferecia à esquerda uma oportunidade de confronto com o capitalismo e, ao PT, a possibilidade da conquista do poder e da implementação de um governo democrático e popular.

Em 2002, o processo eleitoral se iniciou de forma tumultuada, por ocasião de uma polêmica levantada pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE), no que diz respeito à lei eleitoral: a menos de oito meses do dia da realização da eleição, em 26 de fevereiro de 2002, o TSE apreciou consulta formulada pelos Deputados Federais Miro Teixeira, José Roberto Batochio, Fernando Coruja e Pompeo de Mattos, todos integrantes do PDT. No parecer, o TSE instituiu a verticalização das coligações partidárias, ou seja:

Os partidos políticos que ajustarem coligação para eleição de presidente da República não poderão formar coligações para eleição de governador de estado ou

²⁷¹ PARTIDO DOS TRABALHADORES. **Resoluções do II Congresso do Partido dos Trabalhadores**. Belo Horizonte, p. 4, 1999.

²⁷² PARTIDO DOS TRABALHADORES. **Resoluções do II Congresso do Partido dos Trabalhadores**. Belo Horizonte, p. 5, 1999.

do Distrito Federal, senador, deputado federal e deputado estadual ou distrital com outros partidos políticos que tenham, isoladamente ou em aliança diversa, lançado candidato à eleição presidencial²⁷³.

Essa resolução causou enorme celeuma no cenário político nacional e estadual, modificando o processo político de formação de alianças partidárias em todo o país. Apesar de diversas críticas levantadas contra o entendimento do TSE, e também de várias alternativas apontadas por lideranças políticas e por partidos com o intuito de impedir a mudança de última hora, prevaleceu, no processo eleitoral em curso, a decisão do TSE, ou seja, aquilo que ficou conhecido como *verticalização* das coligações partidárias.

As eleições nacionais de 2002 começaram a ser articuladas após o pleito de 1998, uma vez que, assim que foram divulgados os resultados eleitorais dos quais que saiu vencedor o candidato Fernando Henrique Cardoso, as candidaturas de Luiz Ignácio Lula da Silva (PT) e Ciro Gomes (PPS) já foram lançadas.

Posteriormente, entrou na disputa, pelo PSDB, José Serra, apesar de toda a resistência de setores de seu partido. Tasso Jereissati, por exemplo, então Governador do Estado do Ceará, foi preterido e, por isso, passou apoiar abertamente a candidatura de Ciro Gomes, seu ex-correligionário e também ex-governador do Ceará.

Outro candidato foi Anthony Garotinho, ex-governador do Rio de Janeiro, que se lançou pelo PSB. Devemos também registrar as candidaturas de José Maria de Almeida, pelo PSTU e Rui Costa Pimenta, pelo PCO.

Ao contrário do que havia ocorrido anteriormente, dessa vez o PT conseguiu vencer o medo do eleitorado, prosseguiu impondo mudanças na imagem do partido e conseguiu atrair o empresariado, especialmente do setor produtivo. Sem desagradar o mercado financeiro e com uma sofisticada máquina publicitária, desconstruiu a imagem de partido político dogmático, radical, intransigente, e construiu a imagem de um partido moderno, negociador, confiável e conciliador. Obteve uma importante vitória sobre o candidato governista (Tabela 5 do apêndice II).

No Espírito Santo, o processo eleitoral de 2002 se iniciou em meio a uma série de denúncias de corrupção envolvendo setores do Executivo e do Legislativo, que levaram, inclusive, a um pedido de *impeachment* contra o Governador José Ignácio Ferreira, feito pelos partidos da

²⁷³ Informação retirada do site: <www.tse.gov.br>. Acesso em: 29 mai. 2008.

oposição. Essas questões, mais a atitude de afastamento de Ignácio de sua base de sustentação nos dois primeiros anos de mandato, levaram ao fortalecimento dos seus opositores (PEREIRA, 2004), dos quais saíram os dois principais candidatos que concorreriam ao pleito de 2002: Paulo Hartung (PSB) e Max Freitas Mauro (PTB).

3.4.1. Paulo Hartung e o pleito de 2002

Paulo Hartung, que havia perdido as prévias tucanas para Ignácio em 1998, se lançou candidato ao governo pelo PSB e conseguiu apoio de uma ampla frente que reunia nove partidos: PSB, PSD, PSC, PRONA, PT DO B, PV, PAN, PSL, PHS (Frente Competência pra mudar). Homem com pouca vinculação partidária (já passou por vários partidos, dentre eles PSDB, PPS, PSB e PMDB por duas vezes), Hartung teve dois mandatos como deputado estadual (1983/1987 e 1987/1990), um de deputado federal (1991/1992), quando chegou a exercer a vice-liderança do PSDB na Câmara, tendo como líder José Serra, além de ter sido prefeito de Vitória na gestão 1993/1996. Em 1998, Paulo Hartung assumiu, a convite do Presidente Fernando Henrique Cardoso, a Diretoria de Desenvolvimento Regional e Social do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e, no mesmo ano, aos 41 anos de idade, foi eleito Senador da República com a maior votação que um político já recebeu no Espírito Santo (780 mil votos).

Em 2002, Paulo Hartung concorreria com o ex-governador Max Freitas Mauro, do qual já se falou diversas vezes nesta dissertação e que filiado ao PTB, mais uma vez se apresentava como candidato ao governo. Max se aliou a mais quatro partidos: PDT, PST, PSDC, PRP, formando a *Frente Trabalhista - Muda Espírito Santo*, além de ter obtido o apoio da *Coligação Mudança pra valer* da qual faziam parte o PT, o PL e o PMN. Como se pode notar, o Partido dos Trabalhadores, mais uma vez não conseguiu reunir condições de lançar uma candidatura própria, tendo que apoiar um candidato de outro partido e de outra coligação.

Além de Max e Hartung, lançaram-se ainda no pleito os seguintes candidatos: pelo PFL, Haroldo Santos Silva; pela Coligação *Espírito Santo Forte* composta por PSDB, PMDB e PPB, saiu Paulo Ruy Valim Carnelli; pelo PCO, Sônia dos Santos Silva; pelo PSTU, Silvio Pereira Felinto; e pelo PTN, Walter Maciel de Figueiredo.

Com amplo apoio de variados segmentos sociais e políticos, Paulo Hartung venceu com certa facilidade ainda no primeiro turno com 53,97% dos votos válidos, contra 41,50% do segundo colocado, Max Freitas Mauro.

Tabela 24 – Resultados da eleição para Governador do Estado do Espírito Santo - 2002.

Candidato	Partido	Nº de votos	%	Votos Válidos (%)
Paulo César Hartung Gomes	PSB	820.949	46,43	53,97
Max Freitas Mauro	PDT	631.326	35,71	41,50
Haroldo Santos Filho	PFL	31.104	1,76	2,04
Paulo Ruy Valim Carnelli	PPB	22.987	1,30	1,51
Sônia Santos Silva	PCO	6.099	0,34	0,40
Silvio Pereira Felinto	PSTU	5.648	0,32	0,37
Walter Maciel de Figueiredo	PTN	3.138	0,18	0,21
Votos Brancos	-	78.873	4,46	-
Votos Nulos	-	167.925	9,50	-
Total de Votos Válidos		1.521.251	-	100
Total de Votos apurados		1.768.049	100	-

Fonte: TRE-ES.

Na Assembléia Legislativa, permaneceu a mesma fragmentação partidária verificada nos três pleitos anteriores: o PFL, o PPB e o PT foram os que mais conquistaram vagas no legislativo estadual: 4 cada (13,3%) . O PT, claro, favorecido pela campanha vitoriosa do candidato Lula a Presidência da República, marcando o início da sua recuperação em termos eleitorais no Espírito Santo. Em segundo lugar, apareceu o PTB, com 3 vagas conquistadas. Em seguida, na terceira posição, temos o PSDB, PPS, PSB, PDT e PL que conquistaram 2 cadeiras (6,7%). E, por último, com uma cadeira, ficaram o PRN, PGT, PMN, PSC e o PMDB (Tabela 16 do apêndice I). Nota-se que os peemedebistas, no ano de 2002, registraram o pior desempenho nas urnas desde que fundaram o partido no Espírito Santo no início da década de 1980. Na Câmara Federal ocorreu uma fragmentação ainda maior: o PSDB e o PPB ficaram com duas vagas cada e as outras 6 cadeiras foram distribuídas entre outros 6 partidos, quais sejam: PMDB, PTB, PT, PSB, PDT e PL (Tabela 17 do apêndice I).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho procurou mostrar o desempenho político-eleitoral do Partido dos Trabalhadores, em eleições ocorridas entre 1982 e 2002, no Espírito Santo. A partir das análises realizadas, constatou-se, em primeiro lugar, uma situação corriqueira na realização de pesquisas históricas no Brasil, em especial quando se trata de estudos regionais: a dificuldade de acesso às fontes primárias. Há uma escassez enorme de acervos constituídos, organizados, disponíveis e de fácil acesso para aqueles pesquisadores interessados em conhecer e pesquisar a história. Quando se refere ao Partido dos Trabalhadores, a situação é ainda pior: os documentos estão completamente dispersos ou amontoadas em pequenas saletas ou em porões, sujeitos a toda sorte de fatores de destruição.

Este trabalho não teve a pretensão de esgotar o assunto, pois se trata de uma leitura densa, intrigante e muito rica, especialmente quando observamos a grande quantidade de fontes existentes e a simultânea dificuldade em adquiri-las, além da grande quantidade de depoimentos que estão para serem colhidos. O que se fará neste tópico final é aquilo que se poderia denominar de considerações acerca do passo inicial de um longo trabalho, que é o de contribuir para a escrita da história política do Espírito Santo, com foco nos partidos políticos e nas eleições ocorridas no período pós-ditadura.

A pesquisa também procurou demonstrar que a trajetória do Partido dos Trabalhadores no estado foi ascendente na década de 1980: depois do fracasso de 1982, conquistou 3 (três) cadeiras na Assembléia Legislativa e 1 (uma) vaga na Assembléia Nacional Constituinte em 1986, além de uma boa votação nas eleições majoritárias, extrapolando, pela primeira vez, a casa dos 10% dos votos em pleitos para governador; venceu o pleito de 1988 na capital capixaba (uma das primeiras capitais vencidas pelo PT), onde conseguiu realizar um bom governo.

Por um lado, a análise do período nos leva a crer que a preocupação central do PT na primeira década de atuação político-eleitoral, pelo menos no campo do discurso, era a mobilização social, e as eleições eram vistas como um meio de difundir o seu projeto de partido de esquerda e popular frente à boa parte das demais agremiações que, na ótica petista, eram marcadas pelo pragmatismo e pelo clientelismo. Partindo da teoria gramsciana, pontuou-se que, da fundação até o final da década de 1980, a preocupação do partido era se colocar como

um paradoxo em relação às agremiações congêneres, pois sua ação política se pautava em uma ideologia. Nesse período, o objetivo de luta do partido era fazer com que os trabalhadores repensassem a si mesmos e se reconhecessem como agentes transformadores da realidade histórica. Por isso, a difusão da ideologia revolucionária, pois representava uma força motriz e um elemento de união da classe trabalhadora em busca de uma efetiva incursão na ação democrática.

Por outro lado, constatou-se também que a trajetória de êxitos eleitorais do PT no Espírito Santo, nos anos 1980, ocorreu na esteira de uma postura mais moderada e flexível do *campo majoritário* (*Articulação do A* ou *Unidade na luta* – liderada por Vitor Buaiz), em estabelecer acordos políticos e coalizões de governo antes mesmo que isso tivesse ocorrido no plano nacional. Em outras palavras, o conjunto do partido se concentrava na mobilização social e o *campo majoritário* dava sinais de que tendia à participação efetiva na institucionalidade democrática vigente.

A partir dos anos 1990, o campo majoritário prosseguiu na imposição de mudanças na feição do partido com vistas a torná-lo mais competitivo nas urnas, inserindo-o, definitivamente, nas regras do jogo político-eleitoral. Partindo do pensamento de Pierre Bourdieu sobre o *campo político* e de autores que se debruçam sobre o estudo de campanhas eleitorais modernizadas, as quais buscam conquistar o eleitor - através da melhor estratégia que é pensada à luz do *cenário de representação da política*, captado pelas pesquisas de opinião - com o objetivo de persuadi-lo a votar em determinado candidato e a rejeitar seus adversários, observou-se que, nos anos 1990, o desempenho do partido foi extremamente oscilante. Em 1990, não repetiu a boa performance de 1986 e 1988, mas em seguida, no pleito de 1994, venceu, depois de disputa muito acirrada, as eleições para o governo do Estado, com Vitor Buaiz, que foi também pioneiro entre petistas na governadoria de Estados, ao lado de Cristovam Buarque no Distrito Federal. Além disso, o partido conseguiu 4 (quatro) cadeiras na Assembléia Legislativa e 1 (uma) na Câmara Federal. Nesse momento, sobretudo após o I Congresso Nacional, o campo majoritário consolidou mudanças já iniciadas no período anterior. Diante do *cenário de representação da política* forjado naquele momento, que contribuiu para emergir o fenômeno Cabo Camata e os perigos que a sua possível vitória poderiam acarretar, aprofundou-se o leque de alianças em direção ao centro e até a direita do espectro político.

Esse momento marcou o início da hegemonia neoliberal, consubstanciada no governo da aliança PSDB/PFL. Foi também o momento caracterizado como o grande divisor de águas da história do PT capixaba, uma vez que voltaram à tona fortes conflitos entre governo e partido, remontando a embates já existentes no interior da sigla desde a eleição e gestão de Vitor na Prefeitura de Vitória, o que culminou na saída de importantes lideranças, inclusive do Governador Vitor Buaiz.

Conclui-se que, além das dificuldades naturais e crônicas do PT em lidar com governos, com mandatos e com o legislativo, e os erros cometidos pelo Governo Vitor, o campo majoritário não conseguiu isolar as esquerdas do partido, e isso acabou trazendo grandes problemas para o governo petista, que foi ainda prejudicado pela total negligência do Diretório Nacional.

A análise do desempenho político-eleitoral do PT entre 1982 e 2002 nos permite concluir, portanto, que o Diretório Regional do PT capixaba foi um dos pioneiros no processo de adequação aos parâmetros institucionais vigentes. O agrupamento majoritário, a *Unidade na Luta*, cujas principais lideranças eram Vitor Buaiz, Rogério Medeiros e Perly Cipriano, tendeu a direcionar o partido para o centro do espectro político, buscando, ainda na parte final da década de 1980, a ampliação do arco de alianças, estabelecendo, inclusive, relações de coalizão com vários partidos, em especial com o PSDB. Esse posicionamento moderado do partido instigou prematuramente as tensões entre o *campo majoritário* e as *tendências minoritárias*, que se tornaram insustentáveis com o tempo.

Diante da manutenção da postura de associar-se fora do partido, mais as profundas divergências constatadas no governo Vitor Buaiz (1995/1997) no que tange à gestão da coisa pública e às relações de coalizão, desacordos cuja origem está nas antagônicas concepções ideológicas, ocorre o definitivo racha no partido, consubstanciado na vitória de um membro da tendência *Articulação de Esquerda* para a direção do partido em 1997, e no desligamento de grande parte da *Unidade na Luta*.

Toda essa problemática se fez refletir nas urnas. Depois de 1997, o PT se fragilizou muito eleitoralmente. Em 1998, teve um desempenho muito ruim: além de não ter conseguido lançar candidatos nas eleições majoritárias, elegeu apenas 1 (um) deputado estadual e 1 (um) federal. Em 2000, nas eleições locais, teve um rendimento ainda pior, não conseguindo eleger nenhum prefeito.

O ano de 2002 marca a trajetória político-eleitoral do PT pela chegada de Luiz Ignácio Lula da Silva ao cargo Presidente da República do Brasil. Para o PT capixaba, o ano é também muito representativo: foi o princípio do recomeço no aspecto eleitoral. Embora ainda não tivesse reunido condições de lançar candidatura própria ao governo, obteve bons resultados nas eleições proporcionais, elegendo 4 (quatro) deputados estaduais e 1 (um) federal, além de ter obtido uma boa votação para o Senado (584.666 votos com João Coser), mesmo que o seu candidato não tenha sido eleito. Tudo isso ocorreu depois de sistemáticos fracassos eleitorais verificados em 1998 e 2000.

Esse revigoramento também se materializou nas eleições municipais de 2004, pois o desempenho do Partido dos Trabalhadores refletiu o bom momento em nível nacional. Manteve a tendência de recuperação, conquistando 5 prefeituras, sendo duas na região metropolitana da Grande Vitória – na Capital e em Cariacica –, resultado muito bom para um partido que não havia conquistado nenhum município em 2000. Os desempenhos do PT e do PSB confirmaram mais uma vez a hipótese do sucesso em eleições municipais de partidos governistas no plano estadual ou federal. Registre-se ainda a queda considerável do PFL, que obteve vitória em apenas 4 municípios, muito diferente dos 14 conquistados em 2000 (Tabela a seguir).

O mesmo pleito confirmou a forte fragmentação do sistema político-partidário capixaba. O PPS e o PSB, com 14 municípios cada (17,95%), apareceram como os partidos com melhor rendimento, aproveitando-se do sucesso eleitoral de Paulo Hartung, sendo que o PSB era o partido com o qual Hartung havia sido eleito governador. O PPS foi favorecido, provavelmente, pelo fato de ter sido o partido anterior do Governador, mas essa hipótese precisa ser estudada.

Tabela 25 - Número de Prefeitos eleitos no ES, por partido – 2004.

Partido	2004	
	Nº	%
PPS	14	17,95
PSB	14	17,95
PMDB	12	15,38
PSDB	06	7,69
PTB	06	7,69
PT	05	6,41
PP	04	5,12
PMN	04	5,12
PDT	04	5,12
PFL	04	5,12
PT do B	02	2,56
PL	01	1,28
PHS	01	1,28
PRTB	01	1,28
Total	78	100

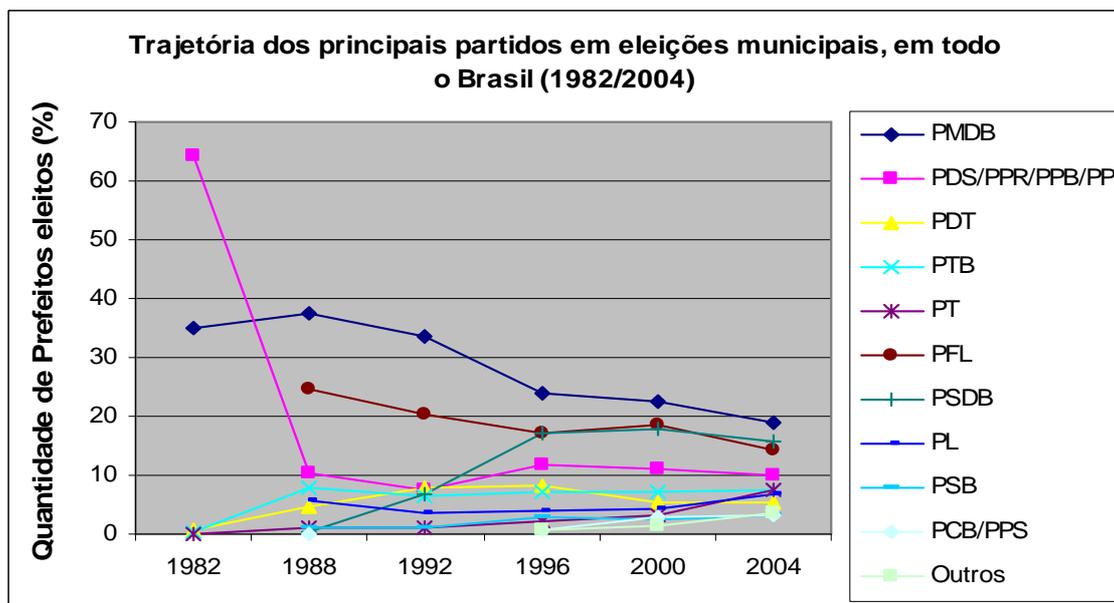
Fonte: TRE-ES.

Esse novo momento iniciado em 2002 é marcado por um novo rearranjo no interior do Partido dos Trabalhadores. A *Articulação de Esquerda*, grupo que passou a ser majoritário a partir da saída de boa parte da *Unidade na Luta*, sofreu uma cisão por conta da divergência entre compor ou não a coalizão do Governador Paulo Hartung. O grupo capitaneado por Iriny Lopes, contrário ao acordo com o governo, permaneceu na tendência. Já o agrupamento do atual prefeito de Vitória João Carlos Coser, passou a se reunir em uma nova tendência denominada *Alternativa Socialista* (AS). Esse processo de debate rearranjo interno na agremiação, ainda não está concluído, motivo pelo qual deixaremos para tratá-lo em outra oportunidade.

Este estudo teve também o mérito de clarear o cenário político-eleitoral do Espírito Santo no período recente da nossa democracia. Entretanto, ficaram algumas lacunas que certamente serão alvo de novas pesquisas em um futuro próximo. Uma delas diz respeito às eleições municipais: embora não tenha sido o alvo principal das preocupações do presente trabalho, os dados levantados em relação aos pleitos locais no Espírito Santo permitem levantar algumas hipóteses que devem ser testadas. No gráfico abaixo, por exemplo, temos a evolução dos principais partidos em pleitos majoritários nos municípios em todo o Brasil. Observa-se que o campo político tendeu a se fragmentar na medida em que foram surgindo siglas competitivas. Resguardadas algumas exceções, as curvas estão minimamente paralelas. Nesse sentido, os principais partidos simultaneamente foram perdendo espaço. Ou seja, com exceção de uma ou outra sigla, como é o caso do PDS/PPB/PP (entendidos aqui como um único partido), que

teve uma queda muito brusca, não houve grandes oscilações no desempenho dos partidos, considerando pleitos consecutivos. Por esse e por outros motivos, pode-se dizer também que o sistema funciona com um grau mínimo de previsibilidade.

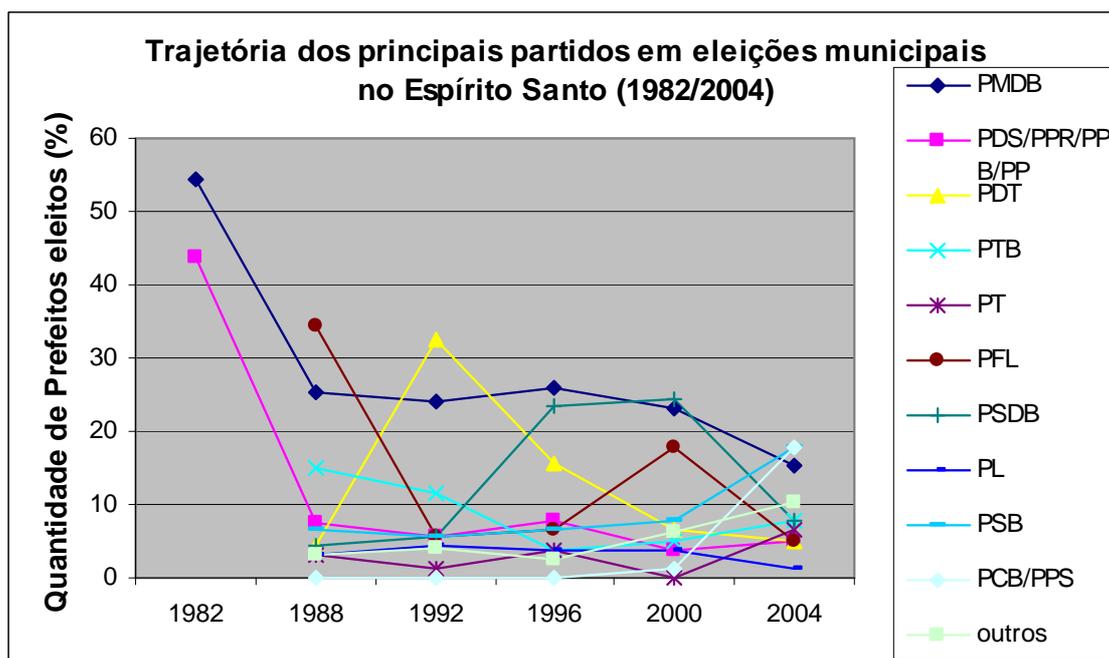
Gráfico 4



Fonte: TRE-ES; TSE; FLEISCHER (2002).

Entretanto, quando se observam os dados referentes ao desempenho das principais siglas nas eleições para prefeito dos municípios capixabas, notam-se grandes diferenças no rendimento dos partidos em eleições consecutivas e, geralmente, o partido governista, no plano da unidade federativa ou no plano nacional, quase sempre é beneficiado na esfera local. Observam-se grandes oscilações na trajetória dos partidos.

Gráfico 5



Fonte: TRE-ES; TSE.

Os dados apontam para pelo menos três marcas do sistema político-partidário e eleitoral do Espírito Santo, especialmente quando analisamos os pleitos ocorridos a partir dos anos 1990: 1) o sistema eleitoral funciona com altíssimos índices de incerteza; 2) o sistema de partidos é pouco institucionalizado; 3) possui alta volatilidade eleitoral, ou seja, o eleitorado capixaba muda de maneira exacerbada o seu voto de um partido para outro em eleições consecutivas. Assim, a análise (embora superficial) dos pleitos municipais conduz à conclusão de que os partidos capixabas têm tido muitas dificuldades para fixar sua marca junto aos eleitores, e o vácuo deixado por eles tem sido preenchido por indivíduos, que acabam por perpetuar determinadas práticas as quais dificultam grandemente a consolidação da nossa democracia.

Partidos com liames societários um pouco mais consistentes, como é o caso do PT, sempre tiveram muitas dificuldades eleitorais em sistemas oligárquicos. Essa pode ser uma hipótese para explicar a fragilidade quase crônica do PT em pleitos municipais, especialmente em um estado como o Espírito Santo, cuja maior parte do eleitorado se encontra no interior, ou seja, fora da região metropolitana. Deve-se evidenciar que é exatamente no interior que, na maioria das vezes, o eleitorado se encontra sob a tutela de determinadas lideranças. Nesse sentido, aspecto que carece de um estudo mais aprofundado seria em que medida o novo pacto federativo preconizado pela Constituição de 1988, com as práticas de descentralização de recursos financeiros, administrativos e poder político, reorientou as eleições nos

municípios capixabas e de que forma contribuiu para romper ou manter práticas oligárquicas. Da mesma forma, uma reflexão importante a ser feita é a construção de um mapa eleitoral para termos uma noção mais consistente da geografia eleitoral do Espírito Santo em termos partidários. Especialmente, uma análise mais detalhada da divisão dos votos entre as camadas da sociedade, no que diz respeito à questão socioeconômica. Também faltaram dados completos e fôlego do pesquisador. Este aspecto também será alvo de outros estudos.

Além disso, outra lacuna deixada por essa dissertação diz respeito ao desempenho do Partido dos Trabalhadores nas eleições proporcionais, tanto no plano estadual, quanto no plano municipal e a relação que há entre os resultados das eleições para os cargos majoritários, sejam federais ou estaduais, e o desempenho dos partidos nos pleitos proporcionais. O TRE não disponibilizar dados completos, mais as limitações cronológicas não permitiram que tal empreitada fosse realizada. Mas não resta dúvida de que é um tema a ser retomado em leituras posteriores.

Também ficou em aberto, nessa dissertação, uma análise mais apurada das pesquisas de opinião nos pleitos em que o PT lançou candidato ao governo do Estado. Nas primeiras eleições, isso não ocorreu por ocasião de não existirem dados disponíveis. O Instituto *Futura*, que cobriu os pleitos ocorridos a partir do final da década de 1980, não forneceu os dados, apesar da nossa insistência.

Especificamente, na análise do Governo Vitor Buaiz, faltou uma reflexão sobre a difícil posição dos sindicatos controlados pelo PT e a maneira como se deram os conflitos entre as tendências petistas no interior do movimento sindical e os embates deste com o governo nessa conjuntura.

No que diz respeito aos depoimentos colhidos durante a execução do trabalho, algumas entrevistas deixaram de ser realizadas, como são os casos de Cláudio Vereza, fundador do partido ligado às Comunidades Eclesiais de Base (CEB's); João Carlos Coser, oriundo do movimento sindical; Iriny Lopes, importante quadro do partido, que era Presidente do PT no contexto da saída de Vitor Buaiz. Com relação a Vereza e a Iriny, foram realizados alguns contatos, mas sem a obtenção de resposta. Com relação a Coser, foram feitas várias tentativas junto a sua assessoria, mas as respostas foram todas negativas, sob a justificativa

de não haver agenda. A mesma justificativa pode ser dada em relação a não realização de uma entrevista com a publicitária que cobriu várias eleições do PT a partir da década de 1990, no caso Elizabeth Rodrigues.

Essas e outras questões acerca dos processos eleitorais no Espírito Santo carecem, portanto, de estudos mais aprofundados. Diante dessas constatações, muitas questões permaneceram em aberto nesta pesquisa. Quanto às conclusões aqui apresentadas, as limitações metodológicas e documentais do trabalho, mais a falta de fôlego do pesquisador não permitiram que elas fossem mais consistentes.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABRANCHES, Sergio Henrique Hudson de. O presidencialismo de coalizão: o dilema institucional brasileiro. **Revista Dados**, Rio de Janeiro, v. 31, n. 1, p. 5-33, 1988.

ABREU, Alzira Alves de. Jornalismo cidadão. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, n. 31, p. 25-40, 2003.

ABRÚCIO, Fernando. **Os barões da federação: os governadores e a redemocratização**. São Paulo: Hucitec, 1998.

ALMEIDA, Jorge. **Como vota o brasileiro: perfil ideológico e evolução do voto nas pesquisas de opinião de 1994**. 2º ed. São Paulo: Xamã, 1996.

ALMEIDA, Jorge. **Marketing político: hegemonia e contra-hegemonia**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo/Xamã, 2002.

ALMEIDA, Jorge. Pesquisa de Opinião e cenário de representação da política. Brasília, **Revista Comunicação & Política/UNB**, 2001. Disponível em: <http://www.unb.br/fac/comunicacaoepolitica/jorge2001.pdf>. Acesso 12 de fevereiro de 2008.

ALMEIDA, Paulo Roberto de. A política internacional do Partido dos Trabalhadores: da fundação à diplomacia do governo Lula. **Rev. Sociol. Polit.**, n.20, p.87-102, jun. 2003.

ALVES, Maria Helena Moreira. **Estado e oposição no Brasil (1964-1984)**. Petrópolis: Edusc, 2005.

ALVIM, Joaquim Leonel de Rezende. **O projeto de participação popular da administração municipal de São Paulo sob a gestão do PT (1989-1990): uma tentativa de mudança na representação política**. 1991. Dissertação (Mestrado em Ciências Jurídicas) - Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1991.

ANDERSON, Perry. Balanço do neoliberalismo. In: SADER, E.; GENTILI, P. (Orgs). **Pós neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático**. Rio de Janeiro: Paz & Terra, 1995. p. 9-23.

AZEVEDO, Cloves Bueno de. **A estrela partida ao meio: ambigüidades do pensamento petista**. São Paulo: Entrelinhas, 1995.

BALBACHEVSKY, Elizabeth; HOLZHACKER, Denilde Oliveira. Identidade, oposição e pragmatismo: o conteúdo estratégico da decisão eleitoral em 13 anos de eleição. **Opinião Pública**, Campinas, v. X, n. 2, p. 242-253, Outubro, 2004.

BARDIN, Laurence. **Análise de Conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 2006.

BARROS, José D'Assunção Barros. **O projeto de pesquisa em História**: da escolha do tema ao quadro teórico. Petrópolis: Vozes, 2005.

BÉDARIDA, François. Tempo presente e presença da história. In. FERREIRA, M. M.; AMADO, J. (Org.). **Usos e abusos da história oral**. Rio de Janeiro: FGV, 2005. p. 219-229.

BITTENCOURT, Gabriel (Org.). **Espírito Santo**: um painel de nossa história. Vitória: EDIT, 2002.

BOBBIO, Norberto. **Direita e esquerda**: razões e significados de uma distinção política. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1995.

BOBBIO, Norberto. **Estado, governo e sociedade**: para uma teoria geral de política. Rio de Janeiro: Editora Paz & Terra, 2004.

BONFIM, Washington Luís de Sousa. O aprofundamento da democracia no Brasil: tendências, conflitos e dinâmica recente. **Civitas – Revista de Ciências Sociais**, v. 4, n. 1, 73-94, Jan-Jun. 2004.

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Difel/Bertrand Brasil, 1989.

CARREIRÃO, Yan de Souza. **A decisão do voto nas eleições presidenciais brasileiras**. Florianópolis/Rio de Janeiro: Ed. UFSC/FGV, 2002a.

CARREIRÃO, Yan de Souza. A eleição presidencial de 2002: a decisão do voto na região da Grande São Paulo. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, ano/vol. 19, n. 056. Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisas em Ciências Sociais. p. 75-93, 2002b.

CESAR, Benedito Tadeu. **Verso, reverso, transverso**: o PT e a democracia no Brasil. 1995. Tese (Doutorado em Sociologia) - Instituto de Filosofia e Ciências humanas- Universidade de Campinas, Campinas, 1995.

CHACON, Vamireh. **História dos partidos brasileiros**. Brasília: UNB, 1981.

CHAIA, Vera. Eleições no Brasil: o “medo” como estratégia política. In. RUBIN, A. A. C. **Eleições presidenciais em 2002: ensaios sobre mídia, cultura e política**. São Paulo: Hacker, 2004.

CHIAVENATO, Júlio José. **O Golpe de 64 e a Ditadura Militar**. São Paulo: Moderna, 1994.

COSTA, Letícia Vianna. **Parâmetros políticos das prioridades na educação pública municipal, no governo da cidade de Vitória (1989-1992)**. 2006. 247 f. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-graduação em História Social das Relações Políticas, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2006.

COUTINHO, Carlos Nelson. **Gramsci: um estudo sobre seu pensamento político**. Rio de Janeiro: Campus, 1989.

COUTO, Cláudio G. **O desafio de ser governo: o PT na Prefeitura de São Paulo (1989/1992)**. São Paulo: Paz & terra, 1995.

COUTO, Cláudio G.; ABRÚCIO, Fernando. O segundo governo FHC: coalizões, agendas e instituições. **Tempo Social**, São Paulo, v. 15 n. 2. 2003.

DINIZ, Eli. **Voto e máquina política**. Rio de Janeiro: Paz & Terra, 1982.

DOMINGUES, Mauro Petersen. O declínio dos partidos políticos. Uma visão da literatura recente. **Mosaico Revista de Ciências Sociais**. Vitória: V.1; nº 1, p. 157-158, 1998.

DOWS, Anthony. **An economic theory of democracy**. New York: Harper & Row, 1957.

DUVERGER, Maurice. **Os partidos políticos**. Rio de Janeiro: Zahar, 1970.

EPSTEIN, Leon. **Political Parties in Western Democracies**. New Brunswick/London: Transaction Books, 2nd, 1982.

FERREIRA, Marieta de Moraes. História, tempo presente e história oral. **Topoi**, Rio de Janeiro, dezembro, p. 314-332, 2002.

FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaina (Org.). **Usos e abusos da história oral**. Rio de Janeiro: FGV, 2005.

FIGUEIREDO, Marcus; ALDÉ, Alessandra; DIAS, Heloisa; JORGE, Vladimir L. Estratégias de persuasão em eleições majoritárias: uma proposta metodológica para o estudo da propaganda eleitoral. **Série Estudos**, Rio de Janeiro, n. 100, IUPERJ, 1998.

FLEISCHER, David. As eleições municipais no Brasil: uma análise comparativa (1982/2000). **Opinião Pública**, Campinas, ano/vol VIII. n. 1, p. 80-105, 2002.

FONTES, Virgínia. A política e a arte da desqualificação. **Ciênc. let.**, Porto Alegre, n. 37, p. 363-394, jun./jul., 2005.

FRANCO, Afonso Arinos de Melo. **História e teoria dos partidos políticos no Brasil**. São Paulo: Alfa e Ômega. 1976.

FURTADO, Olavo Henrique Pudenci. **Trajetos e Perspectivas social-democratas: do modelo europeu para o PSDB e o PT no Brasil**. 1996. Dissertação (Mestrado em ciência política) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas/Universidade de Campinas, Campinas, 1996.

GADOTTI, Moacir; PEREIRA, Otaviano. **Pra que PT: origem, projeto e consolidação do Partido dos Trabalhadores**. São Paulo: Cortez, 1989.

GADOTTI, Moacir. **Escola vivida, escola projetada**. Campinas: Papyrus, 1992.

GARCIA, Cyro. **Partido dos Trabalhadores: rompendo com a lógica da diferença**. 2000. Dissertação (Mestrado em História) - Instituto de Ciências Humanas e Filosofia/Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2000.

GENRO, Tarso; SOUZA, Ubiratan de. **Orçamento Participativo: a experiência de Porto Alegre**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 1997.

GRAMSCI, Antônio. **Maquiavel, a política e o Estado moderno**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1984.

GRUPPI, Luciano. **Tudo começou com Maquiavel: as concepções de Estado em Marx, Engels, Lênin e Gramsci**. Porto Alegre: L&PB Editores, 1980.

GURGEL, Cláudio. **Estrelas e Borboletas: origens e questões de um partido a caminho do poder**. Rio de Janeiro: Papagaio, 1989.

HUNTINGTON, Samuel P. **A terceira onda: a democratização do final do século XX.** São Paulo: Ática, 1994.

KECK, Margareth. **PT – a lógica da diferença.** O Partido dos Trabalhadores na construção da democracia brasileira. São Paulo: Ática, 1991.

KINZO, Maria D’Alva. A democracia brasileira: um balanço do processo político desde a transição. **São Paulo em perspectiva**, São Paulo, v. 15, n.4. Out./Dez. 2001.

KINZO, Maria D’Alva. Os partidos no eleitorado: percepções públicas e laços partidários no Brasil. **Rev. bras. Ci. Soc.**, São Paulo, vol.20, n°.57, p.65-81, fev. 2005.

KINZO, Maria D’Alva. **Radiografia do quadro partidário brasileiro.** São Paulo: Fundação Konrad-Adenauer-Stiftung. 1993.

LAMOUNIER, Bolívar (Org), **A opção parlamentarista**, São Paulo: Sumaré, 1991a.

LAMOUNIER, Bolívar (Org.). **De Geisel a Collor: o balanço da Transição.** São Paulo: Sumaré/Idesp: 1990.

LAMOUNIER, Bolívar (org.). **O voto de desconfiança: eleições e mudança social no Brasil 1970-1979.** São Paulo: Vozes, 1980.

LAMOUNIER, Bolívar. **Depois da transição: democracia e eleições no governo Collor.** São Paulo: Loyola, 1991b.

LAMOUNIER, Bolívar. **Partidos e utopias: o Brasil no limiar os nos 90.** São Paulo: Edições Loyola, 1989.

LAMOUNIER, Bolívar; CARDOSO, Fernando Henrique. **Os Partidos e as Eleições no Brasil.** Rio de Janeiro: Paz & Terra, 1975.

LAMOUNIER, Bolívar; MENEGUELO, Raquel. **Partidos políticos e consolidação democrática – o caso brasileiro.** São Paulo: Brasiliense, 1986.

LARANJA, Anselmo Laghi. **Negócios públicos, riquezas privadas: o escândalo dos “anões do orçamento” (1993/1994).** Vitória: Flor&Cultura, 2005.

LAVAREDA, Antonio. **A democracia nas urnas**. O processo partidário eleitoral brasileiro. Rio de Janeiro: IUPERJ/Rio Fundo, 1991.

LEAL, Paulo Roberto Figueira. **PT e o dilema da representação política**: os deputados federais são representantes de quem? Rio de Janeiro: FGV, 2005.

LEAL, Vitor Nunes. **Coronelismo, enxada e voto**. São Paulo: Alfa & Ômega, 1978.

LIMA Jr., Olavo Brasil de (org.). **O balanço do poder** – formas de dominação e representação. Rio de Janeiro: IUPERJ/ Rio Fundo, 1990.

LIMA Jr., Olavo Brasil de. Articulação de interesses, posição sócio-econômica e ideologia: as eleições de 1976 em Niterói. In: REIS, F.W. (org.). **Os partidos e o regime**: a lógica do processo eleitoral brasileiro. São Paulo: Símbolo, 1978.

LIMA Jr., Olavo Brasil de. **Partidos políticos brasileiros**: a experiência federal e regional 1945/1964. Rio de Janeiro: Graal, 1983.

LUXEMBURGO, Rosa. **Reforma ou Revolução?** São Paulo: Expressão Popular, 2001.

MACCIOCCHI, Maria Antonieta. **A favor de Gramsci**. 2 ed. Rio de Janeiro: Paz & Terra, 1980.

MAINWERING, Scott. **Sistemas partidários em novas democracias**: o caso do Brasil. Porto Alegre: Mercado Aberto; Rio de Janeiro: FGV, 2001.

MANHANELLI, Carlos A. **Estratégias eleitorais**: marketing político. São Paulo: Sumus, 1988.

MARQUES, Ângela Peralva Baumgratz. **Considerações sobre o desempenho político-eleitoral do Partido dos trabalhadores em Minas Gerais, entre 1989 e 2002**. 230f. 2005. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História Social das Relações Políticas, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2005.

MARTINEZ, Paulo Henrique. O Partido dos Trabalhadores e a conquista do Estado. In: RIDENTI, M.; REIS, D. A. (Org.). **História do Marxismo no Brasil**: partidos e movimentos no após os anos 60. Campinas: Unicamp, 2007.

MARX, Karl; ENGELS, Frederick. **O manifesto comunista**. Rio de Janeiro: Paz & Terra, 1999.

MEDEIROS, Rogério. Kinkas: o detonador de oligarquias. **Século Diário**. Vitória, p. 24-26, Abr. 2002.

MELO, Douglas Cristian Ferrari de. **Entre a proposição e a crítica: o Partido dos Trabalhadores e as políticas em educação em Vila Velha (1989/1996), Vitória e Cariacica (1993/1996)**. 2007. 285 f. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História Social das Relações Políticas, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2007.

MENEGUELO, Raquel. **Partidos e governos no Brasil contemporâneo (1985-1995)**. São Paulo: Paz & Terra, 1998.

MENEGUELO, Raquel. **PT – A formação de um partido (1979-1982)**. São Paulo: Paz & Terra, 1989.

MICHELS, Robert. **Sociologia dos partidos políticos**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1982.

MONTEIRO, Brandão. OLIVEIRA, Carlos Alberto P. **Os partidos políticos**. São Paulo: Global, 1989.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. **Introdução à história dos partidos políticos no Brasil**. Belo Horizonte: UFMG, 1999.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. **Partido e sociedade: a trajetória do MDB**. Ouro Preto: UFOP, 1997.

NICOLAU, Jairo. **Sistemas eleitorais**. Rio de Janeiro: FGV, 2004a.

NICOLAU, Jairo. **História do Voto no Brasil**. Rio de Janeiro: Zahar, 2004b.

OLIVEIRA, Francisco de. Qual é a do PT? In: SADER, Emir. **E agora, PT?** Caráter e identidade. São Paulo: Brasiliense, 1986.

ORLANDI, Eni Puccinelli. **Discurso & Leitura**. São Paulo: Cortez/Edunicamp, 1988.

ORRICO, José Luiz. Os números da eleição. In. REIS, Jonas. **Em nome do Espírito Santo**. Vitória: Nemar, 1994.

PEREIRA, André Ricardo Valle Vasco. **Por baixo dos panos: governos e assembleias no Brasil Republicano**. 2004. 239 f. Tese (doutorado em Ciência Política) – Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2004.

PEREIRA, Guilherme Henrique. **Política industrial e localização de investimentos e o caso do Espírito Santo**. Vitória: Edufes, 1998.

PETIT, Pere. **A esperança equilibrista: a trajetória do PT no Pará**. São Paulo: Jinking; Belém: Núcleo de Altos Estudos da Amazônia/Universidade Federal do Pará, 1996.

PINTO, Carolina Julia. **Partido dos trabalhadores 20 anos: a institucionalização da rebeldia. Trajetória no Espírito Santo. Formação do PT na cidade de Viana: 2001**. 152 f. Monografia (Graduação em História) – Departamento de História, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2001.

POMAR, Wladimir. **Quase lá: Lula, o susto das elites**. São Paulo: Brasil Urgente, 1990.

PRZEWORSKI, Adam. **Capitalismo e social-democracia**. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

REIS, Jonas. **Em nome do Espírito Santo**. Vitória: Nemar, 1994.

RIBEIRO, Francisco Aurélio. **Companhia Siderúrgica de Tubarão: a história de uma empresa**. Vitória: CST, 2005.

RIBEIRO, Pedro José Floriano. Campanhas eleitorais em sociedades midiáticas: articulando e revisando conceitos. **Sociol. Polít.**, Curitiba, n. 22, p. 25-43. 2004.

RUBIM, Antônio Canelas. **Comunicação e política**. São Paulo: Hacker, 2000.

RUBIM, Antônio Canelas. **Eleições Presidenciais em 2002: ensaios sobre mídia, cultura e política**. São Paulo: Hacker, 2004a.

RUBIM, Antônio Canelas. Visibilidades e estratégias nas eleições de 2002: política, mídia e cultura. In: RUBIM, A. C. **Eleições presidenciais em 2002: ensaio sobre mídia, cultura e política**. São Paulo: Hacker, 2004b.

SADER, E. A esquerda frente ao Estado. In: HADDAD, F. (Org.). **Desorganizando o consenso: nove entrevistas com intelectuais à esquerda**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo; Petrópolis: Vozes, 1998.

SADER, Emir. (Org). **E Agora, PT? Caráter e identidade**. São Paulo: Brasiliense, 1986.

SADER, Emir. **Idéias para uma alternativa de esquerda à crise brasileira**. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1993.

SADER, Emir; GENTILI, Pablo (Orgs). **Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático**. 3ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.

SAMUELS, David. As bases do petismo. **Opin. Publica**, v.10, n.2, p.221-241, 2004.

SARTI, Ingrid. **Representação e a questão democrática contemporânea: o mal estar dos partidos socialistas**. 1998. Tese (Doutorado em ciências humanas) – Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1998.

SARTORI, Giovanni. **Partidos e sistemas partidários**. Rio de Janeiro: Zahar; Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1982.

SCHERER, Canício. **Entre a utopia e a Realidade: tensões e conflitos entre PT e Vítor Buain (1995-1998)**, 2005. 159 f. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História Social das Relações Políticas, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2005.

SCHMITT, Rogério. **Partidos políticos no Brasil (1945-2000)**. Rio Janeiro: Zahar, 2000.

SCHMITT, Rogério; CARNEIRO; Leandro Carneiro; KUSCHNIR, Karina. Estratégias de Campanha no Horário Gratuito de Propaganda Eleitoral em Eleições Proporcionais. **Dados**, Rio de Janeiro, v. 42 n. 2, 1999.

SCHUMPETER, Joseph. **Capitalismo, socialismo e democracia**. Rio de Janeiro: Zahar, 1984.

SEILER, Daniel-Louis. **Os partidos políticos**. Brasília: Editora Universidade de Brasília: São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 2000.

SILVA, Cleber de Deus Pereira. **O novo arranjo federativo brasileiro**, o regime multipartidário e a competição política municipal no Ceará e no Piauí em 1996, 2000 e 2004. 2004. 199 f. Tese (Doutorado em Ciência Política) – Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2004.

SILVA, Graziela Loureiro da; De MINGO, Ivana Sonegueti. **Imprensa na década de 80**: um livro sobre o jornalismo capixaba. 2003. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Comunicação Social), Faculdade Integradas Espiritosantense - FAESA.

SILVA, Marcos A. da. (Org.). **República em Migalhas**: história regional e local. São Paulo: Marco Zero, 1990a.

SILVA, Marta Zorzal e. **Espírito Santo**: Estado, interesses e poder. Vitória: Fundação Ceciliano Abel de Almeida/UFES, 1995.

SILVA, Vera Alice Cardoso. Regionalismo: o enfoque metodológico e a concepção histórica. In: SILVA, Marcos A. da. (Org.). **República em Migalhas**: história regional e local. São Paulo: Marco Zero, 1990b. p. 43-48.

SILVEIRA, Flavio Eduardo. **A decisão do voto no Brasil**. Porto Alegre: Edipucrs, 1998.

SIMÕES, Júlio Assis. **O dilema da participação popular**: a etnografia de um caso. São Paulo: Ampocs, Marco Zero, 1992.

SIMÕES, Roberto Garcia. Câmaras Setoriais e Planejamento. **Revista do Instituto Jones dos Santos Neves**, Vitória, Ano VII, n. 01, p. 21-25, 1994.

SIQUEIRA, Maria da Penha Smarzaró. **Industrialização e empobrecimento urbano**: o caso da Grande Vitória (1950-1980). Vitória: Edufes, 2001.

VASCONCELLOS, João Gualberto M. **A invenção do Coronel**: ensaio sobre as raízes do imaginário político brasileiro. Vitória: SPDC, 1995.

VASCONCELLOS, João Gualberto M. O fenômeno Cabo Camata. In. REIS, Jonas (Org.). **Em nome do Espírito Santo**. Vitória: Nemar, 1994, p. 39-51.

VIANNA, Luiz Werneck. **Esquerda Brasileira e tradição Republicana: estudos de conjuntura sobre a era FHC-Lula.** Rio de Janeiro: Reven, 2006.

VIEIRA, José Eugênio. **A História político-eleitoral do Espírito Santo de 1982 a 1992.** Vitória: Vida Editora, 1993.

FONTES PRIMÁRIAS

Fontes do Partido dos Trabalhadores (PT).

PARTIDO DOS TRABALHADORES. **Resoluções de Encontro e Congressos 1979-1998.** São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 1998.

PARTIDO DOS TRABALHADORES. Diretório Estadual do Partido dos Trabalhadores. **Diretrizes do Programa de Governo Estadual do Partido dos Trabalhadores.** Um outro país, um outro ES: uma vida com dignidade, Vitória, 27 Dez. 1993.

PARTIDOS DOS TRABALHADORES. **Bases para um Programa de Governo: encontros com a sociedade civil,** Vitória, nov. 1993.

PARTIDOS DOS TRABALHADORES. **Encontro Diretório Regional do PT, ampliado.** Vitória, p. 2-3, 04 jun. 1994.

PARTIDOS DOS TRABALHADORES. Diretório Estadual do Partido dos Trabalhadores. **Diretrizes do Programa de Governo Estadual do Partido dos Trabalhadores.** Um outro país, um outro ES: uma vida com dignidade, Vitória, p. 04, 27 Dez. 1993.

PARTIDOS DOS TRABALHADORES. Bancada do PT na Assembléia Legislativa. **Manifesto dos deputados petistas,** Vitória, p. 01, 28 set. 1995.

PARTIDOS DOS TRABALHADORES. **Alerta aos Petistas.** Vitória, p. 01, 26 out. 1996.

Jornais e Periódicos

A CRISE da ARENA. *Espírito Santo Agora.* Vitória, n 25, p. 04 – 08, Jun./Jul. 1978.

GRANDE VITÓRIA tem 37,4% do eleitorado capixaba. *A Gazeta,* Vitória, p.06, 21 out 1982.

TRUNFOS da Sucessão. *Espírito Santo Agora,* Vitória, n 65, p.04 -06, Fev. 1982.

SUCESSÃO: no ES, o PDS briga e a oposição espera. *Conceito*, v.2, p. 6-10, jan. 1982.

ADVOGADOS vão ao TSE para anular convenção. *A Gazeta*, Vitória, p.03, 02 jul. 1982.

NO PMDB, cobras e lagartos. *Espírito Santo Agora*, Vitória, n. 65, p. 05, fev. 1982.

DEFINIÇÃO. *A Gazeta*. Vitória, p.05, 11 jul. 1982.

UNIDADE Partidária. *A Gazeta*, Vitória, p.03, 03 jul. 1982.

ECOS da incorporação. *Espírito Santo Agora*, Vitória, n. 64, p. 04, jan. 1982.

CANDIDATOS: Carlito e Camata defendem constituinte e Perly quer governo feito pelas bases. *A Gazeta*, Vitória, p. 06, 25 jul. 1982.

LULA chama de fascista a Campanha do Voto útil. *A Gazeta*, Vitória, p. 02, 04 jul. 1982.

CANDIDATO do PT é alvo de difamadores que distorcem sua história. *Espírito Santo Agora*, n. 71, p.16, ago. 1982.

CAMATA diz que PMDB fará campanha de alto nível. *A Gazeta*, Vitória, p.07, 18 jul. 1982.

CARLITO diz que PDS vencerá as eleições. *A Gazeta*, Vitória, p.02, 05 out. 1982.

FEU ROSA acredita em prejuízo para PMDB. *A Gazeta*, Vitória, p.03, 01 out. 1982.

ASSESSOR de Leni gravou o discurso de Gerson Camata. *A Gazeta*, Vitória, p.02, 01 ago. 1982.

PT municipal reúne-se amanhã. Vitória. *A Gazeta*, p. 02, 02 ago. 1982.

CARLITO afirma que Camata é um candidato à direita do PDS. *A Gazeta*, Vitória, p.05, 02 out. 1982.

CAMATA acha que o governo o processa por temer eleições. *A Gazeta*, Vitória, p 03, 01 out. 1982.

NÚMERO de votos não preocupa o PT. *A Gazeta*, Vitória, p.03, 08 jul. 1982.

LULA chama de fascista a campanha do voto útil. *A Gazeta*, Vitória, p.02, 04 jul. 1982.

PT promete surpresa em Linhares. *A Gazeta*, Vitória, Pág. 05, 07 out. 1982;

OPOSIÇÃO. *A Gazeta*, Vitória. Pág. 03, 01 nov. 1982.

PT lamenta posição de Berredo. *A Gazeta*. Pág. 03, 14 out. 1982.

PERLY volta a desafiar candidatos ao governo. *A Gazeta*, Pág. 05, 13 nov. 1982.

POUCOS votos do PT surpreendem Perly. *A Gazeta*, Vitória, p.03, 17 nov. 1982.

MOULIN garante apoio à Max. *A Gazeta*, Vitória, p.03, 01 jul. 1986.

HUGO diz que PMDB fica mais popular com brigas. *A Gazeta*, Vitória, p.03, 01 jul. 1986.

GOVERNADOR vê equilíbrio na disputa Max-Ignácio. *A Gazeta*, Vitória, p.02, 02 jul. 1986.

CAMATA acredita na vitória de Ignácio. *A Gazeta*, Vitória, pág. 03, 04 jul. 1986.

MAX, candidato, pede unidade do PMDB. *A Gazeta*, Vitória, pág. 01, 06 jul. 1986;

MAX busca consenso para segunda fase da convenção. *A Gazeta*, Vitória, pág. 01, 07 jul. 1986.

CAMATA condiciona apoio a Max a pedido de desculpas. *A Gazeta*, Vitória, pág. 01, 01 de julho de 1986.

MAX defende consenso para senadores e deputados. *A Gazeta*, Vitória, pág. 03, 07 jul. 1986.

MORAES não participa da campanha eleitoral de Max. *A Gazeta*, Vitória, p.01, 09 jul. 1986.

MORAES diz que não convidará Max para inauguração. *A Gazeta*, Vitória, p. 01, 13 jul. 1986.

MORAES evita participação. *A Gazeta*, Vitória, p. 01, 13 jul. 1986.

CAMATA nega acordo com membros da Frente Liberal. *A Gazeta*, Vitória, p. 01, 13 jul. 1986.

MORAIS descarta acordo e garante que apoiará Max. *A Gazeta*, Vitória, p. 01, 08 ago. 1986.

GOVERNADOR recua e participa da campanha de Max. *A Gazeta*, Vitória, p. 02, 16 ago. 1986.

EXECUTIVA do PFL marca sua Convenção para o dia 20. *A Gazeta*, Vitória, p.05, 02 jul. 1986.

VILLASCHI vê desinteresse. *A Gazeta*, Vitória, p.03, 01 jul. 1986.

VILLASCHI crê que eleitor saberá julgar o PMDB. *A Gazeta*, Vitória, p.02, 16 jul. 1986.

VILLASCHI defende ampla discussão com o povo. *A Gazeta*, Vitória, p.03, 22 jul. 1986.

VILLASCHI ressalta constituinte. *A Gazeta*, Vitória, p.02, 03 ago. 1986.

TRANSPARÊNCIA. *A Gazeta*, Vitória, p.02, 03 ago. 1986.

PROGRAMA de governo. *A Gazeta*, Vitória, p.02, 03 ago. 1986.

GOMES disputa governo pelo PDT. *A Gazeta*, Vitória, p.02, 27 jul. 1986.

CANDIDATOS ainda não definiram planos de governo. *A Gazeta*, Vitória, p.02, 03 ago. 1986.

ASSESSORIA acha boa a situação de Élcio. *A Gazeta*, Vitória, p.03, 01 jul. 1986.

VILLASCHI assegura que seu programa desperta interesse. *A Gazeta*, Vitória, p.02, 24 jul. 1986.

ASSESSORIA acha boa a situação de Élcio. *A Gazeta*. Vitória, p. 03, 01 jul. 1986.

EXECUTIVA do PFL marca sua convenção para o dia 20. *A Gazeta*, p. 05, 02 jul. 1986.

PFL definirá vice de Élcio na próxima semana. *A Gazeta*, p. 02, 16 jul. 1986.

PFL define o nome de Edson Machado para compor a chapa de Élcio Álvares. *A Gazeta*, p. 02, 28 jul. 1986.

THEODORICO não pretende disputar. *A Gazeta*, p. 03, 29 jul. 1986.

ÉLCIO condena uso de helicóptero na campanha. *A Gazeta*, p. 03, 03 nov.1986.

- ÉLCIO acusa PMDB de empreguismo para ajudar Max. *A Gazeta*, p. 02, 23 jul. 1986.
- ÉLCIO afirma que PMDB abusa do poder econômico. *A Gazeta*, p. 06, 06 nov. 1986;
- PMDB é campeão de INFRAÇÕES eleitorais. *A Gazeta*, p. 02, 04 nov. 1986.
- MOREIRA: Élcio tenta soerguer anticomunismo. *A Gazeta*, p. 02, 06 nov. 1986.
- FRENTE Liberal rebate críticas de peemedebistas. *A Gazeta*, p. 02, 06 nov. 1986.
- MACHADO reitera críticas. *A Gazeta*, p. 02, 06 nov. 1986.
- EMIR destaca coligação com os comunistas. *A Gazeta*, p. 02, 07 nov. 1986.
- MOREIRA: Élcio tenta reerguer o anticomunismo. *A Gazeta*, p. 02, 06 nov. 1986;
- PFL é apoiado por magnatas. *A Gazeta*, p. 02, 05 de nov. 1986.
- MAX garante que organizou comunidade em Vila Velha. *A Gazeta*, p. 03, 02 jul. 1986.
- SEPARAÇÃO litigiosa. *Espírito Santo Agora*, Vitória, n. 82, p.05-08, out. 1987.
- CUNHA reage mas não rompe. *Espírito Santo Agora*. Vitória, p. 05, 06. Nov.1987.
- PSDB: trocando bicadas. *Espírito Santo Agora*, Vitória, p. 05-06, jun./jul. 1988.
- DESENCONTROS no poder. *Espírito Santo Agora*. Vitória, p. 08. Abril de 1988.
- A ESTRELA sobe. *Espírito Santo Agora*, janeiro, p. 5, 6, 7, 8, 9. 1988.
- PSDB: Trocando bicadas. *Espírito Santo Agora*. Jun./Jul. 1988.
- DIÁSPORA começa a rondar o PFL capixaba. *Espírito Santo Agora*. Jun., 1988.
- CAMATA confirma apoio e Ignácio e Ignácio disputa governo. *A Gazeta*, Vitória, p. 02, 16 jun. 1990.
- PFL indica hoje o vice de Ignácio. *A Gazeta*, Vitória, p. 05, 05 jul. 1990.
- CEOLIN é eleito vice de Ignácio. *A Gazeta*, Vitória, p. 01, 06 jul. 1990.
- IGNÁCIO rejeita Ceolin e não o quer no palanque. *A Gazeta*, Vitória, p. 03, 08 jul. 1990.

PFL não admite renúncia de Ceolin. *A Gazeta*, Vitória, p. 02, 10 jul. 1990.

PFL defende Ceolin e ameaça romper coligação. *A Gazeta*, Vitória, p. 03, 10 jul. 1990.

PT ainda crê na união de partidos de esquerda. *A Gazeta*, Vitória, p. 02, 04 jul. 1990. PSB, PTB e PC do B decidem apoiar Albuíno. *A Gazeta*, Vitória, p. 03, 05 jul. 1990.

PT dirige acusações aos comunistas. *A Gazeta*, Vitória, p. 01, 05 jul. 1990.

VITOR estuda participação na campanha. *A Gazeta*, Vitória, p.02, 10 jul. 1992.

ROGÉRIO defende posição de Vitor. *A Gazeta*, Vitória, p.02, 11 jul. 1992.

LULA rejeita programa elaborado pelo PT. *Jornal do Brasil*, p. 10 fev. 1990.

LULA e radicais estudam acordo para tirar moratória do programa. *Jornal do Brasil*, p. 10 fev. 1994.

MAIOR crise do PT está por vir. *A Tribuna*, p. 04, 13 fev. 1994.

PT decide sobre participação. *Jornal do Brasil*, p. 10, 07 fev. 1994.

LULA tenta minimizar crise interna do PT. *Jornal do Brasil*, p. 10, 10 fev. 1994. BANCADA recebe apoio. *Folha de São Paulo*, p.25, 14 d fev. 1994.

ESPÍRITO Santo em dados. *Revista Instituto Jones dos Santos Neves*, Vitória, Ano VII – Nº 01 – p. 05 – 08, dez. 1994.

PARTIDOS se articulam, mas não definem candidatos. *A Gazeta*, p. 02, 05 jun. 1994.

DIVERGÊNCIAS prejudicam alianças. *A Gazeta*, p. 02, 05 jun. 1994.

BISOL deverá decidir o vice de Vitor. *A Gazeta*, p. 02, 05 jun. 1994.

PT chega a acordo com PSB. *A Gazeta*, p. 02, 05 jun. 1994.

BANCADA do PFL recua e dá apoio a Enivaldo. *A Gazeta*, p. 03, 02 jun. 1994.

EXIGÊNCIAS. *A Gazeta*, p. 03, 02 jun. 1994.

FERRAÇO anuncia rompimento político com Albuíno. *A Gazeta*, p. 02, 24 jun. 1994.

MAIORIA quer Rita Camata. *A Gazeta*, p. 02, 04 jun. 1994.

INDEFINIÇÃO no PMDB atrasa processo sucessório. *A Gazeta*, p. 02, 04 jun. 1994.

QUÉRCIA quer Rita Camata candidata ao governo. *A Gazeta*, p. 06, 02 jun. 1994.

MAIORIA quer Rita Camata. *A Gazeta*, p. 02, 04 jun. 1994.

LIDERANÇAS sondam Rita, Camilo e Sérgio Ceotto. *A Gazeta*, p. 02, 04 jun. 1994.

INDEFINIÇÃO no PMDB atrasa processo sucessório. *A Gazeta*, p. 02, 04 jun. 1994.

LARANJAS. *A Gazeta*, p. 02, 05 jun. 1994.

DEFINIÇÃO de alianças provoca repercussão. *A Gazeta*, p. 02, 14 jun. 1994.

DISPERÇÃO. *A Gazeta*, p. 02, 19 jun. 1994.

PMDB rejeita coligação e não disputará sucessão. *A Gazeta*, p. 03, 11 jun. 1994.

FACÇÃO do PMDB formaliza apoio a Vitor. *A Gazeta*, p. 02, 26 jun. 1994;

MAX critica decisão de peemedebistas. *A Gazeta*, p. 02, 05 jun. 1994.

PEEMEDEBISTAS analisam Vitor. *A Gazeta*, p. 03, 21 jun. 1994.

RITA admite apoio a Vitor. *A Gazeta*, p. 02, 14 jun. 1994.

VITOR garante apoio de peemedebista. *A Gazeta*, p. 03, 16 jun. 1994.

HARTUNG quer apoio a Vitor. *A Gazeta*, p. 02, 03 jun. 1994.

CANDIDATA lembra compromisso. *A Gazeta*, p. 02, 03 jun. 1994.

DEPUTADO contesta candidatura de Rose. *A Gazeta*, p. 02, 03 jun. 1994.

PSDB lança Rose e entra só na disputa. *A Gazeta*, p. 03, 11 jun. 1994.

FHC vem para tentar reverter sucessão no Estado. *A Gazeta*, p. 02, 22 set. 1994.

PARTIDOS registram vários laranjas. *A Gazeta*, p. 02, 11 jun. 1994.

- RITA Camata admite apoiar Vitor. *A Gazeta*, p. 02, 14 jun. 1994.
- DEFINIÇÃO de alianças provoca repercussão. *A Gazeta*, p. 02, 14 jun. 1994.
- GRUPO do PMDB já defende aliança informal com Vitor. *A Gazeta*, p. 02, 19 jun. 1994.
- VITOR acredita que divide a preferência com Max. *A Gazeta*, p. 02, 12 jun. 1994.
- VITOR lidera primeira pesquisa no Estado. *A Gazeta*, p. 02, 19 jun. 1994.
- VITOR acha que ganha eleição no Primeiro Turno. *A Gazeta*, p. 02, 20 jun. 1994.
- CABO Camata diz que pesquisa indica desejo de mudança. *A Gazeta*, p. 02, 21 jun. 1994.
- MAX diz que Futura é atrelada ao PT. *A Gazeta*, p. 02, 20 jun. 1994.
- CABO Camata diz que resultado é verdadeiro. *A Gazeta*, p. 02, 20 jun. 1994.
- DEBATE de candidatos sai em clima de equilíbrio, *A Gazeta*, p. 02, 19 set. 1994;
- APOIO de FHC movimentava debate na TV, *A Gazeta*, p. 07, 27 set. 1994;
- ASSESSORES reivindicam vitória no debate na TV, *A Gazeta*, p. 02, 20 set. 1994.
- CABO Camata promete exterminar criminosos. *A Gazeta*, p. 02, 10 set. 1994;
- CAMATA defende pena de morte para corruptos *A Gazeta*, p. 03, 02 set. 1994.
- BURACO. *A Gazeta*, p. 02, 19 set. 1994.
- CABO Camata promete devolver a arrecadação. *A Gazeta*, p. 03, 19 set. 1994.
- CANDIDATOS a governados tem solução para tudo. *A Gazeta*, p. 03, 04 set. 1994.
- BURACO. *A Gazeta*, p. 03, 04 set. 1994.
- VITOR anuncia processo contra candidato do PSD. *A Gazeta*, p. 02, 06 set. 1994;
- CABO Camata volta a atacar adversário. *A Gazeta*, p. 02, 06 set. 1994.
- APOIO de FHC movimentava debate na TV. *A Gazeta*, p. 07, 27 set. 1994.

PETISTA afirma que PMDB participará do governo. *A Gazeta*, p. 02, 15 jun. 1994;

COALIZÃO. *A Gazeta*, p. 02, 15 jun. 1994.

MAIOR crise do PT está por vir. *A Tribuna*, p. 04, 13 fev. 1994.

PT decide sobre participação. *Jornal do Brasil*, p. 10, 07 fev. 1994.

LULA tenta minimizar crise interna do PT. *Jornal do Brasil*, p. 10, 10 fev. 1994.

BANCADA recebe apoio. *Folha de São Paulo*, p.25, 14 d fev. 1994.

Partidos se articulam, mas não definem candidatos. *A Gazeta*, p. 02, 05 jun. 1994.

DIVERGÊNCIAS prejudicam alianças. *A Gazeta*, p. 02, 05 jun. 1994.

BISOL deverá decidir o vice de Vitor. *A Gazeta*, p. 02, 05 jun. 1994.

PT chega a acordo com PSB. *A Gazeta*, p. 02, 05 jun. 1994.

BANCADA do PFL recua e dá apoio a Enivaldo. *A Gazeta*, p. 03, 02 jun. 1994.

EXIGÊNCIAS. *A Gazeta*, p. 03, 02 jun. 1994.

FERRAÇO anuncia rompimento político com Albuíno. *A Gazeta*, p. 02, 24 jun. 1994.

MAIORIA quer Rita Camata. *A Gazeta*, p. 02, 04 jun. 1994.

QUÉRCIA quer Rita Camata candidata ao governo. *A Gazeta*, p. 06, 02 jun. 1994.

INDEFINIÇÃO no PMDB atrasa processo sucessório. *A Gazeta*, p. 02, 04 jun. 1994.

QUÉRCIA quer Rita Camata candidata ao governo. *A Gazeta*, p. 06, 02 jun. 1994.

MAIORIA quer Rita Camata. *A Gazeta*, p. 02, 04 jun. 1994.

LIDERANÇAS sondam Rita, Camilo e Sérgio Ceotto. *A Gazeta*, p. 02, 04 jun. 1994.

INDEFINIÇÃO no PMDB atrasa processo sucessório. *A Gazeta*, p. 02, 04 jun. 1994.

LARANJAS. *A Gazeta*, p. 02, 05 jun. 1994.

DEFINIÇÃO de alianças provoca repercussão. *A Gazeta*, p. 02, 14 jun. 1994.

DISPERÇÃO. *A Gazeta*, p. 02, 19 jun. 1994.

PMDB rejeita coligação e não disputará sucessão. *A Gazeta*, p. 03, 11 jun. 1994.

FACÇÃO do PMDB formaliza apoio a Vitor. *A Gazeta*, p. 02, 26 jun. 1994.

MAX critica decisão de peemedebistas. *A Gazeta*, p. 02, 05 jun. 1994.

PEEMEDEBISTAS analisam Vitor. *A Gazeta*, p. 03, 21 jun. 1994.

RITA admite apoio a Vitor. *A Gazeta*, p. 02, 14 jun. 1994.

VITOR garante apoio de peemedebista. *A Gazeta*, p. 03, 16 jun. 1994.

HARTUNG quer apoio a Vitor. *A Gazeta*, p. 02, 03 jun. 1994.

CANDIDATA lembra compromisso. *A Gazeta*, p. 02, 03 jun. 1994.

DEPUTADO contesta candidatura de Rose. *A Gazeta*, p. 02, 03 jun. 1994.

PSDB lança Rose e entra só na disputa. *A Gazeta*, p. 03, 11 jun. 1994.

FHC vem para tentar reverter sucessão no Estado. *A Gazeta*, p. 02, 22 set. 1994.

PARTIDOS registram vários laranjas. *A Gazeta*, p. 02, 11 jun. 1994.

RITA Camata admite apoiar Vitor. *A Gazeta*, p. 02, 14 jun. 1994.

DEFINIÇÃO de alianças provoca repercussão. *A Gazeta*, p. 02, 14 jun. 1994.

GRUPO do PMDB já defende aliança informal com Vitor. *A Gazeta*, p. 02, 19 jun. 1994.

VITOR lidera primeira pesquisa no Estado. *A Gazeta*, p. 02, 19 jun. 1994.

VITOR acha que ganha eleição no Primeiro Turno. *A Gazeta*, p. 02, 20 jun. 1994.

CAMATA diz que pesquisa indica desejo de mudança. *A Gazeta*, p. 02, 21 jun. 1994.

MAX diz que Futura é atrelada ao PT. *A Gazeta*, p. 02, 20 jun. 1994.

CABO Camata diz que resultado é verdadeiro. *A Gazeta*, p. 02, 20 jun. 1994.

DEBATE de candidatos sai em clima de equilíbrio. *A Gazeta*, p. 02, 19 set. 1994.

APOIO de FHC movimenta debate na TV. *A Gazeta*, p. 07, 27 set. 1994.

ASSESSORES reivindicam vitória no debate na TV. *A Gazeta*, p. 02, 20 set. 1994.

CABO Camata promete exterminar criminosos. *A Gazeta*, p. 02, 10 set. 1994;

CAMATA defende pena de morte para corruptos. *A Gazeta*, p. 03, 02 set. 1994.

BURACO. *A Gazeta*, p. 02, 19 set. 1994.

CABO Camata promete devolver a arrecadação. *A Gazeta*, p. 03, 19 set. 1994.

CANDIDATOS a governados tem solução para tudo. *A Gazeta*, p. 03, 04 set. 1994.

BURACO. *A Gazeta*, p. 03, 04 set. 1994.

VITOR anuncia processo contra candidato do PSD. *A Gazeta*, p. 02, 06 set. 1994.

CABO Camata volta a atacar adversário. *A Gazeta*, p. 02, 06 set. 1994.

APOIO de FHC movimenta debate na TV. *A Gazeta*, p. 07, 27 set. 1994.

PETISTA afirma que PMDB participará do governo. *A Gazeta*, p. 02, 15 jun. 1994.

COALIZÃO. *A Gazeta*, p. 02, 15 jun. 1994.

ESPÍRITO SANTO em dados. *Revista Instituto Jones dos Santos Neves*, Vitória, Ano VII – N° 01 – p. 05 – 08, dez. 1994.

JUSTIÇA destitui Presidente do PSDB. *A Gazeta*, p. 02, 4 jun. 1998.

PRESIDENTE do PSDB contesta destituição. *A Gazeta*, p. 02, 05 jun. 1998.

HARTUNG lamenta e lembra armação. *A Gazeta*, p. 07, 05 jun. 1998.

IGNÁCIO alerta sobre Convenção. *A Gazeta*, p. 07, 05 jun. 1998.

JOSÉ Ignácio vence Convenção do PSDB. *A Gazeta*, p. 03, 14 jun. 1998.

O PSDB e Albuíno. *A Gazeta*, p. 04, 15 jul. 1998.

CASAGRANDE tem apoio de oito partidos. *A Gazeta*, p. 02, 10 jul. 1998.

PMDB reúne-se para preparar a Convenção. *A Gazeta*, p. 02, 12 jul. 1998.

PMDB confirma o nome de Vasco à sucessão. *A Gazeta*, p. 02, 13 jul. 1998.

HARTUNG lidera com 52%. *A Gazeta*, p. 01, 01 set. 2002.

SENADOR venceria no 1º turno, se as eleições fossem hoje. *A Gazeta*, pág. 06, 1 set. de 2002.

HARTUNG pede esforço para vencer no primeiro turno. *A Gazeta*, Vitória, p.6, 1 de out. 2002.

MAX pretende intensificar as caminhadas na reta final *A Gazeta*, Vitória, p.6, 1 de out. 2002

CANDIDATOS se enfrentam em debate na TV Gazeta. *A Gazeta*, p. 03, 02 out. 2002.

MAX faz maratona eleitoral atrás de votos. *A Gazeta*, p.06, 04 out. 2002.

Depoimentos

BUAIZ, Vitor. Desempenho político-eleitoral do Partido dos Trabalhadores, no Espírito Santo, nas eleições de 1982 a 2002. 2008. Entrevista concedida a Ueber José de Oliveira, Vitória, 14 abr. e 19 mai. 2008.

BUAIZ, Vitor. O Governo Vitor Buaiz. *Revista Essa*. Entrevista concedida a Nilo De Mingo, Vitória, 19 abr. 2006.

BRAGATO, Brice. Desempenho político-eleitoral do Partido dos Trabalhadores, no Espírito Santo, nas eleições de 1982 a 2002. 2008. Entrevista concedida a Ueber José de Oliveira, Vitória, 29 abr. 2008.

MEDEIROS, Rogério Sarlo de. Desempenho político-eleitoral do Partido dos Trabalhadores, no Espírito Santo, nas eleições de 1982 a 2002. 2008. Entrevista concedida a Ueber José de Oliveira, Vitória, 10 abr. 2008

CAMATA. Djair. Meu grupo é o povão. *Revista Capixaba Agora*, Vitória, p.05 - 15 Dez. 1997. Ano I – Número 1. Entrevista concedida a Tinoco dos Anjos, Milson Henriques e Alexandre Caetano.

Pesquisa em meios eletrônicos

Estimativas IBGE, 2005. Disponível em: <www.ibge.gov.br>. Acesso em: 29 jul. 2007.

Instituto Jones dos Santos Neves – IJSN Coordenação de Economia e Desenvolvimento Núcleo de Contas Regionais, 2004. Disponível em: <<http://www.ijsn.es.gov.br>>. Acesso em 15 Jul. 2007.

Tribunal Superior Eleitoral – Eleições – disponível em: <www.tse.gov.br>. Vários acessos.

Tribunal Regional Eleitoral – Eleições – disponível em: <www.tre.gov.br>. Vários acessos.

APÊNDICE I

Dados referentes às eleições estaduais

de 1982, 1986, 1990, 1994, 1998, 2002 e 2006.

**Eleições Municipais de 1982, 1988, 1992, 1996, 2000 e
2004**

Tabela 1: Resultado das eleições para Deputado Estadual - 1982

Candidato	Partido	Nº de Votos	%	Votos Válidos (%)
José Casagrande	PMDB	24.593	2,99	3,54
Rosilda de Freitas	PMDB	22.724	2,77	3,28
Douglas Puppim	PMDB	22.253	2,71	3,21
Jorge Devens de Oliveira	PDS	19.963	2,43	2,88
Paulo Hartung	PMDB	19.247	2,34	2,77
Hermes Laranja	PMDB	18.850	2,29	2,72
Antônio Pelaes	PMDB	18.496	2,25	2,67
Dailson Laranja	PMDB	17.418	2,12	2,51
Dilton Lyrio	PMDB	16.246	1,98	2,34
Juracy Magalhães Gomes	PMDB	15.672	1,91	2,26
João Gama Filho	PMDB	15.518	1,89	2,24
Alicio Franco	PDS	15.335	1,87	2,21
Moacir Brottas Junior	PMDB	15.191	1,85	2,19
Oséas Ximenes	PMDB	14.999	1,83	2,16
Hugo Borges	PMDB	13.502	1,64	1,95
Salvador Bonomo	PMDB	12.852	1,56	1,85
Armando Batista Viola	PMDB	12.626	1,54	1,82
Emir de Macedo Gomes	PDS	12.491	1,52	1,80
Jorge Daher Filho	PDS	12.435	1,51	1,79
Valci Ferreira de Sousa	PMDB	12.346	1,50	1,78
João Miguel Feu Rosa	PDS	12.188	1,48	1,76
Pedro Leal	PDS	11.817	1,44	1,70
Luiz Gonzaga Borges	PDS	11.651	1,42	1,68
Heraldo Barboza Musso	PDS	11.649	1,41	1,67
Lucio Merçon	PDS	11.348	1,38	1,64
Antônio Moreira	PDS	9.914	1,21	1,43
João Manoel Meneghelli	PDS	9.377	1,14	1,35
Candidatos não eleitos		283.154	34,46	40,81
Total de Votos Válidos		693.855	-	100
Votos Brancos		91.649	11,15	-
Votos Nulos		36.154	4,40	-
Total de votos apurados		821.658	100	-

Fonte: TRE-ES; Jornal A Gazeta, p. 06, 23 de novembro, 1982.

Tabela 2: Resultados das eleições para Deputado Federal - 1982.

Candidatos	Partido	N° de votos	%
Max Freitas Mauro	PMDB	85.558	12,23
Hélio Carlos Manhães	PMDB	68.404	9,79
Theodorico de Assis Ferraço	PDS	60.902	8,71
Nyder Barbosa de Menezes	PMDB	48.320	6,91
Mirthes Bevilacqua Corradi	PMDB	45.527	6,51
Wilson Haese	PMDB	41.356	5,92
Pedro Ceolin Sobrinho	PDS	37.555	5,37
Stélio Dias	PDS	37.230	5,32
José Carlos da Fonseca	PDS	36.326	5,20
Candidatos não eleitos		238.039	34,04
Total de Votos Válidos		699.217	100

Fonte: TRE-ES; Jornal **A Gazeta**, p. 06, 23 de novembro, 1982.

Tabela 3: Resultados das eleições para o Senado - 1982.

Candidato	Partido	N° de Votos	%	Votos Válidos (%)
José Ignácio Ferreira	PMDB	186.429	22,54	25,75
Berredo de Menezes	PMDB	164.812	19,92	22,76
Dirceu Cardoso	PMDB	71.225	8,61	9,84
Soma da legenda		422.466	51,07	58,35
Camilo Cola	PDS	198.718	24,02	27,45
Setembrino Pelissari	PDS	77.818	9,41	10,75
Vicente Silveira	PDS	13.871	1,67	1,92
Soma da legenda		290.317	35,09	40,10
Rogério Medeiros	PT	10.063	1,22	1,39
Guilherme Breder	PDT	1.174	0,14	0,16
Total de Votos válidos		724.020	-	100
Votos Brancos		78.711	9,51	-
Votos Nulos		24.541	2,97	-

Fonte: TRE-ES; Jornal **A Gazeta**, p. 06, 23 de novembro, 1982.

Tabela 4: Resultados das eleições para Deputado Estadual - 1986.

Candidato	Partido	Nº de Votos	%	Votos Válidos (%)
Nilton Gomes	PFL	25.381	2,29	3,12
Paulo Casar Hartung Gomes	PMDB	17.343	1,56	2,13
Fernando Inácio Santório	PMDB	17.044	1,53	2,09
Valcy José Ferreira de Souza	PMDB	16.127	1,45	1,98
José Tasso Oliveira de Andrade	PFL	15.391	1,38	1,89
Jório de Barros Carneiro	PMDB	15.011	1,35	1,84
Douglas Puppim	PMDB	13.426	1,21	1,65
Arildo José Cassaro	PMDB	13.029	1,17	1,60
Dilton Lyrio Neto	PMDB	12.972	1,17	1,59
Paulo Lemos Barbosa	PMDB	12.613	1,13	1,55
Levi Aguiar de Jesus Ferreira	PMDB	12.528	1,13	1,54
Cláudio Humberto Vereza Lodi	PT/PSB	11.859	1,07	1,45
Salvador Bonomo	PMDB	11.300	1,01	1,38
Dilo Binda	PFL	11.135	1,00	1,36
Armando Batista Viola	PMDB	10.768	0,97	1,32
Luiz Carlos Santana	PDT	10.093	0,91	1,24
Jorge Alberto Anders	PMDB	10.076	0,90	1,23
Hugo Barges	PMDB	10.044	0,90	1,23
Enivaldo Euzébio dos Anjos	PFL	9.831	0,88	1,20
Luiz Carlos Piassi	PFL	9.401	0,84	1,15
Waldemiro Seibel	PFL	9.384	0,84	1,15
João Gama Filho	PMDB	8.773	0,79	1,07
Antônio Pelaes da Silva	PMDB	8.659	0,78	1,06
João Francisco Martins	PMDB	8.248	0,74	1,01
Heraldo Barbosa Musso	PFL	7.796	0,70	0,95
Dario Martinelli	PFL	7.248	0,65	0,89
Ronaldo do Espírito Santo Lopes	PFL	7.014	0,63	0,86
Antônio Ângelo Moschen	PT/PSB	6.501	0,58	0,79
João Carlos Coser	PT/PSB	6.297	0,56	0,77
Alcino Santos	PDS	5.688	0,51	0,69
Candidatos eleitos		340.980	30,76	41,92
Candidatos não eleitos		424.391	38,29	52,24
Total de Votos Nominais		765.371	69,05	94,09
Votos de Legenda		48.005	4,33	5,90
Votos nominais+Legenda		813.376	-	100
Votos Brancos		233.553	21,07	-
Votos Nulos		61.364	5,53	-
Votos Totais apurados		1.108.293	100	-

Fonte: TRE-ES.

Tabela 5: Resultados das eleições para Deputado Federal - 1986.

Candidato	Partido	Nº de Votos	%	Votos Válidos (%)
Rita de Cássia Paste Camata	PMDB	136.031	12,27	16,92
Vasco Alves de Oliveira Junior	PMDB	84.952	7,66	10,57
Vitor Buaiz	PT/PSB	79.054	7,13	9,83
Stélio Dias	PFL	47.979	4,32	5,97
Lézio Gomes Satler	PMDB	47.047	4,24	5,85
Hélio Carlos Manhães	PMDB	41.723	3,76	5,19
Rosilda de Freitas	PMDB	36.132	3,26	4,49
Pedro Ceolin Sobrinho	PFL	26.403	2,38	3,28
Nelson Alves de Aguiar	PMDB	25.898	2,33	3,22
Nyder Barbosa de Menezes	PMDB	22.789	2,05	2,83
Candidatos eleitos		548.008	49,44	68,19
Candidatos não eleitos		210.919	19,03	26,24
Votos Brancos		248.840	22,45	-
Votos Nulos		55.866	5,04	-
Total de Votos de Legenda		44.660	4,04	5,55
Total de Votos Nominais+Legenda		803.587	-	100
Total de Votos apurados		1.108.293	100	-

Fonte: TRE-ES.

Tabela 6: Resultados das eleições para o Senado - 1986.

Candidato	Partido	Nº de Votos	Votos Válidos (%)
Gerson Camata	PMDB	616.225	38,17
Joaquim Beato	PMDB	47.229	2,92
Waldemar Zamprogno	PMDB	14.776	0,91
Soma da Sublegenda-1		678.230	42,01
João Medeiros Calmon	PMDB	241.245	14,94
Camilo Cola	PMDB	202.952	12,57
Paulo Sérgio Borges	PMDB	44.101	2,73
Soma da Sublegenda-2		488.298	30,24
Theodorico de Assis Ferração	PFL	273.974	16,97
Rogério Medeiros	PT	99.669	6,17
Renato Viana Soares	PSB	60.744	3,76
Heitor Façanha da Costa	PDT	13.414	0,83
Total de Votos válidos		1.614.329	100
Votos Brancos		461.502	-
Votos Nulos		140.382	-

Fonte: TRE-ES.

Tabela 7: Pesquisas Eleitorais – Governador – 1990.

1º Turno/Data Base	04 a 06/06	09 a 13/07	17 a 21/07	02 a 07/08	06 a 12/08	05 a 11/09	15 a 19/09	21 a 24/09	1º turno
José Ignácio	31	36	29	36	40	31	33	29	24
Albuíno Azeredo	03	04	07	09	11	19	25	29	29
Paulo Loureiro	02	02	03	04	03	01	03	01	-
Douglas Puppim	0	03	04	02	0	0	0	0	-
Rogério Medeiros	06	04	06	07	06	06	4	05	-
Outros	09	01	0	0	03	02	2	02	23
Branco/nulos	17	27	25	24	15	19	14	14	34
Indecisos	32	23	25	19	22	22	19	20	-
2º Turno	13 a 16/10	27 a 30/10	07 a 09/11	10 a 13/11	16 a 18/11	22 a 24/11	2º Turno		
Albuíno Azeredo	44	54	55	57	61	57	53		
José Ignácio Ferreira	23	19	20	17	19	20	25		
Branco e Nulos	15	13	16	14	13	18	20		
Indecisos	18	17	9	12	7	5	02		

Fonte: Vieira (1993).

Tabela 8: Resultados das eleições para Deputado Estadual - 1990.

Candidato	Partido	Nº de Votos	%	Votos Válidos (%)
Valci José Ferreira de Souza	PRN	10.230	0,87	1,41
Ricardo Rezende Ferração	PTB	9.356	0,80	1,29
Edson Henrique Pereira	PRN	8.653	0,73	1,19
Ruzerte de Paula Gaigher	PDT	8.776	0,75	1,21
Antonio Tadeu Tardin Giubert	PMDB	8.079	0,69	1,11
Umberto Messias de Souza	PSDB	7.974	0,68	1,10
Paulo Lemos Barbosa	PDT	7.678	0,65	1,06
Nilton Gomes	PFL	7.422	0,63	1,02
José Francisco de Barros	PMDB	7.256	0,61	1,00
Djalma Monteiro da Silva	PRN	7.246	0,61	1,00
Marcos Miranda Madureira	PDC	6.970	0,59	0,96
José Carlos Gratz	PFL	6.727	0,57	0,93
Fernando José da Silva	PFL	6.501	0,56	0,90
Waldemiro Seibel	PFL	6.451	0,55	0,89
Waldir Durão Filho	PFL	6.367	0,54	0,88
Maria da Penha V. Feu Rosa	PTB	5.921	0,50	0,82
Ethereldes Teteco Q. Valle Jr.	PMDB	5.826	0,49	0,80
Carlos Magno Pimentel	PFL	5.674	0,48	0,78
Luiz Temóteo Dias Vieira	PSDB	5.557	0,47	0,77
Carlos Roberto Cabalini	PDT	5.556	0,47	0,77
Ulisses Jarbas Anders	PSDB	5.515	0,47	0,76
Hélio Gualberto Vasconcellos	PSDB	5.469	0,46	0,75
Brice Bragato	PT	5.447	0,46	0,75
Djair Camata	PSDB	5.397	0,45	0,74
Gilson Gomes	PTB	5.127	0,43	0,71
José Renato Casagrande	PSB	5.060	0,42	0,70
Jauber Dório Pignaton	PMDB	4.956	0,42	0,68
Luciano Souza Cortez	PRN	4.876	0,41	0,67
João Carlos Coser	PT	2.906	0,24	0,40
Aloísio Krohling	PT	2.622	0,22	0,36
Candidatos eleitos		191.595	15,54	26,56
Candidatos não eleitos		467.975	39,96	64,87
Votos Brancos		307.359	26,24	-
Votos Nulos		204.125	17,43	-
Total de Votos de Legenda		61.789	5,2	8,56
Total de Votos Nominais + Votos de Legenda		721.359	-	100
Total de Votos Apurados		1.232.843	100	-

Fonte: TRE-ES.

Tabela 9: Resultados das eleições para Deputado Federal - 1990.

Candidato	Partido	Nº de Votos	%	Votos Válidos (%)
Rita de Cássia Paste Camata	PMDB	99.147	8,03	16,43
Paulo César Hartung Gomes	PSDB	49.248	3,99	8,16
Roberto Valadão Almokdice	PMDB	21.237	1,73	3,53
Rosilda de Freitas	PSDB	19.951	1,61	3,30
João Baptista Motta	PSDB	19.843	1,60	3,28
Jones dos Santos Neves Filho	PL	16.524	1,33	2,73
Nilton Gomes de Oliveira	PMDB	15.218	1,23	2,52
Jório de Barros Carneiro	PMDB	10.935	0,89	1,82
Etevalda Grassi de Menezes	PMDB	7.538	0,61	1,24
Aloizio Santos	PMDB	5.714	0,46	0,94
Candidatos Eleitos		265.355	21,51	43,98
Candidatos não eleitos		263.685	21,38	43,70
Votos Brancos		404.069	32,76	-
Votos Nulos		225.945	18,32	-
Total de Votos de Legenda		74.270	6,02	12,31
Total de Votos Nominais + Votos de Legenda		603.310	-	100
Total de Votos Apurados		1.233.324	100	-

Fonte: TRE-ES (Tribunal Regional Eleitoral do Espírito Santo).

Tabela 10: Resultados das eleições para o Senado - 1990.

Candidato	Partido	Nº de Votos	%	Votos Válidos (%)
Élcio Álvares	PFL	290.423	23,54	43,67
Renato Viana Soares	PSB	149.290	12,10	22,44
Magno Pires da Silva	PT	72.910	5,9	10,96
José Moraes	PMDB	70.959	5,75	10,67
João Dalmácio Castelo Miguel	PSDB	30.070	2,43	4,52
Ferdinand Berredo de Menezes	PRN	26.250	2,12	3,95
Jeferson de Aguiar	PDS	15.947	1,29	2,39
Votos Brancos		366.410	29,70	-
Votos Nulos		202.065	16,38	-
Total de Votos válidos		665.032	-	100
Total de Votos Apurados		1.233.507	100	-

Fonte: TRE-ES.

Tabela 11: Resultados das eleições para Deputado Estadual - 1994.

Candidato	Partido	Nº de Votos	%	Votos Válidos (%)
Marcos Miranda Madureira	PPB	22.404	1,57	2,24
Carlos Alberto Lyrio	PSB	15.397	1,08	1,54
Antario A. Theodoro Filho	PSDB	14.340	1,01	1,43
Jose Mauro Juca G. e Gama	PTB	14.080	0,99	1,41
Antonio Sergio Alves Vidigal	PDT	13.203	0,93	1,32
Paulo Sergio Borges	PSDB	13.045	0,91	1,30
Max Freitas Mauro Filho	PMN	12.669	0,89	1,26
Nilton Gomes	PPB	12.576	0,88	1,26
Ricardo de Rezende Ferração	PTB	12.223	0,86	1,22
Jair de Oliveira	PDT	12.031	0,84	1,20
Claudio Humberto Vereza Lodi	PT	12.022	0,84	1,20
Magno Pereira Malta	PTB	10.997	0,77	1,10
Jose Ramos Furtado	PPB	10.915	0,76	1,09
Lourival Berger	PPB	10.832	0,76	1,08
Jose Carlos Gratz	PFL	10.249	0,72	1,02
Enivaldo Euzebio dos Anjos	PDT	10.042	0,70	1,00
Moacyr Carone Assad	PDT	9.594	0,67	0,96
Welington Coimbra	PSDB	9.476	0,66	0,94
Gilson Gomes	PTB	9.390	0,66	0,94
Marcelino Ayub Fraga	PMDB	8.998	0,63	0,90
Brice Bragato	PT	8.797	0,62	0,88
Jose Luiz Pimentel Balestrero	PSB	8.719	0,61	0,87
Benedito Eneas Muqui	PFL	8.368	0,58	0,83
Nasser Youssef Nasr	PMDB	8.330	0,58	0,83
Domingos Savio Pinto Martins	PMDB	8.240	0,57	0,82
Fernando J. Coimbra Resende	PMDB	8.122	0,56	0,81
Maria de Fátima Rocha Couzi	PSDB	7.951	0,56	0,79
Jose Gotardo Spadetto	PL	7.283	0,51	0,72
Jose Otavio Baioco	PT	6.591	0,46	0,66
Jose Alves Neto (Juca Alves)	PT	6.415	0,45	0,64
Candidatos eleitos		323.299	22,79	32,39
Candidatos não eleitos		653.217	46,05	65,17
Votos Brancos		181.181	12,77	-
Votos Nulos		239.430	16,88	-
Total de Votos de Legenda		21.201	1,49	2,12
Total de Votos Nominais + Votos de Legenda		997.717	-	100
Total de Votos Apurados		1.418.328	100	-

Fonte: TRE-ES.

Tabela 12: Resultados das eleições para Deputado Federal - 1994.

Candidato	Partido	Nº de Votos	%	Votos Válidos (%)
Rita de Cassia Paste Camata	PMDB	74.146	5,24	8,99
Theodorico de Assis Ferraço	PTB	56.753	4,00	6,88
Jorge Alberto Anders	PSDB	48.866	3,45	5,92
Adelson Antonio Salvador	PSB	26.242	1,85	3,18
Luiz Candido Durão	PDT	24.738	1,74	2,99
Roberto Valadão Almokdice	PMDB	24.074	1,70	2,91
Joao Miguel Feu Rosa	PSDB	24.023	1,69	2,91
Nilton Gomes Oliveira	PMDB	22.824	1,61	2,76
Luiz Buaiiz	PDT	22.782	1,60	2,76
João Carlos Coser	PT	21.365	1,50	2,59
Candidatos Eleitos		345.813	24,43	41,92
Candidatos não eleitos		445.837	31,49	54,05
Votos Brancos		262.532	18,54	-
Votos Nulos		328.109	23,17	-
Total de Votos de Legenda		33.204	2,34	4,02
Total de Votos Nominais + Votos de Legenda		824.854	-	100
Total de Votos Apurados		1.415.495	100	-

Fonte: TRE-ES.

Tabela 13: Resultados das eleições para o Senado - 1994.

Candidato	Partido	Nº de Votos	%	Votos Válidos (%)
Gerson Camata	PMDB	521.124	18,40	29,88
Jose Ignacio Ferreira	PSDB	458.976	16,20	26,32
Helio Gualberto Vasconcellos	PT	223.689	7,89	12,82
Marcia Almeida Machado	PSB	147.771	5,21	8,47
Jones Santos Neves Filho	PL	145.504	5,13	8,34
Eurico Vieira de Rezende	PPB	108.206	3,82	6,20
Douglas Puppim	PTB	68.990	2,43	3,95
Dailson Laranja	PMDB	37.884	1,33	2,17
Antonio Carlos R. Alvarenga	PSD	31.368	1,10	1,79
Votos Brancos		826.633	29,19	-
Votos Nulos		261.475	9,23	-
Total de Votos válidos		1.743.512	-	100
Total de Votos Apurados		2.831.620	100	-

Fonte: TRE-ES.

Tabela 14: Resultados das eleições para Deputado Estadual - 1998.

Candidato	Partido	Nº de Votos	%	Votos Válidos (%)
Max Freitas Mauro Filho	PTB	38.610	2,57	3,00
Jose Carlos Gratz	PFL	25.955	1,73	2,01
Gilson Gomes	PPS	25.788	1,72	2,00
Enivaldo Euzébio dos Anjos	PDT	20.910	1,39	1,62
José Mauro Gomes e Gama	PTB	19.725	1,31	1,53
Eval Galazi	PPS	18.903	1,26	1,47
Luiz Carlos Moreira	PMDB	18.715	1,24	1,45
Sergio Manoel Nader Borges	PMDB	18.070	1,20	1,40
Antonio Cavalheri	PSB	15.835	1,05	1,23
Marcos Miranda Madureira	PFL	15.149	1,01	1,17
Jose Esmeraldo de Freitas	PSDB	13.537	0,90	1,05
José Ramos Furtado	PPB	13.509	0,90	1,05
Robson Mendes Neves	PPS	13.378	0,89	1,04
Maria de Fátima Rocha Couzi	PSDB	13.288	0,88	1,03
Gilson dos Santos Lopes Filho	PFL	13.185	0,87	1,02
Leonor Lube	PTB	12.906	0,86	1,00
Paulo Roberto Ribas Loureiro	PDT	12.578	0,83	0,97
Marcos Duarte Gazzani	PSDB	12.338	0,82	0,96
Wilson Luiz Venturim	PSB	12.119	0,80	0,94
Sebastião Camillo de A. Filho	PSDB	11.760	0,78	0,91
Jose Alves Neto	PPS	11.594	0,77	0,90
José Tasso O. de Andrade	PFL	11.477	0,76	0,89
Avilio Machado da Silva	PTB	11.459	0,76	0,89
Luiz Pereira do Nascimento	PSB	11.364	0,75	0,88
Gumercindo Gonçalves Vinand	PMDB	11.343	0,75	0,88
Mateus Vasconcelos	PFL	10.959	0,73	0,85
Benedito Enéas Muqui	PFL	10.900	0,72	0,84
Gilberto Furieri	PMDB	10.764	0,71	0,83
Claudio Humberto Vereza Lodi	PT	8.371	0,55	0,65
Geraldo Araújo Martins	PMN	4.558	0,30	0,35
Candidatos eleitos		449.047	29,81	34,94
Candidatos não eleitos		835.897	55,75	65,05
Votos Brancos		113.642	7,58	-
Votos Nulos		100.591	6,70	-
Total de Votos Válidos		1.284.944	-	100
Total de Votos Apurados		1.499.177	100	-

Fonte: TRE-ES.

Tabela 15: Resultados das eleições para Deputado Federal - 1998.

Candidato	Partido	Nº de Votos	%	Votos Válidos (%)
Ricardo de Rezende Ferração	PSDB	75.241	5,01	6,21
Rita de Cássia Paste Camata	PMDB	72.706	4,84	6,00
Jose Carlos da Fonseca Jr.	PFL	63.868	4,26	5,27
Max Freitas Mauro	PTB	59.706	3,98	4,92
Magno Pereira Malta	PTB	54.754	3,65	4,52
Nilton Gomes Oliveira	PPB	50.152	3,34	4,14
João Carlos Coser	PT	48.603	3,24	4,01
Marcus Antonio Vicente	PSDB	45.281	3,02	3,73
José Carlos Elias	PTB	49.061	3,30	4,05
Joao Miguel Feu Rosa		40.230	2,68	3,32
Candidatos Eleitos		559.602	39,99	46,19
Candidatos não eleitos		556.220	37,10	45,91
Votos Brancos		165.690	11,05	-
Votos Nulos		122.157	8,15	-
Total de Votos Válidos		1.211.330	-	100
Total de Votos Apurados		1.499.177	100	-

Fonte: TRE-ES.

Tabela 22 – Resultados das eleições para o Senado - 1998.

Candidato	Partido	Nº de Votos	%	Votos Válidos (%)
Paulo Cesar Hartung Gomes	PSDB	780.395	52,06	68,03
Élcio Álvares	PFL	239.498	15,97	20,87
Nelson Alves de Aguiar	PMN	94.849	6,32	8,26
Jorge Rodrigues Filho	PDT	23.725	1,58	2,06
Aurélio Simões Monteiro	PRN	8.581	0,57	0,74
Votos Brancos		217.109	14,48	-
Votos Nulos		134.608	8,98	-
Total de Votos válidos		1.147.048	-	100
Total de Votos Apurados		1.498.765	100	-

Fonte: TRE-ES.

Tabela 16: Resultados das eleições para Deputado Estadual - 2002.

Candidato	Partido	Nº de Votos	%	Votos Válidos (%)
Claudio Humberto Vereza Lodi	PT	37.610	2,13	2,26
Sueli Rangel Silva Vidigal	PDT	36.500	2,06	2,19
Alexandre Marcelo Coutinho	PTB	33.067	1,87	1,99
Jose Tasso Oliveira de Andrade	PRN	27.551	1,56	1,66
Gilson Gomes	PFL	25.597	1,45	1,54
Luiz Carlos Moreira	PMDB	25.583	1,45	1,54
José Carlos Gratz	PFL	24.662	1,48	1,39
José Esmeraldo de Freitas	PFL	24.555	1,39	1,48
Robson de Souza Vaillant	PL	24.175	1,37	1,45
Reginaldo de Almeida	PPB	21.653	1,22	1,30
Maria de Fátima Rocha Couzi	PPB	21.468	1,21	1,29
Maria Jose Vellozo Lucas	PSDB	21.163	1,20	1,27
Jose Ramos Furtado	PFL	20.338	1,15	1,22
Gilson Antonio de Sales	PPB	20.273	1,15	1,22
Elson de Oliveira Batista	PDT	20.093	1,14	1,21
Geovani Silva	PTB	19.572	1,11	1,18
Marcos Duarte Gazzani	PGT	19.544	1,11	1,17
Heraldo Barbosa Musso	PPB	19.083	1,08	1,15
Rhudson Carlo de Souza	PSDB	19.009	1,08	1,14
Brice Bragato	PT	18.930	1,07	1,14
Anselmo Tose	PPS	18.232	1,03	1,10
César Roberto Colnaghi	PPS	18.005	1,02	1,08
Cláudio Almeida Thiago Soares	PL	17.851	1,01	1,07
Helder Ignacio Salomão	PT	16.449	0,93	0,99
Euclerio de Azevedo Sampaio Jr.	PTB	15.090	0,85	0,91
Carlos Roberto Casteglione Dias	PT	14.690	0,83	0,88
Paulo Roberto Foletto	PSB	14.493	0,82	0,87
Janete de Sá Venâncio	PSB	10.934	0,62	0,66
Edson Vargas Barbosa	PMN	10.104	0,57	0,61
Délio Parrini Iglesias	PSC	7.358	0,42	0,44
Candidatos eleitos		623.632	35,27	37,46
Candidatos não eleitos		871.044	49,26	52,32
Votos de Legenda		170.011	9,61	10,21
Votos nominais+Legenda		1.664.687	-	100
Votos Brancos		66.531	3,76	-
Votos Nulos		36.831	2,08	-
Votos Totais apurados		1.768.049	100	-

Fonte: TRE-ES.

Tabela 17: Resultados das eleições para Deputado Federal - 2002.

Candidato	Partido	N° de Votos	%	Votos Válidos (%)
Nilton Gomes de Oliveira	PPB	109.900	6,22	6,65
Marcelino Ayub Fraga	PMDB	86.094	4,87	5,21
José Carlos Elias	PTB	73.110	4,14	4,42
Iriny Nicolau Corres Lopes	PT	70.234	3,97	4,25
Jose Renato Casagrande	PSB	69.721	3,94	4,22
Rosilda de Freitas	PSDB	69.272	3,92	4,19
Marcus Antonio Vicente	PPB	65.954	3,73	3,99
Carlos Humberto Mannato	PDT	56.219	3,18	3,40
João Miguel Feu Rosa	PSDB	44.000	2,49	2,66
Neucimar Ferreira Fraga	PL	39.047	2,21	2,36
Candidatos Eleitos		683.551	38,66	41,35
Candidatos não eleitos		829.608	46,92	50,19
Votos Brancos		78.218	4,42	4,37
Votos Nulos		36.990	2,09	2,23
Total de Votos de Legenda		139.682	7,90	8,45
Total de Votos Nominais + Votos de Legenda		1.652.841	-	100
Total de Votos Apurados		1.768.049	100	-

Fonte: TRE-ES.

Tabela 18: Resultados das eleições para o Senado - 2002.

Candidato	Partido	N° de Votos	%	Votos Válidos (%)
Magno Pereira Malta	PL	867.434	24,53	29,45
Gerson Camata	PMDB	811.745	22,96	27,56
João Carlos Coser	PT	584.666	16,53	19,85
Ricardo Rezende Ferração	PPS	582.318	16,47	19,77
Ricardo Rosetti Conde	PV	56.379	1,59	1,91
Odmar Pericles Nascimento	PSB	23.191	0,66	0,79
Elias da Costa Coelho	PCO	14.590	0,41	0,50
Luiz Carlos Fernandes Rangel	PFL	5.209	0,15	0,18
Votos Brancos		223.588	6,32	-
Votos Nulos		366.978	10,38	-
Total de Votos válidos		2.945.532	-	100
Total de Votos Apurados		3.536.098	100	-

Fonte: TRE-ES.

Tabela 19 – Resultados da eleição para Governador do Estado do Espírito Santo - 2006.

Candidato	Partido	Nº de votos	%	Votos Válidos (%)
Paulo César Hartung Gomes	PMDB	1.326.175	68,26	77,27
Antônio Sérgio Alves Vidigal	PDT	373.474	19,22	21,76
Daniel Barboza Nascimento	PSOL	11.878	0,61	0,69
Oswaldo Pimenta de Figueiredo	PSL	2.775	0,14	0,16
Afonso Sarlo Neto	PSDC	1.214	0,06	0,07
Elias da Costa Coelho	PCO	878	0,05	0,05
Votos Brancos		73.336	3,77	-
Votos Nulos		153.119	7,88	-
Total de Votos Válidos		1.716.394	-	100
Total de Votos apurados		1.942.849	100	-

Fonte: TRE-ES.

Tabela 20: Resultados das eleições para Deputado Estadual – 2006.

Candidato	Partido	Nº de Votos	%	Votos Válidos (%)
Guerino Luiz Zanon	PMDB	65.704	3,38	3,71
Theodorico de Assis Ferraço	PTB	60.931	3,44	3,14
César Roberto Colnago	PSDB	48.122	2,48	2,72
Cláudio Humberto Vereza Lodi	PT	33.726	1,74	1,90
Paulo Roberto Foletto	PSB	33.094	1,70	1,87
Reginaldo de Almeida	PSC	28.633	1,47	1,62
Wolmar Campostrini Filho	PDT	23.568	1,21	1,33
Alexandre Marcelo Coutinho	PTB	23.790	1,19	1,31
Carlos Roberto Casteglione Dias	PT	22.284	1,15	1,26
Hércules Silveira	PTB	21.921	1,13	1,24
Luzia Alves Toledo	PTB	21.598	1,11	1,22
Janete Santos de Sá	PSB	21.077	1,08	1,19
Maria Aparecida Denadai	PDT	21.065	1,08	1,19
Vanderson Alonso Leite	PL	20.593	1,06	1,16
Luciano Henrique Sordine Pereira	PSB	20.233	1,04	1,14
Euclério de Azevedo Sampaio Jr.	PDT	19.486	1,00	1,10
Élcio Álvares	PFL	19.450	1,00	1,10
Wanildo Pascoal Sarnaglia	PT do B	19.082	0,98	1,08
Rafael Favatto Garcia	PAN	17.956	0,92	1,01
Rodrigo Flavio F. Farias Chamoun	PSB	17.709	0,91	1,00
Robson de Souza Vaillant	PL	17.136	0,88	0,97
Josias Mario da Vitória	PDT	16.959	0,87	0,96
Luiz Carlos Moreira	PMDB	16.930	0,87	0,96
Giuliano Conrado Matos dos Anjos	PFL	15.843	0,82	0,89
Jardel Vieira Machado Nunes	PMN	15.780	0,81	0,89
Sérgio Manoel Nader Borges	PMDB	14.727	0,76	0,83
Ataydes Antônio Armani	PFL	14.424	0,74	0,81
José Eustáquio de Freitas	PAN	12.838	0,66	0,72
João Carlos Lorenzoni	PP	12.272	0,63	0,69
Elion Vargas Teixeira	PRP	11.329	0,58	0,64
Candidatos eleitos		708.260	36,45	39,96
Candidatos não eleitos		908.731	46,77	51,28
Votos de Legenda		155.096	7,98	8,75
Votos nominais+Legenda		1.772.087	-	100
Votos Brancos		102.648	5,28	-
Votos Nulos		68.114	3,51	-
Votos Totais apurados		1.942.849	100	-

Fonte: TRE-ES.

Tabela 20: Resultados das eleições para Deputado Federal - 2006.

Candidato	Partido	Nº de Votos	%	Votos Válidos (%)
Welington Coimbra	PMDB	120.821	6,22	6,94
Suely Rangel Silva Vidigal	PDT	118.127	6,08	6,79
Camilo Cola	PMDB	106.165	5,45	6,10
Luiz Paulo Veloso Lucas	PSDB	100.570	5,18	5,78
Rita de Cássia Paste Camata	PMDB	74.997	3,86	4,31
Rosilda de Freitas	PMDB	73.049	3,76	4,20
Neucimer Ferreira Fraga	PL	71.474	3,68	4,11
Iriny Nicolau Corres Lopez	PT	60.637	3,12	3,48
Carlos Humberto Mannato	PDT	52.363	2,70	3,01
Jurandy Loureiro Barroso	PSC	33.863	1,74	1,95
Candidatos Eleitos		812.066	41,79	46,65
Candidatos não eleitos		794.085	47,78	45,62
Votos Brancos		121.491	6,25	-
Votos Nulos		80.847	4,16	-
Total de Votos de Legenda		134.360	6,91	7,71
Total de Votos Nominais + Votos de Legenda		1.740.511	-	100
Total de Votos Apurados		1.942.849	100	-

Fonte: TRE-ES.

Tabela 21: Resultados das eleições para o Senado - 2006.

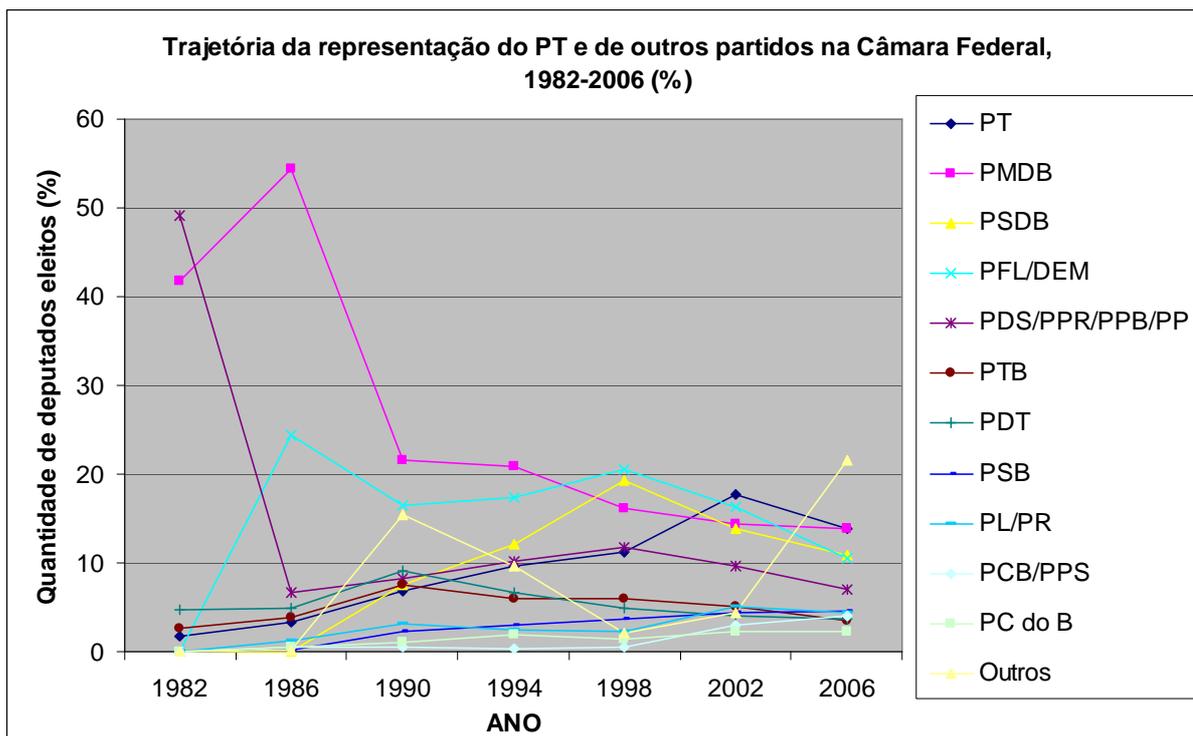
Candidato	Partido	Nº de Votos	%	Votos Válidos (%)
José Renato Casagrande	PSB	1.031.487	53,69	62,37
Max Freitas Mauro	PDT	593.582	30,55	35,86
Afonso César Coradine	PSOL	20.675	1,06	1,25
Jorge Rody	PSL	5.241	0,27	0,32
Fabio Lopes da Silva	PCO	2.952	0,15	0,18
Votos Brancos		138.263	7,12	-
Votos Nulos		150.649	7,75	-
Total de Votos válidos		1.653.937	-	100
Total de Votos Apurados		1.942.849	100	-

Fonte: TRE-ES.

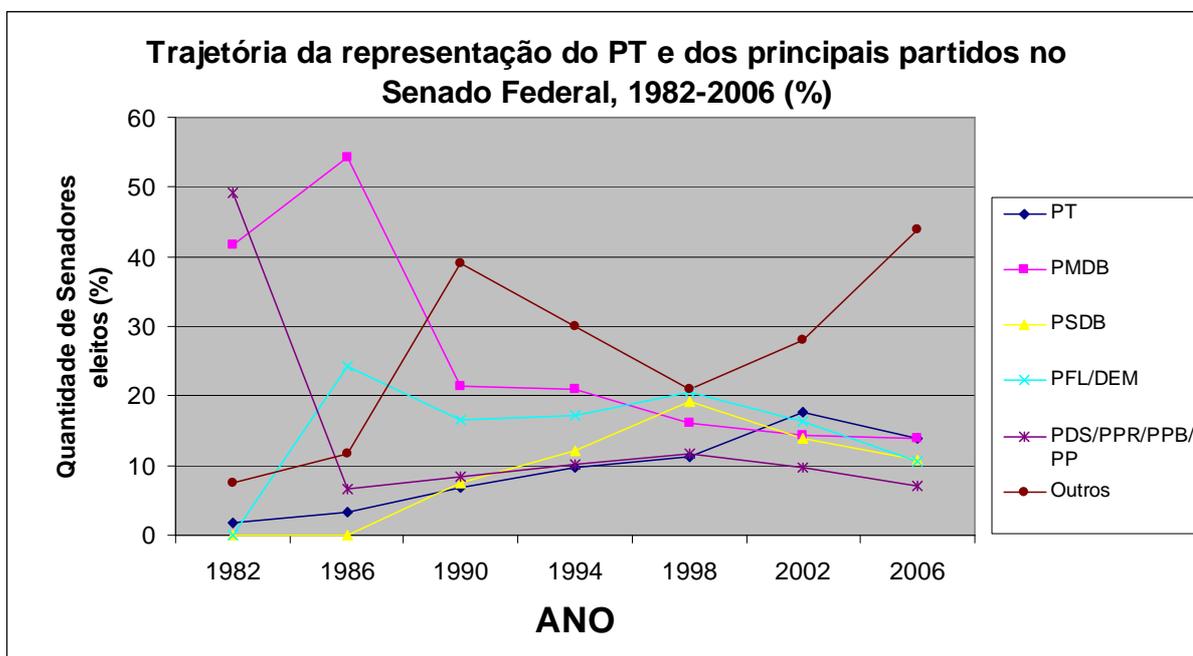
Tabela 22: Representação do PT e de outros partidos na Câmara dos Deputados e no Senado Federal, 1982-2006 (%).

Partido	Câmara Federal							Senado						
	1982	1986	1990	1994	1998	2002	2006	1982	1986	1990	1994	1998	2002	2006
PT	1,7	3,3	6,9	9,6	11,3	17,7	13,8	-	-	1,2	6,2	8,6	16,0	14,80
PMDB	41,7	54,3	21,5	20,9	16,2	14,4	13,8	30,4	61,1	33,0	27,2	33,3	25,9	24,70
PSDB	-	-	7,6	12,1	19,3	13,8	10,9	-	-	12,0	13,6	24,7	14,8	16,05
PFL/DEM	-	24,3	16,5	17,3	20,5	16,4	10,5	-	22,2	18,5	22,2	19,8	23,5	17,28
PDS/PPR/PPB/PP	49,1	6,6	8,3	10,1	11,7	9,6	7,0	66,6	7,0	3,5	7,4	6,2	2,5	1,23
PTB	2,7	3,8	7,6	6,0	6,0	5,1	3,5	1,5	1,5	9,8	6,2	-	2,5	7,40
PDT	4,8	4,9	9,1	6,6	4,9	4,1	3,7	1,4	2,5	2,5	7,4	2,5	4,9	6,17
PSB	-	0,2	2,2	2,9	3,7	4,3	4,5	-	3,0	1,2	1,2	3,7	4,9	2,46
PL/PR	-	1,2	3,2	2,5	2,3	5,1	4,3	-	1,5	-	1,2	-	2,5	4,94
PCB/PPS	-	0,6	0,6	0,4	0,6	2,9	4,1	-	-	-	1,2	1,2	1,2	-
PC do B	-	0,6	1,0	1,9	1,4	2,3	2,3	-	-	-	-	-	-	1,23
Outros	-	0,2	15,4	9,7	2,1	4,3	21,6	-	-	19,0	6,2	-	1,2	3,70
Total (=100)	(479)	(487)	(503)	(513)	(513)	(513)	(513)	(67)	(72)	(81)	(81)	(81)	(81)	(81)

Dados: TSE.



Fonte: TRE – ES - Elaboração própria.

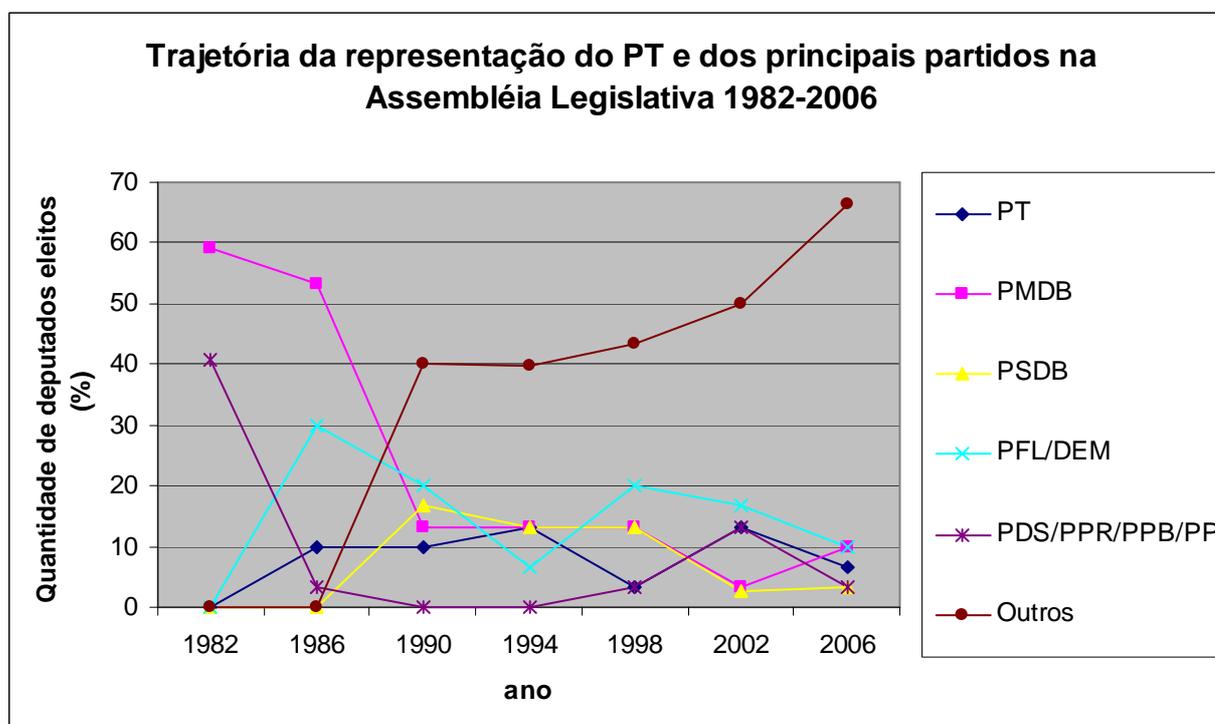


Fonte: TRE – ES - Elaboração própria.

Tabela 23: Representação do PT e de outros partidos, na Assembléia Legislativa do Espírito Santo, 1982-2006 (%).

Assembléia Legislativa							
Partido	1982	1986	1990	1994	1998	2002	2006
PT	-	10,0	10,0	13,3	3,3	13,3	6,7
PMDB	59,3	53,3	13,3	13,3	13,3	3,3	10,0
PSDB	-	-	16,7	13,3	13,3	2,6	3,3
PFL/DEM	-	30,0	20,0	6,6	20,0	16,7	10,0
PDS/PPR/PPB/PP	40,7	3,3	-	-	3,3	13,3	3,3
PTB	-	-	10,0	13,3	13,3	10,0	13,3
PDT	-	3,3	10,0	13,3	6,7	6,7	13,3
PSB	-	-	3,3	6,6	10,0	6,7	13,3
PL/PR	-	-	-	-	-	6,7	6,7
PCB/PPS	-	-	-	-	13,3	6,7	-
PC do B	-	-	-	-	-	-	-
Outros	-	-	16,6	6,7	3,3	13,3	19,9
Total (=100)	(27)	(30)	(30)	(30)	(30)	(30)	(30)

Fonte: TRE –ES.



Fonte: TRE – ES.

Tabela 24: Número de Prefeitos eleitos 1982-2004, por Partido, no Espírito Santo.

Partido	1982		1988		1992		1996		2000		2004	
	Nº	%										
PMDB	31	54,33	17	25,37	17	23,94	20	25,97	18	23,07	12	15,38
PDS/PPR/PPB/PP	25	43,85	05	7,46	04	5,63	06	7,79	03	3,84	04	5,12
PDT	-	-	03	4,48	23	32,39	12	15,58	05	6,41	04	5,12
PTB	-	-	10	14,92	08	11,70	03	3,89	04	5,12	06	7,69
PT	-	-	02	2,98	01	1,40	03	3,89	-	-	05	6,41
PFL	-	-	23	34,33	04	5,63	05	6,49	14	17,94	04	5,12
PSDB	-	-	03	4,48	04	5,63	18	23,37	19	24,36	06	7,69
PL	-	-	02	2,98	03	4,22	03	3,89	03	3,84	01	1,28
PDC	-	-	02	2,98	02	2,81	-	-	-	-	-	-
PSB	-	-	05	6,49	04	5,63	05	6,49	06	7,69	14	17,95
PJ/PRN	-	-	-	-	-	-	-	-	01	1,28	-	-
PSC	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
PTR	-	-	-	-	01	1,40	-	-	-	-	-	-
PCB/PPS	-	-	-	-	-	-	-	-	01	1,28	14	17,95
PSD	-	-	-	-	-	-	01	1,29	01	1,28	-	-
PMB	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
PST	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
PMN	-	-	-	-	-	-	01	1,29	02	2,56	04	5,12
PHS	-	-	-	-	-	-	-	-	01	1,28	01	1,28
PRP	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
PT do B	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	02	2,56
PRTB	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	01	1,28
Total	57	100	67	100	71	100	77	100	78	100	78	100

Fonte: TRE-ES.

Tabela 25: Número de Prefeitos eleitos 1982-2004, por Partido, em todo o Brasil.

Partido	1982		1988		1992		1996		2000		2004	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%
PMDB	1.377	34,9	1.606	37,5	1.605	33,7	1.288	24,1	1.257	22,6	1.058	19,02
PDS/PPR/PPB/PP	2.533	64,3	446	10,4	363	7,6	624	11,7	618	11,1	551	9,91
PDT	22	0,6	192	4,5	377	7,9	435	8,1	288	5,2	305	5,48
PTB	07	0,2	332	7,7	303	6,4	382	7,1	398	7,2	422	7,58
PT	02	0,1	38	0,9	54	1,1	111	2,1	187	3,3	412	7,41
PFL	-	-	1.058	24,7	965	20,3	928	17,3	1.028	18,5	790	14,20
PSDB	-	-	18	0,4	317	6,7	910	17,0	990	17,8	870	15,64
PL	-	-	239	5,6	165	3,5	221	4,1	234	4,2	382	6,87
PDC	-	-	232	5,4	211	4,4	-	-	-	-	-	-
PSB	-	-	37	0,9	48	1,0	150	2,8	133	2,4	175	3,14
PJ/PRN	-	-	03	0,1	98	2,1	00	0,0	03	0,05	-	-
PSC	-	-	26	0,6	50	1,1	49	0,9	33	0,6	26	0,46
PTR	-	-	08	0,2	48	1,0	-	-	-	-	-	-
PCB/PPS	-	-	01	0,1	-	-	32	0,6	166	3,0	307	5,56
PSD	-	-	02	0,1	35	0,7	116	2,2	111	2,0	-	-
PMB	-	-	49	1,1	-	-	-	-	-	-	-	-
PST	-	-	-	-	122	2,6	09	0,2	16	0,3	-	-
PMN	-	-	-	-	-	-	30	0,6	14	0,3	31	0,55
PRP	-	-	-	-	-	-	30	0,6	18	0,3	37	0,66
Outros	-	-	-	-	-	-	36	0,6	83	1,5	194	3,48
Total	3.941	100	4.287	100	4.762	100,0	5.351	100,0	5.559	100,0	5.560	100

Fonte: TSE; Fleischer (2002).

APÊNDICE II

**Dados referentes às eleições Presidenciais
de 1989, 1994, 1998, 2002 e 2006.**

Tabela 1: Votação dos candidatos a Presidente no ES e no Brasil – 1989.

Candidato	Partido	ES		Brasil	
		Nº	% válidos	Nº	% válidos
Fernando Collor de Mello	PRN	468.910	39,61	20.607.936	30,47
Luiz Ignácio Lula da Silva	PT	264.983	22,38	11.619.816	17,18
Leonel Brizola	PDT	105.093	8,87	11.166.016	16,51
Mário Covas	PSDB	118.048	9,98	7.786.939	11,51
Paulo Maluf	PDS	32.221	2,72	5.986.012	8,85
Guilherme Afif	PL	45.644	3,85	3.271.986	4,83
Ulysses Guimarães	PMDB	71.408	6,03	3.204.853	4,73
Roberto Freire	PCB	10.476	0,88	768.803	1,13
Aureliano Chaves	PFL	10.164	0,85	600.730	0,88
Ronaldo Caiado	PSD	18.125	1,53	488.872	0,72
Affonso Camargo	PTB	5.823	0,49	379.262	0,56
Enéas Carneiro	PRONA	7.495	0,63	360.574	0,53
Marronzinho	PSP	5.459	0,46	238.379	0,35
Zamir	PCN	3.714	0,31	187.160	0,27
Lívia Maria	PN	3.063	0,25	179.896	0,26
Paulo Gontijo	PP	2.615	0,22	198.708	0,29
Eudes Mattar	PLP	3.241	0,27	162.336	0,24
Fernando Gabeira	PV	2.100	0,17	125.785	0,18
Celso Brandt	PMN	2.014	0,16	109.894	0,16
Antônio Pedreira	PPB	1.598	0,13	86.100	0,12
Manoel Horta	PC do B	1.376	0,11	83.280	0,11
Total de Votos Válidos	-	1.183.570	100	67.613.337	100

Fonte: TSE/TRE-ES.

Tabela 2: Votação dos candidatos a Presidente no ES e no Brasil – 1989 – 2º Turno.

Candidato	Partido	ES		Brasil	
		Nº	% válidos	Nº	% válidos
Fernando Collor de Mello	PRN	689.981	59,30	35.085.457	53,03
Luiz Inácio Lula da Silva	PT	473.597	40,70	31.070.734	46,97
Total de Votos Válidos	-	1.163.578	100	66.156.191	100

Fonte: TSE/TRE-ES.

Tabela 3: Votação dos candidatos a Presidente no ES e no Brasil – 1994.

Candidato	Partido	ES		Brasil	
		Nº	% válidos	Nº	% válidos
Fernando Henrique Cardoso	PSDB	714.958	60,03	34.350.217	54,27
Luiz Ignácio Lula da Silva	PT	331.798	27,86	17.112.255	27,03
Enéas Ferreira Carneiro	PRONA	79.532	6,67	4.670.894	7,38
Orestes Quércia	PMDB	31.403	2,63	2.771.788	4,37
Esperidião Amin H. Filho	PPB	13.485	1,13	1.739.458	2,74
Leonel de Moura Brizola	PDT	11.388	0,95	2.015.284	3,1
Carlos Antonio Gomes	PRN	4.850	0,40	387.611	0,61
Hernani Goulart Fortuna	PSC	3.408	0,28	238.126	0,37
Total de Votos Apurados	-	1.415.810	-		-
Total de Votos Válidos	-	1.190.822	100	63.285.633	-
Votos em branco	-	113.816	-		-
Votos nulos	-	111.172	-		-

Fonte: TSE/TRE-ES.

Tabela 4: Votação dos candidatos a Presidente no ES e no Brasil – 1998.

Candidato	Partido	ES		Brasil	
		Nº	% válidos	Nº	% válidos
Fernando Henrique Cardoso	PSDB	814.535	64,0	35.922.692	53,06
Luiz Ignácio Lula da Silva	PT	263.636	20,0	21.470.333	31,71
Ciro Ferreira Gomes	PPS	134.675	10,0	7.424.783	10,96
Enéas Ferreira Carneiro	PRONA	18.836	1,0	1.446.783	2,13
Ivan Moacyr da Frota	PMN	6.945	0,6	251.276	0,37
Alfredo Hélio Syrkis	PV	3.470	0,27	212.866	0,31
Thereza Tinajero Ruiz	PTN	3.210	0,25	166.053	0,24
João de Deus B. de Jesus	PT do B	2.969	0,23	198.830	0,29
José Maria de Almeida	PSTU	2.631	0,20	202.614	0,30
José Maria Eymael	PSDC	2.505	0,18	171.814	0,25
Vasco Azevedo Neto	PSN	2.336	0,17	108.969	0,16
Sergio Bueno	PSC	2.263	0,16	124.546	0,18
Total de Votos Válidos	-	1.256.506	100	67.701.559	100

Fonte: TSE/TRE-ES.

Tabela 5: Votação dos candidatos a Presidente no ES e no Brasil – 2002 – 1º turno.

Candidato	Partido	ES		Brasil	
		Nº	% válidos	Nº	% válidos
Luiz Inácio Lula da Silva	PT	717.646	44,52	39.454.692	46,44%
Anthony Garotinho	PSB	436.028	27,05	15.179.879	17,87%
José Serra	PSDB	334.697	20,76	19.705.061	23,20%
Ciro Ferreira Gomes	PPS	114.308	7,09	10.170.666	11,97%
José Maria de Almeida	PSTU	8.140	0,50	402.232	0,47%
Rui Costa Pimenta	PCO	1.177	0,07	38.619	0,05%
Total de Votos Apurados	-	1.768.049	-	94.804.126	-
Total de Votos Válidos	-	1.611.996	100	84.951.149	100
Votos em branco	-	50.398	-	2.873.720	-
Votos nulos	-	105.655	-	6.976.107	-

Fonte: TSE/TRE-ES

Tabela 6: Votação dos candidatos a Presidente no ES e no Brasil – 2002 – 2º Turno.

Candidato	Partido	ES		Brasil	
		Nº	% válidos	Nº	% válidos
Luiz Inácio Lula da Silva	PT	944.172	59,35	52.772.475	61,30
José Serra	PSDB	646.494	40,64	33.356.860	38,70
Total de Votos Válidos	-	1.590.666	100	86.129.335	100

Fonte: TSE/TRE-ES

Tabela 7: Votação dos candidatos a Presidente no ES e no Brasil – 2006.

Candidato	Partido	ES		Brasil	
		Nº	% válidos	Nº	% válidos
Luiz Inácio Lula da Silva	PT	953.609	52,97	46.662.365	48,60
Geraldo J. Alckmin Filho	PSDB	668.792	37,15	39.968.369	41,63
Heloísa Helena Carvalho	PSOL	107.172	5,95	6.575.393	6,85
Cristovam Buarque	PDT	66.097	3,67	2.538.844	2,64
Ana Maria T.Rangel	PR	2.805	0,16	126.404	0,13
Luciano Caldas Bivar	PSL	992	0,06	62.064	0,06
José Maria Eymael	PSDC	927	0,05	63.294	0,06
Total de Votos Apurados	-	1.942.849	-	-	-
Total de Votos Válidos	-	1.800.394	100	95.996.733	100
Votos em branco	-	51.476	-	-	-
Votos nulos	-	90.979	-	-	-

Fonte: TSE/TRE-ES

Tabela 8: Votação dos candidatos a Presidente no ES e no Brasil – 2006 – 2º Turno.

Candidato	Partido	ES		Brasil	
		Nº	% válidos	Nº	% válidos
Luiz Inácio Lula da Silva	PT	1.190.459	65,54	58.295.042	60,83%
Geraldo Alckmin	PSDB	625.852	34,45	37.543.178	39,17%
Total de Votos Válidos	-	1.816.311	100	95.838.220	100

Fonte: TSE/TRE-ES

APÊNDICE III
ENTREVISTAS

VITOR BUAIZ – Médico, Professor Universitário, ex-deputado federal (1987/1988), ex-prefeito de Vitória (1989/1992) e ex-governador do Espírito Santo (1995/1998), além de uma das principais lideranças do PT durante vários anos.

ENTREVISTA REALIZADA NA UFES, EM 14/04/2008 (PARTE I), E NO DIA 19/05/2008 (PARTE II).

1) Qual e como foi a sua inserção no movimento estudantil?

Vitor Buaiz (VB) – Eu fui Secretario Geral do Diretório Acadêmico, da segunda turma, entrei na faculdade em 62 e fui Secretario Geral do DCE de 64 a 66. Fui também Presidente da Associação Atlética da Medicina nesse mesmo período. Naquela ocasião, a minha inserção no movimento estudantil como um todo ainda era incipiente, porque a Faculdade de Medicina era uma faculdade nova. Mas a minha militância no movimento estudantil foi mais tímida do que no movimento sindical que começou a acontecer a partir de 1979.

2) Em que circunstâncias o senhor se inseriu no movimento sindical? Qual foi a sua contribuição, enquanto professor, na organização da ADUFES e na fundação da CUT?

VB – Eu me formei em 1967, depois passei um ano no Rio de Janeiro, que foi o ano de 68, que foi um ano de ebulição, não só no Brasil, mas uma ebulição planetária, em que a juventude foi às ruas, os estudantes. No Rio de Janeiro, assisti de perto todas aquelas atividades dos estudantes, especialmente após a morte do estudante Edson Luiz do Calabouço. Eu estudava na Santa Casa fazendo especialização e a Santa Casa era ali na Rua Santa Luzia, no centro do Rio de Janeiro e o Calabouço era logo pertinho ao lado do Aeroporto Santos Dumont e ali todos os dias, praticamente, que eu estava saindo da Santa Casa por volta de duas três horas da tarde, na Cinelândia já havia toda aquela movimentação de passeata de estudantes e a repressão com a Cavalaria lançando esse gás lacrimogênio. Então foi um momento muito especial na minha vida em que pude testemunhar esta mudança diante do Governo Militar em que a sociedade em protesto, através dos estudantes, ia às ruas para exigir a volta da democracia. A partir de 69 voltei à Vitória, comecei a atuar como professor voluntário até 1971 quando fiz o concurso e fui aprovado. Aí nessa ocasião eu estava militando aqui, mais através da ADUFES, com fundação da ADUFES e ao mesmo tempo na Associação médica do Espírito Santo como médico. Fui Secretário Geral da Associação

médica, da AMES, três vezes, quando era Presidente José Luiz Carneiro e em 72, em dezembro, que aconteceu a minha prisão. Eu fiquei de 8 de dezembro lá no quartel do Exército em Vila Velha, até final de janeiro de 1973. E ali foi interessante por que? Os alunos que eram do Diretório Acadêmico, que eram meus alunos aqui da Faculdade que foram presos também que estavam lá. Eles foram presos antes de mim, porque eles tinham uma ligação com o PC do B e Eu não tinha ligação direta com o PC do B, eu não era filiado ao partido. Eu trabalhava no ambulatório comunitário lá no Bairro Itanguá em Cariacica, onde havia um estudante de direito que era ligado ao PC do B, aí a gente conversava muito sobre o momento que a gente vivia naquela ocasião e nesse ambulatório havia uma quantidade de remédios que eram enviados para a Guerrilha do Araguaia através do PC do B, desse estudante de direito, por isso que a polícia chegou até ao meu nome, achando que eu tinha uma ligação direta, não tinha, era indireta. A partir daquele momento, quando eu fui solto, aqui no Espírito Santo, tinham dois bispos, aliás, um era o Arcebispo Dom João Batista da Motta e Albuquerque e Dom Luiz Gonzaga Fernandes, que era o Bispo Auxiliar, e eles foram na minha casa, no meu apartamento, ali no Bairro, no Morro do São Francisco, em Vitória, do lado da Arquidiocese, para me prestar solidariedade e me convidar para me inserir no trabalho comunitário da Igreja Católica. Aí eu fui e ajudei na criação da Pastoral da Saúde e fazia visita às comunidades da Grande-Vitória e no interior do Estado. Naquela época também coincidindo com esse momento de ebulição e da Igreja Progressista no país estavam sendo gestadas as Comunidades Eclesiais de Base. E ainda outra coincidência é que naquela ocasião, em 74 mais precisamente, veio morar em Vitória Frei Beto e aqui em Vitória já estava instalada a Comunidade, com vários participantes dessa comunidade, que era coordenada pelo Professor da Universidade Michel Bergman. E aí com esse caldo de cultura que estava efervescente aqui no Espírito Santo, é que nasceram essas comunidades de base e que se faziam reuniões periódicas e todo o processo de conscientização política dessas comunidades. Naquela ocasião também foi criada a ANAMPS (Associação Nacional dos Movimentos Populares), da qual eu fiz parte. Bom! Então nessa ocasião, ainda não tinha nenhum partido de oposição, aliás, o PT não existia ainda, havia somente aqueles partidos clandestinos PC do B/PCB, além de ARENA e MDB. Em 79, nós então estivemos à frente do movimento pela recriação ou reativação do Sindicato dos Médicos. O Sindicato já tinha existido anteriormente nos anos 40, mas foi desativado, coincidindo com o Governo de Eurico Rezende e dentro daquelas mobilizações que o Sindicato dos Médicos fazia, era um dos sindicatos mais ativos dentro do movimento sindical era o Sindicato dos Médicos e o Sindicato dos Jornalistas com o Rogério Medeiros Presidente. Então nós começamos a participar diretamente da criação da CUT, do

movimento nacional pró-CUT e foi em 79 também, em janeiro de 79, que fui convidado por Frei Beto, eu e o Rogério, para participar de um encontro de sindicalistas na Cidade de João Monlevade, Minas Gerais. Tinham ali 32 sindicalistas pra discutir a criação de uma central única de trabalhadores. Tinham ali sindicalistas de várias tendências do movimento sindical, tanto ligados à Igreja, quanto ligados ao Partido Comunista. E dali nasceu a comissão nacional pró-CUT da qual eu fiz parte juntamente com Ângelo Moschen representando os trabalhadores rurais. Ainda na fase de formação do Sindicato e reativação do Sindicato, houve uma medida do Governo do Estado, na época do Governador Eurico Resende, de transformação da Fundação Hospitalas do Espírito Santo numa autarquia, então os médicos foram contra aquilo, porque aquilo acabou desembocando nisso que é hoje, o Instituto Estadual de Saúde Pública, um instituto, se nós fizéssemos uma fundação a coisas, do ponto de vista administrativo, seriam muito mais fáceis de serem realizadas, com menos burocracia, e hoje nós estamos vendo. Por exemplo: aqui no Hospital da Clínicas, a existência de uma fundação de apoio ao hospital tem facilitado a obtenção de verbas, a elaboração de convênios. Não tem necessidade de passar pela burocracia do Estado. E dentro daquele movimento eu fui me destacando, pelo fato de estar nas ruas confrontando com o Governo do Estado, e coincidiu também com a criação do PT em 1980. Aí eu entrei realmente na política partidária. Aí em 82 fui candidato a deputado federal, em 85 candidato à Prefeito, em 86 novamente candidato a deputado federal constituinte, aí ganhei a eleição, fui eleito deputado constituinte. Naquela época a bancada do PT tinha 16 deputados federais: o Lula, Benedita da Silva, Luiz Gushiken, Gumercindo Milhomem, professor Florestan Fernandes, Paulo Pain, José Genuíno, Irmã Passoni, Plínio de Arruda Sampaio, quer dizer, era uma bancada de peso, representativa, embora numericamente pequena, mas que fez um trabalho excepcional, porque o PT fazia a ligação, a ponte com a comunidade, com os movimentos sociais organizados com o Parlamento. Aí muito das propostas [...] que foram incorporadas na constituição brasileira saíram dali, daquelas discussões nas bases.

3) Com qual grupo o senhor se articulou para fundar o PT?

VB - No início não havia ainda grupos políticos internos, as tendências como passaram a ser chamadas. Quando eu entrei no partido me inseri no agrupamento político do Lula, que posteriormente acabou se caracterizando como *Articulação* em contraposição às *tendências mais radicais*, mais à esquerda do partido, que acabou também estabelecendo uma divisão interna no partido que foi extremamente maléfico para o PT. Mas por que eles se instalaram

ali? Porque não tinham um outro partido e se eles fossem criar partidos separados seria enfraquecido o movimento. Então eles ficaram ali no PT até que uma dessas facções acabou sendo expulsa e formou o PSOL e isso só depois de muitos anos e de muitas brigas internas, que continuaram mesmo depois que o PSOL saiu, mas talvez com menor intensidade.

4) *O agrupamento do qual o Senhor fez parte foi hegemônico no Diretório Regional até meados da década de 1990. As candidaturas de sua tendência, inclusive o Senhor quando conquistou a Presidência do Diretório em 1993, vocês competiam geralmente com qual agrupamento em especial?*

VB - Naquela ocasião tinha a *Articulação*, que depois se transformou na *Articulação do B*, que é uma dissidência da *Articulação*, e tinha o João Carlos Coser e a Iriny como as principais lideranças. Tinha... não lembro mais porque eu deletei isso da minha memória...(risos). Tinha a do Otaviano, a DS, que era mais chegada, a Força Socialista, essa era mais sectária, da Brice Bragatto. Tanto naquela época e depois quando eu fui Governador e Prefeito, elas continuaram fazendo oposição ao nosso governo, menos que a *Articulação do B*, mas a *Articulação do B* na minha sucessão, lançou um candidato que foi o João Coser contra o Rogério Medeiros, teve um prévia que se mostrou um processo muito conflitante porque não se discutia políticas, se discutia ideologia e aí para a comunidade aquele debate não era interessante, podia ser interessante pros outros, que dizer pro partido. E mesmo você tendo pesquisas mostrando que o candidato que eu apoiava, que era o Rogério, tinha mais votos e mais apoio político e eleitoral do que o João Coser, o partido não queria saber disso, queria saber de chegar ao poder pra eles imporem a concepção de política pública que eles tinham na época.

5) *Por que o Senhor não foi o 1º candidato do PT ao Governo do Estado a qual foi disputada por Perly Cipriano?*

VB - Porque naquela época o partido ainda estava começando, a eleição era uma eleição antidemocrática. Por que? Porque o Governo Militar estabeleceu que você só poderia votar nos candidatos do mesmo partido para diferentes cargos. Então se você votasse para governador, tinha que votar em deputado federal, deputado estadual, senador do mesmo partido. Então não tinha a mínima possibilidade de se eleger governador do Estado, mas para deputado federal até que poderia chegar a uma votação, o que não aconteceu na época.

Quando o pessoal votava no PMDB que era o partido hegemônico, majoritário e continua sendo e que antes era MDB, então o pessoal achou que aquele partido poderia fazer frente nas eleições à Ditadura Militar e conseguir espaços dentro do Parlamento brasileiro.

6) Como Deputado Federal, como se deu o envolvimento com os partidos e com os movimentos sociais nos encaminhamentos de propostas?

VB – Como era um Congresso Constituinte, nós nos primeiros meses, pelo menos no primeiro ano da discussão da constituinte, a bancada do PT era obrigada, praticamente, a ficar em Brasília. Por que? Porque nós queríamos implantar as propostas políticas discutidas nas bases e naquela ocasião, do outro lado da esquerda, dos progressistas, tinha uma frente que chamava centrão, os partidos conservadores, e mesmo a gente ficando em Brasília. Nos primeiros meses quase nunca tinha quorum, principalmente em finais de semana, mas nós sentamos naquela cadeira ali e ficamos até que começasse a dar quorum. Posteriormente, quando houve mais facilidade, eu sempre vinha ao Estado, quase que semanalmente, fazia reuniões nas cidades, na Grande-Vitória, no interior, apresentando aquilo que estava sendo discutido lá em cima e o que era necessário para a consciência política da sociedade aqui no espírito Santo, além de defender os interesses do Estado. Então foi o momento mais importante, em minha opinião, do Parlamento brasileiro foi aquele processo constituinte, em que a gente via com satisfação a chegada de grandes grupos representando os vários setores da sociedade levando suas propostas, às vezes abaixo-assinados com mais de um milhão de assinaturas. Aquele foi realmente a integração da sociedade dentro do Congresso Nacional. Então eu fiquei extremamente gratificado de ter participado daquele processo constituinte porque vi que ali não bastava que a maioria fosse da direita atropelar o processo e impor as suas propostas políticas, porque o povo estava lá presente.

7) Na Convenção que lhe escolheu como candidato a Prefeito em 1988, havia outro pretendente a essa candidatura?

VB – Não. Nem como Prefeito e nem como Governador.

8) Qual a foi a sua dificuldade para compor o seu secretariado municipal tendo em conta as alianças, coligações e as pretensões do PT?

VB – Eu não tive dificuldade nenhuma em compor, porque a partir do momento em que nós havíamos feito uma campanha eleitoral com o apoio do PSDB, estava implícito que dentro da equipe teríamos secretários tucanos. E durante o processo não teve nenhuma dissidência interna em relação aos partidos que participavam, não só o apoio do PSDB, como também o PC do B, PCB, na época nem sei se tinha o PPS já, eu acho que não. Então houve uma ampla composição, talvez seja a primeira composição político-eleitoral em que o PT se aliou ao PSDB no Brasil e que deu certo.

9) O PSDB era visto como partido progressista naquele momento de fundação?

VB - A bancada do PT, no Congresso Constituinte, ajudou nessa composição política na dissidência do PMDB para a criação do PSDB. Para nós era interessante ter mais partidos com um visão progressista.

10) Como o Senhor finalmente costurou o seu secretariado municipal tendo em vista o processo de coalizão com Câmara Municipal?

VB – Naquela época a Câmara Municipal era formada por vereadores conservadores que ficavam ali oito, doze, dezesseis anos, e que tinham um entendimento completamente diferente do nosso do que era a relação entre o executivo e o legislativo. A bancada do PT era composta por três vereadores e todos eram de tendências diferentes da minha, que eram o Robson, a Gilsa e o Otaviano. E ficamos um ano sem ter o líder do Governo na Câmara, porque o PT continuava achando que tinha que ser oposição. Na verdade quando você assume o governo você tem que dar sustentação política ao seu governo, ao governo do seu partido. E aí no segundo ano nós escolhemos o Namy Chequer para ser o líder do Governo, quer dizer, ali já tinha uma coisa problemática. O PT atrapalhou mais do que os outros partidos e depois se repetiu no Governo do Estado, em piores condições.

11) Na sua análise retrospectiva, quais foram os fatores que deram início à crise de relacionamento entre o Senhor e seu grupo e o PT?

VB – O momento inicial, o ponta pé inicial disso foi quando a bancada estadual começou a fazer oposição ao Governo do Estado.

12) Mas esses conflitos não existiam anteriormente?

VB – Existiam, mas não eram tão acirrados, porque na Câmara Municipal se os vereadores não queriam dar apoio ao Governo, nós procuramos os outros vereadores. Aí fomos atender esses vereadores nas suas comunidades e tal, e o PT não aceitava isso, achava que tinha que atender aos seus vereadores, mas como o partido tinha poucos núcleos, São Pedro, Maria Ortiz e Itararé, quer dizer, três núcleos em quarenta bairros na época, eu não podia privilegiar de forma alguma e quando nós começamos a discutir o orçamento de forma participativa aí todos os vereadores vieram, aí o PT teve que ir junto, não teve jeito. É a forma mais democrática, eu não vou discriminar os outros.

13) Por que o Senhor não assumiu a candidatura ao Governo Estadual para as eleições de 1990, sabendo que poderia contar com o apoio de Max Mauro, que estava sendo bem avaliado e que acabou apoiando o Candidato Albuíno Azeredo?

VB – Eu devia ser candidato, mas agora você imagina: eu fui eleito Prefeito de Vitória para quatro anos de mandato, sair na metade do mandato? Nós não tínhamos feito nada, absolutamente nada, o partido não tinha mostrado ainda que era capaz de governar. Pra mostrar essa capacidade de governo, nós tínhamos que executar o nosso trabalho até o final do mandato. Aí falei: gente, isso aqui é um atraso, seria uma burrice de estratégia política, nunca vi uma coisa como essa. Eu não me disponho a fazer essa insanidade. Quem fez se deu mal. O Pimenta da Veiga fez isso em Belo Horizonte, era Prefeito eleito, com uma votação maciça, e aí o partido o convenceu que ele deveria ser candidato ao Governo do Estado. Então entrou o vice-Prefeito Eduardo Azeredo, que fez o nome dele, ele perdeu a eleição e nunca mais ganhou a eleição. Nós estávamos totalmente sem saber ainda o que era administração pública, enfrentando uma burocracia extrema, quer dizer, o que mais nos deu, nos criou problemas dentro da administração municipal de Vitória foi como trabalhar a burocracia da máquina, mais até mesmo do que enfrentar o sindicato dos funcionários da Prefeitura. E nós na ocasião, como não tinha data-base de pagamento, não tinha nada ainda estabelecido nas relações com os sindicatos, o que nós fizemos? Reajuste mensal de salário de acordo com o IPC da Grande Vitória medido pela UFES. Naquela ocasião a inflação era de 20 a 40%, quer dizer, era uma coisa estúpida! Então o que nós fizemos para não perder a capacidade de compra do trabalhador? A inflação foi de 30, então no mês seguinte haveria o reajuste desses

30%. E até hoje os funcionários que eu encontro eles dizem: naquela época todo mês o Senhor dava aumento. Mas nós garantimos o poder de compra do trabalhador.

14) O Senhor apoiou a candidatura de seu vice-Prefeito para Governador do Estado contra qual candidatura existente no PT?

VB – Não, não houve. Aliás, o Rogério Medeiros, ele foi a contra-gosto, porque a idéia seria ele ser candidato ao Senado, porque do outro lado da esquerda não tinha nenhum candidato mais importante. E do outro lado da esquerda era o Élcio Álvares. Mas aí o partido decidiu que ele seria o candidato ao Governo e ele acabou entrando.

15) Após as eleições de 1990, o Senhor apontaria dificuldades de relacionamento com o novo Governador Albuíno Azeredo que pudessem dificultar a sua gestão frente à Prefeitura Municipal de Vitória?

VB – Não. Quando estava na Prefeitura, eu passei por dois governadores: Max e Albuíno, e a nossa relação sempre foi extremamente produtiva porque para nós interessava era o Estado, não quem estava no Governo, se direita, esquerda ou centro. Os dois eram meio-esquerda vamos dizer. Então não tinha nenhum problema com o relacionamento, tanto que naquela ocasião, a Prefeitura foi um instrumento importante, não só para a criação da região metropolitana da Grande-Vitória como também no combate à poluição das grandes empresas siderúrgicas: Vale, a CST, etc. Vai diminuir a poluição atmosférica na Grande-Vitória principalmente. A Prefeitura, com sua Secretaria de Meio Ambiente, teve um papel muito importante nesse processo da questão ambiental na Grande-Vitória e no restante do Estado.

16) Procede a informação existente nos meios partidários de que o Senhor, após as prévias de 1992, pretendia apoiar o Coser, mas que foi desautorizado pela sua corrente, a unidade na luta?

VB - Não. Foi uma decisão pessoal minha de não me envolver na eleição. E não me envolvi, nem pra lá e nem pra cá. Por que? Porque durante as prévias, o João Coser fez acusações muito sérias e sem procedência ao nosso Governo na Prefeitura. E aí como é que eu ia apresentá-lo à sociedade que era contra. Que era a favor do Governo municipal e que era contra aquelas acusações que ele tinha feito, como sendo o meu candidato. Quer dizer, uma

coisa na política que me deixava muito decepcionado, é o fato de você ter que mudar de camisa a cada candidato que aparece, não importa a sua ideologia, não importa se ele tenha as mesmas idéias que você tem, entendeu? Então eu não me sentia a vontade para apresentá-lo a classe empresarial, pó exemplo, que trabalhou junto com a Prefeitura de maneira ética, de maneira extremamente séria, democrática. Então eu não me senti a vontade. Então foi por isso, foi uma decisão pessoal minha, eu escrevi até um artigo em seguida a essa eleição intitulado: E agora João? Eu me senti traído! Então eu não posso dar apoio a uma pessoa que eu achei que fez uma traição comigo, que não jogou o jogo sério.

17) Como o Senhor percebe a emergência de Paulo Hartung como uma possibilidade à sucessão municipal de 1992?

VB - Paulo Hartung vem do movimento estudantil. De dentro da Universidade, foi Presidente do DCE, deputado estadual duas vezes ou três, teve uma participação ativa dentro da Assembléia Legislativa, no movimento de esquerda. Então colocou-se como um candidato com força política e que agradava, o seu perfil político era do agrado da classe média. Vitória é uma cidade eleitoral de classe média, naquela ocasião prevalecia e que é a opinião pública. Então entrou com força, ao mesmo tempo entrou também o meu primo, o Dr. Luiz Buaiz, que eu também não podia apoiá-lo, de maneira nenhuma, aliás eu nem o apoiava e nem o criticava. No entanto, no final do processo eleitoral, Paulo Hartung estava com uma margem superior ao do Coser, mais o Luiz Buaiz estava acima dos dois, o perfil do Luiz Buaiz, médico humanitário, que desde os anos 50 esteve à frente do INPS, Superintendente do INPS, muitas amizades no Estado, conseguiu formar essa imagem de médico humanitário, que ajudava os outros, na política então, claro, médico simbolicamente é uma pessoa que deve estar capacitado para ajudar os outros entrando na política. Então ele até o final, até a última pesquisa, faltando duas semanas ou três para eleição, ele estava na frente. Por que? Porque a sociedade de Vitória, o eleitorado esperava que eu dissesse quem era o meu candidato, como eu não disse a coisa ficou solta. Quando eu vi que o PFL ia ganhar, não sei se era o PFL naquela época, era? Não por causa dele, mas por causa do vice e de todos eles que compunham aquela chapa. Aí eu tive que dar uma declaração dizendo: olha, eu acho que o PT deve fazer uma composição política com o PSDB, caso contrário nós vamos perder a eleição. Todo esse processo de construção de uma nova cidade, de uma nova sociedade que nós iniciamos na Prefeitura vai ser um retrocesso. Eu falei simplesmente o seguinte: se ganhar a chapa do PFL vai ser um retrocesso pra cidade. Aí o eleitor entendeu o recado. Bom! Quem é

que tem possibilidade de ganhar, é ele. Agora o que acontece, eu não critiquei o Luiz Buaiz. Por que? Tinha uma relação excelente, familiar e ele era uma pessoa incriticável, não tinha crítica a fazer a ele. O que eu ia falar contra ele? Não tinha. Mas eu falei: se ele ganhar aquela chapa, da direita vai ser um retrocesso para cidade. Ele ficou cinco anos sem falar comigo. Rompeu uma relação familiar. Você vê como é que era manifestar naquela ocasião. E ele dizia que ia aproveitar os meus secretários. E ele dizia: a equipe dele é muito boa e queria aproveitar alguns deles.

18) *Quando de sua candidatura ao Governo do Estado, consta que o Senhor foi apoiado pelas tendências existentes no PT. O Senhor confirma?*

VB – Sim.

19) *Quanto ao segundo turno do pleito de 1994, o Senhor percebeu se alguma tendência negligenciou sua candidatura?*

VB - No primeiro turno o que aconteceu? O partido ficou acomodado numa postura política de quem já ia ganhar a eleição. Não só o partido, como a militância do partido e outros eleitores que certamente que certamente poderiam ter se envolvido mais na campanha. Os meus eleitores desde a Prefeitura poderiam ter se envolvido mais na campanha e o fato do Max ter se lançado candidato, quando ele estava na discussão da nossa coligação, de uma frente única, de esquerda, progressista, ele achou que o Camata ia ser candidato, o Camata já havia me dito que não ia ser candidato, mostrando a situação econômica do Estado que era muito precária e ele achava que eu não tinha condição de ganhar do Camata, então ele rompeu com a coligação, tinha dez partidos a coligação, PDT, PTB, PSDB, e outros. Ele rompeu, saiu e se lançou candidato. O PMDB também resolveu lançar candidato que não tava na coligação, lançou a Rose de Freitas, ou PSDB não lembro. Bem, o que aconteceu na eleição é que estavam lá eu, o Max, Rose e o Cabo Camata. Terminou o primeiro turno, o Cabo teve 25%, a Rose 11%, o Max 11%, ou 11,5%. Então os dois chegaram a 24% e meio ou 25% e o Cabo teve 25% e alguma coisa e eu tive 47,5%. Aí todo mundo entrou em desespero. E como eu recebi o apoio dos deputados eleitos, dos outros partidos que não eram da coligação, a bancada do PT eleita ficava hostilizando aqueles deputados, que não eram do Cabo Camata. Porque o Cabo Camata conseguiu o apoio da maioria dos Prefeitos do interior, os prefeitos que eram ligados ao Albuíno, embora o Albuíno não tenha se manifestado, disse que não ia se

manifestar, de qualquer forma é um candidato que saiu ali do apoio dos prefeitos. Essas tendências hostilizavam aqueles deputados eleitos que me davam apoio, que fizeram comitês eleitorais nos seus municípios e se não fosse isso, mais o apoio do Fernando Henrique, o apoio da Igreja Católica. O Bispo soltou uma nota dizendo que a Igreja não concordava com aquele que defendia a violência e a morte. A mídia nacional, eu tinha perdido a eleição, eu tinha perdido a eleição. Inclusive o PSDB veio, a Rose, vieram todos. Por que? Porque o PT no primeiro turno ficou arrogante: “ele vai ganhar”. Então cada um tratou da sua eleição para o cargo parlamentar, porque as tendências que até então não conseguiam eleger cargo executivo, então fazia o seu gueto dentro do Parlamento burguês que eles criticavam pra bombardear o Governo e ali com a sua tendência ali ele ia se projetando.

20) Entre o primeiro e segundo turnos de 1994, qual foi o posicionamento do Senador Gerson Camata em relação a sua candidatura?

VB – Não, ele não se manifestou em nenhum momento, ao contrário da Rita que esteve comigo desde o primeiro turno e foi uma campanha muito difícil, porque nós estávamos enfrentando não só o candidato que era autoritário, prepotente, com o perfil de autoritário, de prepotente, como também o candidato que tinha o apoio de seis mil cabos e soldados da Polícia Militar do Espírito Santo, que já no dia da campanha eleitoral foram prendendo todos os cabos eleitorais do PT. Então foi uma campanha muito difícil. No primeiro turno eu falei que a militância, que os movimentos de igreja, ficaram um pouco acomodados pensando que já tava ganho, que a eleição já estava ganha e que no segundo turno eles tiveram que entrar em campo e catando voto a voto. Além disso, eu tive o apoio do Fernando Henrique, o PSDB articulou esse apoio, a mídia nacional, com editoriais quase que diários, quer dizer, editoriais freqüentes dizendo que era uma ameaça muito grande ao Estado do Espírito Santo se o candidato Cabo Camata fosse eleito, todo mundo já conhecia a história. Em terceiro lugar, no segundo turno, nós, o partido, requisitou tropas federais para estarem presentes no dia da eleição, isso inibiu tanto a boca de urna do outro candidato quanto a repressão da polícia aos nossos cabos eleitorais.

21) Como foi articulado o encontro do Senhor enquanto candidato, com o Presidente eleito Fernando Henrique Cardoso, para agregar o apoio do PSDB no pleito de 1994?

VB – Eu já tinha uma convivência com o Presidente Fernando Henrique Cardoso na época da constituinte. A gente eventualmente conversava e lógico que o PSDB não poderia ficar alheio a situação eleitoral no Espírito Santo. Como a candidata do PSDB, a Rose, não conseguiu passar do primeiro turno, então o PSDB resolveu, não por imposição de cargos ou até mesmo de programa de governo, mas por uma questão de consciência política. Então o PSDB articulou esse encontro lá em Brasília no Palácio do Planalto e o Presidente manifestou o seu apoio, por “N” motivos, principalmente pela minha história de vida e pelo conhecimento que ele tinha pela minha participação na Assembléia Nacional Constituinte. Ao contrário do PSDB na Prefeitura de Vitória que foi o nosso aliado desde a campanha eleitoral e fez parte administração com os secretários.

22) *Quais os critérios políticos utilizados para a composição do secretariado estadual? Foram criadas secretarias novas ou desdobradas em outras? Quais os critérios utilizados para a escolha dos secretários oriundos do Partido dos Trabalhadores?*

VB – Os quadros do PT, como dos outros partidos políticos que nos apoiaram, o critério sempre foi o compromisso político com o programa de governo, competência técnica e seriedade. Então, esses critérios nós adotamos e a qualquer condição e até mesmo para secretários que não tinham filiação partidária. Então o critério da competência técnica é um critério que nós consideramos de fundamental importância mesmo porque se você vai colocar um secretário, vai nomear um secretário de Estado só porque ele é do partido? Aí você está indo contra os interesses da própria sociedade e dos eleitores que te apoiaram. Então são três critérios que a gente sempre utilizou tanto na Prefeitura quanto no governo do Estado.

23) *O Paulo Hartung e o PSDB foram contemplados de alguma forma na composição desse secretariado?*

VB – Não, porque também não apresentaram candidatos que pudessem acupar, não quiseram apresentar nomes, preferiram ficar de fora.

24) *Qual a relação entre a composição do secretariado e a composição da Assembléia Legislativa no sentido de se construir uma base parlamentar?*

VB – A composição do secretariado foi feita independente da base de apoio na Assembléia. Claro que durante o governo você vai articulando com os parlamentares que estão interessados em acompanhar e ter benefícios para os seus municípios por parte do governo, nos recursos. A distribuição dos recursos foi feita por planejamento estratégico, que nós fizemos no âmbito do governo primeiro, e depois a discussão do *Orçamento Participativo* de forma regionalizada, não era prefeitura por prefeitura, município por município, mas sim por região, que reunia a sociedade local, reunia os prefeitos, vereadores, e eles definiam quais eram as prioridades na aplicação dos recursos. Agora, claro que esses parlamentares que eram beneficiados com as verbas aplicadas nos seus municípios, passaram a se incorporar a base de apoio do governo, independente do partido, se direita, se de esquerda, centro. Porque governo não envolve a ideologia, mas sim o compromisso que o parlamentar tenha com o governo e as suas bases de apoio.

25) E quanto às suas declarações recorrentes no ano de 1994, em especial no período eleitoral, onde o Senhor acentuava muito a idéia da necessidade de estabelecer compromissos com os partidos, para que o governo petista não ficasse refém de pessoas?

VB – O que nós fizemos foi o seguinte: independente da discussão do Orçamento Participativo, quando havia alguma demanda específica de um município, não ia lá o deputado pedir, mas marcávamos uma reunião, com o prefeito, com vereadores e representantes da comunidade local. Aí discutíamos aquilo, víamos se havia viabilidade ou não, se fosse o caso incluimos no orçamento do ano seguinte. Então era uma coisa bem detalhada e discutida abertamente, nada de acordos fechados em gabinete com os parlamentares. Você esta falando no âmbito estadual. No âmbito federal, nós também reunimos a bancada federal, logo nos primeiros meses do governo, para estabelecer as prioridades nas emendas parlamentares do Congresso Nacional. E conseguimos que os parlamentares da bancada federal, todos eles, colocassem os recursos que viessem, um caixa, um fundo de recursos de emendas parlamentares para duas obras prioritárias: a continuidade das obras da Segunda Ponte de Colatina, essa que inaugurou agora, que estava paralisada a nove anos, e a conclusão das obras da BR 262 em Cariacica. Então nós conseguimos isso com o apoio total da bancada federal do Espírito Santo. Sem isso, certamente que essas obras continuariam paralisadas. Um segundo momento também que nós tivemos o apoio maciço da bancada federal foi a inclusão dos 25 municípios do norte do Estado na região da SUDENE.

Para mostrar que quando governo e bancada caminham juntos, com o mesmo objetivo, o Estado conseguiu alcançar êxitos nas obras e nos projetos que foram definidos.

26) Por que o governo Vitor Buaiz não conseguiu eleger a presidência da Assembléia Legislativa, perdendo-a para José Carlos Gratz?

VB – O governo não interfere nessa discussão, são os parlamentares do partido, entendeu. Nós acompanhávamos, simplesmente acompanhávamos o processo eleitoral da Assembléia, porque não cabe ao governo definir quem vai ser o candidato e quem não vai ser o candidato, muito menos manifestar apoio a candidato, mesmo que fosse o candidato do PT. O governo não pode, ele tem que se manter isento. Porque se entra o candidato da oposição aí cria um atrito, um conflito permanente entre o Executivo e o Legislativo e isso aí está fora da política, isso aí não é a melhor forma de você conduzir as relações políticas entre os três poderes constituídos. E muito menos o governo se manifestou nas eleições municipais. Eu declarei o seguinte: quando houver consenso entre os apoiadores de determinados candidatos no município, prefeitos, deputados estaduais e os partidos que dão apoio ao governo, havendo consenso em torno de um candidato, o governo vai manifestar seu apoio, fora disso, o governo não interferiu na eleição.

27) Como o José Carlos Gratz conseguiu se eleger? Qual foi o arranjo que possibilitou a sua eleição para presidente do Legislativo Estadual?

VB - O Deputado Gratz tinha muitas articulações políticas no interior do estado, junto com prefeitos e com parlamentares, coisa que o PT ainda não tinha conseguido alcançar e com isso ele teve a maioria dos votos. Agora o que ele articulou, que acordos que ele fez lá com deputados para ter a maioria dos votos eu não tenho conhecimento.

28) Como foi reanimada a sua crise de relacionamento com o PT?

VB – 1º) O PT ficou querendo equiparar o governo ao partido. E o governo não é do partido, o governo é do estado. 2º) A bancada estadual e setores do partido continuavam levando problemas internos do PT para dentro do governo e isso implodia o governo; 3º) questões ideológicas também. Eu não poderia deixar de ter o apoio de um deputado que não fosse do partido se esse deputado tava concordando com todos os projetos políticos do governo. A

bancada não queria que desse apoio a determinado parlamentar que tinha uma atuação política no município do interior do Estado. Mas ele é de direita e eu dizia: governo é governo e partido é partido e eles não conseguiam separar isso. Eles queriam que o governador fosse seguir a cartilha do partido, enquanto que eu disse logo no primeiro ano de governo: eu não sou governador do PT, eu sou governador do estado do Espírito Santo. O que foi que Lula disse também logo que assumiu o mandato quando haviam algumas especulações em que ele iria só atender as demandas do partido? Ele falou: eu sou Presidente da República Federativa do Brasil, e não do PT. Então esse conflito começou dessa forma e o partido não entendia que havia a necessidade de separar as duas coisas e muitas vezes levava demandas como, por exemplo, ocupações de terras que não eram passíveis de reforma agrária, o governo colocava a polícia para atender a decisão judicial, invadiu lá uma fazenda que era produtiva. Eles entravam com a reintegração de posse, com o pedido de reintegração de posse e o juiz concedeu. E aí tinha que ir a polícia lá pra não utilizar da força, mas organizar o pessoal pra executar a ordem judicial. Às vezes arrumava até caminhões pra fazer a mudança, sem nenhum tipo de repressão. Eles queriam que não pusesse a polícia pra obedecer a ordem judicial, então isso era conflito. Então todas essas demandas localizadas, de cada parlamentar, eles queriam que o governo seguisse à risca.

29) E quanto às medidas do governo consideradas neoliberais pelo PT, tais como a privatização do Banestes, Programa de Demissão Voluntária, etc.

VB – O problema é o seguinte: nós entramos para fazer a reforma do Estado. O Estado tem que ser reformado permanentemente, a reforma do Estado, a reforma administrativa não é só de um governo. Todos os Estados devem seguir a risca essa orientação, de constatar onde é que estão os gargalos e tentar corrigir aquilo. Você vê que quando nós entramos, você tinha uma folha salarial que era quase igual à receita do Estado. Então nós tínhamos que tomar uma atitude. Dentro dessa folha salarial você tinha, por exemplo, uns funcionários, um caixa do banco do estado que custava ao governo 5 mil reais, um caixa, com todas as vantagens, benefícios, pagamento de previdência social, enquanto que o caixa do banco particular custava 1,5 mil reais. Então três caixas do banco privado custavam o mesmo que um caixa do banco do Estado. Além disso, essas distorções na folha salarial, além da necessidade de estarmos reestruturando toda a administração pública do Estado, fez com que nós tivéssemos elaborado esse Plano de Demissão Voluntária, pra não ter que demitir diretamente os funcionários, dava-se uma opção para eles, era uma opção, era voluntário, quem não quis não

entrou nesse plano. E outra coisa é o seguinte: nós em nenhum momento dissemos que íamos privatizar o Banestes, pelo contrário, o que nós fizemos foi capitalizar o banco, com trezentos milhões de reais e a partir daí o banco conseguiu recuperar a sua capacidade do exercício até mesmo das políticas sociais, fazer empréstimos para pequenos produtores rurais. Em terceiro lugar, uma agência bancária custava muito para o banco. O banco público tem que ter agências nos municípios ou nas regiões onde há uma atividade econômica fértil. Eles queriam que a gente mantivesse todas as agências. Eram mais de cem agências em todo o Estado. Então nós tínhamos um acordo com os prefeitos, se não quer que feche a agência, você vai pagar o aluguel, pagar a luz, o telefone, etc., para deixar lá um posto. Quer dizer: o governo agiu da forma mais correta que poderia agir com o seu próprio banco. Na questão da privatização da Vale do Rio Doce, eu participei de várias manifestações, várias reuniões de debate, primeiro em Itabira-MG, fui à Belém do Pará participar de manifestações. Eu tenho até uma foto, lá de Itabira, estamos eu, o Brizola, Lula e aquela deputada do PC do B do Rio de Janeiro Jandira Fegalli. Mas chegou a uma situação tal que o governo federal começou a retalhar o Espírito Santo, porque eu estava me manifestando contra o governo federal e a sociedade aqui começou a me cobrar isso, se você está indo contra o governo federal, como você quer receber do governo federal? No Brasil infelizmente a política é feita dessa forma. Então eu continuei participando mais discretamente dos movimentos, eu tive que mudar a minha estratégia como governador do estado e não como membro do partido, para poder então evitar que o meu eleitor me cobrasse uma posição imparcial diante dessa situação.

30) O Senhor acredita que o Partido dos Trabalhadores perdeu a oportunidade de ter firmado a coalizão de centro-esquerda com a ala boa do PMDB, que chegou a ser ensaiada por Ulisses Guimarães em 1989 e assim ter evitado a ascensão ao poder de governos neoliberais?

VB – Sem dúvida, até mesmo no governo Itamar Franco, o partido perdeu a oportunidade de mudar a correlação de forças de criar as condições necessárias para a eleição de um governo de centro-esquerda quando estava lá a Luiza Erundina, que o partido ameaçou de expulsão. Ela teve que se licenciar do partido para ser ministra da administração e depois o próprio partido reconheceu, fez uma auto-crítica depois do governo Itamar Franco: se nós tivéssemos entrado no Governo Itamar Franco, a situação, a conjuntura seria diferente.

31) Na sua avaliação atual, o senhor não acha que ter permanecido no PT não teria sido uma alternativa mais coerente com os princípios da unidade na luta? Analisando retrospectivamente, o Senhor acha que houve imaturidade do partido em ter defendido sua saída naquele momento?

VB – Olha, eu hoje, me arrependo de não ter saído antes, porque aquele clima de animosidade, de conflito permanente prejudicou muito o governo e a imagem do governo diante da sociedade, não só no Espírito Santo, mas também no resto do Brasil. Eu encontrava muitas pessoas no aeroporto quando eu viajava a Brasília, São Paulo, Rio que diziam: governador, porque o Senhor não deixa esse partido? Ele está te prejudicando e está prejudicando o governo do estado do Espírito Santo. Aconteceu um episódio até engraçado, eu fui a uma reunião do Banco Mundial, lá em Washington e peguei um vôo que fazia conexão em Nova Iorque. Quando eu estava chegando em Nova Iorque, minha mala havia sumido e não apareceu, esperei lá uma hora, não apareceu a mala, então eu fui lá no guichê, fiz o registro e saímos para pegar a conexão. Quando eu to atravessando a rua, a moça do guichê vem atrás de mim e diz: achamos a sua mala. Eu voltei, peguei minha mala, devolvi os cem dólares que ela tinha me emprestado e saí na direção da conexão, para pegar o ônibus para a conexão. Nisso uma brasileira que estava no aeroporto, gritou pra mim: parabéns governador! Aí eu falei assim: é eu achei a minha mala. E ela, não, não é por isso não, é porque o senhor deixou o PT! Para você avaliar o que o país pensava sobre aquilo. E depois foi a Erundina na Prefeitura, e tantos outros prefeitos que sofreram com isso. Então eu não podia permitir que o partido continuasse prejudicando meu governo, por isso que eu saí. Inclusive, houve uma ameaça de expulsão por uma tendência que hoje é o PSOL, numa convenção nacional, mas essa proposta foi rejeitada pela maioria do partido.

32) Fazendo uma análise retrospectiva acerca do que o PT foi e o que é. Para o Senhor, cabe a expressão “nós estávamos no caminho certo”?

VB – Sem dúvida nenhuma. Você vê que quando Lula assumiu, Lula começou a sentir a pressão do partido para nomear ministro, para nomear cargos de governo. Não, aqui eu vou respeitar as alianças políticas, tanto durante a campanha eleitoral, quanto agora na bancada de apoio ao governo no Congresso Nacional. Agora, pioneiro sempre sofre mais, eu fui o primeiro prefeito de capital, o Cristóvão governou o Distrito Federal, que não é bem um estado, ele tem 75% dos recursos da União. E ele não tinha município também, prefeitos atrás

dele para pedir. Quando o partido escreveu aquele livro, através do Jorge Bittar “Modo Petista de Governar”, aquilo teve também como base também a Prefeitura de Vitória. Orçamento Participativo, etc. Então nós servimos como referencia para construir um novo modelo de governo de centro-esquerda e que o Lula passou a seguir também, porque o Lula já deu uma posição dele, já marcou a posição dele com relação ao partido, com relação ao governo e com relação aos projetos políticos. Aquilo que é básico, claro, todos seguem. Agora, tem a conjuntura que vai mudando com muita rapidez e esse chefe do executivo tem que se adaptar a isso. Lógico, nunca abrindo mão dos seus princípios. Quer dizer, para o PT, o governador tinha que seguir rigorosamente o programa de governo que foi discutido na campanha eleitoral. O Governador eleito, ele tem adaptar o programa de governo a realidade do estado que ocupa. Por isso é que eu digo que nós estávamos no caminho certo, sofremos muito por conta desse pioneirismo, mas eu tenho a consciência tranqüila de que nós fizemos aquilo que era melhor para o estado do Espírito Santo e que muitas prefeituras seguiram esse exemplo, porque o que nós fizemos na Prefeitura de Vitória se irradiou pelo interior do estado. Hoje você vê que tem Secretaria do Meio Ambiente, que tem programa de reciclagem do lixo. Tudo isso foi a partir do governo municipal na Prefeitura de Vitória. A política educacional nem se discute. E se você for ouvir os prefeitos que tiveram conosco na época, que estavam nos municípios quando eu era governador, nenhum deles pode reclamar nada e não reclamam, pelo contrário, dizem que nós fizemos aquilo que era essencial no seu município e discutindo democraticamente com a comunidade.

ROGÉRIO SARLO DE MEDEIROS – Jornalista, ex-prefeito de Vitória, ex-Secretário Chefe da Casa Civil e da Fazenda e uma das principais lideranças do PT durante vários anos.

ENTREVISTA REALIZADA NA SEDE DO JORNAL SÉCULODIÁRIO, EM 10/04/2008.

1) Apresente sumariamente, de acordo com a suas memórias, o quadro que se desenhou para a sucessão do governo estadual em 1994? (principais correlações de forças, as articulações, etc.)

Rogério Medeiros (RM): Vitor fez a chamada Frente Democrática onde o Casagrande era o vice, tinha o PSB e outros partidos pequenos, PC do B, eu não me lembro de todos os partidos embora eu tenha sido o coordenador da campanha. Mas o Partido dos Trabalhadores, na verdade, se dividia entre as suas próprias correntes internas. E era tão interessante, que para poder tocar a campanha, eu era coordenador, tínhamos que ter os representantes de cada uma das correntes, de todo o PT, e as decisões levavam uma temporada, a gente se reunia 8 horas da manhã e era aquela loucura para saber como é que era o dia, como fazia, como é que não fazia. O partido era muito exprimido para não sair da linha de esquerda. Você vê o PT hoje. Então o partido que queria entrar, o PSDB, na época lá traz a Prefeitura, o pessoal ficava alvoroçado, então é um partido que teve uma certa limitação para poder ter a candidatura do Vitor. Ele saía muito bem da Prefeitura, tinha tido uma boa administração e o PT contra, porque dizia que o Vitor estava governando para a burguesia aqui em Vitória e mesmo assim o Vitor consegue a candidatura ao Governo. Mas os adversários: um era o Max, que era um adversário forte, mas não era o momento do Max, o momento realmente era do Vitor, que saía de uma boa administração em Vitória. Um nome que naquela época se dizia capaz de bater no Vitor seria o Senador Gerson Camata, que estava no apogeu, mas o Senador até perto era candidato ao Governo, mas ele encomendou um trabalho a esse Orlando Caliman que mostrou que o Governo Albuíno deixaria o Estado inviável, não tinha feito aumento, não tinha feito uma monte de coisa e o Camata que já tinha sido governador, não quis ir, aí o Vitor teve pela frente a Rose de Freitas do PSDB e tinha o Cabo Camata que era um candidato perigosíssimo. Ele conseguiu levantar essa população, principalmente de baixa renda, aquele negócio de gurugumba, mata e coisa. Então ele disputou com o Vitor e isso ofuscou o Max, que não teve um bom desempenho. A eleição tinha duas grandes novidades: uma era o Vitor que tinha empolgado o eleitorado por causa da administração em Vitória, o outro o Cabo Camata, como o outro que vinha para acabar com o banditismo, acabar com a droga, enfim, e ele conquistou

a população de baixa renda. Adotou o discurso da violência como se ele fosse a única pessoa, por que era um homem valente, bravo, capaz de acabar com o banditismo no Espírito Santo e ele conquistou o eleitorado de baixa renda. Para ganhar dele no segundo turno não foi fácil, foi ele e o Vitor para o segundo turno. O Fernando Henrique era o Presidente da República, tinha expulsado o Cabo Camata que era do PSDB, ele foi o relator e ele ficou louco quando viu que o Cabo Camata foi para o segundo turno, então ele mesmo apoiou o Vitor, Fernando Henrique apóia o Vitor, que é um apoio decisivo.

2 – O apoio do Fernando Cardoso ao Vitor no segundo então tem a ver com aquele episódio da expulsão do Cabo Camata do PSDB?

RM – Tem a ver, ele foi o relator da ação da nacional do PSDB. Então é uma coisa decisiva para a vitória do Vitor, como também foi decisivo para a vitória do Vitor os programas que a gente fez, desmontando essa figura do Camata de ser um homem que vinha para acabar com o banditismo no Espírito Santo, jogando a figura do Hitler e mostrando no que resultou o Hitler, e o Camata era um homem que se apresentava, que não tinha nada, ele faria a justiça, então você muda e começa a mostrar, ele criou uns fatos e acabou por diminuir a força dele, como por exemplo, ele queimou uma pessoa, ele tinha queimado uma pessoa no eucalipto lá na região norte e se mostrou aquilo e mostrou o que ele poderia fazer. E aí na chegada o Vitor ganhou, na chegada, Vitor ganhou na chegada. Mostramos na verdade que ele era um violento, um truculento era o próprio bandido, mostramos que ele matou muita gente, queimou gente, e aí mostrou qual era, mostrou que ele não se diferenciava dos bandidos que dizia que ia combater, mas que ele era um deles. Mas acontece também o seguinte: o Cabo Camata empolgou a elite do Espírito Santo, por que a elite do Espírito Santo naquela altura, não votava em PT. Então quando a elite do Espírito Santo viu que o candidato capaz de derrotar o candidato do PT era Cabo Camata ela embarcou. E como eu tinha sido Presidente do Sindicato dos jornalistas e depois disputado eleição direta para Presidente da Federação Nacional dos Jornalistas, eu tinha muita relação com a imprensa nacional na qual eu trabalhei. Eu trabalhei pouco na imprensa do Espírito Santo, embora eu ficasse ilhado aqui, trabalhei no Jornal do Brasil por 24 anos, trabalhei 4 anos no Estado de São Paulo e por aí vai. Então eu fui ao Rio, às redações com a proposta de alguns, mostrando a nossa proposta para criar um clamor de fora pra dentro e a imprensa dizer: Ora! O Espírito Santo enlouqueceu! Vai entregar o Governo a um bandido! Então eu fui ao Alberico de Souza Cruz que é o todo poderoso homem do Jornal Nacional da TV Globo, que era meu amigo e falei com o Alberico

e levei o Vitor Buaiz. O Alberico armou e eu fui parar no gabinete do Roberto Marinho e o Alberico tinha preparado o clima e o Roberto Marinho era também muito atento a tudo que estava acontecendo. Então de lá pra cá, Globo, Jornal Nacional, os principais jornais do Rio começaram a surgir os editoriais dizendo: Enlouqueceu o Espírito Santo! Quando a elite capixaba vê que o jornal que ela acredita, que é o Globo, defendia a candidatura do Vitor a pretexto de evitar a candidatura do Camata, isso deu uma reviravolta. Dá uma reviravolta em cima da hora. E isso aconteceu quando então você começa a desmistificar o cara e dizer que ele é o bandido e vem de fora, da grande imprensa a afirmação de que ele é um bandido e o Espírito Santo ia se dar mal na mão desse cara, ganhou a eleição, ganha a eleição.

3) Como foi construído o contato do candidato Vitor Buaiz com o presidente eleito Fernando Henrique Cardoso? Quais foram as condicionantes para obtenção do apoio do FHC e, por consequência, do PSDB?

RM – Eu tenho um capixaba que é jornalista em Brasília, chama-se Ricardo Jarrão. O Ricardo Jarrão me telefona, embora esse outro nome só perguntando pra ele, tem tempo e não era da minha relação, ele me fala o seguinte: Rogério, o Fernando, Presidente, está tonto e preocupadíssimo, porque aí já tem a imprensa nacional, etc., ele chega em cima da hora pra dar o tiro final! E o Presidente quer receber o Vitor. Sim mais e daí, como é que você sabe disso? Tem o fulano, depois te ligo te telefono e te dou porque não lembro mais, que era o assessor de imprensa do Fernando. Mas como o Jarrão era um cara muito entusiasmado. A Rose já está apoiando o Vitor no segundo turno. Então liguei para Rose e liguei para o Paulo Hartung que era Prefeito de Vitória e falei: cara, tem uma notícia que o FHC quer receber o Vitor. Liguei para ele, liguei para o Paulo, liguei para Rose, liguei para o Prefeito da Serra, o Motta, João Batista Motta. Por que eu fiquei com medo, como é que eu ia fazer esse contato? Aí os três voltaram disseram: o Presidente quer amanhã lá todo mundo. Então fomos todos, eu fui, o Vitor foi, o Mottinha era o Prefeito, o Paulo Hartung foi, o Vitor, o Mottinha, enfim, foi todo mundo daqui, e ele fez lá um discurso, fez um comentário que estaria disposto a contribuir no que fosse possível para evitar o Cabo Camata. O discurso dele foi evitar o Cabo Camata. Ele veio para evitar o Cabo Camata. Com o PSDB não houve negociação de cargo nenhum, até porque o regime do PT não permitia isso, tinha que passar dentro do partido. Na Prefeitura houve com o PSDB, passou pelo partido depois e tal, mas lá não, não houve nada, o Vitor não tinha compromisso com ninguém, só com o PT, mas só com as correntes do PT, meu amigo, já era uma parada de todo tamanho.

4) Qual o diálogo estabelecido entre o Senador Gerson Camata e o candidato Vitor Buiaz no primeiro e segundo turno das eleições de 1994?

RM – Veja o seguinte: desde o primeiro turno, o Vitor teve o apoio do Vasco Alves que era Prefeito de Vila Velha, acho que na época era do PMDB, e o Vasco trouxe a Rita Camata para apoiar o Vitor, o Camata não apoiou o Vitor, quem apoiou foi a Rita. A Rita veio desde o primeiro turno, tanto é que a Rita, na verdade, ela abre muito o interior para o Vitor.

5) Procede a informação que coletei em fontes que o Senador Gerson Camata teria apoiado o Cabo Camata com o objetivo de desmoralizar o Max Mauro em termos de derrota político-eleitoral?

RM – Primeiro é o seguinte: o Camata, do qual eu sou até padrinho do casamento, o Camata e mais tucano que os tucanos, não sai de cima do muro. O Cabo Camata é que explorava a imagem do Gerson. Mas o Gerson nunca subiu em um palanque. Isso não é procedente. Isso não é procedente. Não é procedente porque a gente ficava muito vigilante com essas coisas, eu era muito amigo dele, hoje a gente está meio distante, mas era muito amigo dele, falava sempre com ele, sabia que ele não vinha para o palanque do Vitor, mas falava sempre com ele, não é a toa que a Rita estava com a gente. No segundo turno se apoiou, apoiou de última hora, mas acho que ele não embarcou.

6) Quais os critérios políticos utilizados para a composição do secretariado estadual? foram criadas secretarias novas?

RM – Veja: foi o PSB atendido que era o Renato Casagrande, nem me lembro mais quais eram as secretarias, teve o Ricardo Santos do PSDB que foi uma escolha do Vitor, que é um economista muito competente. Você tinha apoios, vamos dizer, você tinha apoios independente de partido, Ricardo Ferraço apoiou o Vitor era deputado estadual, depois o Vitor o fez Presidente da Assembléia. Mas o Vitor teve facilidade de, por que o Vitor agiu, para a formação do secretariado, de uma forma diferente que se faz tradicionalmente. Ele preencheu os cargos através de listas apresentadas. Por exemplo: o PSB apresentou a lista, vamos dizer tinha o lugar de diretoria, o PSB teve uma participação muito grande no Governo do Vitor, tem o lugar de diretoria da CESAN, então o PSB ficava com a diretoria apresentou uma lista e

o Vitor escolhia da lista. O PC do B teve pouca coisa, mas teve alguma coisa e as correntes do PT, o PT tinha muita corrente.

7) *Quais os critérios utilizados para a escolha dos secretários oriundos do Partido do Trabalhadores?*

RM – Colocava tudo sentado lá para escolher, as lideranças das tendências. Então foi fulano para um lado, a Iriny ficou a presidência da CESAN e o Vitor reservou a presidência do BANDES para a Rita Camata sem que ele consultasse a Rita. Ele mandou pesquisar quem era a pessoa mais ligada a Rita e era então o economista Orlando Caliman. Porque aí teve uma coisa muito interessante, escolheu o Orlando Caliman, me incubiu de ir ao Vasco para ver se o Vasco tem alguma pretensão, então foi assim, foi mais o pessoal do PT internamente. Mas tem algumas questões, por exemplo: foi dada a Secretaria da Fazenda como um cargo técnico, buscando uma aproximação com o PSDB, porque tinha o Ricardo que não era visto dentro do PT como um tucano, por que o Ricardo Santos era um cara que militou na Igreja com esse povo do PT. O Ricardo Santos era uma peça da maior reputação dentro do PT, uma pessoa como se fosse membro do PT. Diferente, era um homem de Igreja, era um grande economista, era um homem que esteve nas lutas contra a ditadura militar em volta dos petistas. Então é uma coisa completamente diferente, ele veio pela escolha do PT. Agora, qual o problema do Governo do Vitor? O problema do Governo do Vitor é que ele foi pioneiro no Brasil no governo, é o primeiro governo petista e que teve também o Cristóvão Buarque, mas o Cristóvão, aquilo é um município, então o Vitor quando vai para o governo, o Vitor traz toda a luta de hegemonia de poder com as correntes para dentro do Governo, quer dizer, o Vitor trouxe os seus adversários para dentro do governo e ele batia de frente, que mais batíamos de frente dentro do partido.

8) *O Vitor priorizou atender uma tendência em detrimento de outras?*

RM – Não, houve uma busca de perfis para os cargos. Por exemplo: esse menino que hoje é assessor do Coser aí que é até primo da Rita, teve um engenheiro que foi para a presidência da CESAN, foi buscando os perfis, dentro do partido, dentro das correntes, mas sempre contemplando as correntes. Aí tem um acidente que é histórico e não pode ser omitido. Quando chegou a hora de escolher o homem para a comunicação, eu fiz uma intervenção enquanto jornalista e disse para o Vitor o seguinte: olha eu vou lhe prevenir que essa área é

uma área minha. Não vamos colocar nenhum jornalista ideológico, que a maior parte dos jornalistas que o PT tinha, eram ideológicos, era o cara que a corrente dele estava com o sindicato, enfim. Então ele fazia parte de imprensa e eu falei: vamos botar um cara mais amplo, de fora, vamos buscar um cara de fora, para falar a linguagem que possa chegar, enquanto estava ocorrendo essa discussão, vinha a imprensa e cobria, era na casa da Beth Rodrigues que a gente se reunia. Então havia sido apresentado o Otaviano de Carvalho, mas não tinha chance nenhuma. Então chegou o recado do Carriê Lindemberg dizendo que se fosse ele, a Gazeta ia para oposição. Porque ele era considerado o grau mestre do xiitismo, ele era da DS. Quando esse recado chegou, quando transmitiram esse recado ao Vitor, que ele achou um abuso, o Vitor me chamou e disse: olha anuncia Otaviano de Carvalho.

9) Na opinião do Senhor, isso foi um erro ou um acerto de Vitor Buaiç?

RM – Olha, você pode olhar estrategicamente de uma forma e politicamente de outra, você pode olhar de várias formas. Por exemplo: o Vitor foi o único Governador que não foi beijar a mão do Carriê. Os governadores que são eleitos todos, todos que foram eleitos, um dos primeiros lugares onde eles vão é na Gazeta, o Vitor nunca foi na Gazeta, o Vitor nunca deu uma confiança pro Carriê, o Vitor nunca pegou o telefone e ligou para o Carriê, nunca deu confiança. Só houve um episódio de inauguração, do bloco, um negócio monstro, o maquinário, então eu disse: vai lá. Foi a única vez que o Vitor foi lá, numa solenidade, nunca foi lá enquanto eleito. Quando teve isso eu falei assim para o Vitor: tem o tradicional “beija mão” do Carriê, todo mundo vai lá, e o Vitor falou assim: eu não vou não, eu sou o Governador do Estado. Nunca foi beijar a mão do Carriê.

10) Qual a relação entre a composição do secretariado e a composição da Assembléia Legislativa no sentido de se construir uma base parlamentar?

RM – Não houve. O Vitor ficou dois anos com a Assembléia contra, aí começa o definhamento das relações internas do PT. Dentro do Governo começam os embates internos, foi transportado para dentro do Governo os atritos, os combates de dentro do partido, e chegou a um ponto, para você ter uma idéia, que um dia eu fui a uma reunião grande do partido olhei para dentro ao chegar e fiquei olhando, e aí eu falei: quase a metade aqui já não fala mais comigo, era um sábado, na segunda-feira eu fui lá e me desfiliei. Ódio! Estou fora disso, cáí fora!.

11) Por ocasião da Convenção que escolheu Vitor como candidato a Governador, qual foi a postura das tendências mais à esquerda do partido? Houve apoio incondicional ao candidato? E em relação à campanha, elas participaram do início ao fim? E eles apresentaram outro nome?

RM – Com certeza, na mesa de decisão, tinha uma mesa onde se decidia tudo, tinha um representante de cada tendência e um representante do PSB, era no voto, eles participaram da campanha inteira. Veja, o Vitor é o Deputado Federal que se elege com seus próprios votos, não precisou de legenda, Vitor é o Prefeito de Vitória bem avaliado, Vitor ia para a eleição, todo mundo fazia santinho com o Vitor, nesses momentos não tinha conflitos internos, todo mundo fazia santinho com o Vitor, todo mundo queria um santinho com o Vitor.

12) É perceptível que as tendências mais à esquerda entraram decisivamente na campanha de 1994 a partir do momento em que se percebeu a iminência da vitória de Cabo Camata. Esse apoio à campanha e aquele verificado na convenção não justificariam a atitudes políticas reconciliatórias?

RM – Não sejamos injustos, participaram desde o início, foram direção da campanha, eu fui coordenador, tinha uma mesa que era o fórum e era uma coisa assim: para fulano apoiar, vamos dizer, para apoios como o do Vasco Alves, tinha apoio que passava com o voto de minerva, no meu, o PT era louco. Eu acho que o Vitor pagou o preço para o Lula hoje ser presidente. Vitor inicia o governo em conflito com a Gazeta e esse conflito dura os quatro anos, e todo mundo quer aparecer para bater, dentro dos quatro anos o Vitor teve problemas com a justiça, a justiça toda do Cabo Camata, Vitor teve muito problema com justiça, por isso foi muito difícil no início do governo do Vitor. A Assembléia contra, até que o Governo começasse a entrar no jogo tradicional, quando o PT, quando o Otaviano vai para a Assembléia e começa a atacar o governo, Brice ataca o Governo e por aí vai. Quem era a Brice, Vereza e não sei o que, eles começam a refletir e eles começam a ir deixando o Governo, aí o Vitor começa a fazer a política clientelista. Por exemplo: na época, a Assembléia era muito municipalista, tinha mais deputado do interior. Então começou, o cara tratou, o cara dizia para onde ia, Ciretran ele indicava, DER ele que indicava, indicava, aí começou a lidar com a Assembléia, aí começou a ter algum êxito, porque deputado, cada um é cada um, eu sou deputado, você é deputado [...], então conversava com um a um. Então começou a conseguir alguma coisa. A Assembléia tinha feito as maiores barbaridades no

tempo do Albuíno, dado aumento disso, concurso, validado isso, validado aquilo, coisas absurdas que o Tribunal de Justiça derrubou [...]. Então era um momento muito adverso, porque era um partido que amedrontava todo mundo, o PT era o primeiro governo e o Vitor pagou caro, Vitor pagou um preço caro por isso.

13) O candidato Vitor, no decorrer da campanha eleitoral, sempre falava em construir um governo de coalizão, de preferência antes do pleito e que fosse feito com os partidos para que o Governo não se tornasse refém dos indivíduos. Foi o PT o elemento que mais dificultou a construção dessa coalizão?

RM – Não, os deputados não queriam aproximação com o Governo do Vitor, os caras não queriam, oficialmente alguns não queriam, pois tinham interesses muito contrariados, eles tinham muitas coisas no Governo de Albuíno, eles tinham cargos no Governo de Albuíno, gostariam de manter os cargos, o Vitor tirou todo mundo, não ficou ninguém, aí já criou um problema. Por que como é a tradição? Mudou o governo, o deputado vai ao novo governador e diz: tem fulano, beltrano [...], o Vitor tirou todo mundo, quer dizer, não houve muito jogo de cintura, e no final foi restabelecer muita coisa, parte dos deputados haviam sido reeleitos, tinha o DER lá que funcionava, tinha o Ciretran, tinha a supervisora de educação, tinha tudo, foi quando o Vitor conseguiu algum êxito.

14) O apoio das tendências mais à esquerda à campanha Vitor e aquele verificado na própria convenção, não justificariam atitudes políticas reconciliatórias?

RM – Não, eles não tinham voto, o deputado ganhou com o apoio do Vitor, eles não tinham voto, esse povo do PT não tinha voto. Tinha aqui tinha voto? Cláudio Vereza, a Igreja toda elege e mal, com uma votação, com o peso da Igreja, a Igreja só elege Cláudio Vereza, os evangélicos tem mais, a Igreja só elege Cláudio Vereza. As tendências ganharam o Otaviano era suplente, o Juca Alves foi eleito em Cariacica, que era ligado a era da *Unidade na Luta*. O Vitor não discriminava ninguém, o Vitor fez campanha com todo mundo, com o Otaviano, porque eles precisavam do Vitor para ganhar eleição, o papel que eles tiveram na eleição foi de tarefeiros, de ir para a rua, de correr, de mobilizar o pessoal, mas quem tinha voto era o Vitor, eles não tinham votos, quem tinha voto era o Vitor. [...] O Coser foi eleito federal porque eu não fui candidato, era para eu ter sido eleito federal.

15) Já que tocou em assuntos relacionados à suas candidaturas, como o Senhor avalia o pleito de 1990 em que o Senhor se lançou como o nome do PT ao Governo? Comente de modo especial acerca da campanha do Candidato Albuíno Azeredo, caracterizada como modernizada, na qual se fez uso de várias técnicas do marketing político.

RM – Primeiro aquela campanha foi muito interessante. O Max Mauro queria que o Vitor deixasse a Prefeitura para ser candidato a Governador, nós fomos contra e o Cláudio Vereza se lançou candidato a governador e foi me buscar que era vice na Prefeitura, e foi me buscar para ser candidato a senador. Nas primeiras pesquisas eu estava numa posição privilegiada como reflexo do Vitor, reflexo do desempenho da Prefeitura. E assim foram aparecendo as pesquisas e era uma época favorável, quem eram os candidatos: o Renato Soares, o Albuíno, o Élcio Álvares e aí eu aparecia bem nas pesquisas, na frente deles e o campo da *Unidade na Luta* era muito forte no interior e na área sindical eles rachavam. O pessoal do Coser, esse povo quando foi chegando o encontro que vai decidir tudo, vai o Cláudio Vereza lá na frente e renuncia a candidatura a governador, disse que tinha discutido comigo e não havia feito isso coisa nenhuma e eu virei candidato a governador. Deixei de disputar com condições a eleição para o Senado para ser candidato a governador, o partido não tinha dinheiro, não se usou nada de recursos, vamos dizer não se procurou fornecedor nem empreiteiro da Prefeitura, o partido deu um Opala velho para eu fazer campanha, eu era favorável ao partido buscar recursos, não tinha um cartaz, não tinha um programa de televisão, não tinha um folder e foi indo. As tendências, com raras exceções, não me apoiaram, por que eles continuaram fazendo campanha nas costas do Vitor, e não a mim como candidato a governador para querer disputar, para ter êxito de voto, o Vitor que subia no meu palanque e eu falei que ele não ia subir porque eu falei que ele não ia ganhar, eu queria fazer aquela campanha sozinho, porque eu queria fazer uma campanha de PT, eu não queria ser um candidato de Vitor Buaiz, ninguém me viu com o Vitor Buaiz. E as pessoas não entendiam nada, eu que deveria colocar o Vitor no palanque não botei, eles que não deviam colocaram. Fiz uma boa chegada, eu parti o tempo todo nas pesquisas diziam que eu tinha 4% como é que o eleitor ia votar em mim? Porque essa Futura sempre foi manipulada e continua sendo manipulada até hoje. Eu tive 15,29% dos votos. Então eu disse assim: esse é o PT, um candidato sem cobertura publicitária, porque nós somos PT, era o movimento sindical, mas eu fui a todos os cantos do Espírito Santo, tudo quanto é buraco. Então essa é um pouco da história do PT, que eu me arrependo muito de ter entrado. Em relação ao Albuíno, quando eu vi aquele monte de trator no interior, aí no debate eu falei para o Albuíno, eu falei: Albuíno, você mandou aquele monte

de trator, manda também guarda de trânsito, porque se não! E eu encontrei o José Ignácio em Colatina, eu falei Zé Ignácio, você está com cara de ganhador, mas esses tratores aí vão te destruir rapaz! Como pode colocar duzentos e tantos tratores? E aí meu amigo, abre uma estradinha para o cara chegar no café, chegar na casa dele, para abrir a matinha, quem que agüentou?

16) Nas origens da crise, em 1988, o apoio de Paulo Hartung não implicava em uma aliança com o PSDB bem como em acordo em prol de Paulo Hartung para a Prefeitura de Vitória em 1992 e na perspectiva do Vitor Buaiz para concorrer ao Governo 1994?

RM - A história é a seguinte: o Vitor, quando candidato a Prefeito para ganhar a eleição, pelo exíguo espaço que era permitido pelo partido, o vice seria do PSB e o vice seria o Renato Soares, que é uma bela figura humana, mas o maior criador de caso que tem em política. Então o PSDB, que estava entrando também na composição do Vitor, utilizou o Perly Cipriano, que era da nossa corrente, para peitar o PSB, e começaram a conversar se o PSB não tinha outra solução e o PSB não tinha outro nome a não ser o Renato Soares. O Paulo Hartung muito esperto, que é até hoje, sabe mexer com essas coisas, então foi ao Perly e armaram e disse: se botarem o Rogério, o PSB não berra e nem nós berramos, por os dois puro sangue, eu me tornei o vice do Vitor por uma jogada idealizada por Paulo Hartung. Quer dizer, nem nós reclamamos e nem o PSB vai reclamar, porque eu tinha embates muito grandes dentro do partido, mas eu articulava muito bem para fora, então o Perly foi lá e lançou a minha candidatura com o aval do PSB e do outro. Então tinham definido que o candidato era do PSB, e o PSB já tinha indicado o Renato Soares que naquele momento todo mundo achava talentoso, inteligente, bom orador, mas um cara que era difícil estabelecer relações com ele, e eles tinham medo dele e não tinham medo de mim, porque eu era um cara que entrei no PT, fundei o PT e todas as vezes que eles queriam alguma coisa eu estava a disposição e eles sabiam que eu não tinha pretensões maiores, nem cargos, não me temiam. Então o pessoal do Paulo participou do Governo do Vitor, o pessoal do PSB participou do Governo do Vitor na Prefeitura e não houve compromisso nenhum entre eles. Então não houve apoio e nem acordo, o que houve em 1992 foi o seguinte: a idéia para fora do partido, quem não conhecia o partido direito, achava que eu era naturalmente o sucessor de Vitor, só que nós do PT sabíamos que nós não tínhamos voto, porque eram todas as correntes contra nós, eles eram maioria e eu tinha ainda o efeito muito degenerativo numa candidatura minha a Prefeitura de Vitória, eu dizia isso: companheiros eu não sou o nome ideal porque eu sou marcado por Dom Scandian,

a Igreja não gosta de mim e porque aconteceu o seguinte: na minha eleição para governador, os padres liam o manifesto da Igreja contra mim, Otaviano de Carvalho e Perly Cipriano. Eu era candidato a governador, Otaviano a deputado estadual e Perly a deputado federal, nós éramos desagregadores da família, comunistas e por aí foi. Então eu dizia: eu não posso ser candidato em Vitória com o Dom Scandian enchendo o saco! Quando eu não sou candidato e é o Coser, que naquele período era a figura que estava na oposição, por que Iriny era um quadro mais administrativo de dentro do partido. O grande opositor que realmente está aí que era O Coser, o Coser que fazia oposição ao Vitor. Aí o PT na convenção eu perco, o Coser ganha, o Paulo entra candidato, Luiz Buaiz vira candidato.

17) Qual foi a postura de Vitor Buaiz na convenção da prefeitura de vitória em 1992? Havia alguma perspectiva de o PT não lançar candidato a prefeito e apoiar Paulo Hartung em 1992?

RM – Ele cometeu uma série de erros nesse processo eleitoral. Primeiro: tinha como candidato uma pessoa que ele gostava muito, que era o Paulo Hartung; tinha o parente dele, que era o Luiz Buaiz; e tinha o Coser que era oposição dele. O Vitor avaliou mal. Ele e as cabeças pensantes do nosso grupo, achavam que o Vitor ia se desmoralizar se ele apoiasse o Coser, que passou quase quatro anos esculhambando ele, como e que você vai subir no palanque com o Coser? Porque a realidade aqui em Vitória é outra, o único adversário que você teve foi o Coser, agora você vai para o palanque dele? E o Vitor foi vencido por essa tese. O Vitor queria subir no palanque do Coser e o pessoal dizia: você não pode subir. O homem passou quatro anos te esculhambou, fez oposição é ele, a cidade não vai aceitar isso, a classe média não vai aceitar. Então o Vitor não subiu. Já na eleição, Vitor começou a ficar incomodado com o prestígio que demonstrou dentro do processo, o Luiz Buaiz, que embora fosse um parente querido dele era um homem de direita e usava Buaiz, Buaiz, Buaiz, o que acabava confundindo. As pesquisas diziam que ele estava lá em cima, Paulo Hartung lá embaixo só na frente do Coser. Então o Vitor começou a ficar incomodado com isso. Aí um belo dia, o Paulo aparece na casa dele, o Vitor chama a imprensa, faz um discurso contra o conservadorismo do Luiz Buaiz e o Paulo ganha a eleição e nenhum de nós pertenceu ao Governo do Paulo, nenhum, não houve ninguém quando o Paulo foi para a Prefeitura, não houve nenhum do PT no governo do Paulo na prefeitura. E o Paulo ficou com raiva também com essa historia porque, e ele foi para o palanque e para a televisão e apoiou também o Coser.

18) Considerando que o Coser saiu candidato a prefeito em 1992, por que o Senhor, Vitor e outros membros da Unidade na Luta não o assumiram como candidato do PT, observando a disciplina partidária?

RM – Eu assumi, eu dei declaração como vice-prefeito, eu apareci no programa dele, os outros não, eu apareci no programa do Coser. Você nunca se distancie do que eu lhe disse de como eu saio do partido, chego numa reunião do partido, depois chego e olho para dentro e vejo que tem quinhentas, seiscentas pessoas e eu vejo que duzentos eu comprimento e eles não me cumprimentam mais, esse era o PT. Hoje você historiador perguntar isso pra mim friamente de lealdade partidária, é complicado. Que a guerra era dentro do partido, o conflito era interno, todo mundo queria a hegemonia do partido, hoje o PT é um partido para fora do partido, graças a Deus. É um partido para fora, aprendeu a lidar com o poder, aprendeu a lidar. Eu encontrei o Lula uma vez no Rio de Janeiro, no Hotel Glória e eu falei para ele: Baiano, vocês estão fazendo aliança com todo mundo, quando Vitor fez com o PSDB, vocês quase mataram o Vitor (risos), eles não tinham noção de poder, acostumaram.

19) Na sua opinião, quais foram às motivações para o início da crise entre uma parte do PT e o Governador Vitor Buáiz, no contexto de uma política de coalizão? Seriam atitudes neoliberais semelhantes às implementadas pelo Governo Fernando Henrique Cardoso, tais com as privatizações do Banestes, privatização da Rodovia do Sol, o Programa de Demissões Voluntárias, etc.? Foi isso que motivou a origem da crise?

RM – O que motivou a crise do Governo? Primeiro a briga que você transportou para dentro do Governo as suas lutas intrapartidárias, assim começa o menino que está na CESAN a ter um desempenho ruim, aí começa a ter de substituir, quer dizer na hora que você coloca as pessoas nos cargos, não é uma coisa definitiva e as pessoas tinham como uma coisa definitiva. Então, essa é uma questão. Outra questão importante era a pressão dos sindicatos petistas. O Sindicato da área oficial fazer uma campanha pelos 25% de aumento, por que entrou o Real e eles estavam com a linguagem ainda no tempo da inflação, por que o PT não acreditava no Real, então isso mostra despolitização, na minha maneira de ver, desses dirigentes sindicais, porque eles conquistavam os sindicatos também prometendo melhorias salariais e não conquistavam pelo ângulo político nem pelo ângulo ideológico, então eles precisavam que o governo concedesse os 25% para que eles continuassem se reelegendo como estão até hoje, o pessoal do PT está se reelegendo até hoje. Então há esse problema com os sindicatos e aí

quando você meche com os sindicatos você meche com as correntes: a corrente da Brice, a corrente do Otaviano, a corrente do Coser. Então começou a ser uma panela fervendo. Tinha todo tipo de problema. Essa questão da coalizão: nunca houve coalizão. Por exemplo: há sempre o Paulo, de forma bastante sacana, que tenta colocar o Vitor numa relação com o Gratz, que o Vitor nunca recebeu o Gratz, nunca recebeu no governo, o Gratz. O Vitor nunca recebeu o Gratz e o controle do Vitor dentro da Prefeitura foi exatamente dos deputados [...], mas entregando para ele o poder no município dele, isso aí que o Vitor fez, por que eu que fui jornalista, conhecia política e cada deputado é uma cabeça e uma sentença. Se botar um para tomar conta, aí dizia o Vitor: mas eu já conversei com fulano. Então eu dizia: mas Vitor, conversa com esse cara também por que senão fica complicado. Então o Vitor nunca recebeu o Gratz. Eu, algumas vezes, falava quando o Gratz era o presidente da Assembléia. O Vitor é uma pessoa enfraquecida, a espinha do Vitor, mas nunca recebeu o Gratz no Governo uma única vez, o Vitor não recebeu o Gratz no Governo. Então, quando ele consegue alguma coisa na Assembléia é na negociação, mas não era fácil a negociação. Por exemplo: você negociava com o Juca Gama em Linhares, aí o cara lá de Cachoeiro de Itapimirim, que era deputado, não entrava, queria votar contra, era complicado. O outro dizia não me deram aquilo, era um horror! Não havia uma coalizão. Havia um clientelismo, eu dizia: ó Vitor, você só vai fazer alguma coisa se você topar esse clientelismo. E continuou. O Coser não domina a Câmara de Vitória? Não deu cargo de comissão para cada vereador? Então? Eles aprenderam. Essa é a lógica, eles aprenderam a fazer.

20) Como o José Carlos Gratz consegue se eleger para a Presidência da Assembléia Legislativa? Qual foi o arranjo que possibilitou a sua eleição para Presidente do Legislativo Estadual?

RM – Veja. Primeiro a maioria era conservadora. Você tinha quatro deputados do PT, tinha mais Max Filho, e o resto era tudo conservador. Então o Vitor condicionou que a negociação passasse comigo. E nesse campo nós começamos a construir essa relação clientelista com os caras. Eu chamava os caras, tentando tirar os caras do Gratz para formar uma chapa, que pudesse ter um candidato da chapa de oposição a eles, não de oposição nós, mas de oposição a eles. Nesse momento o PT, o Otaviano já estava na Assembléia. Aí esse menino Marcelino Fraga muito esperto chegando a eles e vieram propor o Marcelino Fraga como cabeça de chapa, como Presidente da Assembléia compondo a mesa com eles, eu achei ótimo! E o Max Filho ia, acho que o Lelo já era suplente e eu disse o seguinte para esses caras: eu posso botar

mais votos aí. Eles eram sete ou seis. Aí eu entrei em campo e fui fazendo a lista para dar os deputados para eles fazerem a chapa. Aí quando eu entrei, eles começaram a dar cotovelada no PMDB, a tirar o Marcelino, já queriam o Lelo, o Lelo já estava na Assembléia. Então eu achei que já tinha arrumado, mas deputado é deputado, voto secreto é voto secreto. Eu falei com eles assim: eu tenho onze, então são dezessete votos ou dezoito. E aí fomos discutir. Eles me questionaram: mas o que o Governo quer para dar os onze votos? Eles fizeram um núcleo, o PMDB e o Marcelino também dentro. Marcelino vinha atrás de mim para eu indicá-lo. Eu falei: não vou indicar ninguém da mesa, ninguém, porque o Vitor está me pedindo para evitar o Gratz, eu não vou botar o dedo do Governo, porque amanhã vão dizer que a visão do Governo, se metendo, acabou resultando no Gratz, então eu não vou entrar nisso, aí ele ficou meio bravo. Por mim eles poderiam colocar quem eles quisessem, o Max, o Lelo, quem eles quisessem. Então o PT: o que o Governo quer? Simplesmente que as mensagens que ele mandar para a Assembléia não sofram obstáculo e nem paralização onde não deve paralizar e quero dois regimes de urgência por mês, só isso que eu quero. Aí seu Otaviano de Carvalho, mais Seu Max Filho disseram: nós vamos ser oposição. Eu disse: como ser oposição, se eu é que estou dando os votos para vocês? Não aceitamos. Eu falei: Até não aceitar dar os dois regimes de urgência e na tramitação, agora o que a minha cabeça não concebe e que vocês estão dizendo que eu vou dar onze ou doze votos para vocês e vocês vão fazer oposição ao Governo, vocês vão destruir o Governo? Como é que é isso? O preço é muito baixo. Não, nós vamos ser oposição como sempre fomos, disse Seu Otaviano de Carvalho e Seu Max Filho. Então eu falei: acabou a reunião. Aí eu falei para o Vitor: complicou! Por que o Gratz tinha esse povo todo na mão e eu estava tirando gente do Gratz. Assim o Gratz virou Presidente da Assembléia, por intransigência da esquerda capixaba. Você veja que loucura. Eu falei: agora o importante não é nem as duas e nem a tramitação normal dos projetos, mas a mesa diretora vai ser oposição ao Governo? É, a mesa diretora vai ser oposição ao governo. Imagina?!

21) Qual foi o papel do Diretório Nacional do PT, numa tentativa da conciliação?

RM - Ela sempre foi mal aqui. Por exemplo: quando o Lula soube que eu não tinha condição de ganhar a eleição e ser escolhido no Encontro do PT, que lá não é Convenção, é Encontro, o Lula mandou o José Dirceu, que estava saindo da extrema esquerda para a corrente do Lula. Veio aqui para dar o recado do Lula que queria que eu fosse candidato passou para o lado deles, aí complicou para o meu lado. E depois quando foi dessa pressão para o Vitor dar os 25% de aumento, que foi o grande erro do Governo do Vitor, eles levaram o Vitor lá para

Brasília e estava sendo estabelecido o Real, depois foram para São Paulo e aí fizeram uma reunião dizendo que o Vitor não entrasse nessa do Real que o Real era um engodo, que o Real era sacanagem, não sei o que e o Vitor ficou lá dois ou três dias, o pessoal daqui, eu também fiquei, e aí veio o Senador Mercadante, como grande economista que diz que é e essa posição não haveria nada, que a inflação ia continuar. Quando o Vitor entrou no avião eu disse: você não entra nessa! Enfim, todas as intervenções desse povo foram ruins. No meio disso há uma pior ainda: seis meses no governo teve uma manifestação contra a encampação da vale do Rio Doce e o partido exigiu que o Vitor fosse ao comício falar e o Vitor foi. A partir desse momento, o Vitor tinha o Fernando Henrique contra ele, o Presidente da República, enfim, foram uma série de erros que prejudicaram o conjunto do Governo.

22) Como o Senhor interpreta as articulações que possibilitaram a eleição de João Carlos Coser para prefeito de Vitória numa circunstância em que o PT já elegeu o Presidente da República? Qual relação entre a vitória de Coser e conjuntura marcada pela presença do PT no governo federal?

RM – O Coser se elegeu nas costas do Vitor. Eles vieram me buscar aqui a dezesseis dias para o fim do primeiro turno e me entregaram a campanha do Coser que estava em terceiro lugar e eu fui lá para dentro do comitê da Beth, mudei o programa. Até então eu tinha coordenado todas as campanhas do PT. “Rogério, você que sabe fazer campanha do PT”. Eu disse é muito fácil: eu comecei a preparar programas que tinha seguinte direção: Lei Rubem Braga - Governo do PT; Lei Jaime Navarro de Carvalho, esporte - Governo do PT, etc. Então criei essa figura de que em quatro anos do Governo do PT foram mais positivos que doze anos de governos tucanos, o Paulo quando foi pra lá ele era tucano. Aí eles enlouqueceram. Então o Coser faz essa subida mostrando que o PT tinha mais capacidade de administrar que eles. Fui eu quem fiz os programas. Fiz não, eu que dei as idéias dos programas.

23) O Senhor percebe que houve alguma contribuição do Governador Paulo Hartung para a eleição do Coser, considerando que o Governador Paulo Hartung já havia estabelecido desde o início do primeiro mandato, um bom relacionamento com o Governo Lula (adiantamento do dinheiro do petróleo, etc.)? Diante disso, o Senhor entende que houve uma ajuda de Hartung a Coser?

RM – O Hartung ajudou desde o início. Agora, porque ele ficou em terceiro lugar até dezesseis dias antes da eleição? Por que ele ficou em terceiro lugar, me explica? O Coser me entrega os programas e eu mudo os programas, mostrando que o PT tinha mais capacidade de gestão da Prefeitura, através da administração do Vitor, você vê que eu não toquei no nome do Vitor, mas na gestão do PT, aí o Coser vai lá em cima e quem decide a eleição no segundo turno é Nilton Baiano que eu falei para ele. Que acabou a eleição no primeiro turno. Então quando chega no segundo turno eu disse, eu orientei ele o seguinte: o Nilton Baiano foi muito forte e o Nilton caiu porque não tinha discurso, o apoio dele era o pessoal era o da Jane Mery, aí eu falei, põe Nilton Baiano na rua por que ele está forte eleitoralmente ele vai pedir como candidato ou ele vai pedir votos para o Coser, deixa o Coser pedir os votos dele é mais um que vai pedir votos para o Coser, e saí. No segundo turno eu não estava mais.

24) Para o Senhor, cabe a expressão: “Nós estávamos no caminho certo?”

RM - Vou te responder dizendo o seguinte: enquanto for história eu falei, isso não é mais história, é opinião e eu não quero dar, não quero dar essa opinião. Não vale a pena, enquanto você quiser história nós vamos andando, mas eu não quero dar opinião se o PT está certo ou errado. Até porque eu não estou convencido disso. Eu não sou como prostituta, o cara que deplorou a prostituta e ela continua gostando dele, eu continuo votando sempre no PT, apesar de que na minha idade não sou mais obrigado.

25) O Senhor considera que o PT errou em não construir uma coalizão centro-esquerda mais consistente, tendo em vista o conjunto das relações possíveis existentes no anos 1988/1989?

RM – Olha. Veja o seguinte: vamos colocar os pés no chão. Nenhum prefeito tem êxito se não contar com a Câmara, nenhum governador tem êxito se não contar com a Assembléia; nenhum presidente tem êxito se não contar com o Congresso Nacional, essa é a realidade dessa democracia que foi feita para as elites dominarem. Então, o regime é parlamentarista, não de direito, mas de fato. Você lê o Lula comprando isso, comprando beltrano, comprando ciclano. O Coser levou a Câmara toda, o Paulo levou a Assembléia, só não levou as cadeiras da Assembléia, mas levou a Assembléia toda, porque o regime é parlamentarista e o PT não está sabendo lidar com isso.

BRICE BRAGATTO - servidora pública federal, ex-deputada estadual por três mandatos e uma das principais lideranças do PT durante vários anos.

ENTREVISTA REALIZADA NA SEDE DO INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA (INCRA), EM 29/04/2008.

1) Qual foi a sua inserção nos movimentos sociais (seja CEB's, sindicato, movimento estudantil, etc.) e a sua participação na formação do PT?

Brice Bragatto (BB) – Eu me encontrei com o movimento social na Universidade Federal, quando ingressei em 1975 no curso de serviço social, em um momento em um período de reorganização do movimento estudantil, no debate da Universidade, da abertura política, das liberdades democráticas, das reorganizações dos centros acadêmicos. Me deparei também com o pessoal da Igreja. Então a gente tinha um grupo de universitários cristãos que formávamos a Pastoral Universitária, militávamos dentro da Universidade. Quando eu fui estagiar, em 77, em Chácara Parreiral no Município da Serra, pelo Inocoopes, com um grupo de crianças, tinha também um trabalho de assistentes sociais ligados ao centro comunitário, eu conheci a agente pastoral Ângela Bueno e a CEB local, de Chácara Parreiral. A partir daí, fui convidada a integrar a equipe de apoio aos movimentos, a equipe de agentes pastorais de Serra e Carapina. Então me integrei às Comunidades Eclesiais de Base da Serra. Havia também os grupos de Pastoral Operária, principalmente de metalúrgicos e da construção civil, havia grupos de moradia. Além disso, começaram a surgir dentro das CEB's as comissões de moradores que deram origem às associações de moradores. Então, da experiência de CEB's, o PT surgiu nesse período. A partir dessa ligação com a equipe de agentes de pastorais, a equipe da arquidiocesana, eu entrei no PT. Depois das associações, a gente foi assessora, de uma equipe de apoio que ajudou a formar a Federação das Associações de Moradores, depois eu mudei para Serra, fui Presidente da Associação de André Carloni, coordenadora geral da Federação e candidata a vereadora. Já estou em 88. Embora eu já tenha sido candidata a vereadora em 82, na primeira eleição do PT também pela Serra, com o domicílio eleitoral lá, eu tinha vindo para Vitória, eu tinha acabado de casar. A formação do PT foi muito imbricado com o movimento popular da Serra, e eu era a pessoa responsável pela organização, não só pela parte política, mas nós tínhamos que organizar o PT em 11 municípios no Espírito Santo, a Serra estava na meta e toda a Grande-Vitória. Nós tínhamos que filiar na época 140 pessoas, e nós filiamos 240, eu era a pessoa responsável pela burocracia, minha ficha foi a ficha nº 5,

datada de 20 de março de 1981 e a gente fazia a legalização na Serra Sede, eu que levava de moto, só tínhamos esse transporte, chovia, a gente colocava dentro do saco plástico e a gente era muito respeitada, por que como a gente tinha medo de não conseguir legalizar, por que a lei era muito severa e não tinha muito interesse na legalização do PT, a gente se preparava muito bem, o partido preparava muito a gente, então a gente argumentava com os representantes do cartório em pé de igualdade, então a gente era até muito admirada. Até hoje eles me encontram, eles fala – “eu lembro quando a senhora ia lá e tal...”

2) A senhora concorda que a etapa de nucleações de base contribuiu para demarcar as diferenças ideológicas dentro do partido? A senhora considera que os núcleos foram significativos para a formação político-partidária e ideológica do partido?

BB - Naquele momento não existia nenhum partido vindo de base. Estávamos num período recém saído da Ditadura Militar e tudo era muito pela base. A Igreja teve um papel muito forte na formação do PT, e o trabalho da Igreja era muito de base e a construção dos núcleos aconteciam muito junto com essa construção de base da Igreja, então era muito importante. A gente, na verdade, discutia o partido quase com as mesmas pessoas que atuavam nas comunidades, até mais selecionadas, por que o princípio de estar na comunidade era mais religioso. Mas a gente selecionava as que tinham um pouco mais de destaque e nesses pequenos núcleos eram espaços de muito esclarecimento, muito conhecimento, era uma coisa muito pedagógica e essencial naquele momento que se pretendia organizar o Partido dos Trabalhadores absolutamente diferente do que tinha sido até então.

3) A senhora se lembra a partir de quando os núcleos de base passaram a perder a relevância dentro do partido?

BB – Eu acho que todo processo, tudo que perdeu o fôlego do que tinha de mais original, de mais fundamental do ponto de vista político, ideológico, organizativo, pedagógico no PT, na minha opinião, foi a partir do final da primeira década, a partir da segunda década, por que para dar um salto, eu me lembro, eu sempre participei muito dos Encontros Nacionais do PT, o primeiro que eu participei foi o II Encontro no Sedes Sapientiae, em São Paulo, que foi o Encontro que organizou a legalização. Inclusive, o meu título de eleitor contou para legalizar o PT no Tribunal Superior Eleitoral a partir daquele Encontro, eu fui como delegada do Espírito Santo. Dando um salto lá para o I Congresso em São Bernardo do Campo em 1991,

eu também estava presente. Esse Congresso foi um divisor de águas. Nesse Congresso que começaram a aparecer as teses de renúncia dos princípios fundantes do PT. Claro que teve muito debate, mas o que mais me vem à memória, que acho que é simbólico da virada que o PT começava a dar, foi o embate em que tinha a tese que defendia o direito de auto defesa dos trabalhadores, ou seja, na hora da guerra você pode se armar para se defender e o Genuíno fazia a defesa da retirada daquele texto do documento original. Isso para mim, é muito simbólico. Quando eu penso na virada, sempre me vem à mente dos episódios desse Congresso. Então foi a partir daí que o PT foi perdendo o vigor, e os núcleos, com essa perda de vigor, também foram sendo abandonados.

4) Então para a Senhora, o I Congresso significou o momento em que o PT adere à institucionalidade democrática vigente?

BB – Não é necessariamente no I Congresso. A legalização do PT foi no dia 1º de dezembro de 1981. Nós estamos em 1991. Nesses dez anos, na 1º década, o que foi o VII Encontro? Foi aquele que legalizou a existência das tendências. Acho que em 1987, esses momentos foram momentos riquíssimos, a própria esquerda, e eu faço parte de um grupo de esquerda desde antes da existência do PT, a esquerda nesse período, nos primeiros dez anos da existência do PT, no caso o nosso grupo, que era o MEP, depois virou MCR, depois virou Força Socialista, uma tendência interna ao PT, nós deixamos de ser uma organização para ser uma tendência em função do que o PT cumpria, naquele momento, todas as tarefas que os revolucionários, que antes se organizavam em pequenas organizações de vanguarda, tentavam cumprir. Então foi um momento auge do PT, de enraizamento, de radicalidade, de rigor nas filiações, de democracia interna, de pluralidade, de, digamos assim, critério na formação das alianças políticas, tanto que a primeira eleição, a primeira candidatura do Lula (1989), não existiu outra como aquela, não foi uma disputa só eleitoral, foi um momento de extrema agitação, propaganda, embate político-ideológico. Uma das coisas que mais fizeram bem a toda história do PT foi a disputa com o Collor. Nós saímos daquele segundo turno muito fortalecidos. A experiência da eleição, nós fizemos a campanha do Lula na Serra em 1989 no primeiro e no segundo turno bairro a bairro, rua a rua, parecia campanha de vereador, que contagiou. Não tínhamos nada, tínhamos uma Brasília velha do Tarcísio Vargas. Com aquilo nós rodamos aquele troço tudo com a bandeirinha na mão, então foram momentos vigorantes do PT, de entusiasmo, de alegria, de muito contagiosos para toda a militância.

5) Na sua visão, quais foram às tendências que mais prosperaram no processo de nucleação e filiações partidárias?

BB – No PT, salvo melhor juízo, quem era maioria na fundação do PT é maioria até hoje. Claro que houve diversos reagrupamentos, diluições, fusões, não é? Mas quem tinha mais garrafinha no início do PT, continua tendo mais garrafinha hoje, não só em nível estadual como em nível nacional. A correlação de forças do PT teve variações, mas ela nunca deu uma virada, quem era minoria virou maioria. Aqui no estado deu uma virada quando o Vitor saiu em maio de 97, quando nós fizemos um Encontro em que a Iriny ganhou para Presidente por dois votos do Perly e a chapa parece que ganhou por quatro votos. Teve uma viradinha, mas diferença pouca. Então ficou meio a meio, uma viradinha do ponto de vista numérico, do ponto de vista político, simbólico demais para aquele contexto de embate político que você já deve ter pesquisado. Mas então, no início do PT, tínhamos o grupo que unia os sindicalistas, puxado por Lula no país inteiro, na verdade, e o grande grupo que se organizou naquele início foi o Grupo dos 113, que era a corrente majoritária, onde estavam as duas Articulações e de onde depois saiu a Articulação de esquerda, do B, que depois virou de esquerda e que hoje o outro grupo ficou como Unidade na Luta e tal. No campo da esquerda, eram muitos pequenos grupos no nosso caso mesmo três grupos se fundiram o MCR foi originário do MEP, da Ala Vermelha e da (...), mas sempre teve muito alinhamento. Então teve diversos campos de atuação na esquerda que eu me lembro até do I Congresso, na Luta PT, depois do I Congresso. Nesse período do Vitor, tinha um campo de esquerda no Diretório Nacional, com toda a esquerda, menos a hoje *Unidade na Luta* e o Grupo do genuíno e do tarso Genro, que não era a *Unidade na Luta*, era a *Opção Radical*. Eles tinham um outro campo.

6) Qual a sua opinião acerca do centralismo democrático?

BB – Eu sou originária de um período de militância em que o centralismo democrático prevalecia dentro da organização clandestina e depois conspirativa, na medida em que foram ocorrendo as liberdades políticas. Eu acho que o centralismo democrático não deve ser de todo negado. Por exemplo: num período de ditadura, num período de repressão, é uma forma de sobrevivência dos comunistas organizados em corrente: Rússia 1901, etc. A história mostra que há tempos em que é necessário o centralismo democrático, mas acho que pra partidos de massa em período de abertura política acaba virando uma coisa burocrática. Acho que é melhor a pluralidade, o debate público, a opção pelas posições majoritárias como forma

unitária de intervenção do partido, sem prejuízo e que as pessoas possam, as correntes, os grupos independentes ou organizados, expressar suas diferenças. Eu acho que no Brasil, nesse momento, não cabe centralismo democrático para nenhuma corrente.

7) *Qual a sua avaliação acerca da atuação do deputado constituinte Vitor Buaiz, em relação as proposições de base do PT?*

BB – Eu não me lembro muito assim do acompanhamento do mandato parlamentar do Vitor. Sinceramente, não me lembro. Lembro da campanha, a gente nem apoiou o Vitor, a gente apoiou o Aloísio Krohling. Me lembro que ele só ficou dois anos, porque a Lourdinha foi a sucessora dele. Sinceramente, se você me perguntasse um fato específico, talvez eu me lembrasse, mas eu não me lembro de votações, de críticas, de debate no interior do PT.

8) *Qual foi a posição da Senhora quanto à escolha do candidato Vitor para a Prefeitura de Vitória? Qual a sua avaliação acerca da gestão municipal do Prefeito Vitor Buaiz (1989/1992)?*

BB – O nosso grupo na prévia apoiou o Vitor, mas muito mais por uma influência transitória de alguns militantes que tinham muito peso dentro do MCR na época, como o Robson Neves e o Jesus Migueis e muito menos pelo que seria esperado do nosso grupo na sua performance no campo da esquerda do PT. Só que, exatamente após a vitória do João Coser na prévia, nós abraçamos a campanha do João Coser com toda a disciplina e responsabilidade, acatando a decisão majoritária. Então nossa posição foi pela posição do candidato derrotado nessa prévia. Você ta falando de 1988? Ah! Você está falando de 1988? Eu nem me lembro, quem disputou essa prévia com o Vitor.

9) *Essa pergunta foi feita no sentido de saber acerca de qual era o tamanho do Vitor dentro do partido?*

BB - Há sim, eu acho que ele tinha o peso de ter sido o deputado federal eleito, ele tinha o peso do sindicalismo, do Sindicato dos Médicos, ele tinha uma extrema respeitabilidade social com o nome construído do PT. Porque é muito interessante lembrar que sempre houve muito debate, muita diferença interna no PT. Desde os primeiros encontros, das primeiras reuniões. Mas o primeiro período do PT, seus primeiros dez quinze anos são marcados por um extremo

compromisso, por uma extrema disciplina, então por mais que você soubesse que o Vitor poderia não ser aquele prefeito desejado, mas se era bom para o partido, era o nome que podia vencer, ia para o embate contra a direita, a gente caía em campo e se arrebatava para fazer campanha, e isso se repetiu. Como Prefeito, acho que houve marcas importantes no ponto de vista da saúde, da educação. Foram implantados elementos do *Modo Petista de Governar* importantes na Cidade de Vitória, até na questão ambiental, e eu acho que estourou muita coisa, muito mais pela falta de habilidade no trato com as minorias partidárias. O pivô da crise no Governo Vitor foi quando ele exonerou a Secretaria de Educação Terezinha Cravo que estava de licença maternidade ou de férias, não me lembro, e quando voltou era o Odete Veiga. Isso rachou a Prefeitura, o PT todo, as correntes, rachou os 113, a Articulação do B nasceu dessa ruptura, o nosso grupo, que era a Força Socialista, saiu da administração a partir desse episódio. Nós tínhamos três secretários: o Silvio, na época era da nossa corrente, o Jesus Migueis e tinha um terceiro que eu não me lembro, todos saíram a partir do episódio.

10) A Senhora tem conhecimento se havia qualquer tipo e preferência e compromisso entre o Prefeito Vitor Buaiz e o grupo de Paulo Hartung? Existia alguma aliança de longo prazo entre esses dois agrupamentos?

BB – Eu não me lembro bem durante a gestão, mas a eleição seguinte em Vitória mostrou claramente a aliança que existia. Provavelmente ela era mais implícita e ela foi escancarada quando o Vitor declarou de alguma forma, que eu não lembro como, o apoio a Paulo Hartung, que disputava com o candidato do PT que era o João Coser, que tinha ganho a prévia do candidato dele que era o Rogério Medeiros. Então eu acho que o Vitor mostrou tudo que ele havia deixado de mostrar antes, do ponto de vista dos problemas que foram sendo causados no PT posteriormente. Em 1992 o PT viveu uma situação vergonhosa, esdrúxula, trágica do ponto de vista eleitoral. As eleições da Grande Vitória foram todas fechadas dentro da residência oficial do Governador Albuíno Azeredo. Lá foram montadas quatro salas da Grande Vitória, cada uma de um município, e lá estavam todos os partidos: PDT, PSB, PT, PTB, PPS, tudo que tinha, e o Albuíno gerenciando as alianças em cada município. A única liderança que poderia fazer frente ao Albuíno era o Prefeito da Capital. Vitor se omitiu absolutamente e o PT ficou refém daquele Governador, Gilbertinho Álvares apelidou a operação de operação URUTU, o trem vem e vai passar em cima do que tiver na frente não se pode esquecer porque foi URUTU. Eu me lembro que nós saímos da residência oficial no último dia de registro as quinze para as seis da tarde, o cartório fecharia às seis, com o

Albuíno batendo o martelo que na Serra sairia candidata a Penha Feu Rosa do PTB, onde deveria estar o PDT, o PT e o PSB. Não existia celular e de lá até no cartório, nós fomos arrastando tudo que tinha pelo caminho e depois de muito tempo dentro do cartório, tinha gente de plantão em cada ponto em cada estação. No final o Vidigal saiu candidato a Prefeito, a Penha saiu candidata a Prefeita e eu sai candidata a Prefeita com o PSB e Deividson na vice. Então todas as alianças ficaram esfaçalhadas, a omissão de Vitor foi irreparável.

11) E em relação ao posicionamento de oposição do grupo de João Coser em relação ao Prefeito Vitor, qual a opinião da Senhora?

BB – Depois que o caldo entornou, com essa demissão da Terezinha, a esquerda capixaba se uniu toda então tudo que você atribuía ao grupo de João Coser e oposição ao Vitor, você pode atribuir também ao nosso grupo, porque a esquerda formou um bloco, e foram feitas muitas tentativas de gestão, de reconciliação, tinha uma comissão de ética que perdurou até o período em que Vitor foi virar candidato a governador, uma comissão de ética em Vitória. Em Vitória tinha fórum, e não havia acordo no encaminhamento. No começo estava todo mundo em torno do Vitor, tanto que o Governo dele acabou com o Robson Neves líder, e Robson era do nosso grupo, da esquerda, inclusive. Mas houve mais alinhamento com ele, o Robson foi se afastando da gente. O Namy, ao se tornar líder do Governo, foi uma opção dele, para não colocar nenhum do PT. Era quem? Era o Otaviano, o Robson e era Gilsa, não tinha ninguém do grupo dele, então ele optou por um de fora do PT em detrimento de um petista por causa da radicalidade mesmo.

12) Na convenção de 1994, considera-se que Vitor Buaiz era um candidato natural ao governo do Estado. É correto essa idéia? Havia outro candidato? Por que Vitor Buaiz era o candidato natural?

BB – Não posso dar essa informação, não tenho certeza.

13) A Senhora já tinha, de antemão, impressão de que o Cabo Camata poderia chegar ao segundo turno, ou foi uma surpresa?

BB - Não. Eu era Deputada junto com o Cabo Camata. Cabo Camata era um *Zé Ninguém*, um mané, um maluco, ninguém podia imaginar que Cabo Camata fizesse esse estrago que fez. O

Cabo Camata foi uma ameaça efetiva para o PT e para Vitor Buaiz. O Vitor tava nadando de braçada, estava nos braços do povo, o PT engoliu, digamos assim, deglutiou tudo que tinha de pendências lá da Prefeitura de Vitória e nos unificamos, fomos para campanha, a esquerda do PT não tinha muita confiança no Vitor, tinha muito medo de tudo que ele falava. Eu me lembro de um comício que a gente estava em Ibatiba, em um local aberto, e Vitor falando e fazendo as suas promessas de campanha e a gente olhava um para o outro, eu, Iriny, Magno, a gente olhava: “meu Deus, será que isso vai acontecer?” A gente meio que entre os dentes, mas isso tudo muito internamente, publicamente nós fomos para o pau nessa campanha. Quando o Cabo foi para o segundo turno com aquela gurugumba, foi um desespero, eu me lembro que foi montada uma operação de emergência e todo mundo entrou de socorro. Então, gente que nunca tinha tido voz para dirigir a campanha, porque o núcleo majoritário centralizava tudo, teve acesso, dividiu tarefa, criamos diversas brigadas, eu tinha acabado de ser reeleita deputada, tinham sido eleitos cinco deputados. Quatro. O Otaviano era suplente e nós fizemos diversas caravanas. Hélio Gualberto tinha saído com uma grande votação como Senador, nós fizemos diversas caravanas sem Vitor, eu ia para um lado, Baiôco para o outro, Iriny para o outro, para bater os quatro cantos desse Estado, dois comícios por noite, eu largava menino, estava sem empregada, que sumiu, carro bateu o motor e nós fomos igual a um trator para eleger Vitor Buaiz. Foi muito difícil. Teve que entrar o socorro da Igreja, dos direitos humanos, Beth Gorda apelou, botou um cristão sendo queimado em cima de pneus para caracterizar atrocidades que o Cabo Camata cometeria, nós passamos muito aperto, Cabo Camata foi um fenômeno nas nossas vidas, foi um tormento.

14) Considerando a disputa no segundo turno entre Vitor Buaiz e Cabo Camata, qual foi a sua análise, naquele momento, quanto a visita do candidato Vitor ao então Presidente eleito Fernando Henrique Cardoso? A senhora sabia da visita? A senhora concordava com ela?

BB – Nós engolimos tudo o que foi feito naquela campanha. Quando Vitor foi visitar Fernando Henrique pelas mãos de Paulo Hartung, Rose de Freitas, Lelo Coimbra, Motta e outros, a visita que ocorreu no dia em que teve um comício a noite em Baixo Guandu e outro em Colatina. Nós estávamos dentro de um quarto de hospital de Baixo Guandu, eu, Vitor, Rose, Motta, Paulo Hartung, o médico Villaça, candidato a Prefeito, esperando o Jornal Nacional para ver o que tinha dado a ida deles. Eles tinham ido de vôo fretado e tinham chegado para o comício e para a ver o Jornal Nacional. Quando o Fernando Henrique falou

assim: “o que é bom para o Espírito Santo, é bom pro Brasil”, as pessoas entraram em polvorosa e a gente estava ali engolindo aquilo seco, porque era um estupro da militância do PT, era um profundo mal, digamos que ele tivesse sido necessário. Para você ver até aonde o Cabo Camata nos levou. Mas eu me lembro perfeitamente desse dia, do local, da reação das pessoas e aí a Rose falou: “Ele fez o que combinou”. Eles tinham tido a conversa com ele naquele dia.

15) Então, na opinião da Senhora, aquela visita foi fundamental para a vitória do Vitor?

BB – Tudo o que foi feito foi fundamental porque o Vitor ia perder aquela eleição. Aquela eleição tava praticamente perdida, aí ela entrou num grau de apelação, se apelou por coisas que não eram aceitáveis nas correntes do PT, pelo PT.

16) Quais foram as condicionantes do PSDB para a realização da visita de Vitor Buaiç a Fernando Henrique Cardoso?

BB – Vitor jamais iria falar isso pra esquerda do PT, mas provavelmente acordos envolvendo Paulo Hartung.

17) Entre o primeiro e segundo turno de 1994, qual foi o posicionamento do Senador Gerson Camata em relação a candidatura Vitor Buaiç?

BB – Eu não sei se foi nessa eleição. Mas teve uma eleição em que a Rita apoiou um e o Gerson apoiou outro, eu não me lembro se foi nessa, pode ser que tenha sido. Eu não me lembro desse detalhe, mas houve alguma coisa fantasmagórica envolvendo o Gerson Camata.

18) Na composição do secretariado do Governo Vitor, qual a sua análise quanto a participação do PT e de outros partidos na coalizão?

BB – Esse parto foi terrível, porque teve a experiência de vitória, ele socializou muito mais a administração, mas aí repetindo um pouco a lógica que passou a predominar, do rolo compressor da maioria sobre a minoria. A esquerda ficou pouco representada no Governo do Vitor. Foi o Otaviano, o nosso ganhou simplesmente a sub de Perly na Assistência dos Direitos Humanos e o Magno ficou com a Secretaria de Planejamento. O Otaviano ficou com

a Comunicação, o Rogério na Casa Civil depois ele foi para a Fazenda, o Robson foi para Casa Civil e depois ele foi para Fazenda. O Ricardo Santos foi para Fazenda, que era um cara do PSDB, sempre foi. Quem mais? Eu não me lembro muito dessa composição, eu me lembro muito mais da questão interna, da insatisfação da esquerda com a baixa presença. Mas eu me lembro muito bem, se te interessa, foi da primeira eleição da Assembléia Legislativa, da mesa da Assembléia, com o Vitor no Governo. Nós éramos todos governistas, até ali ninguém do PT tinha rachado em uma palavra com o Vitor. Fomos chamados na Casa Civil, por Rogério Medeiros, que falou que queria eleger o Ricardo Ferraço. Nós perguntamos como que faria para eleger e ele falou que contaria com o apoio do Gratz e do Madureira. E eu perguntei: Mas Rogério, qual é o ônus que o PT tem que pagar? E ele respondeu: eles não querem nada, o Gratz só exige que não se mexa com o *Bicho*. O acordo que o Vitor e o Rogério fizeram com o José Carlos Gratz para eleger o Ricardo Ferraço, foi de não mexer com o *Jogo do Bicho*, deixar ele fazer contravenção a vontade. Era o preço, o nível de concessão que o Governo Vitor fez no primeiro dia de governo, porque quando o Ricardo foi eleito, o Vitor estava empossado a um mês empossado.

19) *Então as tendências mais a esquerda do PT não foram devidamente contempladas pelo Governo?*

BB – Não.

20) *Nesse momento em que o PT elegia os seus primeiros governadores, a Senhora não acha que deveria ocorrer um esforço conciliatório dentro do partido em prol da experiência de governo estadual?*

BB – Eu não sei se vou conseguir lembrar, mas o esforço de conciliar com o governador foi feito. O esforço foi tão grande, nós conversamos tanto, nós tentamos, nós apresentamos tanta contra-proposta, nós montamos grupos de estudo para discutir as finanças, para apresentar uma proposta alternativa, para você ter uma idéia, o assessor de finanças do PT na época, era o Audifax, um extraordinário técnico na área de finanças, um profundo conhecedor dessa questão da gestão financeira, da administração financeira. Nós fizemos inúmeras propostas no sentido de mexer com os interesses mais poderosos para não ter que mexer com o direito dos pequenos. O Vitor fez a escolha dele desde o primeiro dia de governo. Eu me lembro, por exemplo, que em maio do primeiro ano, eles mandaram um projeto de lei para vender no

mercado 5% das ações da Escelsa, que o Albuíno tinha reservado para os empregados da Escelsa. O Vitor vendeu 5%. Nós estávamos com uma executiva partidária pendente para ser recomposta por uns três meses, por falta de acordo e eles compuseram a executiva numa noite e votaram a favor do projeto do Vitor. Então, a bancada era composta por quatro deputados, três do campo de esquerda e um era o Juca Alves ligado a Vitor e eles queriam impor, através da executiva do PT, que os deputados votassem o que o Governo fizesse. Eles fundiram o PT e o governo, igualzinho o Lula fez. Se o Governo era de coalizão, o nosso entendimento era de que o papel do PT era disputar o governo pela esquerda, até para fazer um equilíbrio na coalizão. Ele, desde o primeiro momento, impôs ao PT aquilo que a coalizão suportou fazer, aquilo ali não tinha como acabar diferente. Foram inúmeras gestões, o processo foi debatido no Diretório Nacional cinquenta vezes. Eu e aquele outro da Bahia que eu esqueci o nome dele, esqueci, o Zé Dirceu, o Genuíno, todos baixaram no Espírito Santo, Vitor foi lá, a bancada ia, eu, a Iriny e o Perly éramos os três representantes no Diretório Nacional. A resolução que tirou o Vitor do PT foi escrita por Tarso Genro, se você quer saber, que foi no embate de maio de 1997. Tarso Genro escreveu uma resolução porque chegou a conclusão, hoje ele não escreveria porque Lula faz dez vezes do que Vitor fez na época, mas chegou a conclusão que em grande medida nós tínhamos razão. Quando nós questionamos, por exemplo, porque indica um Gilson Gomes, um cara da Le Coque para ser Secretário de Segurança, a resolução foi escrita. Então o Vitor fez besteira demais, ele perdeu uma oportunidade de ter governado pela esquerda com o nosso grupo e de ter enfrentado o grupo do Gratz, ele botou munição naquele grupo.

21) Por ocasião da convenção municipal para a escolha de candidatos e em relação a campanha das eleições para prefeito de 1996, qual o seu comentário relativamente a postura do então governador Vitor Buaiç?

BB – Ele desapareceu, se omitiu, deixou o PT sozinho. Eu, por exemplo, em 1996, não fui candidata, então tive que apoiar candidatos em 35 municípios. Quem deu algum apoio aos candidatos do PT, vereadores, prefeitos, foram os deputados, a bancada de deputados com muito esforço. O João Coser era deputado federal, eleito em 94 e reeleito em 98. Era o João Coser federal, e eu e Otaviano, Vereza, ou melhor, o Otaviano assumiu depois e o Baiôco. Nós que corremos o Estado e demos algum apoio. O Vitor se omitiu, não ajudou em nada.

22) *Então a Senhora afirma que o Governador Vitor, por todas essas questões, fracassou na tentativa de construir uma boa base de apoio na Assembléia?*

BB – Eles seguiram a lógica mais fácil, se aliaram com os piores e te digo mais: quando chegou em 97, em janeiro de 1997, foi eleger a segunda mesa da gestão do Vitor. Eles tinham três grupos na Assembléia: um grupo independente, éramos em 9 deputados, que é onde estava o Lelo, o Max Filho e os três do PT. Eram três grupos: o grupo do Gratz; tinha o grupo do Governador, liderado por Enivaldo dos Anjos; e tinha o grupo da oposição. Nós procuramos o Governo e falamos: Vamos derrotar o Gratz, o candidato pode ser de vocês, nós votamos. Vamos derrotar o Gratz, nós queremos fazer uma composição, uma aliança de gestão da Assembléia, queremos isolar o grupo do Gratz. Eles tinham opção de eleger um do núcleo de governo e isolar o grupo do Gratz. Eles elegeram o Marcos Madureira, ou foi o Gratz? Eles elegeram o Gratz, o Vitor elegeu o Gratz, ele escolheu eleger o Gratz, porque nessas alturas os rabos já estavam suficientemente presos. Eu acho que ele só não fez a escolha que nós propusemos por que ele já tinha conta de mais com essa gente e não tinha como se livrar.

23) *Em relação às duas grandes tendências do partido, a Senhora tendia a se aproximar de qual delas?*

BB – Durante a experiência do PT, a gente se aliou com o grupo do Coser. Só não nos aliamos na prévia entre Coser e Rogério e eu já expliquei porque. Eu acho que aquilo ali foi meio que um desvio de rota do nosso grupo, não era muito natural, mas houve uma votação interna e ele ganhou essa posição. Mas a gente se aliou sempre. Sustentamos as candidaturas de Otaviano para Prefeito, de Iriny para Prefeito, apoiamos internamente as chapas quando Iriny foi candidata. No Município da Serra nós fizemos alianças, em Vitória, a gente sempre trabalhou muito no chamado campo de esquerda junto com o grupo da Iriny e do Coser.

24) *Qual a comparação entre o Prefeito Coser e o Prefeito Vitor em termos de posição política?*

BB – Em termos de aliança, de coalizão, dessa lógica de governar com todo mundo, de acomodar todos, de dividir cargo com todo mundo, não peitar a direita, são absolutamente iguais. O que tem de diferente é que a gestão de nível local, a marca, o carimbo neoliberal na

gestão local, é muito mais dissimulado e na gestão estadual e nacional, é muito escancarado. Por exemplo: o Vitor veio implementando um projeto neoliberal no governo do Estado quando ele votou no dia 7 de outubro de 1996, segunda-feira, numa sessão extraordinária, às cinco horas da tarde na Assembléia, no dia seguinte que tinha encerrado a apuração das eleições no estado do Espírito Santo, o projeto de desestatização do Espírito Santo, que é o que autorizava a privatização a concessão da Rodovia do Sol, a privatização da CESAN e outros. Aquilo era tão Fernando Henrique, que era insustentável, era macro demais para o PT. O Coser, e o PT já se acostumou com tudo isso, também no nível local você mantém muito, isso não aparece muito. O outro dado é que o estilo Vitor, um sujeito arrogante, de pouca fala, antipático, isolado, um sujeito frio, sem carisma, eu não sei como aquele sujeito tinha tanto carisma na sociedade, porque internamente em termo de simpatia, de trato, muito ruim, muito frio, muito sem sal, essa é a palavra. Você me perguntou politicamente, agora eu to falando em termos de estilo pessoal. O Coser é exatamente o inverso: desde de a menina lá de São Pedro, que fez boca de urna para ele, paga, até o secretário petista amigo dele, ele trata todo mundo igual. Eu participei muito próxima da campanha de 2004, tanto no núcleo central da direção da campanha quanto na base pedindo voto. Talvez eu tenha sido uma das pessoas públicas do PT na época, que mais foi para rua junto com o Coser, que eu fiquei num negócio chamado coordenação de agenda e fui a pessoa que mais foi para rua junto com ele. Então eu vi muito de perto assim o trato, e como as pessoas que trabalhavam na campanha, as pessoas simples, todo mundo se sentiu muito valorizado. Então esse jeitão Coser assim, ele vai longe, porque ele é muito jeitoso, Vitor é muito sem graça.

25) *Quais foram os principais fatores que contribuíram para que a senhora se desligasse do partido?*

BB – A gente pode tentar sintetizar. Quando eu saí, a maior cobrança foi porque a Brice não ficou brigando dentro do PT ao invés de sair? Na verdade, nós saímos em 2005 e entramos no PT em 80/81, ficamos então 25 anos. Nós brigamos 25 anos, disputamos todos os processos do PT. Nós disputamos em nível municipal, estadual e nacional com ou sem alianças e sempre com peças, com pessoas destacadas para defender, com muito trabalho de base no sentido do convencimento. Estivemos em todas as disputas dentro do PT. Eu posso te afirmar que, com raríssimas exceções, nunca ganhamos uma. Então, o que acontece? Nós nunca ganhamos uma disputa. Então o que a gente percebeu? Que todas as teses que levavam a degeneração do PT foram ganhando fôlego notadamente a partir do I Congresso, no décimo

ano, quer seja nas alianças, quer seja na prevalência das personalidades públicas sobre a militância, quer seja na falta de democracia interna, no uso das máquinas pra artificialmente ganhar disputas no PT filiando em massa, chegou um momento que 20% da população de Ipatinga era filiada no PT. No Diretório Nacional, nós perdemos todos os recursos contra essas filiações despolitizadas, sem critérios. Na política de alianças, chegou um momento em que se tem o PFL amigo, o PSDB amigo, começou a valer tudo. No programa de governo, o Lula foi eleito em 2002? O Encontro de 2001, em Belo Horizonte, já foi um desastre. O programa que foi ao ar, em 2002, na campanha do Lula, foi muito programaticamente rebaixado em relação ao Encontro. E quando o Lula soltou a Carta aos Brasileiros, dizendo que ia cumprir todos os compromissos com o FMI, tudo que estava instituído, declarando que não ia peitar ninguém e quando ele ganhou e começou a governar pela reforma da previdência, pela votação do salário mínimo, que foi mantido quase no patamar do Fernando Henrique, expulsando deputados que divergiram, quando ele impediu a CPI do Correio. Então, o que fez a gente sair do PT foi a degeneração do PT, não foi de um dia para o outro, ela vem de lá de trás, o Governo Lula talvez tenha sido o ápice, porque foi grande demais.

PERLY CIPRIANO – Atual Subsecretário de Promoção e de Defesa dos Direitos Humanos, Cirurgião Dentista, ex-vereador de Vitória (1993/1996), ex-Secretário de Cidadania e Justiça do Espírito Santo (1995/1998) e uma das principais lideranças do PT do Espírito Santo e nacional.

ENTREVISTA CONCEDIDA NO DIA 25 DE MAIO DE 2008.

1) Considerando que o Senhor é um militante histórico do campo da esquerda, relate, sumariamente, de quais organizações participou até a fundação do PT?

Perly Cipriano (PC) - Eu iniciei a minha militância de esquerda em 1960. Em 1960 eu militei no Partido Comunista Brasileiro (PCB), atuei no movimento estudantil, ajudei a fundar a União Capixaba dos Estudantes (UCES), pertenci à UESI o e fui um dos fundadores de um dos primeiros sindicatos rurais aqui do Espírito Santo, juntamente com outros dirigentes sindicais. Eu era do PCB. Quando veio o golpe de 64, nós organizamos uma dissidência interna no PCB. O Espírito Santo organizou, teve contato com algumas dessas dissidências, uma que era a do Mario Alves, outra a era do Mariguella e no final de 1966 já estávamos numa dissidência ainda atuando dentro do Partido Comunista Brasileiro, mas em dissidência já atuando praticamente quase autonomamente ou independente, já no período da ditadura. E em 1967, saí do Espírito Santo, estava terminando o curso de odontologia, fazia o último ano já na véspera da formatura, um mês antes da formatura. Eu saí do Brasil, fui para antiga União Soviética para estudar e de lá eu tentei ir para Cuba fazer um treinamento de guerrilha, tinha o sonho de ir pra Cuba fazer o treinamento de guerrilha que na época era uma coisa que motivava muito os jovens de esquerda. De lá eu voltei já com a idéia de me aproximar do grupo ligado ao Mariguella que deu origem a Ação Libertadora Nacional (ALN). Voltei já ligado à ALN, não consegui ir para Cuba e voltei realmente para o Brasil. Aqui fui para o Nordeste, cheguei no Brasil clandestinamente e fui rapidamente para o nordeste, para atuar no nordeste e lá fui preso atuando já na ALN (Ação Libertadora Nacional). Fui preso, torturado, condenado a muitas penas, fui condenado a 94 anos e oito meses, cumpri 10 anos e depois pedi transferência de prisão para o Rio, onde passei 10 anos preso. Na cadeia, ainda na cadeia, recebemos a visita do Lula, antes do Lula nos visitar eu lia bastante coisas no jornais a vi as primeiras coisas escritas acerca das movimentações para a criação do Partido dos Trabalhadores e eu me interessei. Eu já tinha acesso a alguma informação na cadeia. Nesse período a censura era bem menor. Então me interessei e comecei a entrar em contato, lendo

tudo o que aparecia sobre e comecei a organizar um grupo dentro da cadeia, em 1979, quando o Lula visitou a gente na greve de fome, nós já tínhamos um grupo do PT dentro da cadeia. Era eu, o Ney Vianna, que escrevemos o livro juntos, e o Nelson Rodrigues e mais algum outro preso político, mas eu me lembro que eu na cadeia, em 1979, quando houve aquela greve de fome que nós fizemos de 33 dias e nesse período o Lula visitou a gente. O Lula, o Itamar Franco, Nelson Carneiro, Ulisses Guimarães, Teotônio Vilela. O Lula apareceu com um grupo de sindicalistas, o Lula, o Jacob Bittar, o Benevides, enfim, um número muito grande de sindicalistas, artistas, mas nós já estávamos com um grupo organizando o PT na cadeia. Alguns dirigentes, como o Vladimir Palmeira que havia chegado do exterior, foi visitar a gente. Foi votada a Lei da anistia, mas nós não fomos soltos, quem estava preso continuou preso. A lei foi votada em 23 de agosto e sancionada no dia 28 e eu continuei preso, eu só fui sair em dezembro em livramento condicional. Portanto, não saí porque a pena terminou, ainda saí para terminar a pena, eu estava cumprindo pena ainda em livramento condicional. Então, muitas pessoas que nos visitavam, íamos discutindo com eles para ver se organizava o PT, ainda na cadeia. Escrevemos um documento *Por uma política independente*, fizemos circular em um montão de estados falando da criação de uma frente e falando da criação do Partido dos Trabalhadores, ainda em 1979. Então quando eu saí da cadeia em dezembro de 79, eu já tinha contato com algumas pessoas que estavam criando o partido e aqui no Espírito Santo eu tinha alguma referencia que me falaram que tinham três sindicalistas aqui importantes: falavam do Vitor Buaiz, do Rogério Medeiros e da Mirtes Bevilácqua, que eram pessoas que talvez quisessem criar o PT. E quando eu vim, cheguei em dezembro de 79, participei, possivelmente, da segunda reunião do PT no Colégio Maria Ortiz. Nessa época estavam alguns sindicalistas que vieram até aqui. Estava o Benevides, creio que o Jacob Bittar e outros sindicalistas. Eu vou lembrar se está faltando outro, mas vieram para criar o partido em 79. Eu estava em liberdade condicional, eu não podia participar de reunião política, partidária, sindical, estudantil, nada. Mas eu fui para esta reunião e falei que estava criando, ajudando a criar o partido já na cadeia. Foi no Colégio Maria Ortiz, provavelmente no dia 12 ou no dia 15 de dezembro de 79 e nessa data eu fiz uma proposta de gente fazer uma reunião para criar uma comissão provisória. Eu fiz uma proposta nessa reunião, não tinha nenhuma forma de organização ainda no partido. Eu fiz a proposta e foi aceita. Creio que no dia 28 de janeiro, aqui na Ilha de Santa Maria, fizemos uma reunião em um centro comunitário onde criamos a primeira comissão provisória que não era nem registrada, o primeiro grupo. A gente criou um grupo desse, provisório para ajudar a criar o partido no Estado. Nessa reunião estiveram presentes pessoas que não ficaram no PT, acho que Max

Mauro esteve lá, o Nelson Aguiar, que era deputado, e alguns sindicalistas, não muitos, alguns estudantes e algumas pessoas de comunidades de base de Igreja. Então criamos essa primeira comissão. Eu, literalmente, vim para cá e ajudei a criar o PT e, nesse sentido, andei praticamente o estado inteiro de ônibus, eu ia em município por município, quando nós fomos criando as comissões provisórias. Então veio uma orientação para criar as comissões provisórias legalmente no cartório. Antes disso, estive em São Paulo em duas ou três reuniões, ainda antes de começar a legalizar o partido. Reuniões onde estive com o Lula e outros dirigentes que estavam criando o partido. Aqui nós tivemos o José Ibrahin, o Benevides, o Jacob Bittar, tivemos outros dirigentes também vieram aqui. Então eu estive em São Paulo nessas reuniões, depois quando retornei, começamos a organizar o PT nos municípios. Quando a gente sabia que tinha um grupo, íamos até lá e começava a organizar. Organizamos em 18 municípios. Quando o PT foi apresentar a sua proposta de registro, o Espírito Santo tinha 18 municípios que tinham já suas comissões provisórias. Bastavam ter três pessoas filiadas, criava-se uma comissão provisória, com presidente, secretário e tesoureiro, era uma coisa minúscula. Então, criamos aqui na Grande-Vitória, em toda a Grande-Vitória foi criado o PT. Criamos ainda em Barra de São Francisco, que eu era de lá, também criamos em Colatina, criamos em Cachoeiro, criamos em Moniz Freire, acho que Nova Venécia, São Gabriel da Palha, São Mateus, enfim, criamos 18 e, nesse sentido, com essas 18 comissões que nós participamos das eleições em 82.

2) Por ocasião da fundação do PT, quais os agrupamentos mais expressivos que o Senhor poderia distinguir?

PC - O PT é a confluência de vários movimentos. Ele é uma confluência das organizações de esquerda, que tinham sido dissolvidas, destroçadas, ou estavam em fase de organização, ou militantes que foram oriundos da esquerda. Eu era da ALN, mas tinha gente de várias correntes políticas que entraram na construção do PT. Tinha também uma outra vertente: os sindicalistas, que muitos chamavam *Sindicalistas Independentes* ou da *oposição sindical*, que era o Olívio Dutra, que era o Benevides de Minas, muitos petroleiros, metalúrgicos, enfim, o grupo de maior peso. O Lula era a figura mais expressiva e era o mesmo agrupamento que visitou a gente na cadeia. Então, era o segundo agrupamento forte, o agrupamento mais coeso. Um outro agrupamento também muito importante foi oriundo das comunidades de base da Igreja, que deu raízes populares ao PT. Eram oposições sindicais, era de movimentos populares, essa era uma outra vertente. Uma outra vertente também são de intelectuais de

esquerda que as vezes nem pertenceram a nenhum outro partido como o Buarque de Holanda, o Mario Pedrosa, Perseu Abramo, a irmã do Perseu Abramo, enfim, um grupo de intelectuais também se juntam em torno da criação desse partido. Entra também, acho que o Weffort, enfim. Literalmente, nós tínhamos o seguinte: sindicalistas, a Igreja através dos movimentos populares que ajudou muito para criar uma nova face do PT, os intelectuais, formam as principais vertentes. Não tinha quase ninguém oriundo de outros partidos. Então, em cada estado tinham diferentes correntes políticas. Aqui no Espírito Santo tínhamos o Movimento de Emancipação do Proletariado, o MEP, que foi um dos primeiros agrupamentos que na cadeia, eu pessoalmente ajudei a trazer para o PT, porque tinha alguns presos do MEP, o Ivan Valente, que hoje é um dirigente do PSOL, mas era do PT, o Arnaldo, Franklin, tinha um grupo grande deles na cadeia, e quando eles chegaram na cadeia a gente já estava defendendo o PT. Eles não eram muito favoráveis, então tivemos que fazer muita discussão para convence-los a entrar no PT e eles toparam. Quando eu cheguei aqui, o pessoal da LIBELU (Liberdade e Luta), que tinha o Paulo Vinha, não eram favoráveis ao PT ainda. Eles tinham um jornal *O Trabalho*, que de vez em quando fazia críticas terríveis ao PT. Diziam que o PT era um partido social-democrata ou era da aristocracia operária, mas o Paulo Vinha foi sensível, foi um dos primeiros que a gente conversou e logo em seguida esse agrupamento *O Trabalho*, a *LIBELU*, entraram também no PT. Então nós tínhamos o MEP (Movimento de Emancipação do Proletariado), esse agrupamento da *LIBELU* e tinha um outro grupo também aqui, um outro grupo, no Espírito Santo não tinha tantos grupos como tinha nos outros estados, não tínhamos tanto. Tinha o pessoal da Igreja que era um número grande, mas meio disperso, eles eram numerosos, mas não podemos dizer que era um agrupamento político. A minha origem é de esquerda, então eu também acabei ajudando a aglutinar algumas pessoas. Então, aqui no Espírito Santo não tínhamos tantos grupos políticos. Teve um outro grupo, um outro agrupamento, aqui eu acho que nós tivemos quatro agrupamentos apenas. Então o Espírito Santo não tinha muitos agrupamentos. Depois houve divisões internas no PT. Quando veio a eleição de 1982, um grupo começou a discutir internamente a necessidade de criar um outro partido, como se o PT não tivesse cumprido a sua meta. Alguns achavam que o PT não teria mais função e alguns desses agrupamentos tinha uma visão um pouco utilitarista do PT, não tinham a compreensão do papel estratégico do PT. Então eles queriam, ou alguns achavam que ele deveria deixar de existir ou mudar de caráter, não ser o partido que pretendia ser, um partido de massa, amplo e participar da luta institucional. Nessa época surge um movimento em São Paulo, e isso surgiu no Brasil inteiro depois da eleição, surge o *Movimento dos 113*, que é um grupo grande de pessoas e dirigentes sindicais, alguns

intelectuais, alguns do movimento popular dizendo o seguinte: nós queremos continuar construindo esse partido e construindo com a visão de massa e de quadros, porque a discussão era essa se era de massas ou de quadros, então a idéia era a de que mantivesse esse partido, com a mesma vinculação, buscando articulação com os diferentes movimentos sociais. A partir desse momento da definição dos chamados *113*, eu incorporei essa visão, precisava manter o PT nessa visão de construção e realizou um fenômeno que nenhum outro partido terá a possibilidade de realizar, ele conseguiu nessa visão, nessa junção de agrupamentos de esquerda, movimentos de bases de Igreja, Intelectuais e sindicalistas, a confluência de todos os movimentos, o movimento feminista procurava o PT, o movimento de negros procurava o PT, o movimento de juventude procurava o PT, mais à frente pessoas com deficiência começa a procurar o PT, mais adiante até os homossexuais. Então, veja bem, o PT foi exatamente aquela chamada grande confluência, o movimento popular, quase todos os movimentos, quando eles começavam a surgir, alguém estava ativando a luta, era alguém do PT, ou então ele vinha para o PT. As chamadas *Oposições Sindicais* que começaram a criar no Brasil inteiro, todas as oposições sindicais inicialmente elas eram feitas e logo em seguida iam para o PT. Quando terminou a eleição de 1982, naturalmente a gente vai falar a frente, uma coisa interessantíssima: nós não elegemos nem um vereador. No entanto, éramos o maior partido do ponto de vista de sindicalistas e de movimento popular. Em todo lugar que você chegava, tinha gente do PT. A frente do sindicato, na oposição sindical ou numa associação de morador, num grupo de moradia, num grupo de transporte, num grupo de mulher, num grupo negro, enfim. Nesses movimentos que estavam surgindo, que começam a ganhar corpo depois de 64, eles todos canalizavam na direção do PT. O PT, embora não tenha eleito ninguém, era o maior partido.

3) *É possível dizer que na primeira década de existência do PT, havia certa harmonia entre as principais tendências?*

PC – Não, eu acho que nunca houve e nem creio que um dia terá uma paz de cemitério. Acho que a riqueza do PT é exatamente essa, viver em tensões, permanentemente e internamente o PT sempre viveu com tensões. Só que o PT teve uma inteligência, uma habilidade que os outros partidos não tiveram: ao sentir que isso fazia parte da sua vida, ele legalizou a existência das tendências. Portanto, um agrupamento político pode permanecer dentro do PT se reunindo, discutindo, elaborando documento, disputando eleição, sem que com isso ele esteja ferindo as normas partidárias. Então, o PT fez diferente dos outros partidos de esquerda.

A tradição dos partidos de esquerda no mundo, foram partidos que participavam da eleição, partidos burgueses que depois uma fração deles rompia e formava um novo partido de esquerda. O Partido Trabalhista Inglês, vários partidos surgiram assim, a partir de racha de um partido grande. O setor de esquerda formava um partido mais de esquerda ou socialista e o PT não tem essa mesma característica. Ou então os outros partidos surgiam de uma teoria, marxista-leninista. Ou seja, alguns intelectuais, a partir de uma teoria, construíam um partido. Então eles tinham uma teoria e então construíam o partido, diziam que nós temos a teoria e vocês têm a prática. O PT não foi isso. O PT, primeiro: não surge de racha de ninguém; segundo, nunca se definiu por uma teoria precisa. Então no PT conseguiam conviver: marxistas, trotskistas, tinha stalinista no meio, tinha nacionalista, tinha cristão na mais diferente versão, tinha oriundo das organizações de esquerda das mais diferentes, tudo dentro, intelectuais e sindicalistas sem nenhuma definição ideológica. Então, o PT não se definiu por uma ideologia inicialmente dos outros. Então era racha de um partido ou alguns com uma teoria começavam a criar um partido. Esse não, ele foi criando a sua própria teoria nessa junção. Então por isso que ele nunca viveu sem tensão. Quando fala que é harmonia não é real. Aqui mesmo nós travamos muitas disputas

4) Considerando que o resultado nas urnas não foram favoráveis para o PT em 1982, em quais aspectos o partido errou nessa campanha? Era possível ter tido um resultado melhor trilhando outro caminho?

PC – Esse resultado negativo não foi uma coisa peculiar do Espírito Santo. No Brasil inteiro o PT elegeu apenas dois prefeitos: um em Diadema e outro em Santa Quitéria, que pouco tempo depois largou o PT com os vereadores também, tinha uma base de Igreja, Diadema tinha uma base mais operária. Até hoje o PT dirige Diadema. Então não foi isso, havia o seguinte: havia a necessidade de afirmar uma proposta política. Nós definimos a partir da fundação do PT, quando definimos participar das eleições, definimos *Terra, Trabalho e Liberdade*, portanto, três temas: a reforma agrária; havia muito desemprego no Brasil, então por trabalho, geração de renda, emprego e trabalho; e outra era liberdade. Liberdade partidária, sindical, então eram três temas. Então na campanha como é que o partido vai se concentrar? Em três temas - *Terra, Trabalho e Liberdade* - eram três temas centrais nossos. E as nossas campanhas foram muito parecidas no Brasil inteiro. Imagina bem: surgiam esses movimentos populares, por que hoje é fácil você definir o movimento popular e ele dizer o que quer. Diferente é sair de uma ditadura militar de 21 anos, onde tinha uma geração inteira que tinha nascido na ditadura e já

eram pais ainda na ditadura, porque 21 anos, é possível que uma pessoa tinha 3 anos, 4 anos, 5 anos, ele viveu na ditadura, então ele não tinha essa percepção do que era liberdade. Então, esses movimentos se juntaram e havia uma necessidade de ter uma palavra de ordem que segurasse eles e havia também na sociedade um outro movimento forte querendo afastar a ditadura, que era a primeira eleição direta para governador. Quer dizer: houve uma em 65, mas só no período da ditadura, esse foi um momento importante, que saindo da ditadura ou ajudando romper a ditadura fazendo eleição. Então, havia uma grande mobilização, já tinha a ARENA, que virou o PDS, que depois virou o PFL e agora é o DEM, e o *Manda Brasa*, que era o MDB virou o PMDB. Havia uma tentativa de criar um Partido Popular, quando o PT foi criado, o Mario Covas e mais umas outras pessoas, eles falavam em criar um outro partido, eles chegaram a sonhar em criar um outro partido que pudesse ser popular, um Partido Popular, logo no começo, teria o partido do Brizola e teria esse outro partido, seria um partido de esquerda, mas não deu certo, ficou mais só em São Paulo. Então, o PT, eu pessoalmente acho, que não havia muitas alternativas, não tínhamos chance de fato. Primeiro que a eleição era diferente, era uma eleição onde você votava com o chamado *voto vinculado*: governador, senador, deputado federal, estadual, prefeito e vereador, era um voto vinculado, e você imagina um país com um voto vinculado em qualquer época já é difícil, imagina numa circunstância daquela, onde aqui tinha o Camata, oriundo da ARENA, mas apoiado pelo PMDB, concorrendo contra Carlito Von Schilgen. Então nós aparecíamos como candidato, mas nós não éramos uma alternativa para ganhar nem o Camata e nem o Carlito Von Schilgen, mas nós éramos uma proposta. No caso nós tivemos quatro candidatos: o Carlito Von Schilgen representando a ARENA, o Camata o PMDB, o Oswaldo Mármore que era um portuário, que também foi do Partido Comunista junto comigo, pelo PDT e eu do PT. Então nós éramos quatro. Os dois é que polarizavam. Porque digamos: os políticos mais tradicionais, enfim, um setor importante da sociedade que queria se livrar da ditadura e via que aquela era a alternativa e votou no Camata, assim como votou nos outros. Veja que o PMDB ganhou na maioria dos estados, porque era aquela alternativa, o PT nem com o Lula em São Paulo teve muita votação, a média era 2% da votação do eleitorado, dois, dois e meio, três e parou. Não havia nenhuma estratégia que a gente pudesse montar que pudesse ser muito grande. Eu pessoalmente acho que não, acho que aquele era o nosso caminho mesmo. Porque eles queriam fazer da gente, queriam fazer umas coligações, eu escutei muita discussão de pessoas do PMDB, do MDB, as vezes até do Partido Comunista que ainda estava do PMDB: “não vocês deviam fazer parte do MDB, você poderiam ser o Departamento Trabalhista”. Nós repetimos muito: os trabalhadores são tão numerosos e tão importantes que eles não devem

ser um departamento de um outro partido, eles devem ser um partido para ter uma proposta própria. Se a gente entrasse nesses outros partidos, muitos desses candidatos nossos poderiam ter sido eleitos em outros partidos, mas só que a idéia era consolidar a existência desse partido, que estava aglutinando cada vez mais. Porque começava um movimento de descontentamento, o primeiro caminho que eles procuravam era a gente. Então, eu acho que não tem essa ilusão de que se nós tivéssemos tido outra estratégia nós tivéssemos sido maior, acho que aquele foi um caminho necessário que tivemos que percorrer. É um pouco parecido do povo que sai do Egito, do cativo, para ir para aquela terra prometida. Em 4 meses a gente faz aquilo a pé, eles fizeram em 40 anos. Acho que a gente precisava de uma provação. Se a gente se fundisse, a gente perderia a nossa identidade, porque a única maneira de ter uma identidade é ter seus candidatos, eu era candidato a governador, Zezé Machado, uma ex-freira era a vice-governadora, o Rogério Medeiros era o Senador, o Vitor candidato a deputado federal, sindicalistas para todo lado, tinha lugar que a gente só tinha condições de lançar o prefeito, o vice e um vereador, nós lançamos também, tinha que ter o candidato a força quase. Então, aquilo era importante para nós. Ainda que precariamente, ainda que tivemos poucos votos, nós tivemos uma presença, uma palavra de ordem, a campanha na televisão, era uma campanha, você não dialogava na televisão, aparecia só a cara e dizendo: Perly Cipriano, ex-político, condenado a tantos anos, ficou tantos anos preso, foi torturado. Nos outros apareciam algumas coisas. Teve debate, nós tivemos dois debates aqui e isso que nós temos que refletir muito: não foi necessariamente a ditadura que impôs a censura, as vezes os próprios jornais. Estava previsto, a lei permitia que houvesse debate entre os candidatos e *A Tribuna*, a *Rede Tribuna* fez um debate só com o Camata e com o Carlito Von Schilgen, negou a minha presença e a do Oswaldo Mármore, sob o pretexto que faria uma outra. Mas na realidade nós sabíamos que não era verdade e era o jornal que tinha mais jornalistas de esquerda. O argumento desses jornalistas de esquerda era o seguinte: o debate político se dava entre o Carlito Von Schilgen, que era a ditadura e o Camata que era o MDB e nós não tivemos. *A Gazeta*, que tinha o menor número de jornalistas de esquerda, aceitou o debate e nós fizemos o debate, o Camata, Carlito Von Schilgen, Oswaldo Mármore e o Perly Cipriano, nós tivemos o debate, tem isso gravado como depoimento que é algo importante e ali a gente fundamenta as nossas propostas: o que era a reforma agrária, o que significava, o que era a questão do trabalho e da liberdade e era importante a gente firmar uma proposta. Muitos movimentos são derrotados porque eles não resistem. As vezes um movimento social, na medida que ele não resiste, ele desagrega, e as vezes ele sofre uma derrota dura e às vezes trágica, mas ele persiste e o PT precisava passar por essa prova, tanto é que quando terminou

a eleição, e nós não elegemos nem um vereador aqui no Espírito Santo, apareceram alguns e disseram: “Eu acho que o PT não dá certo”, e eu disse: não. Vamos continuar a nossa luta e vamos criar novos diretórios e nós continuamos. Então, nós temos que ter uma noção de história, porque se não. E nós dizíamos: “é possível realizar um outro sonho, e para isso, precisamos organizar o nosso partido, firmar ele no movimento popular, sindical, intelectual”. Nós tínhamos gente em tudo que é sindicato de todas as áreas. Então nós estávamos construindo um partido e dizíamos “o movimento popular não é atrelado ao partido, diferente dos outros”. Então, nós concentramos naquele trabalho, era necessário fazer aquilo, eu pessoalmente, acho que poderia mudar, mas muito pouca coisa naquelas condições, porque é preciso entender que ninguém pode ser profeta do passado, é preciso observar em que clima nós vivíamos, entender aquele momento. Quem vinha para gente? eram aquelas lideranças de comunidade de base de Igreja, bastante radicalizado e não querendo se confundir com a elite, nem com o PMDB, pois as vezes o PMDB era gente que vinha da ARENA, o próprio Camata vinha da ARENA. Então tinha gente que não queria se somar a ele, não se confundir, nem fazer a coligação e nem ficar subordinado. Era manter a idéia do partido, a eleição era o momento de construir seu próprio partido, essa era uma visão para quem tinha um entendimento maior. Na minha concepção, era isso, nós precisávamos ter um partido que falasse a sua proposta, que divulgasse, que aproveitasse os espaços legais que eram esses das eleições.

5) Na convenção de 1988 que indicaria o candidato a prefeito, havia mais de um candidato?

PC - Nós tivemos o seguinte: sempre teve disputa no PT. O Vitor concorreu duas vezes: uma vez ele teve uma votação, foi ele juntamente com o Marcelo Déda, os candidatos a Prefeito que tiveram maior votação, mas não fora eleitos. O Vitor teve uma votação muito boa, mas houve uma certa disputa. Mesmo nessa época quando o Vitor foi candidato a Prefeito, havia sim alguns movimentos que queriam lançar candidatos, concorrer com o Vitor, mas não chegou a consolidar candidatura. Houve uma certa aceitação. Então, o Vitor foi candidato uma vez e teve uma votação boa, foi candidato a deputado federal e foi, proporcionalmente, o candidato mais votado do Brasil. Proporcionalmente mais do que o Lula. Ele se elegeu sozinho, ele teve uma votação muito grande, acho que foi 89 mil votos, algo assim. Quando ele vai concorrer a segunda vez, ele já tinha, mais ou menos, um consenso. Primeiro ele já tinha feito uma tentativa com uma votação muito boa. Depois ele tinha sido deputado federal,

e aí ele concorre e se elege. Então, mesmo para as composição do secretariado do Vitor, foi uma disputa tremenda, não foi fácil, havia, na época. Porque nós ficamos com o Vitor candidato a prefeito e o Rogério vice. Antes disso houve uma disputa muito forte. Havia uma disputa, o João Coser queria ser candidato. Se apresentou como candidato, e nós estávamos buscando outros partidos para nos apoiar. Eu tive primeiro uma conversa com o Paulo Hartung, quando definiu a seguinte situação: quem seria o vice? A disputa de vice é que foi grande. O João primeiro queria ser candidato, não foi possível, não chegou a ser possível nessa época. Então organiza a chapa de vice, o João retira então o nome dele, que ele queria ser candidato a prefeito, ele retira o nome dele. Eu fiz uma conversa com o Paulo Hartung e eu acho que ele era pouco conhecido quando eu fiz essa conversa com ele, para ver se eles nos apoiavam, e ele falou se pudesse escolher o candidato a vice e o PT fez uma reunião e fez uma lista. Porque com a eleição do Vitor, nós fizemos cerca de dez reuniões aqui, eu acho que perdi umas nove delas. A gente defendia fazer uma política de alianças e aí perdia, mas voltava de novo, era o Standart, que era professor da universidade, ele era o Presidente do PT na época, uma das pessoas que eu tenho muita admiração, porque ele não gostava de discussão, ele queria logo encerrar a reunião, ele não tinha paciência, mas foi uma das pessoas mais pacientes que eu vi para resistir a uma coisa dessas. Nós fizemos acho que cerca de dez encontros e a gente queria aliança e um grupo grande contra. Então nós conseguimos, acho que na décima reunião, nós conseguimos vencer. Eu perdi em praticamente todas elas, mas nessa eu consegui vencer, porque tinha que ter uma espécie de aliança e buscar outros partidos. Nessa conversa, eu fiz uma conversa, então, com o Paulo Hartung e ele sugeriu que a gente fizesse uma relação de candidatos, pelo menos uns cinco, para eles escolherem. Estava o nome do Rogério, Kleber Frizzera, eu, José Aguilar e teve um outro nome. Eu mesmo defendi a idéia de que era melhor a gente concluir para o lado do Rogério, porque era um jornalista, sindicalista, com bom trânsito na classe média, facilitaria mais, porque as pessoas pensam que foi uma coisa muito natural, não foi uma coisa nem muito natural e nem muito espontânea, havia resistência e briga grande, tanto é que no dia em que o Vitor foi escolhido, no Encontro em que o Vitor foi escolhido candidato a prefeito e se elegeu praticamente não deu quorum. Quer dizer, quorum do ponto de vista do diretório sim, porque a gente fazia um Encontro para definir. Então o Encontro é o que define, quem define não é o diretório. O diretório homologa as decisões do Encontro. Nesse dia quase não deu quorum, por que havia ainda muitas brigas e tensões. Então, o Vitor foi candidato com o Rogério na vice, aí que ele se elegeu. Então, para a composição do secretariado do Vitor, fizemos dezenas de reuniões para fazer aquele secretariado, para constar como havia tensão dentro da própria

administração. Tem até um livro da Marta Harnercker, que ela escreve sobre o Espírito Santo, onde tem vários depoimentos de diferentes correntes de dentro do governo Vitor na Prefeitura. Tem o da Gilsa, tem um depoimento meu, tem o do Tarcísio, tem o do Vitor, tem acho que do Kleber, tem várias pessoas que tem o depoimento na época na administração, para gente ver como havia tensões.

6) O Senhor já tinha percepção em 1988/89 da dimensão da crise do socialismo real, que culminou, neste mesmo período, com a queda do muro de Berlin?

PC – Veja bem. Eu tinha, porque eu era militante já desde 1960 e vivi na União Soviética. Em 1968, eu não estava no Brasil, eu estava na União Soviética, eu estudava em Kiev na Ucrânia. Então eu vi de perto a crise, eu tinha essa percepção porque eu vivi de perto. Eu estava na União Soviética, eu passei na Tchecoslováquia um mês antes dos soviéticos entrarem, eu estudava na União Soviética quando os soviéticos entraram com os tanques na Tchecoslováquia, então eu vi de perto. Eu vi a crise, quer dizer, via, lia alguma coisa. Dentro do PT, o PT percebe isso meio instintivamente quando ele se define pelo socialismo, não à social-democracia, da Suécia, da Finlândia e nem ao socialismo real. Então o PT sem querer, ele instintivamente se preveniu. O PT se definiu que não era nem aquilo que estava sendo construído e nem era social-democracia. Isso surpreendeu a todo mundo, até nós mesmos, é só ver os primeiros documentos. Ele diz que nós não somos nem social-democratas e nem estamos com o socialismo real. Mas isso não quer dizer que nós não tivéssemos relações com esses partidos. Tem até uma coisa que a gente conta muito assim, o Djalma Bom, que chegou a ser deputado federal, metalúrgico sindical, chegou a ser deputado federal, ele tinha vindo da Alemanha a cerca de uns quatro ou cinco meses ou seis meses e tinha terminado um curso político na Alemanha, aí quando ele veio, caiu o governo da Alemanha. Diante disso, brincamos que tinha que mandá-lo de volta para refazer o curso. Então, isso não quer dizer que não havia. Havia uma percepção de que a burocracia era muito forte. Quando a gente falava que o sindicato nosso não é atrelado ao partido, no nosso documento, isso já questionava a visão do socialismo real. Esses países, em todos eles, os sindicatos são extremamente atrelados ao Estado e ao partido. E a gente já dizia, já afirmava que o PT, que o movimento, que o partido não controla o movimento. Ele orienta, ajuda a controlar, mas ele não controla o movimento. Então já havia uma certa diferenciação do que estava no chamado socialismo real. Vale para esses partidos todos. Porque tinha o movimento sindical nesses países socialistas, eles tinham alguns movimentos, era o movimento sindical, o movimento de

mulher, de juventude, mas não tinha uma sociedade civil florescente como a nossa e o partido nosso aqui nasce dessa efervescência que estava surgindo do movimento social.

7) De acordo com suas memórias, de que maneira se discutia o tema neoliberalismo no PT, naquela ocasião?

PC – Olha, na realidade, não tinha bem uma discussão sobre o neoliberalismo. O que havia de crítica, vinham de alguns segmentos mais de esquerda que dizia que o setor que permaneceu hegemônico no PT, perdeu a hegemonia apenas num período curto, era social-democrata, era a forma que tinha para fazer uma crítica. A crítica era em relação a social-democracia, mas não fazia essa discussão que era neoliberal. Depois quando vem o Consenso de Washington, aí sim começa uma discussão, mas já bem depois. Mas naquela época ser taxado como social-democrata que era um xingamento dentro do PT. Eu passei muito aperto, porque eu saí da cadeia com a barba grande, condenado a dez anos de cadeia, condenado a noventa e tantos anos, as pessoas, às vezes, tinham medo de mim, eu andava com uma bolsa e o cara tinha medo porque pensava que eu andava com uma bomba na bolsa, de tão radical que a minha cara era. Eu tinha que explicar para as pessoas que eu não era terrorista, uma coisa perigosíssima. E os estudantes aqui do PT diziam: “você é um social-democrata”. Então imagina o drama (risos!). Tanto é que teve aqui no Espírito Santo, eu escutei uma pessoa falando que ele votava no Otaviano, porque o Otaviano era moderado e não votava no radical Perly Cipriano. E o interessante é que o Otaviano sempre esteve mais a minha esquerda. Mas era a percepção das pessoas. Então havia essa discussão, era mais a social-democracia. Quando começa a criticar o neoliberalismo, quase todo mundo critica junto.

8) Então o Partido dos Trabalhadores não percebeu o estado brasileiro sendo envolvido pela proposta neoliberal?

PC – Não. Isso ele percebeu. Dentro do PT tem uma vertente forte, dentro da sua própria origem, do nacionalismo, do socialismo, que defende muito as estatais e nós temos, com alguns méritos e deméritos, um número grande de servidores de estatais dentro do PT. Por exemplo: o PT se encontrava em qualquer coisa que falavam Vale, qualquer coisa que falavam em privatizar o PT pulava. Foi um debate longo, mas muito longo no PT, quando o Palocci Prefeito privatizou ou terceirizou uma empresa. Eu não sei se é água, foi algo que no PT pegou fogo, como se fosse o fim do mundo. Então o PT foi sempre muito defensor das

estatais. O PT nunca foi favorável as chamadas privatizações. A vale, você imagina o Vitor, considerado moderado dentro do PT, foi o único que participou do comício aqui contra a privatização. Participou em Sergipe, participou em Manaus. E fez algo que nenhum governador do PT fez: ele foi para Brasília, em frente ao Palácio, fazer um protesto contra a privatização da Vale. E o Vitor era considerado moderado.

9) Eu fiz essa pergunta por que em 1989, chegou a ser ensaiada pela ala progressista do PMDB, Ulisses Guimarães, etc., uma aliança que foi recusada pelo PT. E a minha pergunta é a seguinte: o partido, com essa atitude intransigente, não contribuiu para a ascensão do neoliberalismo, quer dizer, o partido não percebeu a faceta neoliberal do Collor?

PC – Na realidade, aquilo foi um equívoco, aí sim o PT cometeu um equívoco. O Ulisses buscou uma aproximação e o PT, e aí sim eu chamo de um erro grave, não fez somar para construir uma grande frente. A soma desses, mais a presença de Ulisses, haveria uma possibilidade histórica de a gente superar o Collor. Mas houve sim uma intransigência por parte da direção, uns mais ou menos, mas na realidade foi um equívoco, e nós pagamos caro. O PT poderia, naquele momento, ter tido uma habilidade maior. É o seguinte, são dois momentos, como nós chegamos no segundo turno? Política tem um elemento que não está muito na ciência. Surge algumas arrogâncias, o vitorioso costuma achar que ele ganhou sozinho, e alguns achavam que se a gente se aproximasse no Ulisses, poderíamos perder bases. Mas na realidade foi um erro, eu pessoalmente considero como um erro, nós devíamos ter trazido o Ulisses e outros descontentes no sentido de derrotarmos o Collor de Mello. O próprio PSDB, quando estava surgindo, o PT teve uma discussão grande. Nos documentos você encontra. Quando o PSDB sai e rompe com o PMDB pela esquerda, para construir um partido ético mais a esquerda, o PT fez vários documentos e eu participei dessa visão, juntamente com outras pessoas, o PSDB era um partido em disputa. Ele podia ser ganho mais para esquerda, portanto, o PT disputava para ver trazia o PSDB para junto e o PMDB disputava também. Então houve uma discussão grande, tanto é que quando Vitor foi eleito, nós votamos, tinham, acho que três secretários do PSDB dentro do governo Vitor na Prefeitura. Então o PSDB nesse período era um partido que o PT definia nos seus documentos, era um partido em disputa. Isso porque eles rompem com o PMDB, pela esquerda e pela questão ética, então, era um provável aliado nosso. Houve muita discussão interna no PT e o PT já tinha vencido a primeira etapa. Depois da eleição de 82, faz uma

grande discussão em 85 e define por políticas de alianças, então aí sim ele já começa a dar um novo passo, faz a sua grande definição por políticas de aliança. Porque havia muita gente contra a aliança e quando define, aí sim ele define a possibilidade de ter um projeto político mais claro. Agora na eleição em que o Lula vai para o segundo turno com o Collor de Mello, não ter feito uma composição com o PMDB ou, pelo menos, com o setor ligado a Ulisses dentre outros foi um erro.

10) Então poderíamos entender que o PT e suas tendências estavam fora de contexto, isto é, não dispunham de uma análise de conjuntura eficaz para identificar a implantação de políticas neoliberais no continente americano?

PC – Não, eu acho que não é isso. No primeiro momento você vislumbra o que? Você vislumbra uma eleição. Imagina: estava o Ulisses Guimarães, o Brizola, todo mundo disputando, todas as forças se expressavam através de seus candidatos. O Ulisses não teve votação muito grande, ganhamos o Brizola não foi por tantos votos assim. Então todas essas forças, o Covas, todos estavam disputando. Era possível trazer essas forças com certa habilidade para próximo. O que faltou foi a chamada flexibilidade política para fazer essa discussão e fazer uma composição de forças para derrotar o Collor. Porque o Collor aparecia como um aventureiro, ele não explicitava muito, ele pregava mais a moralização, acabar com os marajás, era o patriarca dos marajás, mas ia acabar com os marajás e a Globo e outros meios de comunicação davam plena cobertura a ele. A Globo e outros meios de comunicação tinham todas as informações de toda a vivência dele com os marajás: enriquecimento, de ilegalidade, tudo eles tinham. Mas como eles tinham medo do Lula, eles fizeram a cobertura dele, que era de um partido pequeno. Então, aparece uma figura nova falando que está condenando tudo, que vai cortar o bigode do Sarney e que ia acabar com os marajás e aquilo sensibilizou a classe média assustada. Sempre foi muito moralista a classe média. Não é a toa que sempre acompanhou Lacerda e outros. E mesmo nesses períodos de crise, quando você observa um setor da classe média, ele sai para falar sobre a questão da moralização, eles nem sempre são muito morais, mas de qualquer maneira é uma pregação, de qualquer maneira é uma base forte. Então faltou ao PT essa chamada habilidade política para atrair esses grupos, mas não com precisão, com clareza de que ali estava exatamente dois projetos: um neoliberal e nós. Quando veio a disputa com o Fernando Henrique, isso já ficou claro. Quando a gente com o Fernando Henrique, aí sim o partido fez uma discussão mais consistente sobre o neoliberalismo, já com consistência de que o Fernando Henrique foi a continuação do Collor.

Quer dizer: foi um Collor que deu êxito. O Collor se elege, mas ele não tinha uma base de sustentação. Veio a questão da corrupção e rapidamente criou-se aquele grande arco de forças que permitiu sua cassação. Mas o Fernando Henrique fez o que? Ele propôs a privatização que não realizada na sua plenitude com o Collor, foi com o Fernando Henrique. A Vale, as telefônicas, queria vender até a Petrobrás, queria vender a Caixa Econômica, queria vender o Brasil. Então quem de fato foi o neoliberal foi o Fernando Henrique, ali sim passou a ter nitidez. Porque com o Collor não houve tempo. Naquele momento da discussão, não precisou isso, pelo menos nos nossos documentos não estava preciso exatamente que aquilo era uma expressão do neoliberalismo. A expressão de fato vem com Fernando Henrique. Tanto é que isso vem até agora. Quando chegou no Alkmin, você percebe agora nessa eleição com Alkmin, no final da campanha o Lula endureceu com o Alkmin, apontando que ele era um adepto das privatizações e nós acuamos ele. Então com o Fernando Henrique, ou com o Alkmin, ou com o Serra já havia nitidez. Nós víamos dois projetos, você pode verificar nos nossos documentos que eles falam de dois projetos em disputa. Com o Collor não ficou muito preciso isso, ele era vago, genérico, e como nós estávamos saindo de uma eleição em que estavam aquele monte, o Ulisses falando, o Covas falando, quem mais? Tem mais gente aí no meio, Brizola falando, de qualquer maneira, quando esses falavam, você não criou uma polarização mesmo, de vez em quando um sujeito fala assim: “eu não sei se eu estou com o Lula ou com o Brizola?”. Portanto, se o eleitorado está em dúvida, é porque não está claro o seu discurso. Porque não é que a pessoa é confusa, as vezes você faz um discurso, o cara não te entende e você fica culpando o cara. Mas a culpa não é do cara, a culpa é sua. Então não teve essa nitidez.

11) Seria possível identificar a ocorrência de práticas neoliberais na gestão de Vitor Buaziz na Prefeitura de Vitória?

PC – Eu acho que não. Há até uma ironia, a chamada ironia do destino. A única empresa pública que tinha na Prefeitura era a CDV (Companhia de Desenvolvimento de Vitória). Quem queria dissolver a CDV era exatamente o grupo de esquerda, com proposta, acho que do Paulo Vinha e o Magno Pires. Numa reunião, eles achavam que a CDV era uma coisa muito ruim, aí aprovaram numa reunião que não teve nem quorum, aprovou a seguinte coisa: dissolução da CDV. Então quem queria acabar com ela era um agrupamento mais à esquerda. É a ironia do destino. E não teve nenhuma privatização, tanto é que o Vitor não vendeu o Banestes. Eles queriam vender o Banestes, o Vitor salvou o Banestes, porque ele injetou

recursos no Banestes, arrumou até dívida por causa disso e não vendeu. Então não houve, nesse sentido, é claro que havia sempre pressões. A direita batia no PT nesse rumo temendo que o PT defendendo que o Estado devia ter um certo peso e importância, tanto é que os neoliberais praticamente faliram agora. A China que está crescendo e o Estado é forte, a Índia que está crescendo o Estado é forte. Os Estados Unidos, quando os empresários deles entraram em crise agora, a primeira coisa que fez foi o Estado socorrer. Lá foi o Bolsa-família para os ricos. A Europa está falando exatamente isso: o Estado tem que intervir para resolver. Nesse sentido, o PT não foi para o outro lado, ele manteve, mais ou menos, aquela mesma linha. Mas talvez as razões são outras também. Nem sempre é aquilo que a gente pensa, nem sempre é um discurso linear. A própria origem do partido, os sindicalistas, são contra vender qualquer coisa. Ele acha que não pode vender, então já é um aspecto. Aí o movimento popular, o nacionalismo, o PT tem uma certa identidade nacional interessante.

12) *Na convenção de 1994, havia outros pré-candidatos do PT concorrendo a indicação para governador?*

PC – Não. Quando o Vitor sai da Prefeitura de Vitória com uma grande aceitação, não tinha reeleição, se não ele teria sido reeleito. Ele sai da Prefeitura com grande aceitação, embora o partido em oposição a ele, o partido de Vitória em oposição. Quando o Vitor estava a seis meses no governo na Prefeitura saiu uma pesquisa nacional em que dava a Prefeitura como a segunda mais bem administrada. Na mesma data que publica a pesquisa, sai um documento do Diretório Municipal do PT dizendo que era uma administração inoperante. No Brasil todo, era a segunda mais bem avaliada administração do país, saiu um documento do PT dizendo que era uma administração inoperante. Mas quando o Vitor sai da Prefeitura, ele sai com alto índice de aceitação e nós montamos uma estratégia: o Vitor não tem mandato não tem nada, vai fazer o que? Então nós criamos uma frente pela democracia e contra a violência, e de vez em quando o Vitor reunia, a gente reunia lá na OAB, um montão de entidade, associação, sindicato, partido, para falar sobre o crime, sobre a violência, enfim, sobre a democracia. Quer dizer: a gente acabou mantendo o Vitor com uma visibilidade. Ele tinha sido um deputado nota 10 na constituinte, um prefeito de excelente qualidade, uma pessoa de classe média, bem respeitado, um diálogo fácil, médico. Então ele era o candidato natural nosso. Mesmo quem batia muito no Vitor, lá no tempo que ele era Prefeito, muitos que batiam não tinham mais força porque não tinha um nome. Porque o Vitor vislumbrava como uma possibilidade mesmo, então não houve grandes resistências. Não quer dizer que na campanha não tenha tido

problemas, tanto é que no segundo turno, quando o Fernando Henrique deu apoio ao Vitor, muita gente reclamou. Porque teve um momento em que ficou polarizado, o Vitor e o Cabo Camata, então teve uma fita gravada do Fernando Henrique apoiando e algumas pessoas reclamando, não podia, não devia.

13) *Qual foi a equipe e de que forma foi elaborado o programa do candidato Vitor Buaiz em 1994?*

PC – O Vitor tinha já uma experiência de prefeito, então ele já tinha uma equipe minimamente estruturada, ele já tinha uma equipe que pôde ajudar na elaboração de um programa de governo. Tinha gente da Universidade, tinha ex-secretário de governo e o PT também participou desse processo de discussão e foram realizados vários seminários para a elaboração dos programas de governo, nas diversas áreas: de educação de saúde, de segurança. Eu mesmo participei de vários desses grupos. Mas teve contribuição de várias áreas. Mas nenhum programa de governo são muito completos. Os programas de governo acabam ficando ou muito genéricos ou muito localizados para angariar voto daquele segmento. Um programa de governo, às vezes, está falando em estatizar um troço que não tem sentido nenhum, é porque aquele eleitorado está cobrando ele na hora. Em todos os programas de governo, as vezes uma demanda vira um peso que depois é uma dificuldade. Um exemplo é o Coser aqui. Um dia desses numa reunião dos professores, na outra eleição, ele assina um documento que ia dar não sei que aumento, mais aí é difícil. Então foram os seminários e mais a experiência que já tinha de prefeitura, quer dizer, com alguns técnicos da área que ajudou muito nisso. Quando a gente assume a máquina, nós não tínhamos um domínio muito completo da máquina. O preenchimento dos quadros para administração, tivemos algumas dificuldades. Esse é um problema, a gente conhecia pouco a máquina. Tanto é que num prazo curto, quando houve a estabilização da moeda, aí ocorre, acho que o maior erro do governo Vitor, que foram os 25% de aumento para os servidores, sem haver grandes demandas da sociedade. Quando estabilizou a moeda, 25% era uma quantidade de dinheiro astronômica e na votação do secretariado do Vitor, teve dois votos contrários a isso, um é de uma pessoa do PSDB, Ricardo Santos, e outro era o meu, dois votos contrários. Todo o secretariado achava que poderia dar, porque a tradição nossa era a luta no meio do movimento popular. Então dar aumento de salário é uma coisa boa. Deu o aumento, só que quando tinha uma inflação galopante, você podia prometer 50% de aumento, porque quando você pagasse o aumento, você pegava aquele dinheiro, deixava depositado uma semana em algum lugar, só com os

juros você pagava aquela folha. Mas quando houve a estabilização, 25% a cada quatro meses era uma folha de pagamento para trás. O governo não tinha uma dívida grande, o governo tinha uma dívida pequena. Dos estados brasileiros, nós tínhamos uma dívida pequena, mas só que gerou esse fenômeno quando deu os 25%. Com a estabilidade da moeda, a cada quatro meses, era uma folha que ficava para trás. Nós não tínhamos uma dívida grande, mas aí não tem como. E depois, o servidor com o pagamento atrasado não adianta você explicar nada para ele. Falar que é neoliberalismo, não tem explicação nenhuma, a pessoa precisa do seu dinheiro para pagar luz, a água, o telefone, o comerciante que cobrar dele, chegou a ter gente aí que não alugava casa para servidor público estadual. Então, a pressão era muito grande. Acho que um dos maiores, mais dramáticos erros foi esse, fragiliza definitivamente.

14) O Senhor entende que já havia aspectos neoliberais nas propostas do programa do candidato Vitor?

PC - Não. Eu acho que ainda não, tanto é que esse debate do Banestes, de privatizar o Banestes surge depois, não surge na campanha do Vitor, na campanha do Vitor é manter o Banestes. Na campanha do Vitor é batendo no Albuíno que vendeu a ESCELSA, na campanha do Vitor é batendo nas privatizações que tinha. Então não tinha, não havia na campanha nada falando que tinha que fazer isso. Depois, durante o governo, começou a aparecer, aí aparece: “se vendesse o Banestes, tinha dinheiro pra pagar isso!” Se vendesse a CESAN..., eu escutei gente falar. Mas quando ele faz o programa não. Porque o programa é batendo no Albuíno, que vendeu a ESCELSA, é batendo em não sei quem que queria vender a CESAN, é batendo em não sei quem, que vendeu não sei o que. E ele não apontava para isso, ele falava da modernização, modernizar o Estado, tornar mais eficiente, mais eficaz, um estado indutor, tanto é que durante o governo, só no meio do governo, é que começa a se falar o negócio de vender o Banestes. Mas na elaboração da proposta eu não creio que tenha algo que pudesse estar apontando para o neoliberalismo.

15) Quais eram as características do programa de governo do candidato Cabo Camata?

PC – O Cabo Camata é um fenômeno! Cabo Camata se lança candidato a governador porque, segundo as avaliações, ele não tinha condições de se eleger deputado. Ele se lança sem programa nenhum, apenas dizendo que ia usar a gurugumba para combater os bandidos e os corruptos e um tempo de televisão muito pequeno, mas ele bateu naquela mesma tecla da

gurugumba, um discurso seco, direto e teve a Polícia Militar como um grande cabo eleitoral, a maioria dos lugares que tinham policiais eram verdadeiros comitês eleitorais. E não é verdade que o Camata recebeu votos apenas do povão. Você teve muitos juizes, promotores, empresários e ele foi para o segundo turno. No segundo turno, se você verificar a votação dele, fazer um acompanhamento da votação dele, você vai se surpreender com a votação que ele teve na Praia do Canto, Camburi, Jardim da Penha, onde não é o excluído que está ali. No segundo turno, eu entendo que o crescimento dele era o medo do PT, aí fizeram a campanha dele e aquela campanha direta de combater a corrupção e combater os bandidos num período de insegurança e o Vitor, para alguns, poderia significar insegurança. Que partido é esse? Que coisa é essa? Então, ele não tinha consistência nenhuma no programa dele. No primeiro turno era muito vago, porque o tempo dele era pequeno demais. Ele falando não sobrava nada ali. No segundo turno, aí sim ele esboça um pouco mais, mas também não podia ir muito longe por que se ele definisse um programa ele perdia o eleitor. Em política há muito isso, as vezes as pessoas mais intelectualizadas cobram uma racionalidade e um programa e tem sentido essa cobrança. Mas às vezes, na eleição, tem peso determinados temas que são batidos seguidamente, e naquele momento era a questão da violência e ele não tinha muita consistência, porque ele não ia falar sobre reforma agrária, ele ia falar: “vou acabar com esses MST!” Mas falar acabar com o MST não quer dizer que você agrada os fazendeiros, mas não desagrada, necessariamente, os pequenos produtores. Na sua família deve estar cheio de proprietários que tem raiva do MST, não pense que ele associa de imediato: “esse desgraçado vai acabar entrando na minha terra!” O pequeno que é um suporte contra o MST. Tanto é que o MST tem feito uma campanha mais inteligente para trazer os pequenos para o lado dele. Porque no começo, quem tinha muita bronca do MST não era só o fazendeiro, era o pequeno também, porque eles falavam: “eu estou aqui a quinze anos e nada nesses quatro alqueires de terra. Eu e minha família sofrendo, morrendo sem nada e de uma hora para outra o outro ganha cinco alqueires de terra e ainda ganha comida, incentivo, etc.” Então esse cara do lado de cá, não percebe a luta do outro. Não é verdade que as pessoas percebem a luta do outro. Ela leva tempo para ser percebida. Hoje o cara percebe, mas antes o cara não percebia. Além disso, apesar do Camata falar mal do crime organizado, dos bandidos e dos criminosos, o crime organizado inteirinho apoiou ele. Os traficantes, os contrabandistas de armas, bandidos, algum tipo de empresário. Porque um governo com ele não tem como controlar nada.

16) Então podemos concluir que o pleito eleitoral se dava mais em torno das pessoas, isto é, dos candidatos do que das proposições e programas de governo?

PC – Veja bem. Tem as duas coisas ao mesmo tempo. Primeiro o seguinte: o Vitor simbolizava o PT, uma classe média, um governo exitoso na Prefeitura, quer dizer, uma imagem diferente, esquerda, progressista, um discurso adequado e um programa de governo com alguma consistência. O Camata não, o Camata simbolizava o combate a violência, a bandidagem, ele repetiu isso muito. Aí sim, nesse momento aparecem dois perfis: um era durão pra combater o crime, e isso sim iludiu muita gente do povão, parecia muito o discurso do Collor. O Collor de Mello, quem esteve na eleição do Collor? Quando o Collor foi eleito, eu me lembro que andei aqui em São Pedro e em vários lugares que andava, percebia um eleitor silencioso, meio de cabeça baixa, pobres, todos eles votando no Collor, não era no Lula. O Collor foi eleito pelos pobres e pelos mais ricos. Essa última eleição, agora do Lula já é uma coisa diferente. A empregada doméstica definiu primeiro o voto dela do que a patroa. O porteiro definiu primeiro do que o dono do apartamento. Então a cidadania já se alastrou. Mas naquela época a cidadania estava precária, tanto é que foi o Camata, foi o Collor. Então, uma parte dos pobres apoiou o Camata, da insegurança e a classe média e os ricos também. Ele teve muitos votos entre os ricos.

17) Em relação ao 2º turno, havia a necessidade de o candidato Vitor Buaziz entrevistar-se com o presidente eleito Fernando Henrique Cardoso?

PC – Eu, pessoalmente, acho que devia pedir apoio de todos. Eu acho que não consiste um erro, numa eleição que estava configurando entre o Camata, o crime organizado e a direita, uma coisa meio fascistóide, pedir apoio de Fernando Henrique. Não creio que haja nenhuma contradição, apesar de sermos oposição ao PSDB. O vice-governador, lá do Acre, era do PSDB. Eu acho que há um equívoco quando se fala que não devia pedir. Nós temos que saber o seguinte: do mesmo jeito que o Lula em 1989. Eu acho que naquela eleição que nós fomos para o segundo turno, ali era necessário que nós tivéssemos, a direção do nosso partido, habilidade para ir buscar os apoios mais abertos do Brizola, do Covas, do Ulisses e levá-los todos para cima do palanque. Mas havia uma coisa na nossa cabeça que poderia desfigurar a nossa imagem. Eu acho que o Vitor não desfigura por isso. Não tem nenhum prejuízo, pelo contrário, é positivo fazer isso aí. Se vai fazer um outro compromisso para frente, esse é um outro assunto, mas naquele momento, era importante. Tanto é que o Vitor foi para Brasília, fez comício em frente ao Palácio, coisa que eu nunca vi, um governador fazer isso na minha vida, eu nunca ouvi falar isso, mas o Vitor foi em defesa da Vale e muitos dos que criticavam

o Vitor, não tiveram a coragem de ir para frente do palácio criticar. Na época nós tínhamos dois governadores, o Vitor e o Cristóvan. O Cristóvan que se dizia mais à esquerda não foi para frente protestar. Pelo contrário, tinha um projeto de venda do banco lá. E era mais de esquerda hein?

18) Qual o diálogo estabelecido entre o Senador Camata e o candidato Vitor no primeiro e segundo turno das eleições de 1994? O apoio de Gerson Camata no 2º turno era ou não suficiente para a vitória do candidato Vitor Buaziz?

PC – Na realidade, o Camata não fez apoio ao Vitor. No primeiro turno, tudo que se ouviu aqui era um pouco assim: que ele ajudou o Cabo Camata se eleger para derrotar o Max. Ele não apoiou o Vitor e no segundo turno ocorreu uma espécie de aglutinação quase automática daqueles que não queriam o Camata. Muita gente, o PMDB, outros partidos, o PDT, eles vieram para o lado do Vitor. Aí era um projeto contra o outro. Isso não quer dizer que não tenha ido muita gente do PMDB para o lado de lá. Gente do PMDB foi apoiar o Camata e de outros partidos também. Se fizer um estudo detalhado, é só verificar a quem os prefeitos apoiavam, vê que tinha muitos prefeitos apoiando o Camata. É só verificar a votação, município por município, e você vai perceber que não foi apenas o Camata que deu essa contribuição, é claro que para o Camata também ia ser difícil, no segundo turno, sair pedindo voto para o Cabo Camata, porque também ele tinha que manter certa imagem.

19) Desde o início da década de 1990, acirraram-se confrontos entre tendências no interior do PT culminando com a saída, principalmente, de trotskistas. Podemos admitir que esta circunstancia indica um desconforto nas relações entre as tendências no decorrer da década de 1990?

PC – É nós tivemos algumas saídas. O pessoal da *Convergência* deu origem ao PSTU. Outros saíram para o PCO e mais recentemente para o PSOL. Todo partido que se organiza, seja ele grande ou pequeno, sempre tem uma tensão interna e permanente, por isso que as pessoas sempre repetem como se tivesse centro, direita e esquerda. Acho bobagem isso, mas de qualquer maneira, sempre você tem variantes de posicionamento. A primeira grande dissidência é a que deu origem no PSTU, a Convergência Socialista, que mantinha um jornal próprio, fazia intervenção própria nas Assembléias, faziam documentos e faziam circular fora do partido. Com o direito de tendências, tinha se estabelecido a regra e era o seguinte: você

pode fazer um documento para circular para os filiados, com crítica, com o que você quiser, mas para os filiados, não fora. Mas eles tinham um jornal fora, o *Em Tempo*, tinha para o lado de fora também, depois veio para dentro, o *Em Tempo, O Trabalho*, e tem outros jornais também. Então eles, na realidade, descumpriram as normas partidárias e se tornou cada vez mais difícil, porque no movimento sindical também se estabelecia uma disputa, no movimento sindical, no movimento popular, e eu creio que eles foram perdendo o espaço, porque o agrupamento político precisa ter uma proposta, e se ele não tiver uma proposta, ele se perde. Então, eles foram se articulando mais à esquerda e aí chegou um momento que não teve meio se não afastá-los, tanto é que houve racha no meio de cada agrupamento. Quando essa *Convergência* foi afastada, houve grandes disputas entre eles para não sair, eles queriam continuar, um grupo queria, mas a maioria não, teve centralismo e eles saíram para fazer o seu projeto próprio, assim como o PSOL e não pense que no PSOL não há divisão. Só lá na terra de Heloísa Helena, agora duzentos filiados voltaram para o PT, porque houve uma escolha para presidente do partido lá e a composição da Heloísa Helena perdeu. Então ela praticamente fez uma intervenção e nomeou uma outra pessoa, um ex-marido dela, um ex-companheiro e aí os caras se rebelaram e saíram. Então, qualquer partido tem tendências internas. O mérito do PT é que ele reconheceu a existência de tendências, mas o PMDB tem tendência, PDT tem tendências, o Democratas tem, o PSDB tem, o PSOL tem, o PSOL tem quatorze agrupamentos dentro dele, então você imagina? Não há harmonia, isso é bobagem. Então havia tendência, eu não sei se aumentou agora, acho que pode ter acontecido, acho que o PT começou precisar mais o seu projeto de governo, seu projeto de nação e quando você define melhor o seu projeto de governo e de nação, e naturalmente aqueles que não estão em concordância fica, de fato, explicitado. Quando se está começando, nós falamos: *Terra, Trabalho e Liberdade*, aí você aglutina tudo. Mas quando você começa a definir o que você quer para o Estado, para as Forças Armadas, o que fazer com as finanças, o que fazer com o capital nacional, com a questão salarial, com a questão da previdência. O discurso genérico é uma espécie de guarda-chuva, mas o ser humano não pode viver sempre com o genérico, quer dizer, como é que nós vamos discutir a questão da previdência? E do aumento salarial? Aí é uma coisa concreta. E a privatização? E o corte de gastos, cortar aonde? Porque na hora de cortar, todo mundo quer que corta? Você não encontra um empresário que não fala que tem que cortar imposto. Veja o discurso que tem feito ultimamente em relação ao excesso de funcionários. E todo dia o jornal bate que está faltando gente para vigiar a Amazônia, está faltando professor, faltando gente na saúde, faltando gente na área de segurança e falta é muito mais. Nós não temos um funcionalismo grande, o estado brasileiro é bem menor do que

deveria ser, e gasta muito menos com servidor. Se você for calcular os Estados Unidos, a Suécia, a Finlândia. O imposto brasileiro também não é muito alto, ele é mal distribuído. O vendedor de pipoca paga muito imposto, mas o grande paga pouco. A herança, por exemplo, você vai na Alemanha, nos Estados Unidos, a herança paga tributo alto, no Brasil não paga renda. O cara que ganha de especulação não paga nada. Enquanto você está dizendo que precisa reduzir impostos, genérico, todo mundo está de acordo, mas imposto tem que reduzir para aqueles que ganham até dez salários mínimos. A CPMF é um outro exemplo. A disputa no PT foi grande, tivemos quatro votações no PT sobre a CPMF, eu perdi três vezes e ganhei a última, junto com o Humberto Costa. O PT votou contra internamente, fez acho que três ou quatro votações e eu perdi, só ganhei a última. Acho que deveria continuar a CPMF e continuo achando. O que precisa a acertar é o seguinte: quem ganha até tanto, se livra. É a única maneira de localizar quem é o grande. Que aí até o traficante eu localizo. O dia que eu quiser investigar, ó aquele cara está mexendo com dinheiro. Eu não posso mexer com muito dinheiro. Se algum dia aparecesse na minha conta um milhão, tem alguma coisa errada. Você poderia falar: "Essa cara está lá em Brasília ganha isso, isso, isso e não tem mulher rica, não recebeu herança, e como ele tem esse dinheiro que movimentou?"

20) Considerando a ocorrência de práticas neoliberais e seu fortalecimento com a eleição de FHC em 1994, seria inevitável que o governador Vitor Buainain também realizasse práticas neoliberais como, de fato, ocorreu?

PC – Não creio que seja uma coisa que a pessoa tem ou não realizar reformas neoliberais. Que o Estado precisa passar por uma constante discussão, isso eu acho, para modernização. Eu lembro que quando houve uma discussão, as empresas que lidam com o campo, quando o Vitor falou da racionalização, você tinha umas seis ou sete empresas, Emespe, Emater, tinha uns armazéns, tinha umas oito empresas. Tinha lugar que você chegava, como Santa Leopoldina, em que tinha três locais alugados para realizar não sei o que. Quando falou que precisava juntar isso, e precisava mesmo, porque era irracional você ter um veterinário. Os veterinários podem trabalhar em outros lugares. Quando aconteceu isso, eu lembro de algumas pessoas falando: que estavam querendo acabar com o Estado. Eu escutei gente falar isso. Mas aí é uma reforma do Estado. O Estado precisa permanentemente controlado. A visão estatizante é perigosa, por isso as pessoas acham também que não tem que controlar o Estado e o Estado brasileiro foi não só um elemento aglutinador, mas foi o que permitiu o enriquecimento de muita gente. O Banco do Brasil enriquece gente. Para quem ele

emprestava? Ou a gente, por acaso, acha que o Banco do Brasil e a Caixa Econômica sempre emprestaram para o pobre? Ou então a Petrobrás. Então, essa visão era equivocada. Que o estado é Estatal não quer dizer que é público. Você pode ter um estado mais privado do que tudo. Você pode ter uma coisa que seja privada que tem um controle estatal. Você pode fazer o transporte, você pode estabelecer que o transporte seja do empresário que tem um sistema de controle, onde ele seja um controle público. Então, eu acho que confundiu muito isso. Então essa necessidade de discutir a reforma do Estado é fundamental, e isso desde o tempo do Lênin e do Marx. Lá de trás já se falava nisso.

21) Qual foi a leitura crítica do PT do Espírito Santo relativamente a governança de Vitor Buaiç quanto aos aspectos neoliberais subentendidos, inclusive tendo em conta a derrota eleitoral do candidato Lula?

PC – Eu acho o seguinte: o partido é uma coisa complexa, porque o partido nunca formulou um documento de verdade, profundo, sistemático, que representasse a opinião da militância sobre esse tema. Era um pouco assim: precisa acabar com o Fundap, mas você escuta alguém falar disso hoje em dia? Nem o João Coser fala, nem o Cláudio Vereza fala, nem o Perly, ninguém está falando. O Estado tem que acabar com o Fundap. É o discurso genérico, não é? Então o PT não fez um estudo profundo e isso sim é uma falha. Ele precisa cobrar mais. Ele precisava ter se associado mais com as universidades e fazer seminários mais profundos, cursos de formação, algo que pudesse fazer parte da cultura do nosso partido. Em relação a crítica ao neoliberalismo eu, pessoalmente, acho um pouco superficial, apenas contra ao que o neoliberalismo apresentava, mas não apresentando de maneira sistemática - eu estou dizendo aqui no nosso estado - sistemática. Qual é a contraposição que nós fazemos? A contraposição ao neoliberalismo não pode ser apenas dizer que deve ficar tudo do jeito que está. E nós, um pouco sem querer, demos um pouco de razão ao neoliberal. Quando o Collor falou que aqueles automóveis nossos eram umas carroças, aquele discurso dele é fraco, mas é real, porque não havia concorrência e ao não haver concorrência, você mantinha aquelas coisas atrasadas. Nós tínhamos que ter feito uma outra proposta, uma proposta de crítica ao Estado, como nós não fizemos, ficamos meio na defensiva. Acho que durante um período, nós ficamos na corda, porque quem tinha que fazer uma crítica profunda do Estado, tal qual está como alternativa, éramos nós, a esquerda que tinha a obrigação e ela não fez, ficou muito na defensiva, ela defendia tudo que está aí, mas tinha muita coisa que estava errada na Petrobrás, na Vale, no Banco do Brasil, na Caixa Econômica, nessas empresas públicas, até hoje tem

muita coisa equivocada. Se tivesse socialismo nesse país, eu sempre brinco muito, se tivesse socialismo nesse país, os primeiros a se rebelar contra o socialismo seriam essas empresas estatais. Tem gente que ganha rios de dinheiro em qualquer estatal dessa. As pessoas ganham bem mais do que o Lula. A gente fica falando mal do deputado, mas ganha mais do que o deputado. Que história é essa? Não é? E qual é o controle que tem? Porque não basta o cara bater no peito e dizer que é uma empresa estatal, é preciso saber qual é o controle que nós temos? Eu quero que a Petrobrás funcione bem, mas que ela respeite o quilombola, o índio, o sem-terra, que ela não polua o mar, que ela seja transparente em todos os seus gastos, é isso que eu preciso. Se não acontece como na universidade. A universidade é uma coisa sagrada e aí nós vimos o reitor de Brasília, mas nós vimos o Reitor do Rio de Janeiro, mas se você der uma geral nesse país, você vai esbarrar em todo lugar do mesmo jeito, aí você estudante, defende esta universidade, você é contra que alguém privatize a universidade, não é? Mas você tem que ter o discurso, eu quero que tenha transparência. Eu quero haja o *Orçamento* na universidade, assim como eu quero no PT. O PT defende sempre o *Orçamento Participativo*, eu quero que tenha *Orçamento Participativo* no PT, eu quero saber todos os gastos do PT, um por um, e onde foi aplicado e quem decidiu. Porque se algum dia eu fizesse isso na universidade, seria uma beleza. Eu ia diminuir um pouco da arrogância de alguns segmentos de esquerda radical, mas eu ia também tirar o discurso um pouco daqueles que está tudo certinho. Aquele reitor lá, se alguém não descobre, ia ficar naquilo e ia ter mais e eu o conheci e tinha até uma boa impressão dele. Na minha vivência com ele, estive com ele umas duas vezes, mas eu não sabia daquilo. Quando a gente vê, horroriza. Então, precisa esclarecer mecanismos de controle sobre tudo. A máquina estatal tem que estar permanentemente sob controle, se não. Observe o que aconteceu na chamada União Soviética, nos países socialistas, quando acabou o socialismo real. Quem é que ficou dono das grandes empresas? Eram os dirigentes partidários. Quem é que constituiu a máfia? As grandes fortunas do mundo estão lá na Rússia, mas lá não tinha capitalismo, como pode isso? De onde vem isso? Alguém estava se apropriando da máquina, não é verdade?

22) *Em sua análise, quais fatores o Senhor destacaria para interpretar a crise de relacionamento de Vitor Buaiç e o Partido dos Trabalhadores?*

PC – Eu acho que o PT, todas as nossas experiências, nós citamos o exemplo dos dois primeiros eleitos Diadema e Santa Quitéria, lá eles saíram do partido, o prefeito e os vereadores. Diadema, em todos os anos, em todos os governos, permanentemente tensão. E

isso, veja bem, é uma prefeitura que desde 1982 vem sendo administrada pelo PT, tensão permanente. A Prefeitura de Vitória atravessou os quatro anos de tensão muito grande. Eu falei com você, nos seis, oito meses, era considerada a segunda mais bem administrada do Brasil e o partido fez um documento dizendo que a Prefeitura era inoperante. Então, há uma dificuldade grande no relacionamento do partido às vezes com as administrações, como tem com os mandatos. Os mandatos dentro do PT são verdadeiros partidos dentro do partido. Um deputado costuma ter quinze assessores, mas quem nomeia o assessor dele é ele mesmo. Então o próprio mandato é um comitê eleitoral preparando para próxima eleição. Se você for candidato e disputar com alguém que tenha mandato, sua chance é zero. Porque você vai ter que puxar o seu pai, sua mãe, seu irmão, os amigos seus para fazer um comitezinho ali, com uma saleta e o outro já tem quinze, dezesseis ou dezessete na rua com som, com correspondência, então não há muita igualdade, não há uma relação. O PT precisa discutir melhor isso, agora já avançou muito, agora já tem até Presidente da República. Mas os executivos lidam mal com o legislativo, lidam mal com os vereadores e lidam mal com o partido. Você vai a alguns encontros, onde você vê o Prefeito é do PT, o governo é do PT, a reunião é do PT, mas não tem nenhum secretário presente. Que secretário do PT é esse que não vai nem na reunião do diretório para dar uma satisfação? E não precisa ir muito longe, é só verificar aqui quando o João Coser fez aquela tributação de impostos em que ele foi altamente criticado. Eu não sei se o PT foi à rua esclarecer isso e aquilo. Uma vez o Vítor fez também um aumento de impostos e isentou uma quantidade muito grande e taxou mais outros. E ele foi criticado, mas ninguém se mexeu. Então o partido, às vezes, fica com medo. Então o partido não pode ser atrelado ao prefeito, não pode ser atrelado nem ao governador e nem ao Presidente da República, ele precisa ter uma autonomia, ele precisa defender, mas ele precisa ter autonomia para apresentar propostas, para fazer crítica também, se não ele não funciona. Então eu acho que nós estamos aprendendo, porque nós temos Presidente da República, já aprendemos muito, erramos muito, as vezes as pessoas ocupam cargo no executivo, se tornam bastante arrogantes, as vezes você localiza alguns dirigentes nossos, são deputados, são prefeitos, governadores, e até na Presidência da República que não tem paciência com o movimento social. Quando ele era do movimento ele achava que tinha que cobrar tudo, agora ele não tem paciência pra escutar, aí o MST ocupa a cidade ele reclama do MST, daqui um pouquinho o quilombola vai também, daqui um pouquinho o índio, ele quer paciência dos outros. O que o PT precisa fazer uma discussão é um pouco o seguinte: os ritmos. O ritmo do movimento social não é o mesmo do parlamentar e nem do executivo e nem do judiciário. Um deputado pode mudar de posição a cada cinco minutos, um prefeito

não pode. O deputado pode propor um aumento de salário de 200%, o prefeito pode falar assim, se eu der 1% eu vou a falência e ele precisa falar isso. Se você fizer o ordenamento da cidade de Vitória, que eu vi isso na época do Vitor, passava-se oito meses discutindo como ajustar a questão do camelô, do pequeno comerciante, a banca de jornal, o ponto de táxi. Eu vi pessoas, que eu não vou citar nomes, que iam no pequeno comerciante e falavam: “vamos tirar esses camelos daqui”. Ele chegava para o camelô e falava: “o Vitor vai tirar vocês da rua”. Vai você e sua mãe atravessar uma rua e ela já está idosa e tem uma calçada deste tamanho e o camelô no meio. Você quer que ela saia, na é? Aí você vai dizer: “eu quero que tire”. Aí quando tirar, você é candidato a vereador e precisa do voto dele. Então, eu acho que é preciso fazer uma grande discussão, o ritmo do movimento social é um, do partido é outro, do legislativo é outro, do executivo é outro, é preciso fazer essa discussão sem que nenhum anule o outro, cada um tem um papel importante, nós aprendemos, mas eu acho que ainda está muito aquém. Nós temos uma cultura razoável do que é o papel dos sindicalistas, do movimento popular, mas precariamente do papel dos vereadores, dos executivos e dos legislativos e do judiciário também, porque são ritmos diferentes. Então, nós temos que fazer agora, eu acho que deveria estar realizando grandes seminários, fazer umas discussões mais amplas. O movimento do índio não pode ter o mesmo ritmo de quem trabalha na Funai, do PT. Eu não posso pedir ao índio a mesma paciência de uma pessoa que está sentada na cadeira legal, seu salário direitinho, seu computador bonito. Então nós temos que aprender a conviver com as contradições, acho que o PT tem que aprender a conviver com as contradições, mas discutir isso melhor, é criar uma cultura do que é um legislativo, judiciário, executivo, e do que é um movimento social. O partido não pode atrelar o movimento social. O movimento social precisa também entender. Como você deve ter visto aqui em Vitória, no Espírito Santo, se tiver o Movimento dos Sem Terra, ele vai diretamente lá no palácio, ocuparam até o palácio do Vitor, mas a decisão era do judiciário. Então o MST tinha que ir lá em frente ao judiciário e fazer a pressão lá. Não é no Governo. Aí você como deputado diz: “porque você não prende esses bandidos?” Quem prende é a polícia e a polícia é outro. Você fez denúncia que esse cara é um bandido” Então como você quer que eu prenda ele? E entender também que nós somos um país federado, você tem um município, um estado e a união. O Lula não tem autonomia sobre o Prefeito de Ecoporanga, nem sobre Paulo Hartung e nem o Paulo Hartung tem sobre ele. Esse é um fenômeno que no Brasil se estuda pouco. Você ter um Estado federado, acho que não tem nenhum no mundo que tenha essa característica, porque você tem a União, você tem o estado, mas o município autônomo só existe no Brasil. Então, a política de educação para chegar em Ecoporanga, primeiro precisa passar em Brasília, passa

por esse governo aqui, e vai lá para Ecoporanga, mas se o Prefeito lá não quiser não sai. Problema de população de rua. Não tem jeito do João Coser resolver. Se ele resolver toda, o de Cariacica vem para cá A droga, a droga é municipal, estadual ou federal? Não sei. Quem é responsável pela droga? Aí eu digo, responsável é quem compra a droga. Eu posso puxar o discurso. Então a classe média é culpada porque é ela que consome droga. Mas convence um pai que o filho dele tem participação nesses crimes. Não vai convencer. Ele vai dizer: “Ah! Meu filho consome droga porque ele tem má companhia”. Então, as pessoas não querem perceber isso. Então, acho que é preciso fazer, e acho que nós já temos tempo, é preciso começar a fazer encontros, sistematizar em documentos, em seminários. É dizer das novas realidades, da nova percepção do mundo. Ninguém pode ser candidato a vereador agora com o mesmo discurso que foi em 82. Eu lembro de uma pessoa de Cariacica, você é de Cariacica, e ele fazia um discurso, ele era candidato a deputado estadual. Ele subia no palanque e falava: “o vereador tem que fazer isso, isso, isso” e ele era candidato a deputado estadual. E eu perguntei: por que seu Zucolloto? Ele: “é porque eu quero ensinar o vereador o que ele tem que fazer”. Mas ele é candidato a deputado estadual. O Magno Pires uma vez foi candidato a senador, e uma das primeiras coisas que ele defendeu foi acabar com o Senado. Então, eu acho que o Senado não tem acabar, o que não pode é o Senado ser igual à Câmara. Ele tinha que diminuir o papel dele para ele ter alguma definição precisa. Porque ele representa o estado. Não acaba com o Senado não porque senão São Paulo toma conta de tudo. Você vai dizer: “o Senado vai tomar conta dos acordos internacionais, o Senado é revisor.” Não pode o senador também virar um vereador. Tem senador que é vereador. Você vê que o que ele fala lá é coisa de vereador. Então, o que precisa é isso. A gente precisa fazer melhor a discussão do executivo, do legislativo e do judiciário, dos três poderes e também da sociedade civil e sindical. Os sindicalistas, com frequência, sabem que não pode ter o aumento, mas ele precisa manter a base dele, então ele vai lá e diz que quer o aumento de 200%!

23) Relativamente à crise envolvendo o Governo Vitor e o PT, como se poderiam posicionar as tendências em termos favoráveis ou contrários?

PC – Primeiro deveria ter algumas instancias no partido onde não se votasse, onde as pessoas pudessem fazer uma discussão. Porque com frequência, você pede um aumento de salário quando o governo não pode dar. Aí taxa o cara de incompetente. E com frequência também o executivo também não conversa com o movimento social para explicitar. Eu citaria para você um exemplo: uma vez em Vitória, na prefeitura de Vitória, teve uma greve chamada por seis

ou sete sindicatos, pela reposição, algo assim de 30%, eu não lembro, eu acho que eu tenho o documento em casa. Pela reposição de tanto, que o governo não cumpria. A greve radicalizando tudo. Aí um cara falou: “você sabe que tem um documento e eu fui vê”. Tinha um documento de um ano atrás em que as entidades tinham assinado que eles já tinham recebido aqueles 40%. Eles assinaram que já tinham recebido mesmo. No reajuste que foi dado, eles assinaram o documento, todos eles assinaram, os que estavam em greve tinham assinado. Eu falei: porque não se pega esse documento e reproduz muito e distribui para a própria categoria e vai alguém na Assembléia e fala: “olha, está aqui, você que está falando pela reposição e você assinou que recebeu. Explica para nós isso aqui”. Então, veja bem, você permite ainda, tem muita manobra para demagogia no Brasil. Então é preciso ter mais transparência no movimento sindical. Você escuta muito um sindicalista que as vezes cobra muita transparência de outros e as vezes ele não é transparente. Então vai ter que criar um mecanismo de transparência, de controle. Você acha que a massa sindicalista tem noção plena de todos os gastos do seu sindicato? E as empresas públicas um esclarecimento devido de tudo aquilo que ela faz e de que ela cria de benefícios? Um dia eu vi uma cooperativa numa estatal dessas, não citaria o nome, que queria que o governo cedesse muitos funcionários para trabalhar na cooperativa deles. Ora! A cooperativa é sua, vocês que se virem. Por que eu tenho que tirar um funcionário para trabalhar? Você que se vire. Se você não tem capacidade de sobreviver, feche a sua cooperativa. Não pode o Estado. Mas certamente se aquele funcionário tivesse trabalhando na minha casa o cara ia falar: “lá na casa do Perly, está lavando os pratos dele, não é?” Então, eu acho que é o amadurecimento e o Brasil está amadurecendo rápido, eu pessoalmente acho. Porque nós não temos tradição republicana. Nós somos o país, o maior período que vivemos sem golpe militar foi esse. Nós tivemos um país imperial, com escravo, depois aquela República Velha, aquilo era um caos, não tinha povo assim no sentido estruturado. Então, agora nós temos uma sociedade civil muito pulverizada, mas muito ativa. Então, ela agora está buscando o seu caminho, está pressionando para todo lugar. E o Estado é muito impermeável, muito burocratizado e muito autoritário e não há tradição de república, por isso o prefeito, às vezes, acha que a prefeitura é um patrimônio dele, o deputado acha que a Assembléia é dele, ele faz aos seus favores e não meus. Então, é preciso criar República, e República significa: o povo vai saber de tudo que gasta, de tudo que investe, como é que funciona. Eu tenho que praticar esclarecimento, eu não presto esclarecimento. Se você perguntar quanto as pessoas recebem, você não tem resposta. O que tinha que acontecer é o seguinte: todas as pessoas que fossem me visitar, tinha que ter na minha porta tudo que eu recebo, na minha entrada, tudo que eu recebo. Até para você falar:

“esse cara está conversando muito, mas recebe muito e não faz nada”. É tudo disfarçado. O judiciário é aquele negócio de disfarce, a gente nunca sabe direito. Então a gente precisa ter a chamada transparência e a transparência só virá quando tiver mobilização social e aí é preciso que haja uma discussão profunda acerca dos novos papéis.

24) Dada a plasticidade observável nos relacionamentos políticos especialmente nos contemporâneos, nos quais se notam similaridades de atitudes comparáveis aquelas do governo Vitor Buaiz. Não seria mais oportuna a permanência de Vitor Buaiz no PT?

PC – Eu pessoalmente não fui favorável que o Vitor saísse, acho que o lugar dele seria no PT. Ele não foi diferente do que outras pessoas no PT foram. Saiu porque se sentiu pressionado. Eu acho que ele deveria ter permanecido no PT. O que precisa, e o PT tem que amadurecer, o Vitor, que pese falhas no governo, como todo governo tem falha, mas o acompanhamento da direção nacional do PT foi muito fraco. Vinham algumas pessoas da direção nacional de tarde, às duas horas da tarde e voltava. Não acompanhou. O Vitor chegou a oferecer para a direção nacional indicar um nome da direção nacional que pudesse acompanhar tudo. Então, eu acho que teve muita falha, muito erro, e depois também tem um problema: a composição de forças, você tinha quatro deputados, sendo que três batiam no governo, era oposição ao governo. Então são vários erros que precisam ser melhor discutidos: como a direção nacional se relaciona com o governo dos Estados, como o partido estadual se relaciona com o governo, como o governo se relaciona com o partido. Então eu acho que a gente, algumas pessoas preferem que não vivam com tensões, e é melhor que vivam com tensões e com discussão. Não é bom a exclusão de pessoas, elas devem ser por motivos éticos ou por absoluta discordância da proposta que está sendo encaminhada. Mais do que isso é necessário o diálogo, uma certa permissão de continuar discutindo. Não há donos da verdade! Eu insisti um pouco com o Vitor quando falavam que ele era conservador, mas ele fez comício em defesa da Vale aqui, em Sergipe, no Manaus, lá em Brasília e eu não vi nenhum governador fazer isso. Eu vi o Vitor Buaiz participar de greve geral que não tinha nenhuma consistência, da greve geral aqui em Vitória. Imagina um prefeito na frente de uma greve, não devia ter ido. Foi até atropelado por um policial lá. Então, eu acho que precisava ter uma nova reflexão, aí o PT precisa ter mais humildade, por isso que essas crises que nós vivemos, que aparecem denúncias e as vezes aparecem pessoas do PT envolvidos na crise, eu acho isso, do ponto de vista histórico, positivo. Eu não tenho essa visão de que apareceu um petista envolvido com corrupção é o fim do mundo. Eu acho que aparecer e se ele for punido vai ser muito bom para

a gente, primeiro, diminuir a arrogância. Não basta ser de esquerda para dizer que é honesto e não basta ter discurso ideológico para justificar a desonestidade. Por isso que tem que ser uma discussão muito permanente. Vale para esquerda, vale para direita e é preciso que haja esse diálogo, esse debate e a transparência. Definir-se de esquerda, não quer dizer com isso que não está sujeito a ter envolvimento com corrupção, com erros, com autoritarismo, com vaidade, com prepotência, com arrogância. A esquerda tem esse desafio é quando isso acontecer, reconhecer que houve, apresentar propostas para superar esses métodos. O maior método que tem é a participação dos movimentos e a maior transparência em tudo. Vale para direção do PT, vale para direção do sindicato, vale para as prefeituras, vale para os mandatos, vale para tudo. Se a gente fizer isso, a gente vai conseguir dar um salto e não se pode pensar num socialismo onde não haja transparência, se não houver transparência, muita mobilização da sociedade, nós teremos sempre o socialismo burocrático e eu já vi de perto isso, e não dá certo. Eu considero que os diretórios municipais e estaduais e o nacional tem pouco espaço para discussão, infelizmente. E nós somos o partido que tem o maior grau de locais, nós temos setoriais, nós temos vários mecanismos, Encontro, Convenção, Congressos. Nós temos tudo. Mas ainda assim, é insuficiente, porque um diretório estadual, mesmo que ele se reúna de duas em duas semanas, é aquela reunião da segunda-feira, de 9 a meio dia. Trata de um montão de coisa administrativa e não faz nenhuma discussão profunda sobre ética, sobre luta política, sobre contradição, aí faz uma resolução, aí se reúne num sábado e faz uma resolução somando eu tenho sete votos, você quatro, eu te derroto eu faço uma concessão, uma vírgula, mas isso é importante, necessário. Mas o que precisa mesmo é ter uma discussão no sentido de que o conjunto da militância saiba o que está ocorrendo. Não é bom que você escute pelo jornal uma denúncia contra um dirigente e esse dirigente em nenhuma reunião falou sobre isso. Então eu acho que precisa criar novos mecanismos. Nós vamos fazer escola de partido agora, que é uma coisa importante. Vamos fazer curso de capacitação, treinamentos, mas isso tudo ainda é insuficiente, precisa ter mais mecanismos onde todos os filiados possam participar ou, pelo menos, saber o que está acontecendo, ou pelo menos ter direito a fazer uma crítica e ter direito a ter uma resposta na sua dúvida para evitar que a gente apenas faça uma votação imediata. Às vezes eu faço uma votação e eu tenho maioria, aí eu não quero discutir com muita gente, isso é um equívoco, isso já se mostrou equivocado. A democracia verdadeira, partidária em um país, vai ser marcada não pelo que a maioria decidiu, mas de como as minorias e os diferentes foram tratados. Se a gente não tiver essa visão, aí o cara quer plantar eucalipto, então ele acha que o índio está atrapalhando. O outro quer fazer não sei o que, o quilombola que incomoda, aí ele quer absorver o quilombola. É preciso entender que o

mundo é essa diversidade, e é com ela que nós vamos viver e nós temos que aprender a viver com essas diferenças e democracia é exatamente de como nós lidamos com as minorias e com idéias diferentes das nossas. Se a gente acertar isso a gente já avança muito, o PT está avançando, mas precisa avançar muito mais, é bom que a gente tenha um pouco mais de humildade.